



TERREIRO

ONYNDANCOR

O AXÉ NA HISTÓRIA NEGRA DE JUAZEIRO/BA

MÁRCIA GUENA E CÉRES SANTOS
(ORGANIZADORAS)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(BENITEZ Catalogação Ass. Editorial, MS, Brasil)

G926t	Guena, Márcia e Santos, Céres : Organização.
1.ed.	Terreiro Onyndancor : o Axé na construção da história negra de Juazeiro-BA / Márcia Guena e Céres Santos ; 1. ed. Juazeiro-BA : Oxente, 2024.
	20x20cm : LIVRO DIGITAL
	ISBN 978-65-5100-252-6
	1. Outras religiões. 2. Terreiro 3. Religiões
	4. Modos e costumes 4. Relatos I. Título.
11-2024/214	CDD 290

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



TERREIRO

ONYNDANCOR

O AXÉ NA HISTÓRIA NEGRA DE JUAZEIRO/BA

EDITORA OXENTE

EDITOR RESPONSÁVEL:
RUBERVÂNIO LIMA

CONSELHO EDITORIAL

COORDENAÇÃO:

DRA. ROSIANE ROCHA OLIVEIRA SANTOS (FACAPE)

MEMBROS:

DR. ADELSON DIAS DE OLIVEIRA (UNIVASF)

DRA. ANDRÉA ALICE RODRIGUES SILVA (UFRB)

DRA. CLÁUDIA MARIA LOURENÇO DA SILVA MELO (FACAPE)

DRA. DEISE CRISTIANE DO NASCIMENTO (FACAPE)

DRA. ELNORA MARIA GONDIM MACHADO LIMA (UFPI)

DRA. FÁBIO LA MOURA REIS SANTOS (UNEB)

DRA. LUZINEIDE DOURADO CARVALHO (UNEB)

ME. MANUELA PEREIRA DE ALMEIDA (UNEB)

ME. SIMONE SALVADOR DE CARVALHO MENESES (AESA)

DR. PHABLO FREIRE PAIVA

Editoração:



@editoraoxente

MÁRCIA GUENA E CÉRES SANTOS
(ORGANIZADORAS)



T E R R E I R O

ONYNDANCOR

O AXÉ NA HISTÓRIA NEGRA DE JUAZEIRO/BA

EQUIPE REALIZADORA. EDITAL PAULO GUSTAVO

COORDENAÇÃO GERAL
MÁRCIA GUENA

COORDENAÇÃO DE PESQUISA
CÉRES MARIZA DOS SANTOS

DIRETORA DE FOTOGRAFIA
VILMA NERES

DESIGNER GRÁFICO
WELLON DOS SANTOS (PENGA)

PROGRAMAÇÃO VISUAL
ARTHUR AZEVEDO

COORDENADORA DE ACESSIBILIDADE
ANTONILDE SANTOS LIMA

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
MARCUS VINÍCIUS G. DE JESUS

SÍTIO DA INTERNET:
DESIGN E CRIAÇÃO
MARCUS VINÍCIUS G. DE JESUS

AUDIOLIVRO
MILENA DA SILVA SANTOS

ALIMENTAÇÃO DO SITE
SENGHOR GUENA

REVISORA DE ORIGINAIS
EDILANE FERREIRA

AUTORES
BRENDA MAURÍCIO
MARCUS GOMES
PALOMA CRISTINA DA SILVA SOUZA

COLABORADOR
DONÁRIA CARDOSO DO CARMO
REVISÃO CRÍTICA DE ORIGINAIS:
BABALORIXÁ EDSON ROSA
YAKEKERÊ EDNA ROSA

APOIO FINANCEIRO:

GOVERNO DO ESTADO
BAHIA

SECRETARIA
DE CULTURA



MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Exu que abriu os caminhos!

Agradecemos a Xangô, que permitiu que a história fosse contada.

Agradecemos a Mãe Flora, que vive em nossa memória, e nos passou parte de sua força, energia de fundação desse terreiro. E também a Seu Manoel, sempre presente em todas as narrativas.

Agradecemos ao Babalorixá Edson Rosa, a quem carinhosamente chamamos de Pai Ezinho, que, pacientemente participou de cada etapa desse trabalho e (Nos) abriu as portas do Terreiro Ilê Asé Ayrá Onyndancor.

Agradecemos a Mãe Edna, Yakekerê do Onyndancor, que, ao lado de Pai Ezinho, tornou esse trabalho possível.

Agradecemos a todos/as os/as filhos/as da casa que deixaram aqui parte de suas memórias e de sua vivência no Ilê, em particular, a todos os irmãos Rosa.

Agradecemos a professora Edvânia Granja que teve o cuidado de ler, revisar e contribuir com o capítulo sobre a história negra do semiárido baiano.

Agradecemos ao Departamento de Ciências Humanas (DCH), Campus de Juazeiro, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que possibilitou e prestigiou a realização desse trabalho.

Agradecemos aos Governos Federal e Estadual que, através de políticas públicas voltadas para a cultura, têm investido e possibilitado a realização de projetos que mostram a centralidade das culturas negra e indígena na constituição dos povos desse país.

“Este projeto foi contemplado nos Editais da Paulo Gustavo Bahia e tem apoio financeiro do Governo do Estado da Bahia através da Secretaria de Cultura via Lei Paulo Gustavo, direcionada pelo Ministério da Cultura, Governo Federal. Paulo Gustavo Bahia (PGBA) foi criada para a efetivação das ações emergenciais de apoio ao setor cultural, visando cumprir a Lei Complementar no 195, de 8 de julho de 2022.”

Juazeiro, outubro de 2024



EPÍGRAFE



Àgòlòònòn àwa pè nbe, àgòlòònòn e,

Àgòlòònòn àwa pè nbe, àgòlòònòn e,

Pedindo licença ao Senhor dos Caminhos (Exu),

Nós dizemos que o estamos cultuando,

Com licença, Senhor dos Caminhos.
(Trecho de um cântico a Exu)



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
PREFÁCIO	13
O QUIDÉ E SEUS TERREIROS	17
A FUNDAÇÃO DO TERREIRO ONYNDANCOR	39
MÃE FLORA	53
PAI EZINHO: O GUARDIÃO DA CASA DE XANGÔ	63
MÃE EDNA: A YAKEKERÊ	85
AS IRMÃS E OS IRMÃOS ROSA E SUAS MEMÓRIAS	95
AS FILHAS E OS FILHOS DA CASA E SUAS VISÕES	123
A FESTA DO CABOCLO BOIADEIRO	173
OCUPAÇÃO NEGRA NO VALE DO SÃO FRANCISCO	187
OS CAMINHOS DO ONYNDANCOR	229
GLOSSÁRIO	235





APRESENTAÇÃO

Esta obra é resultado de cinco anos de pesquisas e aborda a história da presença negra no Vale do São Francisco, região localizada entre os estados da Bahia e de Pernambuco. Para falar dessa herança, decidimos contar a história do terreiro de Candomblé considerado o mais antigo em funcionamento da cidade de Juazeiro/BA, o Ilê Axé Ayrá Onyndancor.

Através das falas e dos olhares da família Rosa, do Babalorixá Edson Rosa (Pai Ezinho) e a Yakekerê Mãe Edna e de seus filhos e de suas filhas, trazemos memórias negra-indígenas tão necessárias à reconstrução permanente de nosso passado e de nosso presente, submetidos a processos históricos e institucionais de esquecimento.

Esperamos que estas páginas tenham sentido para seus leitores e para suas leitoras, que se vinculem com suas ancestralidades e percebam a importância de conhecer o seu passado.





PREFÁCIO

Paz! Essa é a primeira sensação que nos dá ao entrar em um dos territórios de Xangô, na Bahia: o terreiro de Candomblé Ilé Asé Ayrá Onyndancor. Foi isso que nos moveu até aqui. Aliado ao amor pelo jornalismo, pela história e pela fotografia. Esse livro fala disso, de sensações, de espiritualidade, de ancestralidade, de resistência, de amores e da história negra da cidade de Juazeiro, na Bahia, em particular, do bairro do Quidé, tão esquecido pela historiografia local e nacional.

Antes de mais nada, e seguindo a tradição ancestral do Candomblé, ainda que estejamos escrevendo enquanto acadêmicos e acadêmicas, pedimos licença aos mais velhos, aos nossos iguais e aos mais novos e a todas as entidades que povoam esses sertões: Orixás, Voduns, Encantados, Inquices, Caboclos, Pretos Velhos, Erês. Com isso, queremos reverenciar não só o nosso saber, tão marcado pelo cartesianismo europeu-estadunidense, mas os saberes ancestrais indígenas, africanos e afro-brasileiros que nos trouxeram até aqui, que nos impulsionaram a colocar essas palavras no papel.

Compondo os vários sertões no país, Juazeiro/BA é uma cidade cuja marca principal da construção da sua identidade está na figura do sertanejo, do caatingueiro. Aqui, pretendemos esmiuçar uma das facetas dessa identidade, ocultada pelos processos sucessivos e diferenciados de colonização, cujo traço primordial foi a luta, constante, pela eliminação das ancestralidades negra e indígena, desde o século XVI até os dias de hoje. Queremos mostrar a cara preta dessa identidade: os descendentes dos povos africanos que aqui desembarcaram e tiveram no Candomblé uma das mais expressivas, criativas e lindas formas de resistência.

Assim, este livro, *Terreiro Ilé Asé Ayrá Onyndancor. o Axé na construção da história negra de Juazeiro/BA*, conta a história do terreiro conhecido como o mais antigo em funcionamento em Juazeiro/BA, que completa, em 2024, 60 anos de existência. Apresentamos aqui o resultado de dois anos de pesquisas sistemáticas,

período em que entrevistamos 20 pessoas ligadas, direta ou indiretamente, ao terreiro. Consultamos dois acervos, o Acervo Dom José Rodrigues e o de Maria Franca Pires, ambos abrigados no Campus III, em Juazeiro/BA, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Além disso, trazemos imagens, resultantes de 13 anos de registros realizados no terreiro Onyndancor.

Iniciada em 2018, a pesquisa “Imagens e História das Religiões de Matriz Africana, no bairro do Quidé, em Juazeiro, na Bahia”, encerra, com este livro, a sua primeira etapa, que foi a sistematização da história do Onyndancor. Essa investigação contou com a participação de dois bolsistas financiados pelo Programa Afirmativa, vinculado à Pró-reitora de Ações Afirmativas da UNEB, sendo eles Marcus Gomes e Paloma Cristina da Silva Souza, Ana Luísa da Rocha Sá, sob a orientação das professoras doutoras Márcia Guena dos Santos e Ceres Santos, ambas coordenadoras do grupo de pesquisa Rhcados (Hierarquizações Raciais, Comunicação e Direitos Humanos), credenciado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Durante a investigação, também contamos com a colaboração da professora Donária Cardoso do Carmo, pessoa de confiança do terreiro, que foi uma grande intermediária entre o discurso acadêmico e o tempo do terreiro, ensinando-nos a esperar, a respeitar e a conhecer, no tempo certo, o que deve ser revelado.

É bom dizer que somos um grupo de pesquisadoras e de pesquisadores negras e negros pesquisando e refletindo sobre o passado dessa cidade a partir de um olhar que nos contemple. Queremos ser vistas e vistos na história, nos livros didáticos, nas imagens. Queremos que as crianças na escola saibam de que lugar da África vieram seus antepassados. De que nação indígena vieram seus bisavós, tataravós. É para isso que a nossa ancestralidade nos convoca e nos mobiliza.

No primeiro ano da pesquisa, 2018-2019, iniciamos as investigações ainda sem bolsistas. Na época, estávamos desenvolvendo outro estudo, sobre os blogs de Juazeiro. No segundo ano, já com bolsas direcionadas, especificamente para esse projeto, elaboramos os seguintes subprojetos, com bolsas do programa Afirmativa da UNEB: um voltado para a história do terreiro e outro dedicado à maior festa dessa casa religiosa, a Festa do Caboclo Boiadeiro, quando três tradições se encontram: indígenas, vaqueiros e o povo de terreiro. Transitando entre os campos da Comunicação e da História, pretendemos, com essas pesquisas, contribuir para a construção da história negra da região, pois há uma lacuna de informações e fontes, bem como de interesses acadêmico e jornalístico, apesar de Juazeiro concentrar 73% de população negra (IBGE/SIDRA).



O livro está organizado da seguinte maneira: no Capítulo 1, “O Quidé e seus terreiros”, levantamos alguns aspectos sobre a história da formação do bairro do Quidé e o surgimento dos primeiros terreiros do bairro. Com o título “A fundação do terreiro Onyndancor”, trazemos, no Capítulo 2, as memórias dos mais velhos e das mais velhas, que contam como tudo começou. O Capítulo 3, “Mãe Flora”, faz uma homenagem à matriarca, que principiou tudo ao lado de Manuel Rosa, falando de sua origem no Axé e de seu papel na preservação da ancestralidade. Já o Capítulo 4 traz uma das principais entrevistas do livro, com o Babalorixá Edson Rosa, de 61 anos, que relata a sucessão do terreiro após a morte de seu pai, Manuel Rosa, e sua iniciação no Candomblé: “Pai Ezinho: o guardião da Casa de Xangô”.

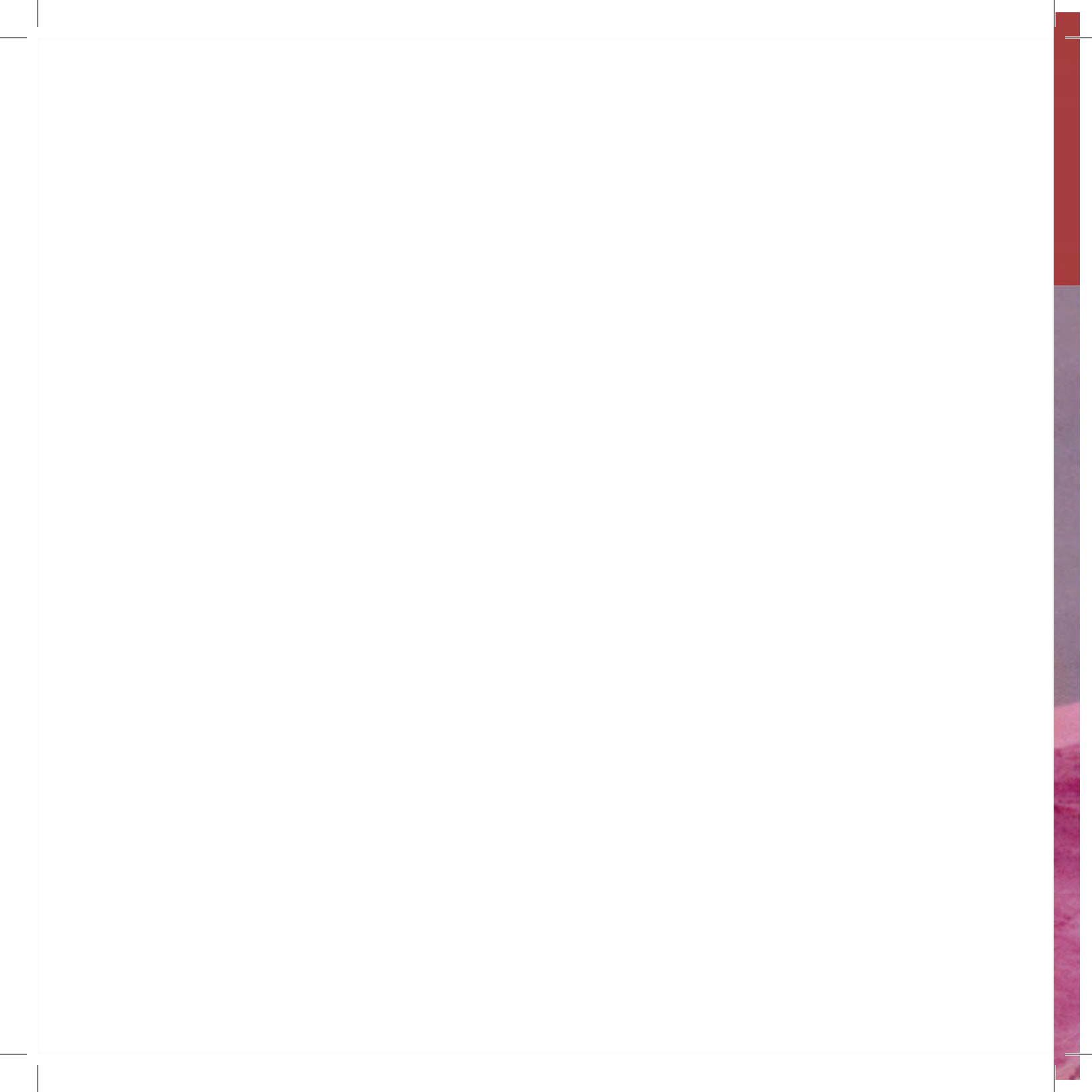
O Capítulo 5 é dedicado à Yakekerê do terreiro, Mãe Edna, que, lado a lado com o Babalorixá, preserva o Axé da casa. Aos irmãos consanguíneos, dedicamos o Capítulo 6, com o título “As irmãs e os irmãos Rosa e suas memórias”, no qual relatam as suas visões sobre o terreiro e as memórias familiares. O Capítulo 7 é dedicado às filhas e aos filhos da casa: “As filhas e os filhos da casa e suas visões”.

A maior festa do terreiro, dedicada ao Caboclo Zeca da Varginha, tem um capítulo especial, o de número 8: “A festa do Caboclo Boiadeiro”, no qual há um registro de imagens de vários anos da festa. No Capítulo 9, “Ocupação negra no Vale do São Francisco”, trazemos uma breve história, desde o século XVI, da ocupação da região, passando pela luta dos povos indígenas contra a violência colonial e pela chegada dos africanos na região.

O último Capítulo, de número 10, é dedicado ao futuro, tentando responder para onde caminha esse terreiro, com o título “Os caminhos do Onyndancor”.

Esperamos, com este livro, contribuir para a construção da história negra-indígena da região, cujos registros estão por aí, esparsos, muitos deles guardados na memória das nossas mais velhas e dos nossos mais velhos. Ainda assim, conseguimos resgatar algo nos registros oficiais, marcados pelo embranquecimento daqueles e daquelas que o produzem, pelo colonialismo, pelo sexismo e pelo machismo que tem regido nossa sociedade e suas memórias arquivadas.

Ceres Santos e Márcia Guena



Capítulo 01

O QUIDÉ E SEUS TERREIROS





Filhas do terreiro Mucumbo, em Juazeiro (BA), 1977. Foto Euvaldo Macedo/Arquivo Maria Franca Pires.



Filha do terreiro Mucumbo, em Juazeiro (BA), 1977. Foto Euvaldo Macedo/Arquivo Maria Franca Pires

Foto da página anterior: Pai Henrique Pereira Gomes, no terreiro Mucumbo, em Juazeiro (BA). 1977.
Foto Euvaldo Macedo/Arquivo Maria Franca Pires.



Pai Henrique, no terreiro Ogum Roxo Mucumbo, em Juazeiro (BA). 1977. Foto Euvaldo Macedo/Arquivo Maria Franca Pires



Pai Henrique, terreiro Mucumbo, em Juazeiro (BA), 1977.
Foto Euvaldo Macedo/Arquivo Maria Franca Pires



Passeata contra a intolerância religiosa, Quidé, Juazeiro(BA), 2015. Ao centro Mãe Edna. Foto: Márcia Guena



Passeata contra a intolerância religiosa, Quidé, Juazeiro(BA). Foto: Márcia Guena



Passeata contra a intolerância religiosa, Quidé, Juazeiro(BA). Foto: Márcia Guena



Aguadê D'Oxum, 2016. À frente Pai Erisvaldo, Mãe Flora e Mãe Edna. Foto: Márcia Guena



Aguadê D'Oxum, 2016. Mãe Edna Carregando flores, em frente ao Juazeiro, no bairro do Quidê. Foto: Márcia Guena



Chegada do Aguadê D'Oxum na orla de Juazeiro. Foto: Márcia Guena



Aguadê D'Oxum, 2016. Foto: Márcia Guena



Aguadê D'Oxum, 2016. Foto: Márcia Guena



Aguadê D'Oxum, 2016. A entrega do presente à beira do Rio São Francisco.
Foto: Márcia Guena



Aguadê D'Oxum, 2016. Foto: Márcia Guena



Pai Edson Rosa e Mãe Edna realizam caminhada em defesa da árvore secular, um Juazeiro, no Bairro do Quidé, em março de 2023. Foto: Márcia Guena

Filhos e filhas do Terreiro Onyndancor se preparam para manifestação em defesa do Juazeiro, localizado no bairro do Quidé. Março de 2023. Foto: Márcia Guena





Mitos e histórias sobre a origem do nome

A origem do nome bairro do Quidé é curiosa e incerta. Há mais de um relato sobre isso. Os documentos que nos possibilitam conhecer a história do bairro do Quidé estão nas páginas de um dos cadernos produzidos pela professora Maria Franca Pires e alunos no período de 1984. Nesse caderno, está registrada a história de vários bairros de Juazeiro/BA, entre eles o bairro do Quidé. *As informações foram dadas pelos alunos do Grupo Escolar Professora Guiomar Lustosa Rodrigues. Através das professoras: Edna Leonardo da Silva, Eliana Lopes da Silva, Iris Dalva Santos de Oliveira, Atimê Souza Rodrigues Souza e Euza Antonio de Queiroz.* Então, estamos aqui diante de um relato oral, que não teve o rigor da confrontação com outros documentos. Mas o trazemos aqui, por estar em um acervo histórico da cidade. São histórias cercadas de humor (Arquivo Maria Franca Pires/UNEB, p. 7).

A primeira história que relata a origem do nome do bairro do Quidé aconteceu quando duas senhoras foram presas, Chica e Guiomar, ambas de sobrenome desconhecido. Chegando à delegacia, ao ser perguntada pelo delegado onde moravam, Chica respondeu: *“Eu moro no que dé”*. Outra história envolve um lavrador e diz: *“Também havia neste local, um lavrador, a quem alguém perguntou: “O que você planta neste lugar?” O agricultor disse: “Eu planto o que dé”* (Arquivo Maria Franca Pires/UNEB, p. 7).

Os alunos do Grupo Escolar Professora Guiomar Lustosa Rodrigues disseram que o nome *foi ficando assim conhecido com o local onde morava esse lavrador, com o nome de QUIDÉ.*

Em uma terceira história, os moradores dizem que uma senhora pedia ajuda financeira e deu origem ao nome. Ela morava nessa localidade que ainda não se chamava Quidé: *Ela pedia esmolas e quando os donos de casa diziam que não tinham nada, ela respondia: “O que dé, tá bom”* (Arquivo Maria Franca Pires/UNEB, p. 7).

A formação do bairro

Foi nos anos 1970 que o bairro começou a ganhar infraestrutura: “A Luz elétrica chegou no bairro em 1979, na administração do Sr. Arnaldo Vieira do Nascimento (ex-prefeito de Juazeiro)” (Arquivo Maria Franca Pires, p. 11-12).

A maioria dos moradores, como registra Maria Franca Pires, era católica, com a presença de outros credos. Aqui ela já inicia o registro sobre a religião de matriz africana. “Religião maior número de pessoas do bairro, seguem a religião católica; outros participam das igrejas protestantes: ‘Adventista do Sétimo Dia’ e ‘Assembleia de Deus’, além destas igrejas, vamos encontrar os terreiros de Candomblé dirigidos por: Mãe Filhinha, Pai Henrique (Henrique conhecidíssimo no bairro e centro de cidade é um grande Candomblézeiro) e Manuel de Flora” (Arquivo Maria Franca Pires, p. 11-12). Mas, segundo Pai Ezinho, não existiam igrejas evangélicas nesse período no bairro do Quidé. A primeira igreja evangélica foi erguida, segundo ele, na Rua 2. *Quem primeiro chegou no Quidé foi o Candomblé, e depois as outras religiões*, enfatiza.

No artigo de Mário Ribeiro dos Santos, “À sombra das árvores dos terreiros, caminhos e histórias se cruzam: relatos de ocupação do bairro do Quidé em Juazeiro – Bahia (1960-1970)”, publicado na revista Escrituras, no volume 2 de 2018, o autor entrevista Dona Flora e Maria do Tempo para contar como o bairro do Quidé foi se configurando.

Quando Dona Flora foi morar no Quidé, o bairro não possuía nenhuma estrutura urbana, com pouquíssimas casas, como relatou em entrevista a Mário Ribeiro dos Santos, em 10 de agosto de 2017: “Era tudo mato. Luz nem água não existiam. Eu já sofri muito aqui. Ia buscar água na rua Santo Antônio ou na Piranga. [...] era escuro só tinha claridade da lua”. O autor também ouviu Maria de Tempo, que passou uma impressão semelhante.

Não tinha água, luz elétrica. A gente tinha que pegar água no rio. A lata d’água na cabeça e tinha que usar o candeeiro. Botava o gás e usava o candeeiro. [...] Não tinha ônibus. Não tinha posto médico, tinha que ir pro Hospital Regional. Escola era uma casinha de taipa que uma senhora chamada, professora



Aurita, que dava aula. Os pais pagavam e aí dava aula pras pessoas (Maria do Tempo apud Santos, 2018).

Na entrevista realizada com Florisvaldo Rosa, ainda criança naquele período, ele também traz lembranças dessa época da convivência com seus irmãos mais velhos:

Quando eu cheguei aqui havia 10 casas, era uma aqui, outra longe para caramba, não tinha energia, não tinha água encanada. Eu tinha que aquilombar água do rio. Certas vezes eu ia e pegava água no chafariz do Piranga (um dos bairros mais antigos), no muçambê ali perto do bairro Santo Antônio, carregando no jumento quatro latas d'água (Florisvaldo Rosa).

Vários terreiros do Candomblé já existiam no bairro, o que fazia da localidade um lugar especial da cultura negra na cidade. O relato de Maria de Tempo a Mário Ribeiro dos Santos é muito significativo nesse sentido e traz um mapa das casas na época.

Já existia o terreiro de Pai Henrique; Mãe Filhinha; Manuel de Flora (na Avenida Dom José Rodrigues, onde existe até hoje); Maria de Liloto; Orlando (na beira do rio). [...] Pai Henrique, que era o mais velho; Filhinha (que era filha de santo de Henrique). Tinha muita gente do axé, muita gente do Candomblé. [...] A minha família já seguia essa pessoa por nome Manuel de Flora, que ele tinha uma sessão de palmas, que as pessoas batiam palmas, né? Uma mesa branca. Aí as pessoas começaram a seguir ele e ele fazia a sessão dele no bairro do Quidé e muita gente vinha do centro, do bairro do Piranga, outros da Penha e se juntavam todos aqui no bairro do Quidé pra fazer essa sessão de Caboclo. [...] Aí outras famílias foram seguindo, foram fazendo casas de taipa, foram ficando mais perto dele, mais próximo dele, até então ele começou a construir a casa dele e tinha os bichos que ele tinha que dar água, comida e ficava difícil ir pro centro e depois voltar e ele achou mais fácil todo mundo ficar aqui pertinho um do outro e aí foi formando, chegando gente, chegando gente e foi formando o bairro do Quidé (Maria de Tempo).

O Babalorixá Erivaldo Rosa lembra que o Quidé é uma terra sagrada, em função da sua origem estar ancorada na formação dos terreiros:

Esse bairrozinho que vocês estão vendo, que vocês estão pisando, isso é uma terra sagrada! Esse bairro foi fundado por roça de Candomblé, roça de meu avô Henrique, a roça da minha Yalorixá, minha Mãe Filhinha, a roça de Mãe Maria de Liloto, a roça de Orlando no Quidezinho, a roça de Pai Berto, a roça de Mãe Nenê Cardoso e outras tantas. Se aqui não tivesse na consequência de umas 20 e poucas roças

de Candomblé... para depois virar bairro, então é uma situação muito mudada. Para quem sabe do começo da história é totalmente diferente (Babalorixá Erivaldo Rosa).

O Babalorixá Edson Rosa, Pai Ezinho, que visitou o Quidé pela primeira vez quando tinha sete anos, conta como era o bairro:

Naquela época tinha o areião, tinha o curral de gado no caminho, criação de gado lá na Água Bela, e tinha do Seu Chefi, era o pai de Jorge Curi. Aqui era mata fechada, Jurema, pé de braúna, catingueira, xique-xique, mandacarú. Tinha moradores só no início e tinha Pai Henrique, que era pai santo da minha mãe (de santo). Meu avô de Santo. Umas casinhas lá na frente, dono de um dos terreiros mais antigos, o Mucumbo (Babalorixá Edson Rosa).

Mário Ribeiro dos Santos chama a atenção para o fato de que Seu Manuel contribuiu para o povoamento do Quidé, a partir de sua ação religiosa. “Seu Manuel Rosa nasceu em 5 de dezembro de 1933, no Riacho Toirão, estrada de Curaçá – sertão da Bahia. [...] Mudou-se para o Quidé após o casamento com Dona Florentina, com a qual teve 10 filhos, sendo 08 homens e 02 mulheres” (Santos, 2018, p. 122).

O bairro foi sendo habitado aos poucos com casas feitas de palha e capim e as localidades ocupadas receberam diferentes nomes: Morro do Apará Bala, Quidezinho, Pedra do Lord, Beira do Rio, entre outros, que perduram até hoje, como relata Santos (2018). Os terrenos não tinham escritura, eram invasões e não custou muito para a Diocese reivindicar a propriedade da terra.

Em meio a essa nova ocupação, Seu Manuel tornou-se uma importante liderança. *Não demora e Manuel Rosa se tornou uma das principais lideranças políticas do bairro, mobilizando esforços para garantir melhorias para a comunidade, a exemplo da chegada da luz elétrica, água encanada, transporte público, posto médico, escola e posto policial* (Santos, 2018, p. 122).

Com a chegada do terreiro, o bairro começou a crescer, o Babalorixá Manuel Rosa vai se tornar personagem não só como liderança do terreiro, mas como promotor social. Ele é quem vai ajudar as pessoas em suas necessidades. *Veja [...] meu pai era o único na época que tinha carro e às vezes o pessoal adoecia, aí chamava ele. E não tinha horário, então era o SAMU (o carro) da época. O meu pai levava para o hospital as mulheres que ia ganhar neném*, conta Florisvaldo.

A localidade como, já relatado acima, era carente de serviços essenciais. Não existia posto de saúde, um dos serviços mais básicos para uma comunidade. Quando

os governantes faziam campanhas de vacinação para a população do bairro, o terreiro era o espaço onde as pessoas eram atendidas pelos médicos durante a programação da campanha. *Aqui também serviu de apoio para vacinação – posto médico. O médico vinha para cá consultar, aplicar vacina de cachorro porque aqui não tinha postinho. Graças a Deus o bairro foi crescendo, chegou escolas, posto médico, postinho policial que até já foi desativado*, afirma Florisvaldo Rosa. Era o exército quem se encarregava da vacinação dos animais, afirma o Babalorixá Edson Rosa.

O Terreiro Onyndancor serviu como um lugar de apoio à população, sendo um tipo de associação de bairro como as de hoje, quando as pessoas necessitavam de ajuda. O que o posto de Saúde e o Cras fazem hoje era o que o Onyndancor fazia. O terreiro era o local onde essas pessoas procuravam auxílio. Elas buscavam não só ajuda material, mas também procuravam conselhos do líder religioso Manuel Rodrigues Rosa. Esse tipo de apoio, aliás, vinha de políticos que procuravam o Babalorixá para conversar e, também, em busca de apoio político, já que Manuel Rosa era uma liderança do bairro do Quidé.

Onyndancor sempre foi portas abertas, toda vida foi porta aberta, graças a Deus. A gente acolhia todo mundo, toda vida. A parte de política eu acho que deixa a desejar, porque só vem ver a gente na época de eleição. O momento que eles vêm ao terreiro é só na época de eleição, nas campanhas aparecem. Foram eleitos, somem. Não estou aqui para cobrar ninguém, se vier as portas estão abertas, destaca Florisvaldo Rosa.

O terreiro Onyndancor recebia pessoas não só de Juazeiro e da região, mas, também, de outros países da América do Sul. O Babalorixá Manuel Rosa foi entrevistado por chilenos. *Aqui vinha pessoas do Chile para fazer entrevista com meu pai*, conta Herivelton Rosa. Gilvan Rosa acentua o papel do terreiro dentro do bairro:

O terreiro teve o potencial de levar e carregar a cultura de uma forma vista, você pegar aqui um bairro desse aqui, que foi tanto discriminado, não só na questão religiosa, mas em tudo. Só em você morar aqui as pessoas lhe associavam a uma pessoa ruim, que era analfabeto, flagelado, o ladrão, os usuários de drogas. O bairro em si para a sociedade, o bairro era visto de forma preconceituosa, você morar, por exemplo, tinha gente que para poder se empregar no comércio não dava o endereço daqui. Pegava o endereço de outra localidade para poder dar. Eu conheci muitas pessoas que tentou emprego no centro da cidade. Aí quando dava o endereço daqui, nunca era selecionado. Aí a partir de outro momento as outras

as pessoas começaram a dar o endereço de outros bairros. Aí as pessoas começaram a perceber que era preconceito.

Então assim, não fizemos um trabalho, focados só na questão do Candomblé. Procuramos nos movimentar de outras formas. Procuramos manter outras linhas culturais, agregar outras coisas dentro do próprio terreiro, a publicar, a participar mais de palestras. A ir para os fóruns e viajar para as conferências. Tudo isso aí foi crescendo, foi publicando, aí tudo isso aí tinha divulgação. Aí se tornou uma forma que, realmente as pessoas já veem uma questão diferente na comunidade. Começam a ver o bairro com a questão mais cultural, do que uma questão de bandidagem.

Teve o trabalho todo de carregar a comunidade. Inclusive, assim, por exemplo, fizemos o bloco Filhos de Zaze, foi o fator fundamental para isso acontecer. Hoje, no carnaval, a gente é a grande estrela de público. Participamos de grandes eventos. Por exemplo, esse final de mês mesmo já vai ter um evento aqui na questão de parceria com o Sesc. O evento é Aldeia Vale Dançar, Festa do Guerreiro (em abril) e Aldeia do Velho Chico. O Vale Dançar é um movimento cultural da região ribeirinha, que o Sesc promove diversidade de Cultura, teatro, música e dança. E, aqui, se tornou um polo. Então, só se tornou em virtude do terreiro, de uma luta, e de uma briga, que a gente correu atrás, a gente vai a pé, e outra com respaldo, se você não tiver respaldo você não consegue.

E hoje, graças a Deus, a gente tem respaldo do público, é você manter uma associação dessa daí, não pensando em fins lucrativos, mas sim pensando no trabalho que realmente você tem que prestar. É você pegar e você ver que aqui dentro desse terreiro, dentro dessa comunidade, têm pessoas que já foram usuárias de droga, pessoas que já desandou na vida, ele está aí bem vestido, bem dançando, bem brincando, bem trabalhando. É o resgate que a gente conseguiu manter dessas pessoas, e que hoje a gente tem um reconhecimento muito bom (Gilvan Rosa).

Pai Henrique

O autor aponta que o jornal Rivale sempre publicava matérias sobre os Candomblés em Juazeiro e, mais particularmente, sobre o Quidé. Assim, tanto nas notícias quanto no relato de seus entrevistados, Mãe Filhinha e Pai Henrique aparecem como lideranças religiosas muito importantes e, também, fundadoras da ocupação inicial do bairro. Esta referência abaixo o autor retirou do jornal Rivale:

Pai Henrique de Ogum, registrado como Henrique Pereira Gomes, talvez seja a mais antiga referência do Candomblé no bairro do Quidé. Natural de Remanso, Bahia, o sacerdote foi iniciado na religião dos Orixás em 27 de junho de 1947. Até a primeira metade da década de 1970, o sacerdote tinha mais de 116 filhos iniciados, a maior parte residente em bairros periféricos de Juazeiro. Um menor número vinha de cidades próximas, a exemplo de Remanso e Pirapora, também na Bahia (Rivale, 1974, p. 07 apud Santos, 2018, p. 124).

O terreiro do Mucumbo pode ser visto, como num filme, através do relato vívido de Pai Ezinho, com detalhes da casa, das festas e de um dos pais de santo mais antigos da cidade, Pai Henrique.

Era muito movimentado, tinha muita gente. Ele tinha muito respeito, era um terreiro assim, muitos filhos de santo por aí afora, no Brasil. E ele tinha muita criação de Guiné, eram nuvens de Guiné, as galinhas da Angola. Ele tinha também um evento que chamava “os Congos”, que era a coisa mais linda, que era tudo a caráter. A gente ia pra lá também, que tinha quermesse, tinha novenas. O terreiro parecia uma igreja de Santo Antônio. Quando terminava a novena, de 1 a 13 de junho, entrava na festa de Ogum, quando terminava a novena (Pai Ezinho).

Pai Henrique vai surgindo da memória de Ezinho com toda a sua força e elegância. Entre risos e emoção, ele relata quem era esse homem. *Fisicamente, parecia Tarcísio Meira. Ele era claro, era muito vaidoso, uma cabeleira muito bonita. Ele fazia suas caridades, mas também não era de brincadeira! Ninguém tirava leite com ele não, relata, rindo! Se ele quisesse deixar você sentada nessa cadeira, tu não tinha ação de sair. E nós, pianinho com ele* (risos e silêncios).

Nada foi construído no entorno do barracão de Pai Henrique. Segundo Pai Ezinho, o bairro Nossa Senhora das Grotas, adjacente ao Quidé, do outro lado da avenida, só foi erguido depois de sua morte. Ali tudo era limpo. Ninguém tinha coragem de fazer casa lá. Lá da Água Bela você já conseguia ver a frente do terreiro, só era a ruína dele, ninguém construiu nem na frente, nem nos fundos.

O terreiro ainda existe e uma de suas filhas mora lá. Segundo Ezinho, ainda há “coisas que elas mexem”. Pai Henrique morreu, há cerca de 18 anos e sua importância é muito grande para a história do Candomblé em Juazeiro, pois foi pai de santo de

Mãe Filhinha, mãe de várias gerações que hoje perpetuam o Candomblé na cidade, inclusive, de Seu Manuel, Dona Flora e Pai Ezinho.

Pai Henrique era muito respeitado e até hoje é lembrado. Ele recebia o Caboclo Sultão das Matas, através de quem realizava consultas. Ele foi o Babalorixá que fez a iniciação de Dona Jovelina Maria dos Santos, conhecida como Mãe Filhinha de Oxum, em 1954. Ela foi a responsável pelas duas linhagens que surgiram no terreiro Onyndancor. “A yalorixá, filha do Orixá Oxum, “de pele morena, cabelos longos e estatura mediana” (Rivale, 1974, p. 6) é natural de São Raimundo Nonato (Piauí) e chegou em Juazeiro/BA, na primeira metade do século XX, no bairro do Quidé, onde “descobriu suas faculdades mediúnicas e desenvolveu-as” (Rivale, 1974, p. 6 apud Santos, 2018, p. 125).

Mãe Filhinha

Mãe Filhinha realizou a iniciação de Dona Flora, e ela relatou em detalhes para Mário Ribeiro:

Eu adoeci e ficava com medo de morrer e meus filhos criados por outras pessoas. E judiar deles. Aí os médicos (trecho não identificado na gravação) [...] sabe qual era a minha comida? Só água. Não sentia fome. Agora me dê água que é bom. Já tinha quatro filhos, então eu ia pra um médico, pra outro. Os melhores médicos dentro de Juazeiro. Sabe que eles diziam: procure outros recursos pra ela que médico nenhum vai botar ela boa. Foi o jeito eu cair dentro. Fui bater na casa de Mãe Filhinha. Aí caí dentro e fiquei boa até hoje. Aí fui ter mais filho e fui criar (risos) (Entrevista com Dona Flora concedida a Mário Ribeiro dos Santos, 2018, p. 125).

Antes de chegar em Mãe Filhinha, Dona Flora passou no terreiro de Nanã, no Morãozinho, dirigido pela Yalorixá Mãe Venina, de Dijina Ajeumsi, filha de Nanã, como relatam Pai Ezinho e Mãe Edna. Mãe Venina foi iniciada no Candomblé de Vavá Pau Brasil, conhecido por Vavá Preto, em Juazeiro, cujo terreiro ficava nas imediações da Ceasa, perto do Verdão: Até hoje não construíram nada, destaca Pai Ezinho.

O filho de Dona Flora, Edson Rosa, o atual Babalorixá do terreiro Onyndancor, tem viva a memória da infância quando sua mãe saiu de casa para o terreiro de Mãe Filhinha. Mas eles, ainda crianças, não tinham ainda nenhuma ideia sobre a religiosidade de seus pais.

Meu pai, ele avisou que ia viajar e minha mãe ia ficar lá pro tratamento. Ela ia ficar e ele vinha pra ficar mais a gente. Era doença mesmo, o médico não curou. E a gente, é o que está na minha cabeça ainda, eu ando, se eu for lá eu vejo, eu sei a cama, eu sei os lençóis, tá tudo aqui dentro da minha cabeça. Olha que idade eu tinha, o que é o sufoco de uma pessoa. Então eu vejo tudo, eu sei os robes que mãe usava, que tinha um lilazinho, outro azulzinho, uns com os bolsinhos, tudo eu sei. Tudo! O que ela bebia... (Declaração de Pai Ezinho).

Dona Flora contou ao pesquisador que o terreiro de Mãe Filhinha funcionou sem muitos problemas com a segurança pública, porque seu marido, José Luiz dos Santos, era carcereiro e tinha um cargo importante no terreiro. Filho de Omolu, ele era Ogã Alabê¹¹, responsável por tocar os instrumentos sagrados. É importante lembrar que nas décadas de 1960 e 1970 os terreiros ainda eram bastante perseguidos, principalmente pelo Dops.

Santos relata que nas décadas de 1960 e 1970 os terreiros sofriam constantes invasões da polícia e tinham que solicitar autorização prévia para realizar suas atividades, histórias que estão presentes na memória de Dona Flora. Mas, mesmo assim, Santos (2018) relata que as festas de Candomblé eram frequentadas pela classe trabalhadora e movimentavam o final de semana, começando, em geral, depois das 19 horas. Ele destaca que a jornalista Izmar, do Jornal Rivale, deixou importantes contribuições para a história dos Candomblés do Quidé, na década de 1970.

O filho caçula da família, Erivaldo Rosa, hoje com 48 anos, relata uma vivência muito próxima de Mãe Filhinha, responsável pela sua iniciação e também filha de Oxum, a Orixá guardiã da casa que Erivaldo fundou. Ao relatar detalhes do cotidiano da Yalorixá, ele frisa que a vida dela foi toda dedicada ao Candomblé. Para Mãe Filhinha, o sábado era um dia sagrado, conta. Se desse meia-noite e ela ainda estivesse em atividade, interrompia imediatamente. Ela abria a Dicisa, que é a esteira, no chão e se deitava.

Minha mãe nunca largava a conta D' Oxum! Eu nunca vi minha mãe de roupa normal. Eu vi! Nos 50 anos de casada, ela foi pra missa! Quando ela chegou, que todo

¹ Ogã Abalê – O que tem a responsabilidade de tocar os atabaques em um Xirê e rituais internos.

mundo procurou ela, já tinha ido lá dentro, já vinha de bata e saia! Aí ela disse: não combina comigo! Ela foi um exemplo para mim. Tudo que eu levo, talvez às vezes o carrancismo, talvez querer ser igual, a gente nunca consegue ser igual, porque o mundo transforma, o mundo muda, é mudança demais! Foi uma grande ialorixá dentro de Juazeiro. Ela é a dona da história, não tem outra! Não tem outra. E eu costumo falar, porque a gente faz um plano, Deus faz outro. “Sou Omi kayode, depois de mim, o dia que Deus, que Olorum me levar ao orum, a obrigação que se continua é o Aguadê de Oxum!”, fala Erivaldo, enfaticamente.

Porque não se existe Omi kayodê sem aguadê; não existe a rocinha da Oxum, sem Aguadê. O momento que eu vejo minha mãe de santo dentro da minha casa, é 8 de dezembro. É o momento que meus filhos, todos pés no chão, o momento que todo mundo, é iaô, que não tem 26 anos, que não tem 27 anos, que não tem mais velho, que não tem mais novo. Todo mundo é neto, todo mundo é de igual para igual, porque nesse momento eu sou filho, filho, filho.

A gente acorda com Oxum e a gente dorme com Oxum. Então, quando se fala de Mamãe Filhinha, ela teve uma boa história, ela teve um bom legado. E assim, você não vai ouvir isso só de filiação, só de pessoas de Candomblé. Se um dia você chegar na Prefeitura, você vai ouvir quem foi muito Filhinha. Chegue aos prefeitos mais antigos, às pessoas mais antigas, chega onde está Flor de Maria [esposa de Joseph Bandeira], quem foi Mãe Filhinha, ela vai falar. Além dos filhos, além de toda a religiosidade, com a cidade, com jeitinho maravilhoso dela, ela conquistava mesmo, relata Erivaldo.

A que nação pertencem os terreiros?

Para o Brasil, vieram, forçosamente, cerca de 12 milhões de africanos e africanas, na condição de escravizados e escravizadas, oriundos e oriundas de distintas regiões da África, mas, predominantemente do Oeste africano. Para cá, trouxeram suas divindades. Assim, o Candomblé foi uma religião organizada no Brasil a partir das várias influências de entidades, conhecimento e cosmogonias africana e indígena.

Porém, essa religião se organizou de distintas maneiras, de acordo com a origem da população africana, constituindo-se o que a literatura passou a chamar de nações. As nações Jeje, Nagô, Angola e Ketu são as principais e correspondem a



identidades étnicas. Os primeiros africanos escravizados e as primeiras africanas escravizadas vieram do Congo e cultuavam as Inkices, e passaram a conformar os terreiros de Angola, falando as línguas do tronco Quimbundo. Os Orixás e Voduns foram trazidos, a partir do século XVIII, pelos africanos e pelas africanas oriundos e oriundas do Golfo de Benin, atual Benin, Nigéria, e da Costa da Mina, atualmente Gana e Togo. Eles constituíram os Candomblés Jeje, que cultua Voduns, e o Nagô e Keto, que cultuam os Orixás e falam, predominantemente, o Yorubá (Tall, 2012). A nação Nagô, oriunda dos países de língua Yorubá, cultua os Orixás e fala essa língua em suas cerimônias. A Nação Angola, que fala as línguas do tronco Quimbundo, cultua os Inquices.

Os Caboclos são cultuados de forma bastante especial, pois são os donos da terra. Como afirma Tall (2012), houve, no começo, alguma resistência na incorporação dos Caboclos no Candomblé, mas hoje há a compreensão da necessária reverência a essa entidade que é o princípio da terra, a relação com os indígenas e com a natureza local. Ela ainda afirma que, quando os africanos aqui chegaram, foram os indígenas e seus encantados que os introduziram no conhecimento das folhas. Assim, estabeleceu-se uma relação entre o Caboclo e Oxóssi, o que é muito interessante, pois Oxóssi é o Orixás do Babalorixá Edson Rosa, que também recebe o Caboclo Zeca da Varginha.

Essa descrição é necessária para entender a posição do terreiro Onyndancor dentro das nações do Candomblé que se conformaram no Brasil. O Onyndancor cultua os Orixás e é uma casa de Xangô. Seu Babalorixá é de Oxóssi e inicia todos os seus filhos ao culto dos Orixás. O Caboclo Zeca da Varginha é bastante presente e tem um altar separado do Barracão, em uma área aberta, e um dia especial para a sua festa, quando é cultuado durante todo o mês. Assim, dentro da classificação proposta por Tall (2012), poderíamos sugerir que esse é um terreiro Ketu-Nagô, com fortes influências indígenas, que pode ser percebido na sua relação com a nação Tuxá. Porém, com um destaque maior do que o tradicionalmente encontrado para a figura do Caboclo.

Assim como o Onyndancor, essa tradição de culto ao Caboclo vai se repetir em vários outros terreiros de Juazeiro e do bairro do Quidé. Ainda não sabemos de forma precisa quantos terreiros há em Juazeiro e suas filiações. Os números ainda são desconhecidos e pedem um mapeamento mais rigoroso. Segundo

dados de uma pesquisa desenvolvida pelo Terreiro Ilê Asé Onyndancor, nos anos de 2019 e 2020, foram identificados 18 terreiros no bairro do Quidé. Já a lista de contatos do povo de terreiro de Juazeiro/BA, usada pelo Conselho de Promoção de Igualdade Racial de Juazeiro (COMPIR), tem 32 contatos de terreiros localizados em cinco bairros de Juazeiro/BA, sendo que apenas sete estão no bairro do Quidé. Além dessas referências, recorreremos à pesquisa “Mapeamento participativo dos terreiros de Juazeiro”, coordenada pelas professoras Ceres Santos e Márcia Guena, a qual resultou na identificação de 54 terreiros e na geolocalização de 31, através do aplicativo SmartChico, pensado pelo professor Cecílio Bastos, da UNEB. E, também, às casas que integram a pesquisa do professor Juracy Marques dos Santos, e que resultou no livro Candomblé e Umbanda no Sertão – Cartografia Social dos Terreiros de Petrolina/PE e Juazeiro/BA.



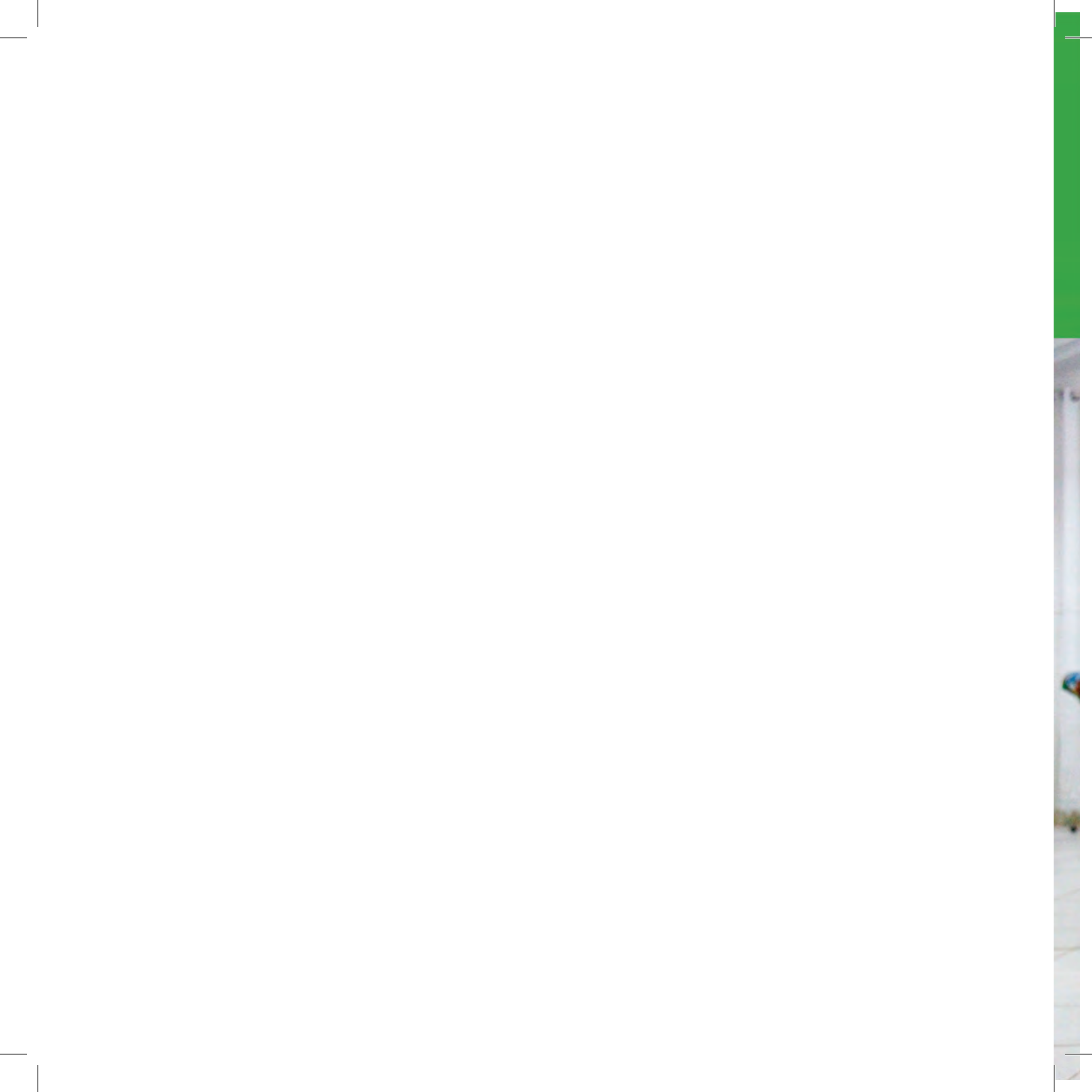
Referências

Acervo Maria Franca Pires. Departamento de Ciências Humanas, Campus III, Juazeiro, Universidade do Estado da Bahia.

CARVALHO, Maria do Rosário; CARVALHO, Ana Magda (orgs.). Índios e Caboclos. A história recontada (on-line). Salvador, Edufba, 2012. Disponível em: <https://archive.org/details/9788523212087/mode/2up>. Acesso em: 03 abr. 2021.

SANTOS, Mário Ribeiro dos. À sombra das árvores dos terreiros, caminhos e histórias se cruzam: relatos de ocupação do Bairro do Quidé em Juazeiro – Bahia (1960-1970). Revista Escripturas, volume 2, número 1, 2018. Disponível em <https://www.revistaescripturas.com/numero-20181/%C3%A0-sombra-das-%C3%A1rvores-dos-terreiros%2C-caminhos-e-hist%C3%B3rias-se-cruzam%3A-relatos-de-ocupa%C3%A7%C3%A3o-do-bairro-do-quid%C3%A9-em-juazeiro---bahia-%281960-1970%29>. Acesso em: 03 abr. 2021.

TALL, Emmanuelle Kadya. O papel do Caboclo no Candomblé baiano. In: CARVALHO, Maria do Rosário; CARVALHO, Ana Magda (orgs.). Índios e Caboclos. A história recontada (online). Salvador, Edufba, 2012. Disponível em: <https://archive.org/details/9788523212087/mode/2up>. Acesso em: 3 abr. 2021. p. 79-94.



Capítulo 02

A FUNDAÇÃO DO TERREIRO ONYNDANCOR





Manoel Rosa, fundador do terreiro Onyndancor, em XX.
Foto: Acervo de Herivelton Rosa



Seu Manoel Rosa na festa de Xangô. Ao fundo Herivelton Rosa (o segundo da esquerda para direita), no atabaque, em XXX.
Foto: acervo de Herivelton Rosa.

Página anterior - Dan (a cobra) que representa o Orixá Oxumaré e ao fundo o machado de Xangô, o Orixá dono do Ilê Asé Ayrá Onyndancor. Foto: Márcia Guena



Festa de Erê no Onyndancor, em 1991. Foto: acervo de Herivelton Rosa



Mãe Flora, à esquerda, Herivelton Rosa, à direita, no barracão do Onyndancor.
Foto: acervo de Herivelton Rosa



Herivelton Rosa no terreiro Onyndancor, década de 90.
Foto: acervo de Herivelton Rosa



Festa de Erê no terreiro Onyndancor. Em pé, à esquerda de azul, José Rosa, e à direita, Florisvaldo Rosa.



Amalá de Xangô, no terreiro Onyndancor, 2019. Foto: Márcia Guena



Amalá de Xangô, no terreiro Onyndancor, 2019.
Foto: Márcia Guena



O início

O início da história do Ilê Axé Onyndancor nos foi contada pela oralidade da família Rosa, amigos e amigas da família e pelas lembranças do filho mais velho do casal Manuel Rodrigues Rosa e Florentina da Silva Rosa, Herivelton da Silva Rosa, 67 anos. Como um grande, antigo e desbotado quebra-cabeça, fomos juntando as peças que restaram. Por isso, essa reconstituição tem vazios de tempo, de cenas e de personagens. Mas as pegadas do tempo nos levam para uma viagem nos anos de 1956 e 1957.

É bom já informar que a matriarca da família Rosa, Florentina da Silva Rosa, é natural da região de Curaçá, área de Caatinga. Sua mãe, Josefa, era natural do distrito chamado Itamotinga, que pertence à Craibeira, e seu marido, João Cardoso, era da mesma região. Os pais de Manuel Rodrigues Rosa, Maria Patrocínio dos Santos e Albino Rodrigues Rosa, eram do Boqueirão. Maria Patrocínio teve dois casamentos, o primeiro foi com Albino Rodrigues Rosa, com quem teve cinco filhos. Ficou viúva e se casou com o segundo, Joaquim Antônio dos Santos. Manuel era filho do segundo casamento. Eles eram da família Rodrigues Rosa, natural do interior da Carnaíba. Quando tinha entre 12 e 13 anos, o pai de Manuel, Albino Rodrigues Rosa, faleceu. Tanto o pai como o filho eram vaqueiros, assim como o pai de Dona Flora. A descendência de Seu Manuel trazia traços de origem branca e indígena, sendo a avó Gertrudes com traços brancos; e a avó de Dona Flora indígena e negra “acaboclada”: o pai era um negro escuro e a mãe tipo “cabo-verde”, olhos claros e cabelos lisos. Tanto que Dona Flora tinha pele clara e Seu Manuel negra.

O primeiro filho do casal, Herivelton da Silva Rosa, nasceu em 10 de janeiro de 1958, uma sexta-feira. Ele se lembra de Dona Josefa, a avó materna: *Eu tive a felicidade de conhecer a minha avó materna, uma senhora acaboclada que trabalhava na confecção de cerâmicas de barro. Lembro que sempre que ela vinha de Curaçá*

para Juazeiro nos trazia presentes e eram pratos e panelas de barro. A gente achava aquelas panelas muito bonitas.

Com a morte do pai, Seu Manuel, mesmo criança, Herivelton teve que assumir a criação dos quatro irmãos, junto com a mãe. E aí, ainda criança os dois “roçavam”, cortavam lenha para fazer carvão. Trabalho braçal duro, pesado para um menino franzino de 13 anos. Não era fácil manter uma família de seis pessoas. Diante das agruras do Sertão baiano, a mãe de Manuel, Dona Maria, tinha sonhos, como o de viver com mais dignidade e menos sacrifícios. Queria colocar os filhos na escola. E aí, junto com Manuel, tomou uma decisão: “Vamos nos mudar para Juazeiro”. Antes, uma tia, de prenome Petronilha, já havia vindo para Juazeiro. E Manuel, mesmo criança, já vinha para Juazeiro trabalhar com o esposo de sua tia na fabricação de carroças. Em pouco tempo a família veio para Juazeiro morar com uma tia que os acolheu. Ela residia na Rua Francisco Martins Duarte, nas proximidades da Avenida Adolfo Viana. Depois, Dona Maria comprou uma casinha.

Já Dona Flora veio para Juazeiro e foi morar com uma tia avó. Ainda menina, trabalhava em casa de famílias e estudava à noite, no atual prédio da Direc, Góes Calmon, no centro da cidade. Era lá que ficava um colégio público e onde Dona Flora estudou até chegar a 4ª série do primário, hoje chamado de Ensino Fundamental. Nem Dona Flora nem Seu Manuel concluíram o Ensino Fundamental. Mas contam que ele gostava muito de ler. Foi então que Seu Manuel e Dona Flora se conheceram. E, em pouco tempo, casaram-se. O casal foi morar na Rua Professor Olavo Balbino, número 112, também chamada de Rua 18 B, no bairro Santo Antônio.

Dois anos depois do nascimento do primeiro filho, Herivelton, o casal e o filho precisaram sair às pressas de casa por conta de inundações em Juazeiro. A família ficou fora em torno de um ano e alguns meses. *Depois, retornamos ao bairro Santo Antônio e de lá viemos para o bairro do Quidé, conta Herivelton. Então, essa enchente aconteceu no ano de 1960. A Barragem que ficava no bairro de São Geraldo transbordou e nossa casa foi invadida pelas águas ao ponto de nossa família ter que sair de lá. Na oportunidade, minha mãe já estava na segunda gravidez. Fomos socorridos por Dona Venina, que já tinha um terreiro de Candomblé que o casal já frequentava. A segunda criança era uma menina que faleceu antes de completar um ano. Ela se chamava Emi da Silva Rosa*”, informa Herivelton.

Esse terreiro ficava ali no chamado Morãozinho, final da Maringá, próximo à Avenida Nossa Senhora da Penha, e a Yalorixá era chamada por Mãe Venina, filha

de Nanã. A digina (nome dado a cada iniciada e iniciado no Candomblé) dela era Ajeaumsi. Ela era filha de santo de um terreiro de Xangô, que existia ali, mais ou menos, nas imediações do bairro Castelo Branco. A terceira filha do casal, Edna da Silva Rosa, conta que nasceu na manhã de 11 de dezembro de 1961, uma segunda-feira, depois de seus pais terem voltado para casa, após participarem de uma festa no terreiro. Durante a noite anterior e madrugada, seus pais passaram a noite dançando em uma festa no terreiro de Venina de Nanã. Dona Flora, que também é filha da mesma Orixá, Nanã Buruke, apesar do tamanho da barriga e de estar com nove meses de gravidez, dançou até umas cinco horas da manhã. Ao chegar em casa, Seu Manuel foi tomar banho, pois tinha que se aprontar para o trabalho. Enquanto isso, Dona Flora tratou de fazer o fogo, com carvão, para preparar o café, quando sentiu que sua bolsa tinha estourado. Ela parou o que estava fazendo e se dirigiu ao pequeno quarto, com passos curtos e com as mãos no pé da barriga. Ela já estava em trabalho de parto. Assustado, Seu Manuel só teve tempo de se vestir às pressas e sair correndo de volta ao terreiro, chamar Mãe Venina, que também era parteira. E assim, nasceu Edna, das mãos de duas filhas de Nanã, em uma segunda-feira, dia dedicado a Omolu. Foi nesse cenário de singular simbologia que nasceu Edna Silva Rosa, filha de Xangô Aira. Ali chegava a Yakekerê do Ilê Onyndancor.

Fora da sua casa e, agora, com dois filhos, Dona Flora não se adaptava a essa realidade. Ela não estava feliz. Ela nunca contou ao marido e ninguém sabe até hoje se ela ouviu algum comentário maldoso, alguma crítica que a magoou. Mas Herivelton lembra que sua mãe não estava feliz com essa mudança imprevista, por conta da enchente. Ele conta que seu pai trabalhava, com carteira assinada, como classificador de pele, na Brastel, produto que era enviado para o curtume de Alagoinhas. Aí, um dia, no finzinho da tarde, por volta das 17h30, meu pai chegou em casa depois do trabalho e encontrou minha mãe chorando muito. Meu pai ficou chocado, aborrecido. Ele não falou nada. Calado foi tomar banho e se deitou em uma esteira. E eu, criança, me deitei ao lado dele. Não demorou muito tempo e o Caboclo se manifestou em meu pai, pela primeira vez, em casa, e ele se identificou como sendo Tuxá, o José de Alencar Frei Maracá de Arco e Flecha Proká Progrará, da linha de foguedo do Toré¹. Esse Caboclo era natural da região de Belém do São Francisco, da antiga Ilha da Assunção, que hoje está submersa por conta da barragem de Petrolândia.

¹Um tipo de ritual indígena, que reúne religião, dança, cânticos e os Encantados (espíritos indígenas).

Quando ele se manifestou, Seu Manuel, que estava deitado na esteira, repentinamente, deu um salto, se levantou e falou, com uma voz estranha, que ele era um guia espiritual de luz e iluminado por Deus nosso Senhor Jesus Cristo e que estava ali para dizer a Dona Flora que se acalmasse, pois no prazo de 15 luas (uma lua corresponde a uma semana) a família iria sair daquele local para uma casa própria. Também pediu a Dona Flora que acendesse uma vela em nome dele.

Herivelton conta: *Minha mãe estranhou toda aquela situação. E aí, no outro dia pela manhã, meu pai acordou, se alimentou e pegou a bicicleta dele e saiu para o trabalho. Ao chegar ali, na final da Praça Dom Tomás, no bairro Santo Antônio, em Juazeiro – BA (é a Rua Alto Cheiroso saindo do final da Penha), perto do cemitério, ele ouviu uma propaganda naquelas rádios difusoras, rádios de ‘bocas’ – de alto-falantes anunciando a venda, ou outro tipo de negociação, de um terreno na Rua 18 B, chamada também de Rua Professor Olavo Albino, n.º 112. A troca poderia ser por uma máquina de costura e bicicleta, Na mesma hora, meu pai mudou de direção. Ele atravessou a Rua do Alto do Cheiroso, passou pela Banca e se dirigiu ao local anunciado na rádio: um escritório localizado na frente do rio, perto do antigo cais, na Rua Perpétua, hoje nas imediações do Banco do Brasil.*

Chegando lá, o anunciante informou que precisava de uma máquina de costura para dar a sua filha, que iria fazer um curso de corte e costura. *Como minha mãe tinha uma máquina, da marca Vigorelli, ela foi o pagamento inicial da compra do terreno que só tinha uma casa pequena de taipa, também chamada de pau a pique, de barro. A casa só tinha um quarto e sala. Fechado o negócio, meu pai foi para o escritório da empresa onde trabalhava e pediu um adiantamento, com o Sr. Theodomiro Mendes, então gerente da Rovel S. A. couro e pele. Ao retornar em casa e contar a façanha do negócio à esposa, ela ficou muito alegre e nem reclamou do fato que ficaria sem sua máquina de costura. Meu pai prometeu que com o tempo compraria outra máquina. Em seguida, meu pai colocou a bicicleta Monark à venda e, finalmente, em uma semana, já estava com a chave da casa nova em mão, a da Rua 18 B, ou Rua Professor Olavo Balbino, n.º 112, nas proximidades de onde hoje está o Supermercado GBarbosa.*

Cerca de um mês depois, segue Herivelton, quando já estávamos na nossa casa de barro, houve uma nova inundação em Juazeiro. A casa tinha um telhado, gasto pelo tempo, feito por telhas antigas, feitas em olarias, e muitas estavam quebradas. A

casa estava cheia de goteiras e na época minha mãe estava grávida da segunda filha, Emi. Diante do imprevisto e das chuvas incessantes, a família teve que sair da nossa casa e foi para a de uma vizinha. Essa pessoa era a madrinha de Herivelton: a pessoa que me batizou. Recordo que me tiraram eu e minha mãe enrolados em um plástico.

No outro dia, a chuva diminuiu e o Seu Manuel tratou de chamar um tio e primos da esposa, que eram pedreiros, e fizeram uma grande empreitada. Foram para as olarias da cidade, ali nas imediações de onde está a loja da Honda, nas proximidades da Lagoa do Calu, e compraram telhas e tijolos. Em 20 dias, o grupo derrubou a casa de taipa e levantou uma casa de tijolos. *Naquela época não se colocava cerâmica no piso, e sim uma massa de cal e areia [mosaico]. Essa casa só foi vendida quando viemos para o Quidé.*

Então, continua Herivelton: *A primeira manifestação espiritual do meu pai antes de chegar aqui e abrir o terreiro Onyndancor, a casa de Xangô da linha de Angola, foi a do Caboclo José de Alencar.*

A caminho do Quidé

Em 1964, quando o Brasil entrou em um dos períodos mais duros da história recente do país, a Ditadura Militar, a família Rosa foi para o Quidé. Segundo Herivelton, que então estava com sete anos, não foi por livre e espontânea vontade. Essa mudança teve origem em um grave acidente de bicicleta que ele, o filho mais velho, sofreu, no bairro Santo Antônio. Ele ficou internado no Hospital Regional, por cerca de dois meses.

Criança sempre tem aquela ansiedade, uma obsessão de que querer é poder fazer. Naquela época existiam as bicicletas muito bonitas, tinha as chamadas brasileira 64, muito boa e bonita. Depois surgiram as Monaretas, na época, as primeiras bicicletas Mirins para criança. Mas nós não tínhamos condições de adquirir uma Monareta.

Herivelton lembra que Seu Manuel tinha uma bicicleta Brasileira 1964 lançada pela Monark. *Quando meu pai chegava em casa, depois do trabalho, isso por volta das 18 horas, encostava a bicicleta na porta lá na frente da casa. Era o momento que eu a pegava, pois estava aprendendo a andar de bicicleta. Como eu era uma criança e a bicicleta era para pessoa alta, adulta, para eu andar tinha que colocar uma perna por dentro da barra de ferro.*

E desse jeito sai feliz, pedalando até ultrapassar os limites da nossa rua. Sai da Rua 18 B, a que nós morávamos, e peguei a Rua Professor Olavo Balbino e fui até as proximidades do Hospital Regional, que ficava perto, na época, de um cruzeiro, de onde saía o cortejo da Bandeira do Rosário, assim como o dos Penitentes. Então, fui até perto do cruzeiro e chegando lá eu fiz o retorno. Na época, alguns bairros de Juazeiro não tinham saneamento e as ruas eram, na verdade, esgotos a céu aberto. Então eu vinha pedalando quando eu vi um outro menino andando de bicicleta do mesmo jeito que eu. Ai foi aquela algazarra. Outros meninos se juntaram a nós e alguns subiram, acho que uns seis, de uma só vez, na garupa e acabaram caindo por cima da bicicleta que derrapou na lama e eu não consegui dominar o guidão e eu caí, com o grupo por cima de mim.

Herivelton fraturou a perna direita próxima à coxa. Ele desmaiou de dor: *Minha vista escureceu e não vi mais nada. Quando vim dar por mim estava em uma sala do Hospital Regional aos gritos, tamanha a dor. Meu pai e minha mãe estavam do lado de fora da sala, chorando muito. Lembro que o médico que me atendeu se chamava Doutor Humberto. Eu fiquei internado nesse hospital, em torno de dois meses. Meus pais acharam que eu não ia sobreviver. E, em pânico, fizeram uma promessa ao Caboclo José de Alencar.*

Após 15 dias, Herivelton estava bem melhor e mais tarde recebeu alta. *Aí meus pais foram pagar a promessa aqui no Quidé, onde só tinha mato. Lembro do dia: o domingo de 15 de novembro, Dia da Proclamação da República. Eles saíram do bairro Santo Antônio até o Quidé, assim, meio sem destino chegaram aqui onde está o Onyndancor. Meu pai parou o carro, uma rural, e escolheu um lugar, no pé de uma frondosa Jurema. Meu pai e minha mãe juntaram algumas pedras para impedir a passagem de vento e acenderam velas. Muitas velas. Acho que acenderam velas de uns três ou quatro pacotes, ali na mata. Em seguida, rezaram um Pai Nosso. Nesse dia o Caboclo se manifestou e pediu para que retornassem àquele lugar, dali a 15 dias, para fazer um Giro (Toré). E nós retornamos. A irmã de Venina era Makota do terreiro no Quidé. Quando Mãe Flora com Seu Manuel passaram pelo Quidé, de bicicleta, eles já sentiam que ali era um lugar para assentar a sua espiritualidade.*

Fincou ali o fundamento do terreiro, em 1964, no mesmo ano da promessa. A família continuou morando no bairro Santo Antônio, mas continuava indo e voltando ao Quidé. Nesse meio tempo, em 1965, nasceu Elson, alabê do Onyndancor. Nasceu

em casa, na Rua 18, Professor Olavo Balbino, pela mão de uma parteira (que foi a mesma de Edson e de Edmeire, Dona Anésima, que reside na Rua Princesa Isabel).

Herivelton explica: *Em 1969, meu pai se desfez de uma propriedade que ele tinha em Malhada da Areia. Ele retirou o telhado e trouxe para o Quidé, além de madeiras. Todo mês ele ia para o Quidé, até que entre 1970 e 1971 nós viemos, definitivamente, morar no Quidé. Na época, o Caboclo anunciou que todos veriam o quanto aquele local iria se desenvolver. Na ocasião, o Caboclo pediu uma obrigação que foi dada lá na Serra da Batateira. Uma obrigação de Caboclo, com abóbora. Um grupo de pessoas saiu da Piranga para a Serra da Batateira. Passados uns seis meses, foi instalada no local a torre de sinal para televisão.*

Quase 10 anos depois, por volta de 1980, o Caboclo estava no terreiro e, novamente, fez novo anúncio. Dessa vez, disse: *Um dia vocês vão conhecer o meu povo e vão se tornar um só povo*, pedindo para que fossem recebidos de braços abertos. Nas contas de Herivelton, a previsão se concretizou quase 20 anos depois, após o falecimento do Seu Manuel.

Elson Rosa conta-nos que o terreiro tem duas “partes”: a indígena e a negra, que está ligada ao Babalorixá Manuel Rosa. *Existe a parte indígena dos Tuxás, e a do terreiro de Candomblé. A diferença de um e outro é pequena, em relação à parte indígena. Nós temos sangue indígena. Sou da tribo Tuxá. Digo isso porque um índio, que é uma entidade que nos ajudou muito, nos trouxe para cá, aqui era só mato* (Herivelton Rosa). Todos os anos, sempre no mês de novembro, acontece uma festa que une os indígenas com o povo do terreiro, essa festa chama-se “festa do Caboclo Boiadeiro” (que será melhor contada no capítulo que trata desse evento). É nessa festa que é demonstrada a união dos dois povos que compõem a origem do terreiro: os indígenas e os negros.



Capítulo 03

MÃE FLORA





Mãe Flora ao lado de filhos e netos durante a chegada dos vaqueiros na festa do Caboclo Boia-deiro, Zeca da Varginha, em 2017.



Mãe Flora ao lado de filhos e netos durante a chegada dos vaqueiros na festa do Caboclo Boia-deiro, Zeca da Varginha, em 2017.

Todas as fotos de mãe flora são de autoria de Márcia Guena.



Mãe Flora ao lado das filhas Meire e Edna Rosa, durante a festa do Caboclo Boiadeiro, Zeca da Varginha, em novembro de 2017.



Mãe Flora ao lado dos filhos Erisvaldo e Meire e com Raimundinho da Carnaíba, um dos vaqueiros mais velhos homenageados na Festa do do Caboclo Boiadeiro, Zeca da Varginha, em 2017.



Parte das orações do catolicismo durante a Festa do Caboclo boiadeiro.



Mãe Flora ao lado do filho Herivelton durante apresentação dos Filhos de Zeze, no Festival Aldeia Vale Dançar, no Terreiro Onyndancor, em 2017.



Mãe Flora ao lado dos filhos Herivelton (à esquerda) e Florisvaldo durante apresentação dos Filhos de Zeze, no Festival Aldeia Vale Dançar, no Terreiro Onyndancor, em 2017.




Mãe Flora de mãos dadas com o neto, durante o Aguadê de 2016.



Mãe Flora ao lado da filha Mãe Edna, durante o Aguadê, em 2018.



Mãe Flora ao lado do filho e Babalorixá, Edson Rosa, em cima do trio do Afoxé Filhos de Zaze, durante o carnaval de 2018.



Quando a deusa do amor pela mitologia africana, Oxum, aproximou seu Manoel de Dona Flora, Florentina da Silva Rosa, sabia que essa união geraria uma potência. Afinal, por trás daquela mulher franzina – devia medir em torno de 1,5 metro e pesar, no máximo, uns 55 quilos – estava alguém forte, não só para parir 10 filhos, mas também por sua capacidade de construir, ao seu lado, um espaço religioso que unisse as ancestralidades africana e indígena, lá no meio do mato do que hoje é o bairro do Quidé.

A família de Dona Flora era da região do Saco da Mina, próximo à cidade de Curaçá, mas ela foi registrada em Itamotinga, onde tinha tabelião. Ainda adolescente, veio com a avó morar em Juazeiro, com uma tia e, mesmo ainda pequena, estudava e trabalhava em casa de família. Ela precisava ajudar na renda familiar, que era muito escassa. Dona Flora não havia concluído o Ensino Fundamental quando conheceu e casou com seu Manoel. Foi tudo muito rápido e em pouco tempo o casal já estava morando na Rua Professor Olavo Balbino, número 112, também chamada de Rua 18 B, no bairro Santo Antônio.

Lá em 1971, Dona Flora adoeceu, ficou muito mal. Só conseguia ingerir água. Um pouquinho de água. Não teve médico que desse jeito na saúde dela. Nessa época, o casal já organizava giras de palmas lá no Quidé, no meio do mato, desde 1964. A cada dia Dona Flora ficava mais fraca e seu Manoel mais preocupado. Muito preocupado. Até que um médico, conhecido como Dr. Balbino, sugeriu a seu Manoel que procurasse outros “meios” de cura.

Foi então que Dona Flora decidiu fazer o santo com Mãe Filhinha, respeitada mãe de santo, filha de Oxum. Para os filhos, seu Manoel falou que ela iria ser internada em um hospital, para se tratar e garantiu que ela voltaria curada. Dito e feito: um mês depois, Dona Flora voltou curada e iniciada no Candomblé. Ela era filha de Nanã, a Orixá mais velha entre as orixás femininas, a que viu a criação da humanidade.

Mãe Flora não conheceu o feminismo, mas do seu jeito se estabeleceu como uma mulher forte e de personalidade firme. Foi ela quem levou o Candomblé para a casa religiosa que estava sendo levantada por seu Manoel. E ele foi o responsável pela presença dos indígenas (Caboclo), a partir do índio Tuxá José de Alencar Frei Maracá de Arco e Flecha Proká Progrará, da linha de folguedo do Toré.

Dona Flora pariu 10 crianças, cozinhou em fogão de lenha até chegar o fogão a gás. Mas também dedicou fé e devoção aos Orixás de botar inveja. Em sua rotina diária de afazeres domésticos, com vários filhos para criar, não esquecia dos rituais religiosos. E mesmo com seu jeito meio tímido, meio calado, aí daquele ou daquela que criticasse alguma coisa relacionada aos Orixás! Mãe Edna lembra que todo dia, no final da tarde, ela sentava sempre em um mesmo cantinho, já no terreiro do Quidé, e lá fazia suas preces, acendia suas velas. Ninguém se atrevia a interrompê-la. Mãe Flora era movida por gratidão e respeito aos Orixás, assim como total respeito à hierarquia do Candomblé.

Além da fé inabalável, Mãe Flora era digna de uma mediunidade singular. Seus avisos e suas premonições eram certos. A história mais impactante, contada pelos filhos e pelas filhas, é que, quando estava “recolhida”, fazendo sua iniciação, em 1971, sua mãe de sangue faleceu. Muito cuidadosa, Mãe Filhinha esperou o melhor momento para lhe dar a notícia e, como resposta, ouviu: Eu já sei. Ela passou aqui e me avisou. Os filhos e as filhas de Dona Flora sabiam que quando ela ficava introspectiva, com o olhar distante, perdido no horizonte, era o momento em que as mensagens eram transmitidas. E aí, quando ela chamava por alguém, todos sabiam que lá vinha coisa. Essa mediunidade todos os filhos e todas as filhas do casal Rosa têm, mais ou menos aguçada.

Dona Flora herdou da sua família indígena uma outra característica: o trato com as ervas. Seus conhecimentos fitoterápicos já eram conhecidos e aprovados pela família e vizinhança por onde o casal Rosa passou. Mais ou menos de seis em seis meses, Mãe Flora renovava seu estoque de ervas medicinais, com sua mãe Maria Josefa de Jesus, vó Cinhara, a indígena “cabo verde”¹ que produzia lindas colchas de retalho e panelas e utensílios domésticos de barro. Não era raro algum vizinho bater no terreiro procurando um chá para dor disso ou daquilo. *E aí eram lambedor, infusões e purgantes, lembra Edna, rindo muito das lembranças.* As crianças, de

¹Pessoa de pele negra, cabelos lisos e olhos claros.



tempos em tempos (parece que de seis em seis meses), eram forçadas a tomar purgante, contra lombrigas. *A gente tomava aquele líquido muito amargo e não podia cuspir*, lembra Edna, completando: *A gente tomava o purgante e tinha que segurar uma chave, com força, na mão*, conta sorridente.

Outras características de Mãe eram gostar de cozinhar e de estar sempre com alguém por perto. Ela gostava de gente e o período da pandemia foi muito doloroso para ela. O terreiro teve que passar dois anos sem promover suas festas públicas e as atividades internas eram feitas com número reduzido de pessoas. Cozinhar era uma peculiaridade na vida de Dona Flora. Ela gostava de cozinhar e de ver todos os filhos e todas as filhas reunidos e reunidas na cozinha, sentados e sentadas em torno de uma grande mesa – onde sempre cabia mais uma pessoa – para fazerem as refeições. A rotina se repetia todo dia: ela servia um por um dos filhos e uma por uma das filhas, o marido e, por último, o seu prato. Mas quando chegava alguém de última hora, Dona Flora não pensava duas vezes: entregava seu próprio prato.

Sua cozinha era sua, no sentido mais amplo que possa ter. Das lembranças das suas façanhas? Seus pratos favoritos: bife de carne ou de fígado acebolados eram apetitosos. E o tempero do seu feijão? Contam que até mesmo o feijão, sem carne, tinha sabor especial e era disputado pelos filhos, pelas filhas e pelos netos e pelas netas. Ela o temperava com especiarias secas, e, na lembrança gastronômica da família, era o feijão mais gostoso. Imbatível.

Ah! Dona Flora ainda arrumava tempo para costurar. Ela gostava de costurar. Sempre costurou as roupas da sua prole. Também aprendeu a costurar suas roupas para o Candomblé, cheias de recortes, brancas ou estampadas e com fitas coloridas. Também era ela quem criava suas roupas civis. Basicamente, em cores claras, como branco e lilás (cor das vestes de Nanã). Mesmo após sua partida, seus guarda-roupas (um para as roupas de Candomblé e outro com as roupas civis) continuam intactos.

Ninguém conseguiu mexer nos pertencentes de Dona Flora. Seu quarto continua do jeito que ela gostava. Até mesmo as chinelas que usava na lida do dia ganharam uma caixa de madeira e vidro, feita por um dos filhos. Hoje, na casa, moram dois filhos: Meirinha e Flor, que usam a antiga cozinha de Dona Flora. Mas não mexem no quarto em que ela viveu no Quidé.

Dona Flora partiu para o Orum (mundo espiritual) em uma sexta-feira, dia 17 de dezembro de 2021. Na véspera, havia acordado com uma dor abdominal, muito

forte. Assim que avisou, sua filha de sangue, Edna, se arrumou e saíram em direção ao Hospital Regional. Mãe Flora ficou internada e, em torno de 24 horas, veio a óbito, por infarto.

Sua partida gerou uma comoção geral em todo o bairro do Quidé. Foi uma dor coletiva. O velório aconteceu no barracão do terreiro Onydancor. Pessoas de várias localidades, raças e condição social foram prestar as últimas homenagens à pequena grande Mãe Flora. A família estava desolada. Sofrendo muito. O caixão com seu corpo foi colocado em um caminhão, todo ornamentado, que percorreu todo o bairro.

À frente do caminhão, um cortejo com os orixás que abrem os caminhos para a passagem do funeral e a comunidade do terreiro. Todas as pessoas vestiam roupas na cor branca. Nesse dia, o comércio do Quidé fechou, e por onde o veículo passou, os moradores e as moradoras abanavam, aplaudindo e se despedindo. Dona Flora foi sepultada no jazigo da família, no Cemitério Municipal de Juazeiro, por volta das 17h.

Após a partida de Mãe Flora, o terreiro Onydancor ficou fechado, de luto, por um ano, seguindo os preceitos do Candomblé. As atividades eram internas. E no verão de 2023 as portas do terreiro foram reabertas. Antes, teve o axexê, que durou sete dias. Seus filhos e suas filhas acreditam que, por conta de sua vida de fé, abnegação e gratidão, Dona Flora já virou estrela, já é uma das ancestralidades da família Onydancor. Com a partida de Mãe Flora, Mãe Edna assumiu o cargo de Yakekerê, que vinha sendo preparada desde a sua iniciação.



Capítulo 04

PAI EZINHO: O GUARDIÃO DA CASA DE XANGÔ





PAI Ezinho durante entrevista realizada para este livro, em dezembro de 2020.
Fotos: Marcus Gomes



PAI Ezinho durante entrevista realizada para este livro, em dezembro de 2020. Foto: Marcus Gomes



PAI Ezinho durante entrevista realizada para este livro, em dezembro de 2020.
Fotos: Marcus Gomes



Pai Ezinho durante as comemorações dos 60 anos do Onyndancor. Fotos: Vilma Neres




Pai Ezinho durante manifestação contra o Racismo Religioso, em 2015.



Pai Ezinho durante manifestação contra o Racismo Religioso, em 2015.



Caboclo Zeca da Varginha, durante sua festa em 2017. Foto: Márcia Guena



Com um olhar arguto, meigo e profundo, Pai Ezinho nos recebeu em uma noite de quarta-feira, no barracão do Terreiro Onyndancor. Essa era a entrevista mais esperada desta pesquisa. O guardião da casa de Xangô é também o guardião dos segredos, da magia e do Axé. Os seus filhos e irmãos de sangue já tinham sido ouvidos e nas nossas cabeças havia dúvidas e muita expectativa.

Toda a equipe de pesquisa estava presente, vestindo cores claras. Ceres Santos entrou remotamente e acompanhou a narrativa de mais de três horas. Pai Ezinho chegou, vestindo uma bata branca, com um filá azul e branco e as contas de seus orixás. Sentou no trono do altar de Xangô. Mãe Edna o acompanhava e sentou ao lado do nosso grupo. Com dois gravadores e duas máquinas fotográficas, iniciamos a atividade daquela noite.

A vida de Edson da Silva Rosa foi marcada pela religiosidade, desde os primeiros anos de vida e, até mesmo, no nome do bairro de nascimento: Santo Antônio. Hoje com 61 anos, ele nasceu na Rua 18, Professor Olavo Balbino: *Foi ali que eu vi o mundo, e cresci. Então a minha infância era aprender em um armazém. Quando tinha o mês de Maria, pra gente era a melhor coisa. Era quase o mês todo de maio na igreja Santo Antônio para fazer as coisas bonitas, as apresentações na paróquia e rezar.*

Assim, eu tenho saudade da minha infância. O nosso pai, ele harmonizava os tempos e permitia que a gente brincasse, mas que estudasse. Vizinhaça, graças a Deus a gente sempre foi acolhido. Colegas, amigos, entendeu? De brincar, de estudar, de fazer trabalhos juntos, trabalho escolar, que de primeiro tinha muito isso. De ler pra chegar lá e fazer bonito na escola. A gente foi muito de religião. A gente tinha os dias da missa e tinha que estar presente. Ainda mais que a gente morava na terceira rua próxima à igreja.

Foi na casa do Santo Antônio que a mediunidade de Edson Rosa se revelou.

Eu era uma pessoa que eu via situações que não era normal, eu tinha medo de certas coisas. Eu sentia a energia. A primeira coisa que eu vi lá na Rua Santo

Antônio, foi quando a porta da sala da gente, que dava para a sala de jantar – que de primeiro tinha a sala de jantar e depois tinha a cozinha – tinha uns 3 dedos assim – é uma coisa que está gravado na minha memória, que até hoje nunca apagou – e quatro pezinhos de crianças calçadas em uns sapatinhos pretos e a meia branca. Quando eu olhava aí fazia menção como se estivesse sapateando. Eu disse, ali não tem ninguém e eu comecei a ficar com medo, e começava a ficar perto das pessoas. E tinha um senhor, que chegava e eu no quarto deitado e ele ficava na cadeira, sentado me olhando. Eu hoje imagino que era seu Zeca, assim eu não sei, hoje eu acho que era ele, que era um Santo.

Todos os domingos iam à missa e seguiam todos os preceitos do Catolicismo. Porém, a espiritualidade mediúnica, vinculada às tradições afro-brasileiras já estavam presentes na ancestralidade da família e, aos poucos, as crianças foram percebendo e sentindo. *Isso, quando meu pai começou, que era uma situação que eles tiveram muita delicadeza para tratar de assuntos espirituais, assim que a gente não cresceu sabendo, a gente sabia que eles se arrumavam à noite. Nessa época, criança era criança, adulto era adulto. Mas, depois, a gente vai crescendo e entendendo. Mas a gente não tinha aquelas especulações.*

Os filhos de Seu Manuel e Dona Flora acompanhavam o movimento dos pais à noite, mas ainda não conheciam o Candomblé. Os pais mantinham a religiosidade dos Orixás e Caboclos longe das filhas e dos filhos. O casal saía de casa vestido com roupas normais, bolsa a tiracolo, provavelmente, para fugir dos preconceitos. Mas Dona Flora ficou muito doente, perdeu muito peso. Ficou magrinha e distante das atividades domésticas. As crianças tiveram que começar a se aventurar nos serviços da casa.

Dali a gente começou a se mover, o meu irmão subia no banco, para alcançar as panelas, essa (Mãe Edna) começou a lavar os pratos e eu enxugava, varrer uma casa. [...] Foi quando meu pai virou pra gente e disse que mãe ia viajar e só viriam quando tivesse boa: “Agora a mãe de vocês vai ficar boa”. E pela situação que a gente vivia, a gente ficou alegre. Ela sumiu um mês, e nesse decorrer do mês, a saudade bate, e muito. A gente chorava, uns acalentavam os outros, as vizinhas, que já eram próximas, vinham.

Edna Rosa lembra que várias mulheres vieram cuidar das crianças. *Nossas tias, minha madrinha veio (de Edson Rosa), a vizinha de frente, que era mãe de*

Gracinha, elas estão na Pedra do Lorde, Lucinha. Com as imagens surgindo como se fosse hoje, os relatos se sobrepondo e a voz fica embargada.

Dona Flora, Florentina da Silva Rosa, que hoje teria 91 anos, só voltou depois de ter “feito o santo”, em 1971, lembra Edson, com a mesma emoção da infância, quando tinha apenas sete anos e os demais irmãos formavam uma escadinha. José Rosa tinha apenas sete meses. As crianças acreditavam que ela estava em um hospital, mas foi no terreiro de Mãe Filhinha que ela encontrou a cura.

A visão...

Entre lágrimas, Pai Ezinho, sentado na sua cadeira de Babalorixá, sob a escuta atenta das pesquisadoras e dos pesquisadores do projeto, conta como viu e sentiu quando sua mãe foi confirmada no terreiro de Mãe Filhinha.

Teve uma vez que meu irmão abriu a porta e eu vi ela assim, por cima e umas penas, com a roupa bem aqui assim, uma saia e eu olhando! Dei um escândalo porque meu irmão fechou a porta! “Você bateu a porta na cara de mãe”! Aí nós abrimos o berreiro: “Mãe tá aí, mãe tá aí!, mãe tá aí”. Nós abrimos a porta e mãe não estava, mas eu guardei essa visão.

Quando Seu Manuel chegou em casa, o filho mais velho, Herivelton contou, da forma que podia, o que havia acontecido: *“Oh pai, a gente não dormiu, porque os meninos disseram que eu bati a porta na cara de mãe. Mãe tava aí”.* O pai, então, pediu que Edson Rosa contasse o que tinha visto e ele assim o fez, para surpresa de Seu Manuel, que havia acompanhado a confirmação da esposa.

Quando Dona Flora estava no terreiro, soube do falecimento de sua mãe, mas não ficou surpresa. Ela disse que já sabia, como relata Edson: *“Ela já passou aqui e me deu a benção”, minha avó tinha ido se despedir dela. Foram dizer a ela, com jeito, do falecimento de minha avó e ela disse, “não, minha mãe disse que já foi, disse que eu ficasse bem”. Foi assim.*

Quando as crianças voltaram a ver a mãe, ela já era Yaô. Isso ocorreu no dia da Festa do Erê, no dia seguinte à saída do Orixá: *A gente só queria tá abraçando ela. E ela olhando todo mundo, foi tão bom, e até hoje sumiu doença, sumiu tudo,* conta Erivaldo.

A mudança para o Quidé

Aos cinco anos, em 1970, Ezinho pisou pela primeira vez no bairro do Quidé e viu a família cavar os alicerces da casa. O mato ainda tomava conta do bairro e lá já estava o assentamento do indígena que deu origem a tudo, desde 1964.

As crianças já percebiam a relação com os indígenas. As vizinhas, Dona Marinacia, que tinha um filho que morava na mesma rua, e Dona Noêmia, indígenas Tuxá de Rodelas, estavam sempre na casa da família, conversando com os pais, sempre a portas fechadas. *Crianças não participavam*, conta Ezinho.

Dona Marinacia e Dona Noêmia tinham cabelos muito pretos e longos, *quase azul, batendo na cintura*, recorda Ezinho. Dona Marinacia tinha 1,55 de altura, mais ou menos, e Noêmia era “mais cheinha”. Essas duas mulheres tinham expressões fortes e foram um elo importante entre essa família negra-indígena e tudo o que foi construído, espiritualmente, no terreiro Onyndancor.

Eu lembro dela fumando um cachimbo [...]. Elas ajudaram meus pais a se encontrar na mediunidade. Eles se encontravam lá. Pra nosso pai tudo era novo, porque foi a primeira manifestação dele, o Caboclo índio, ele que direcionou tudo na vida da gente, essa manifestação. Então, pra ele aceitar, elas como já eram mais antigas, umas senhoras, da indígena antiga de Rodelas, ajudaram ele, foi começando a fortalecer ele, pra ele incorporar totalmente o que estava vindo.

Assim, as crianças só iam ao Quidé em dia de festa, mas ainda sem entender a religiosidade presente.

Aqui era só mato. As festividades eram debaixo das árvores. Aqui era limpo e dançávamos. Todo mundo naquele tempo vinha pra cá. O que você viu ali no dia de seu Zeca, era aqui, todo mundo naquele tempo acompanhando seu Zé de Alencar, da tribo Tuxá, que era um espírito que nos ensinou aquilo ali. Vinha muita gente do Santo Antônio, da Piranga...

A ida ao Quidé era marcada por muita alegria. Tudo era uma festa para os filhos de Seu Manuel e Dona Flora. No dia que iam ao Quidé, vinham andando desde o bairro Santo Antônio, cerca de sete quilômetros, para erguer tudo que ainda estava para ser erguido. Começaram capinando o terreno, ao lado dos amigos que também acompanhavam a família. Assim, eu digo pra você que na época era um oba-oba, criança tudo é novidade, tudo é bom, e os caminhos, quando era tempo de chuva, era melhor ainda, que a gente vinha com os bocados de lanches.



Finalmente no Quidé, a criançada gostando, o pai fez a primeira mudança: foi para o bairro Piranga, uma casa própria que já estava erguida, com o terreno cercado. Era um lugar mais espaçoso e ventilado e muito divertido para os filhos dos Rosa. Essa primeira tentativa de mudança aconteceu por volta de 1966, quando Ezinho ainda tinha apenas cinco anos. Mas Dona Flora recuou, pois a escola era muito distante para os filhos tão pequenos. Então, permaneceram no bairro Santo Antônio.

Na casa do bairro Piranga já aconteciam a maior parte dos rituais, como zelar e arrumar os Orixás. A dúvida era se o barracão seria construído no Quidé ou no Piranga. Porém, a festa grande acontecia no Quidé. *Todo mundo arrumava suas cabanas ao redor, parecia uma tribo, quando terminava ia embora todo mundo, passava o final de semana*, relata Ezinho. Então a decisão foi tomada e o barracão construído no Quidé.

Já se vão 51 anos que Pai Ezinho plantou suas raízes no bairro mais negro de Juazeiro. *A gente chegou aqui, já tinha vias e estradas, já tinha as casinhas, que era uma professora ali, Aurita, a casa de seu Cazuza, que era casinha de taipa, e seu finado Miguelito. Como já tinha uns vizinhos, aí viemos embora. Isso foi nos anos 1970. Viemos pra cá por causa da espiritualidade, para montar as coisas. O chamado para ser aqui, o marco certo que a entidade escolheu, foi ainda em 1964, e foi o índio que escolheu, quando nosso pai pagou a promessa.*

A iniciação do pequeno Ezinho

A espiritualidade do Onyndancor começa a se desenvolver no Quidé, a partir de referências indígenas. Os ritos do Candomblé ainda não estavam presentes na casa de Seu Manuel. As crianças participavam como se tudo fosse uma brincadeira: *Enquanto estava nas palmas e nos maracás, a gente entrava quando dava permissão de menino estar. Passava a folha... Disse que era bom, a gente tava lá*, relata Ezinho.

Mas um dia, Seu Manuel, no barracão de Mãe Filhinha, recebeu Xangô e mudou o rumo da religiosidade da Casa. A sua Yalorixá olhou os búzios e disse: *“Vocês vão ter que se adequar ao Candomblé. Xangô vai querer a casa dele, que estava marcado pra ser aqui!”*, conta Ezinho.

Para Ezinho, esse caminho já estava traçado, pois na casa do Santo Antônio os três atabaques que marcam o ritmo da dança dos Orixás, o rum, o pi e o lé, já estavam

armazenados em um quartinho. *A gente pensava que os atabaques guardados lá na casa da cidade era pra carregar água. A gente associava que era carote¹. Mas tá muito grande [se admirava]! Mas é que pai gosta pra botar bem água, lembra Ezinho, entre risos. A gente já via esses atabaques lá, só com a madeira, sem pele, sem nada, guardados! Esse mesmo que está aqui. Esse aqui é relíquia, e aponta para os três atabaques que conformam o altar de Xangô, no barracão do Onyndancor.*

A partir daí, começa a se formar o terreiro do jeito que existe até hoje. Da porta de entrada da casa foi erguido o primeiro barracão, ainda pequeno. Todo o terreiro era onde está hoje o atual barracão. *Essa parede que está aqui era o barracão pequeno, afirma apontando, sentado no altar, para a parede da direita. Não tinha essa parede não. Dessa parede [atrás do altar] até a copa de mãe, onde estão os pratos, era tudo terreiro. Aqui era o Sabaji, a porta, a janela, a sala de dançar Candomblé.* No primeiro toque do atabaque que ressoou no barracão do Quidé, Ezinho sentiu uma forte vibração no peito, ficou sem ar e, em seguida, se sentiu leve, como se tivesse recebido um banho de felicidade!

Quando ancorou o atabaque, quando deu a pancada dos atabaques, testando, eu vi que me estremeceu. Batia, ressoava na cabeça e me dava tremor. Eu comecei a me sentir diferente a pancada do atabaque. E às vezes eu me escondia. Lá dentro da gente, aquela coisa toda! Até que um dia o santo me pegou!, recorda Pai Ezinho.

Foi iniciado o processo de conhecimento do Orixá. Ezinho faz questão de enfatizar os cuidados que seu pai tinha em não impor aos seus filhos que seguissem a religião: *“Porque na casa de Xangô não funciona assim”.* Estava em jogo a iniciação de uma criança. A primeira manifestação foi aos nove anos e seu pai foi conduzindo o processo devagar, “apaziguando” as manifestações, até que o filho ficasse mais velho. E, aos 16 anos, Ezinho foi iniciado. Mas, antes disso, ficou muito doente, muito magro, “o couro e o osso”, como enfatizou Edna Rosa. *Tudo que ia pra mim era de bom gosto, porque eu ia saindo da dor. Então foi um período de muita obediência com a mãe de santo,* relata emocionado Pai Ezinho.

Aos poucos, o pequeno Edson foi tendo mais obrigações no terreiro, mas o espaço e o tempo da criança eram respeitados. Ele ainda não participava de todos os rituais. *Eles fazem de uma maneira que tem um lado sério, que mesmo quem é criança tem que entender. A prova está aqui. Estudar... às vezes vinha fazer as coisas do terreiro. Coisas de Orixás a gente não participava.*

¹ Denominação dada para vasilhames usados para o transporte de água.



Para o Babalorixá, a explicação para sua doença é que ela era espiritual. Ele precisava desenvolver seu Orixá. Na verdade, desenvolver ou manter o elo. Com muita força e emoção, Pai Ezinho fala do seu vínculo com o Candomblé e de onde vem a força e como ela repercute no seu corpo.

O Candomblé e a vida para o Babalorixá

O Babalorixá Edson Rosa costuma usar metáforas para falar da cosmogonia do Candomblé. Tem uma compreensão do mundo que vem da sua ancestralidade e da defesa dessa religião tão perseguida. Aqui, ele revela um pouco de como se relaciona com essa filosofia de origem africana.

Não é que os Orixás façam mal, eu não sei o que é mal, eu não sei o que é ruim. O Candomblé tem muitas histórias, mas eu não sei falar do Candomblé. Só tenho muita felicidade, muita tranquilidade, muita fé, muita força. Eu não tenho cansaço, eu não sei me queixar. Eu respeito o meu corpo, quando ele tá pedindo, a gente atende! Pede a Deus pra encarar as pessoas assim, com olhar bonito. A gente tem uma habilidade de ver sua comunicação nos seus olhos. E quem estuda, procura as palavras bonitas, mas a gente tá vendo que não é. Nós chegamos nesse ponto. A gente também cala por educação. Não sai por aí pra provar nada ou fazer você acreditar nisso. Não! Quem tem que acreditar sou eu! E eu que devo obediência e acreditar, mas também respeitar e fazer de uma forma que as pessoas me respeitem. Eu não quero discutir religião, nunca, com ninguém, jamais. Porque quem mais leu pra gente a passagem de Cristo foi painho. A gente cresceu nessa situação da Igreja, na parte bíblica.

Nunca esqueci. Ele gostava de ler pra gente. O tema do livro, era “Andando por onde andou Jesus”. Então, da Palestina aos montes, ele pregava tudo. Na Quaresma, a gente ficava debaixo de uma árvore, enquanto ele lia pra gente. Nós viajavamos na história. Eu respeito o padre, todos os homens, pastor... Mas o que eu quero dizer é que nós todos somos seres humanos, e não é a roupa do Babalorixá, o Brajá . É a minha fé. Mas eu não quero dizer que eu vou me santificar ou dizer que está pecando e fazendo coisa de errada, eu acho que pecar é como você trata seu próximo mal [...]. Falar de uma pessoa que você não conhece, denegrir. Pra mim, isso tudo é que é o mal. Se você me convidar para ir pra uma missa, eu vou! Se me convidar pra ir pra coisa de um pastor eu vou, tá falando bem de Deus, está. É mais fácil eu ir do que ele

vir. Então, isso pra mim é tudo tranquilo, eu sou uma pessoa super tranquila, pés no chão em trabalho de lidar com pessoas, e aceito as pessoas da maneira como elas são, porque eu quero é o bem delas, o senso que elas têm de bom, o lado bom da vida.

Eu sempre digo, tudo funciona tanto no lado positivo e no negativo, o bem, o mal; o amor, a discórdia. Aí vem também a saúde, a doença. Pode olhar que a vida tem dois pontos, até a energia também é negativa e positiva. A água e a energia para dar luz, quando o ser humano começa a olhar nesse parâmetro, vai começar a se tranquilizar e ver a vida melhor. Então, eu sei que o homem dos homens, nosso Senhor Jesus Cristo, ele fez pra humanidade acordar, mas onde está o erro é na interpretação, que nem todo mundo nasceu para interpretar a situação. Por isso, tem professor de português, professor de matemática! É aí onde eu vejo o erro. É a mesma coisa se vocês disser que “matar não é crime”, aí vem o professor de português e fala “matar não, é crime!”.

O Barco

Edson Rosa não embarcou sozinho! No seu barco², estavam duas mulheres: *Eu, Raimunda e Maria, e nós recebemos as diginas³ de Zigemin, Kaobecí e Leburasingué.* Esse foi o quarto barco da casa de Seu Manuel: *Primeiro foi minha tia de Iansã; depois teve de Oxum Iguimalé; depois dela teve também uns borís, umas obrigações, teve também um sargento, o finado Carneiro, de Omolu. Então, o nosso é o quarto braço: Maria de Tempo, que é do Orixá Tempo, famu do barco; Dona Raimunda, que é de Xangô, dofonetin, e Edson, de Oxóssi, o dofono⁴ do barco. Maria e Edson tinham a mesma idade e Dona Raimunda era mais velha, com um pouco mais de 30 anos. O Dofono, o primeiro, a liderança do barco era Edson Rosa, Pai Ezinho. Eu sou o comando do barco, porque eu sou o da frente, tudo nele é na sequência.*

Mas sua companheira de barco, Maria de Tempo, rebelou-se contra sua vocação religiosa. Ela, que hoje é uma das Yalorixás mais respeitadas de Juazeiro, tardou a firmar-se dentro do Candomblé, seguindo os seus preceitos. *Eu acho assim, era tão criança. Ela mocinha, teve aqui com uma revista de pedidos da Avon, de shortinho*

²Nome dado a um grupo de pessoas que irão passar, juntos, pelo processo iniciático.

³Após a feitura, cada iniciado e iniciada é batizado e batizada e ganha um nome, pelo qual será sempre referenciado no terreiro.

⁴A pessoa mais velha de um barco. A primeira a ser iniciada

e camisa, sentou e ficou assistindo, que era uma coisa de Caruru, já era o final, e aí estavam cantando para um Xirê de Orixás. E dessa sentada, o Orixá catou ela e não teve cristão...”, relata Edson Rosa. Ele avalia que Maria de Tempo era rebelde, mas teve todo apoio de seu Manuel, que construiu uma casinha para ela ao lado do terreiro.

Ela realmente foi rebelde depois de feita. A idade dela é a mesma de Ezinho, e ele seguiu o padrão dele, já ela foi mais pro lado festeiro, justificado pela idade. Mas viu que ela tinha que seguir mesmo o caminho dos orixás e voltou atrás. Ela não criava um filho! Morria! Era nascendo e morrendo. Só parou quando ela se aquietou, conta Edna Rosa.

O retorno de Maria de Tempo aconteceu quando ela estava grávida de sua filha Jessiane. Foi aí que ela voltou a fazer suas obrigações no terreiro de Seu Manuel. Na época, ela estava triste com as dificuldades que vinha enfrentando. Com a cerimônia já iniciada, conta Pai Ezinho, no meio do barracão, ela faz um pedido a Seu Manuel, agarrando em suas pernas e chorando muito:

“Meu pai, vou fazer um pedido. Peça a meu pai Tempo que deixe eu criar meus filhos. De hoje por diante eu seguirei tudo o que ele quiser comigo”. Aí pai olhou pra ela e disse: “Eu vou pedir”! Aí pronto! Virou o santo, reverenciou os Orixás e tudo! Dançou muito. Quando pai começou a falar, ele [o Orixás Tempo] chegou nos pés e só fazia assim (movimentando a cabeça de cima pra baixo), aí [meu pai] disse a Tempo: “Se preocupe não, que você vai ter casa, você vai ter tudo, eu vou dizer a ela que você vai ter seu lugar, sua casa, mas deixe ela criar as crianças, as filhas dela, pra ajudar ela amanhã”.

Tempos em Curaçá e os trabalhos de Seu Manuel

A proximidade com as obrigações do terreiro vão aos poucos ocupando a vida do jovem Edson Rosa. Quando seu pai foi trabalhar em Curaçá, levando alguns filhos, ele ficou tomando conta do terreiro, por quatro anos, ao lado da sua tia Maria Eugênia Rodrigues Rosa, irmã mais velha de seu pai e filha de Iansã, com dijina Oyakinã: *Ele passava as ordens e a gente só ficava fazendo as rezas de Ingorossi, fazendo a limpeza do terreiro. Minha tia fazia as obrigações de Exu. Nessa época, Ezinho estudava no Colégio Dom Malan, em Petrolina, e a travessia da ponte era*

⁵Nome dado a toda cerimônia, pública ou privada, que segue uma ordem de toques, cânticos e danças a cada um ou uma dos e das Orixás. O Xirê segue uma sequência, começando com Exu e encerrando com Oxalá.

feita de barco. Ele concluiu o segundo grau, tendo passado pelas escolas Rui Barbosa e Dom Malan. Já o primário foi cursado no Educandário Santo Antônio, localizado na Paróquia de Santo Antônio, em Juazeiro.

Seu Manuel foi chamado para trabalhar com o ex-prefeito de Curaçá, Teodomiro Mendes, em uma de suas quatro gestões, ficando lá por uns quatro anos. Teodomiro era seu chefe no curtume Rovel S.A, uma empresa espanhola, com sede em Salvador e escritórios em Juazeiro, onde hoje fica a loja Paraíba e tinha outra sede, em frente ao atual Teatro João Gilberto. Ali ficava o depósito dos couros. Vale lembrar que a atividade de comercialização de couros é bastante antiga na cidade, marcando uma tradição na vocação da economia local.

Ele trabalhou quase toda a sua vida como classificador de couro. Essa profissão é ainda motivo de muito orgulho da família, pois, como relata Pai Ezinho, Seu Manuel era um dos melhores e chegou a ser convidado para trabalhar na Espanha e em São Paulo, já que o couro classificado por ele era exportado para diferentes destinos da Europa.

Um belo dia, ainda teve essa passagem bonita na nossa vida, que nós todos pequenos, aí veio o chefão de lá, e quando chegou para fiscalizar tudo, aí perguntou quem era Manuel Rosa. Ele se apresentou! Teve a reunião, aí ele foi chamado. A empresa daria moradia e garantiria a ida da esposa e filhos para Espanha. Ele só tinha poucos filhos nessa época. Aí ele disse: “É, só que eu não posso ir, porque tem uma pessoa que eu não largo”, que era a mãe dele. Eu acho que meu pai, se ele não tivesse a mãe dele, ele tinha ido embora, o nome dela era Maria do Patrocínio de Jesus. Como ele perdeu o pai com 12 anos, ele criou os irmãos junto com ela, ele achava que não era justo ele ir embora. A empresa deixaria a gente ir [...], só com os filhos, a gente ia crescer estudando. Será que eu seria um químico?, relata Ezinho sorrindo, imaginando as possibilidades que a mudança poderia ter gerado.

Seu Manuel trabalhava na empresa Via Espanha, que comprava couro na região e vendia em Salvador e em outros mercados, lembra Ezinho. Edna Rosa também tem uma lembrança dessa atividade. A função de seu pai era realizar a classificação do couro e se tornou um dos melhores classificadores da região, sendo procurado quando não sabiam identificar a qualidade do produto.

Desde muito jovem, Seu Manuel trabalhava com Sandoval Duarte, um nome de peso na elite juazeirense da época, proprietário de uma chácara onde hoje está

o Grande Hotel de Juazeiro. Na verdade, ele era um homem de confiança de Duarte desde muito jovem, com 18 anos, mais ou menos. *E foi por ali que ele namorou com mãe e casou com ela, novinho ainda. Mãe trabalhando, estava no Colégio Reunido, onde hoje é a Direc, estava lá, ali era um colégio, informa Ezinho.*

O Babalorixá

Edson Rosa não imaginava, aos 16 anos, que se tornaria Babalorixá. *Mesmo eu sendo filho de pai, mesmo sendo da família, eu não colocava na cabeça que eu iria sentar na cadeira de Xangô. Eu só me via aquela pessoa de telha de pintar, aquela turma de colocar as bandeiras, de cortar as verduras, de conversar, se arrumar pra festa e fazer o Xirê, dar comida a Orixás! E todo mundo ir para as suas casas, entendeu?* Mas a espiritualidade o encaminhou, de maneira bem diferente.

Veja bem, quando a gente tá novo, nessa idade de 16 anos, a gente jovem tem o direito de brincar, de ir pra festa. Mas, dentro da atribuição do Candomblé, a gente já tem que começar a levar a sério. A gente tem os sete anos de Yaô, e a gente só tem a responsabilidade dentro da parte de Yaô. O zelo da casa, ajudar em algumas coisas das limpezas. Das coisas das oferendas, tem a pessoa certa de fazer. Arrumação da festa, bandeiras, pintura, retelhamento, da massa para manter o terreiro arrumado, naquele tempo, carregar água, de chafariz do rio, zelar dos animais. Tudo isso é cargo da gente filho de santo, manter a roça limpa. Naquele decorrer, também, existe a parte do zelador, que tem o ensinamento interno, e a cada ano vai aumentando, os ensinamentos após a festa. Quando acontece depois os sete anos é uma festa, que a gente vai pagar os sete anos, que vai fechar as contas, a gente vai botar o chagrin⁶, o chinelo para andar no barracão, e ali a gente é orientado, a qualquer tempo e hora, os Orixás maiores podem escolher qualquer uma dessas cabeças para ser o sucessor da casa, ou pra ser suspenso para um cargo.

Aí foi acontecendo! Cumprindo meus sete anos de Yaô⁷, eu sentia que cada ação do meu pai nos momentos religiosos, ele fazia questão que eu estivesse do lado dele. Assim, já completamente imersos no universo dos Orixás, Edson e Edna resolveram ir para São Paulo. Essa lembrança vem rodeada de risos dos dois irmãos, que juntos pensavam em sair de Juazeiro, da mesmice, e trabalhar naquela cidade grande,

⁶Um chinelo de couro branco com solado de pneu.

⁷A pessoa escolhida por um Orixá para ter um cargo ou ser ogã, que, futuramente, será confirmado (iniciado) para o cargo.

comprar um apartamento e ter uma vida diferente daqueles que estavam ao seu redor. *Somos inteligentes, todo mundo vai gostar da gente mesmo*, ensaiava Edson. Assim, fizeram o anúncio para Seu Manuel. Para surpresa de Edson, o pai, austero, não se colocou contrário e foi dissuadindo os filhos por outro caminho. *Sabe o que foi que ele fez? Ele quieto, ele preparou sete búzios, e me ensinou a jogar!* Ali ele já havia selado o destino do filho. Aquela viagem era a fuga do Deká⁸!

Edson já havia apelado para que a sua mãe o ajudasse a não fazer o Deká. Cúmplice, Mãe Filhinha o ajudou a postergar. Minha mãe, eu não tenho jeito. Eu ainda não estou pronto pra ter essa obrigação, entendeu? O axé é uma coisa séria. Eu não tenho casa para colocar, e ela ria. Sou muito jovem para estar envolvido nessas coisas sérias de jogar búzios. Depois aparece um: vamos rezar, vamos... vamos fazer o santo, e aí, minha mãe, não quero não!

Edson seguiu ajudando o pai, que não deixava faltar a obrigação anual de Oxóssi. O pai foi passando os ensinamentos do Candomblé e ele absorvendo, com amor e dedicação. Foi então que Seu Manuel ficou doente do coração. Foram muitos anos, o que trouxe temor à família e a Edson: *Eu comecei a ficar com medo que dessa meu pai não iria viver, ia durar pouco. Eu senti isso, que meu pai não ia durar muito. Eu já comecei a participar das feituas, dos outros irmãos. Dos que já estavam fazendo. Minha mãe de santo, dentro da casa, já me botava presente, dos yaôs que ia preparando, e aí, as coisas foram acontecendo. Eu ficava evitando, não queria acreditar na realidade da partida de meu pai, até que um dia eu disse a ele: “O senhor está com medo, está dizendo aos seus filhos que vai chegar a hora!” Aí teve uma noite que ele disse que o único filho que não ia estar na hora da partida era eu: “Não se preocupe, na hora que eu me desencarnar, você não vai estar presente”.*

Num relato comovente, de despedida, Edson conta, com a voz embargada, que, no sábado anterior à sua partida, Seu Manuel o chamou até o sabagi⁹, onde estava o jogo de búzios e fez o jogo para ele. Pediu então que o filho fizesse de conta que Edson tinha ido e o pai teria continuado em vida, e então pediu para não deixar o Candomblé acabar: “Vocês não deixem essa casa acabar. Deixem as portas abertas”. *Aquilo ali me desmoronou, em choro: “Pai, não faz isso, o senhor vai ter vida”. Ele mandou que eu pronunciasse as rezas de orixá, as coisas internas da casa, para saber se eu estava*

⁸Tomar Deká é quando, na obrigação de sete anos, o ou a yaô recebe autorização para abrir seu próprio terreiro.

⁹Sabagi – ou roncó, ou quarto de santo. Espaço só acessado após a feitura do santo

consciente do que ele havia passado para mim. Logo depois, meus irmãos o levaram para casa para tomar seus medicamentos. E aí, nesse dia, eu saí, mas não fiquei bem, não dormi, chorei a noite toda em minha casa, em Petrolina.

Essa foi a despedida de Seu Manuel. E, de fato, Edson não viu o seu pai partir, mas recebeu a visita do pai enquanto dormia em sua casa.

A minha esposa disse que viu quando entrou um velhinho, eu estava deitado de costas, e ele botou uma mão assim. Ela não é do Candomblé! Até hoje ela conta que ele colocou a mão e saiu de costas do meu quarto. Quando amanheceu, Edson foi para a casa da sogra, como se fugisse do que já sabia. E lá recebeu a notícia de sua comadre. Ele, Seu Manuel Rosa, nascido em 5 de dezembro de 1933, faleceu aos 62 anos, no dia 21 de fevereiro de 1998.

Foi muito reboição, muita saudade, muita coisa, e eu acho por cima da dor, por cima de tudo, a gente não tem força, não tem dimensão nenhuma de dizer que vai continuar no ilê axé, entendeu? E, mesmo assim, eu ainda olhava para dentro de mim, para mim, era um encerramento!

Os atabaques pararam de tocar por sete anos. A comunidade estava de luto. Só aconteciam as atividades internas, “as arrumações”. Edson tinha dificuldade de aceitar a direção religiosa do terreiro. Ele estava envolvido no trabalho, necessitava viajar e não se via sentado no comando do Candomblé.

Mas quando eu via o assentamento de Oxóssi, meu pai Xangô, eu me perguntava aonde é que eu vou botar esse ibá, essas coisas. Pensei também de arrumar um roncó na minha casa, lá em Petrolina, ajeitar o cantinho de Oxóssi, botar ele perto de mim. Tudo isso é meu pensamento. Hoje eu estou botando a público tudo que eu pensei, porque eu não quero ir embora dessa vida com essas coisas em meus pensamentos. Eu acho que era maluco. Sei lá.

Dois irmãos, dois Babalorixás e a herança de Xangô

Quando Seu Manuel faleceu, Erivaldo já tinha uma casa aberta por ele e o dom já tinha se manifestado. Seu Manuel pediu para Mãe Filhinha entregar o Deká para seu filho Erivaldo. Edson conta que acompanhou a feitura do irmão porque já tinha mais de sete anos de feito. A família seguiu de perto a trajetória dele, ajudando na construção do barracão e na feitura dos primeiros yaôs.

Quando pai faleceu, ele (Erivaldo) já tinha a casa dele de taipa. Quando pai estava doente, chamou vó, Mãe Filhinha, que entregasse o Deká de seu filho Erivaldo. Que sabia que era isso que ele queria. E vó atendeu o pedido de pai, quando ele faleceu. Aí todo mundo ajudou. Ajudou a construir de tijolo o barracão. Um ajeitava uma coisa, o outro ajeitava outra, era as mil maravilhas. O primeiro filho de santo dele é Jorge. Quando a gente estava com pai, porque passamos mais de ano, de hospital para casa, quem administrou a casa foi Pai Jorge: almoço pronto, tudo na hora, porque ele ia ser filho de santo de pai. Quando a casa ficou em luto, alguns filhos migraram para o Ominkayodé¹⁰.

O encontro com Celina: a segunda visão

Eu acho que meus Orixás, eles são tudo na minha vida hoje!

Edson Rosa viu Dulcelena da Silva Santos Rosa antes de conhecê-la. Trabalhando no ramo de hotelaria, era funcionário do JB hotel, em Petrolina-PE, onde conheceu a irmã de sua esposa, Aparecida, colega de trabalho. Ele conversou com a colega que havia tido um sonho com ela: *Aparecida, eu cheguei na sua casa – e eu não sabia nem onde ela morava – e quando eu cheguei lá, saiu uma irmã sua dizendo assim: “Oxe, aí é o noivo de Celena!”*. Esse nome! Aí eu acordei, eu estava aqui, eu morava aqui ainda, eu ri e fiquei assim quieto com aquilo ali. Logo em seguida, ele descreveu a casa de sua futura esposa, com um muro e um portãozinho. Aparecida confirmou a descrição e, inclusive, que tinha uma irmã, como a descrita no sonho.

Quase um ano depois, os colegas de trabalho organizaram uma festa e Aparecida convidou a irmã do sonho, Celena. *Quando chegou lá, quando me apresentou, parece que a presença de Xangô estava ali... Eu estava com um cigarro e quase queimei a roupa. Daí a gente dançou a noite toda e a gente começou!* O namoro ficou sério, Seu Manuel percebeu e quis saber por que o filho andava tanto em Petrolina. Foi então que ele anunciou seu desejo de casar-se. Prontamente, Seu Manuel tomou para si a obrigação de conhecer a família da futura noiva e apresentar a sua. Entre risos, Edson lembra a reverência que o pai deu ao assunto.

Seu Manuel Rosa, foi sozinho conhecer a família, sem Dona Flora, em um dia de domingo. Conversou com a família de Celena e não fez nenhum comentário com o

¹⁰Nome do terreiro de Erivaldo

filho. *Não disse nada, não falou nada! Eu disse pronto, o que o juiz vai dizer? Quando foi no outro dia, eu acordei, pedi a benção a pai e mãe, e ele disse: – “Olha meu filho, presta atenção no que vou lhe dizer! Sente aqui: aquele pessoal, aquela família, é uma família que merece respeito. Aquela senhora, aquele senhor, as pessoas, faz de conta que é a sua mãe e seu pai. Quem faz é você o caminho. Nunca que eu quero saber de coisas ao contrário chegando a mim. Aí eu abaixei a cabeça e disse pra ele: “Não, meu pai, não se preocupe não, graças a Deus a sua bagagem, sua virtude já é o suficiente pra eu andar a vida, principalmente em vida conjugal. Meu espelho é sempre vocês”.* O casamento só aconteceu três anos depois, em função do falecimento de familiares dos Rosa, como algumas tias e seu avô.

Edson Rosa logo se apresentou como Candomblecista para a família de Celena.

Então eu disse pra ela que eu era filho... na época, e eu não era Babalorixá. Eu não tinha cargo de zelador da casa de Xangô, eu era uma pessoa que ajudava meu pai, tinha meu cargo Pai Pequeno da casa. Só que eu conversei com ela e disse: “Minha sogra, eu gosto de falar a verdade!... Eu sou filho de santo, eu sou do Candomblé, entende? Não quero colocar o pé aqui com mentira”. Então, ela falou pra mim: “Cumpra o seu caminho que Deus lhe deu, que ela eu vou orientar (a filha)”, que graças a Deus, eu acho que foi bem orientada.

O casamento

Dona Flora pediu para marcar o casamento na Igreja Nossa Senhora Rainha dos Anjos, em Petrolina, mas Edson não encontrou vaga e foi marcado, então, para a catedral de Petrolina. *Era o padre Bernardino, mas na época todo mundo gostava do padre da celebração, um padre muito bom, muito presente com os fiéis.* Com uma lembrança gostosa, afetuosa e divertida, Edson conta os contratempos que aconteceram no dia do casamento!

No dia que a gente saiu daqui para ir ao casamento, a fila de carro parecia com a de um casamento de cigano. Fomos para Petrolina e quando chegamos na Avenida Guararapes, avistamos a parte da igreja, e era gente que não tinha onde botar o pé. Quem chegou? O Frei Damião! E meu pai, na brincadeira, disse: “Oxe!!! É os Coelhos que tá casando? Não carecia de convidar esse tanto de gente!!!”. Eu disse: “Pai, eu não sei o que está acontecendo! Quando eu vejo já era o Frei Damião. O Damião tinha

muitos fiéis, aí ficou meu irmão procurando a noiva no meio da multidão. Aí foi lá pra locução da igreja e anunciou que o casamento ia ser transferido para a Igreja Matriz! A gente ficou satisfeito! Pelo menos, deixou a igreja arrumada pra Frei Damião. Graças a Deus o Frei veio no dia do nosso casamento. Quando eu chego na matriz, a igreja não tinha mais um banco vago, e o casamento que tinha saído antes tinha deixado a igreja lindíssima. Tinha acabado de sair o casamento dos Coelho.

Quando o casamento estava prestes a começar, com Pai Ezinho vivendo o nervosismo dos últimos instantes no altar, um grupo de crianças em situação de rua entrou na fila, sob o tapete suntuoso por onde passavam os convidados. Eles deitaram nos degraus da igreja e se posicionaram para acompanhar a cerimônia, para surpresa de todos. *Quando eu olhei, eu disse: “Deixe eles!”. E uma com a mão estendida dizendo: “Gente, sou eu a noiva”, com um irmãozinho escanchado na cintura.* Foi quando o riso tomou conta de todos, conta Ezinho. E as crianças não cessavam os elogios, acompanhados do bom humor que tomou conta de todos: *“Hum... você está bonito, olha todo engomado, e isso foi muito bom!”.*

Quando saíram da cerimônia católica, Ezinho e a esposa foram direto pedir a bênção de sua Yalorixá, Mãe Filhinha de Oxum, no terreiro de Oxum. *Chegou lá ela fez os processos, direitinhos assim, ela abriu o sabagi de Oxum e lavou minha cabeça, botou as coisas e me abençoou.* Assim, Edson está casado há mais de 30 anos com Dulcelena da Silva Santos Rosa. *Deus pôs a mão, pelo fato de eu ser candomblecista e ela não tinha o segmento do Candomblé. Mas nós nos respeitamos. Ela me ajuda no possível, no que ela pode.* E nesse clima de cumplicidade, chegou o primeiro filho. *E aí, enfim, o menino nasceu, a gente foi cuidar da educação, é o que a gente poderia deixar pra ele, o melhor, a riqueza, o saber, a educação. E ele, graças a Deus, já conseguiu. E já está no caminho de um neto ou uma neta, que Deus abençoe, primeiro, e os Orixás! Ele é um engenheiro de petróleo. Pra mim, graças a Deus, eu não tenho do que reclamar, é só felicidade e o que vem da vida, a gente tem que ter uma estrutura macro, respirar e saber aceitar, saber administrar os problemas. E uma parte a gente pede a Deus, que ele faz de tudo para que a gente se sinta feliz.*

Capítulo 05

MÃE EDNA: A YAKEKERÊ





Mãe Edna ao lado de Mãe Flora, em 2017.

Foto da página anterior - Mãe Edna, Yakekerê do Onyndancor. Foto da exposição Candaces- Guerreiras negras do Vale do São Francisco, em 2017. Foto: Márcia Guena



Mãe Edna recepcionando convidados durante a feijoada de Ogum, em 2024.
Foto: Márcia Guena



Mãe Edna durante a feijoada oferecida a Ogum, em julho de 2024.
Foto: Vilma Neres



Mãe Edna durante a feijoada oferecida a Ogum, contemplando a netinha, em julho de 2024. Foto: Vilma Neres



Mãe Edna, durante batizado no terreiro Onyndancor, em 2019. Fotos Márcia Guena



Mãe Edna, durante batizado no terreiro Onyndancor, em 2019. Fotos Márcia Guena



Onyndancor comemora 60 anos, em 2024, com a força da Yakekerê, Mãe Edna.
Foto: Márcia Guena



Levando flores nas mãos, Mãe Edna homenageia Oxum, durante Aguadê, em 2016.
Foto Márcia Guena




Mãe Edna e Pai Ezinho participam da posse da nova reitoria da Universidade do Vale do São Francisco (Univasf). Na foto a vice-reitora, Lucia Marisy Oliveira. Foto: Márcia Guena



Onyndancor faz um protesto/homenagem para preservação da árvore secular do bairro do Quidé, um Juazeiro. Mãe Edna prepara o laço branco. Em 2022. Foto: Márcia Guena



Mãe Edna participa de uma mesa sobre o Dia da Consciência Negra na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em 2020.



Mãe Edna nasceu por volta das 5 horas da manhã da quarta-feira, do dia 11 de dezembro de 1961. Na véspera, na terça-feira, dia da semana dedicado à Nanã – a Orixá mais velha que viu a criação da humanidade e, por isso, guarda a memória do Universo e é responsável pelo portal entre a vida e a morte –, seus pais, Dona Flora, filha de Nanã, e Manuel, filho de Xangô, viram o dia amanhecer dançando aos Orixás em um Xirê na casa da yalorixá Venina, filha de Nanã e que também era parteira.

Aqui, uma pequena pausa para falarmos sobre Mãe Venina. Segundo sua sobrinha consanguínea, Miramar Maurício dos Santos, 57 anos, Mãe Venina era filha de Nanã, era parteira e era uma pessoa muito humilde, mas com alto grau de espiritualidade. Seu terreiro ficava no bairro Nossa Senhora da Penha. Miramar chegou a ir ao terreiro algumas vezes e lembra que ele era bem simples: *Tinha uma casinha de pau e palha. Aliás, era de madeira e palha de coco por cima.* Mãe Venina morreu nos anos 1980 do século passado, no anonimato, embora seu nome ainda seja referenciado nos bairros da Penha, Maringá e Quidé, por exemplo.

Contam que o parto de Mãe Edna foi rápido. Em poucos minutos e sem complicações, Edna Silva Rosa chegou pelas mãos de uma filha de Nanã. Edna é filha de Xangô Ayra e foi eleita para ser a Iyakekerê do Terreiro Onyndancor, a que tem a responsabilidade de dar continuidade ao terreiro.

Mãe Edna é uma mulher de baixa estatura. Deve medir 1,5 metro. Ela é elegante. Faceira. Gosta de usar sapatos ou sandálias de salto alto, unhas e batons em cores fortes. Não carrega na maquiagem, mas não rejeita um batom e adora um torço muito bem amarrado. Ela tem um sorriso largo, cativante. Mãe Edna conta que tudo que aprendeu sobre o Candomblé foi com seus pais consanguíneos e tem muito orgulho disso. Mesmo tendo nascido já dentro de um contexto religioso ligado ao Candomblé e, possivelmente, por conta do impacto negativo da representação dos seguidores e das seguidoras de religiões de matriz africana, Mãe Edna foi batizada na Igreja Católica.

Aliás, uma prática ainda hoje muito comum em seguidores e seguidores das religiões de matriz africana. O sincretismo religioso foi uma estratégia dos escravizados e das escravizadas para cultuar seus Orixás. Na verdade, serviu como resistência. Na atualidade, há movimentos para o rompimento dessa tradição. Mas Edna foi batizada na Igreja Nossa Senhora Rainha dos Anjos, de quem seu pai era muito devoto. Sua relação com a Igreja Católica não parou no batismo. Ela era muito religiosa e chegou a fazer parte do Coral da Igreja. E não perdia uma missa. Além disso, adorava sentar na primeira fila para ouvir, bem de perto, os sermões dos padres. Com o passar dos anos, Mãe Edna sentiu necessidade de se aproximar mais do Candomblé. Ela conta que essa necessidade pulsava em seu coração e em sua mente, sem que houvesse qualquer resistência da parte dela. *É onde eu me sinto bem, onde me sinto realizada*, resume.

Mãe Edna não lembra dos primeiros passos da criação do terreiro. Compreensível. Era bebê. Mas lembra do medo e frio na barriga que sentiu quando foi suspensa (escolhida) pelo Orixá Oxóssi para assumir o cargo de Iyakekerê do Ilê Asé Ayerá Onyndancor. O meu medo era da responsabilidade, que é muito grande. E eu tinha medo de não dar conta daquela escolha, daquela responsabilidade. *Mas acho que eles mesmos (os Orixás) se encarregaram de me dar as energias para que eu pudesse me entregar e assumir como eu estou hoje aqui junto com meu irmão Babalorixá e meus outros irmãos e minha mãe*”, confessa.

Afinal, a Iyakekerê é a Mãe Pequena, a que orienta, que busca a harmonia da casa. É a mãe que acolhe. Na hierarquia de um ilê, Iyakekerê é o primeiro cargo abaixo do pai ou da mãe de santo. É a Iyakekerê que responde pela comunidade na ausência do pai ou da mãe de santo, a que representa o ilê lá fora do portão do terreiro. A primeira Mãe Pequena do terreiro foi Mãe Flora. Por conta da idade de Dona Flora, Mãe Edna fazia a maioria das atividades do cargo. *Mas eu tenho minha mãe Flora sempre na minha frente. Ela é quem continua na cadeirinha dela, no trono dela*. Aliás, respeito e carinho aos mais velhos, Mãe Edna tem e de sobra. Quando se refere a Pai Ezinho, ela diz que ele é o seu anjo da guarda, por conta da sua dedicação, fé, sinceridade e honestidade no cuidado com os Orixás, com a ancestralidade. Por isso, pensar que foi a escolhida para dar continuidade ao Ilê é um tema que ainda a desconcerta.

Mãe Edna lembra que desde criança ouvia de sua avó e de seu pai que o dia dela iria chegar e que não adiantava querer fugir da responsabilidade. Mas foi na



adolescência, com idade entre 16 e 17 anos, que ela confirmou a escolha e fez todos os procedimentos, como o bori que, no Candomblé, é um ritual próximo ao batismo da Igreja Católica. Isso há 39 anos.

Muitas pessoas foram iniciadas no Candomblé pelas mãos de Pai Ezinho e Mãe Edna. Ela não hesita quando a conversa é sobre a importância do Onyndancor para a cidade de Juazeiro. Mãe Edna considera que o terreiro tem uma marca de resistência. *E' essa missão vai estar por muitas e muitas gerações, endossando as palavras da entidade do Caboclo índio Seu José de Alencar, afirma, orgulhosa.*

Mãe Edna é uma das responsáveis em manter uma relação de cordialidade com a vizinhança, mesmo com a proliferação de templos cristãos e registros de intolerância religiosa no bairro. A base, segundo ela, é o respeito. *Que nem dizia meu pai: respeite para ser respeitado.* As portas do Ilê estão sempre abertas para quem pede um copo d'água, ou ajuda espiritual. *Aqui já foi o primeiro posto de saúde do Quidé. A rural do meu pai era a SAMU da comunidade. Quando ele sabia que tinha algum vizinho passando por necessidades ele vinha em casa e dividia a feirinha da família,* relata, com orgulho e com olhos umedecidos.

Ela diz que nunca sofreu nenhum tipo de preconceito na comunidade. Porém, fora do bairro do Quidé, recorda de um caso ocorrido em um encontro ecumênico que participou, durante uma formatura dos cursos de Pedagogia e Filosofia que reuniu uma pessoa adventista, um padre católico, um líder espírita e ela, do Candomblé. Ao final, fizeram uma “manobra” explícita para inferiorizar a participação de Mãe Edna. *Mas isso para mim é nada, porque a minha felicidade de ser quem eu sou é tamanha que isso aí não me afeta. Meu nome é resistência.*

Revisitando suas memórias, Mãe Edna conta que desde criança tem um carinho e uma atenção especiais por seu irmão Edson, o Babalorixá do Onyndancor, também chamado por Pai Ezinho. Recorda que Pai Ezinho, quando tinha idade entre 14 e 15 anos, ficou muito *doente, foi cobrança de Orixá,* e passou alguns dias de cama. Quem ficava de plantão ao lado da cama, seja de dia, seja de noite? Mãe Edna. *É que eu ficava com medo de ver ele dormir e não acordar de tão ruim que estava,* conta.

Ela não esconde seu orgulho de ter sido indicada por Oxóssi para ser a Yakekerê do terreiro e desse cargo ter o privilégio de poder conversar com os Orixás. *Toda mensagem que Orixás passa aqui dentro desse terreiro passa por mim. Aí eu passo para o Babalorixá,* diz, completando que costuma deitar aos pés dos Orixás quando

quer pedir algo para a comunidade religiosa. Outra coisa: os terreiros de Candomblé têm a tradição de acolher qualquer pessoa que bata na porta, à procura de ajuda. O Onyndancor não foge à regra. Por isso, costuma pedir força e proteção para que consiga seguir sua missão. *Eu quero é periferia. Eu quero é axé. Eu quero é povão. Eu gosto de gente! Eu gosto é disso e sou feliz assim.*

Mãe Edna explica que assim como o Pai Ezinho e ela foram escolhidos para assumirem os cargos religiosos que assumem, as próximas lideranças da comunidade também serão. Ela se emocionou quando perguntamos sobre o que esperava para o futuro do terreiro. *Eu desejo que o Onyndancor continue com essa seriedade que ele tem; a humildade e a força do Axé que tem para o bem. Peço a Olorum, nosso pai celestial, que os próximos que sentarem nas cadeiras, depois de mim e de meu irmão, amem os Orixás, tanto como nós amamos. Que os escolhidos para nos sucederem, que venham e façam melhor do que nós. Assim estarei confortada, pois eu sei o tamanho da fé que eu tenho nos Orixás, nos mais velhos e na nossa comunidade,* resumiu por conta da emoção. Ainda completou dizendo que tem tantos sonhos para o terreiro que nem os consegue expressar com palavras.





Capítulo 06

AS IRMÃS E OS IRMÃOS ROSA E SUAS MEMÓRIAS





Herivelton Rosa



Elson Rosa

Foto da página anterior - Em um momento muito intenso, toda família participa do Amalá de Xangô, em 2019, quando uma criança foi batizada. Na foto, da esquerda para direita estão, ao fundo Florisvaldo, à frente, Erisvaldo, de costas José, Meire, segurando o Amalá, Mãe Edna à direita, seguida de Pai Ezinho e Gilvan. Nesta cerimônia quase toda família está presente, inclusive filhos e netos.



O Babalorixá Erivaldo Rosa



Florisvaldo e José Rosa



Meire Rosa



Gilvan Rosa

Herivelton Rosa, o primogênito.

A entrevista com Herivelton da Silva Rosa, 66 anos, foi um encontro atípico: foi antecedido por um farto café da manhã oferecido à nossa equipe, na mágica cozinha de Dona Flora. O espaço dispunha de uma ampla mesa, capaz de acolher umas oito pessoas. E foi lá nesse lugar íntimo que começamos nossa entrevista com o primeiro filho do casal Manuel Rodrigues Rosa e Florentina da Silva Rosa, chamada, carinhosamente, por todos e todas de Dona Flora ou Mãe Flora.

Ele é um homem de baixa estatura e pode ser considerado como um “homem magro e baixo”. Em poucos minutos de conversa, percebe-se que Herivelton é prolixo. Gosta de falar e de se expressar com palavras rebuscadas. A depender da pergunta, seu olhar fica vago no tempo, dá risadas antes de falar sorrindo, ou fica sério. Ele conta com orgulho que quando nasceu, em uma sexta-feira, no dia 10 de janeiro de 1958, dia dedicado a Oxalá, o casal já residia no bairro Santo Antônio, em Juazeiro/BA.

Herivelton não sabe informar se alguém lhe contou ou se tem uma excelente memória, pois se lembra de uma inundação que aconteceu em Juazeiro, no ano de 1960, quando tinha apenas dois anos. *A barragem, que ficava no bairro de São Geraldo, transbordou e nossa casa foi invadida pelas águas*, conta. A quantidade de água foi tanta que a família saiu às pressas de casa e só retornou para a casa depois de um ano.

Ele lembra também que essa mudança incomodou Dona Flora. Ela não estava feliz. E foi por conta desse problema que o Caboclo, chamado José de Alencar de Arco e Flecha Frei Maracá, da nação Tuxá Proká Progará, da linha de folguedo do Toré, se manifestou em seu pai. Depois, a família ficou sabendo que esse Caboclo era da região de Belém do São Francisco, da antiga Ilha da Assunção, submersa pela barragem de Petrolândia. O Caboclo disse e cumpriu, que em 15 luas¹ a família iria para a casa própria. E assim aconteceu.

¹Cada lua corresponde a uma semana. Quinze luas, 105 dias.

Ele comenta, numa mistura de orgulho e mágoa, que se sente como o “cobaia” da família. *Sofri pra caramba por ter sido o primeiro filho homem. Homem assumido. Minha mãe era muito rígida, seguia uma hierarquia na qual o filho mais velho tinha que ajudá-la em todos os afazeres domésticos. Então, eu ajudei a criar todos os meus irmãos. Eu aprendi a passar roupa engomada em ferro de brasa. Eu sei o que é costurar, pegar uma agulha e fechar um buraco de uma roupa, o que a gente chama de cingir. Eu sei como fazer um fogo em um fogão à lenha. Hoje é tudo mais sofisticado, como as fraldas descartáveis. Naquela época, minha mãe rasgava as roupas mais velhas dela e do meu pai para botar na bunda dos seus bebês, como na de Ezinho, da Dedinha, de todos eles.*

Ele diz que sabe muito bem o que é uma cangaia (sacola que se coloca em cavalos ou jeques) também, o que é botar uma cela em um animal. Na verdade, ser o primogênito da família lhe deu muita responsabilidade, ainda criança e em um tempo em que havia uma divisão sexista do trabalho doméstico. *Quando eu tinha apenas cinco anos de idade, minha mãe me passou as minhas obrigações e, mesmo sendo homem, me tornei uma mulher, uma senhora dentro de casa porque eu fazia e faço de tudo em uma casa. Mas isso não me diminui. Se minha mulher, com quem já tenho 42 anos de casado, se ela não puder fazer isso ou aquilo, eu vou lá e boto panela no fogo, eu cozinho para todo mundo, engomo roupa, lavo roupa de todo mundo. Então, graças a Deus, essa foi a educação que eles me deram e foi assim que criei meus irmãos. Hoje Nazinho é da polícia, Meirinha é professora e Edna tá aí no segmento do terreiro e Ezinho também. Todos passaram pelo meu cabedal. De todos eu lavei bunda, dei banho, penteiei cabelo e dei mingau.*

Herivelton lembra, com detalhes, do acidente que teve quando tinha idade entre seis e sete anos, por volta de 1964, no início da ditadura militar, quando andava de bicicleta. Aliás, esse fato se tornou outro marco na relação do Caboclo José de Alencar com seus pais. *Meu pai tinha uma bicicleta brasileira 1964 lançada pela Monark, para adulto. Quando meu pai chegava em casa, depois do trabalho, isso por volta das 18 horas, encostava a bicicleta na porta lá na frente de casa. Era o momento que eu a pegava, pois estava aprendendo a andar de bicicleta. Como a bicicleta era para um adulto, Herivelton tinha que colocar uma perna por dentro da barra de ferro.*

E desse jeito sai feliz, pedalando até ultrapassar os limites da nossa rua. Sai da Rua 18 B, a que nós morávamos, e peguei a Rua Professor Olavo Balbino e fui até

as proximidades do Hospital Regional, que ficava perto, na época, de um cruzeiro, de onde saía o cortejo da Bandeira do Rosário, assim como o dos Penitentes. Então, fui até perto do cruzeiro e chegando lá eu fiz o retorno. Atualmente, o cruzeiro está gradeado e localizado em uma rua lateral do cemitério.

Herivelton destaca que, na época, vários bairros e várias ruas de Juazeiro não tinham saneamento. As ruas tinham esgotos a céu aberto. *Então, eu vinha pedalando quando eu vi um outro menino andando de bicicleta do mesmo jeito que eu. Ai foi aquela algazarra. Outros meninos se juntaram a nós e alguns subiram, acho que uns seis, de uma só vez, na garupa e acabaram caindo por cima da bicicleta que derrapou na lama e eu não consegui dominar o guidão e eu caí, com o grupo por cima de mim.*

O resultado dessa brincadeira foi que Erivaldo teve uma fratura na perna direita, próximo à coxa. Ele acha que deve ter desmaiado, pois só lembra disto: *Minha vista escureceu e não vi mais nada. Quando vim dar por mim estava em uma sala do Hospital Regional aos gritos, tamanha a dor. Meu pai e minha mãe estavam do lado de fora da sala, chorando muito. Lembro que o médico que me atendeu se chamava Doutor Humberto. Eu fiquei internado neste hospital, em torno de dois meses. Meus pais achavam que eu não ia sobreviver. E, em pânico, fizeram uma promessa ao Caboclo José de Alencar. Em 15 dias depois do pedido, eu me recuperei e tive alta. Ai meus pais foram pagar a promessa aqui no Quidé, onde só tinha mato. Lembro que foi no 15 de novembro, Dia da Proclamação da República.*

Herivelton conta, com detalhes, que nesse dia a família foi para o Quidé. Seu pai dirigia uma rural. Depois de rodarem por alguns minutos no meio do mato, Seu Manuel desligou o carro e o casal desceu. E no pé de uma frondosa Jurema (árvore), rezaram e acenderam muitas velas ao Caboclo que, mais uma vez, se manifestou. Dessa vez, pediu ao casal que fizesse um Toré, dali a 15 dias. Naquele mesmo ano, Seu Manuel fez o assentamento do terreiro – local onde os Orixás são saudados em um terreiro – e, três anos depois, a família foi morar no Quidé.

Ele lembra que quando foram morar no bairro já existiam outros terreiros nas proximidades, tanto que sua mãe, Dona Flora, fez o santo com a Yalorixá Mãe Filhinha, no terreiro conhecido como Rocinha D'Óxum. Filha de Pai Henrique, do Terreiro Mucumbo. Mas, por conta do preconceito da época, não se falava muito em Candomblé.

102

Minha avó era espírita, ela não era do Candomblé, mas não tinha aquele envolvimento todo que meu pai chegou a ter, que as minhas tias chegaram a ter, mas tinha todo o respeito pela religião. Ela apreciava a religião, mas não chegou a se iniciar, a participar.

A infância

A memória da infância é de boas lembranças e de uma família muito unida: *A dor de um é a dor de todos.* Mas, na infância, Erivaldo era o filho mais traquino, o que ele atribui, em parte, à diferença de idade entre os demais. Ao lado de Flor e Gil, os mais próximos em idade, faziam a bagunça da família. Já sorrindo bastante, com descontração, ele conta que o danado era ele:

Na infância, se fosse para ter atrito, se fosse para ter danação, poderia ter certeza que era minha. O cateteiro da casa sempre fui eu. Sempre filho caçula, o menino atacado do juízo, sempre o mais adiantado, sempre desenvolvido, sempre essa maneira de querer, então toda minha vida foi precoce.

Era Dona Flora quem controlava as crianças com mais severidade. Erivaldo conta que ela *nunca foi de passar a mão pela cabeça.* Para ele, os pais tinham alguma combinação para cuidar e repreender os filhos. Quando pediam algo para o pai, ele enviava para a mãe, fazendo o jogo das responsabilidades, conta sorrindo. E o pai, apesar de mais severo, era mais permissivo, *sempre passava a mão pela cabeça.*

Mas a coisa não ficou fácil para Erivaldo quando ele resolveu, por conta própria, aos 11 anos, mudar de escola sem avisar aos pais. Lembra com nostalgia da grande traquinagem que mexeu com toda a família. Ele estudava na Companhia de Navegação, (localizado na Rua José Petitinga 1, no bairro Santo Antônio) e todos os dias uma filha da casa o levava para a escola. Porém, durante a catequese, conheceu várias crianças e queria estar com elas. Muitas estudavam no Colégio Guiomar (Colégio Estadual Dona Guiomar Barreto Meira, no Quidé). Assim, ele pediu, sozinho, a transferência para essa escola, sem que seus pais soubessem.

Cheguei ainda a estudar uns 15 dias. Quando painho descobriu, aí eu perdi um ano porque nem para um, nem para outro. Ficar em casa de castigo!!! Foi daí onde ele passou a me observar e disse: “Esse menino não é normal!”. Foi onde eu cheguei à conclusão que o não normal não sou eu e sim os professores que não se

preocuparam. Quando mãe desconfiou, que caiu na realidade, não prestou não! Aí foi o castigo!!! Eu achei que eu era uma pessoa que eu tinha uma grande autonomia, que eu poderia resolver minha vida. Porque se eu consegui me transferir de um colégio para outro eu poderia fazer muito mais. Mas aí o Orixá me lançou para outro lado, eu cheguei aqui bem criança.

Então eu adormeci...

Aos nove anos, Erivaldo começou a sua vida no Axé. Não tem como esquecer. Foi em uma festa de Oxum, 8 de maio, quando Oxum tava abençoando todos os filhos, conta já com a voz embargada e as lágrimas aflorando. Quando Oxum estava abençoando os presentes, ela chegou para Erivaldo.

Enquanto hoje muitas pessoas entram na religião por modismo, naqueles anos era diferente, pois as pessoas eram escolhidas. Eu não sei contar se foi Oxum que bolou ou se foi Logum Edé, se foi o Edé eu não sei. Eu sei que eu adormeci e daí começou todo meu segmento religioso porque era assim.

Você era escolhido! Você estava ali! Você dormia para os Orixás! A sua vida se transformava! Orixá entrava na sua vida. O Orixá não queria saber quem você era. Se você era preto, você era branco, se era rico, se você era doutor... E o Orixá fluía na sua vida e ali você nascia.

Com uma vaga lembrança de como aconteceu a sua primeira incorporação, Erivaldo conta que tinha certeza de que um dia isso iria acontecer. *Mais cedo ou mais tarde iria bulir.* Estava no sangue, estava na alma, afirma ele lembrando que foi criado dentro daquela atmosfera, daquele ambiente. Ele não enfrentou dificuldades para seguir as obrigações do seu Orixá, com apenas nove anos.

Para o Babalorixá Erivaldo, seu pai era uma fortaleza. *Foi o meu exemplo de vida. Foi o meu segmento, foi a minha ousadia. Tudo que eu sou hoje eu agradeço a ele, eu agradeço à minha mãe, que é a minha grande amiga, é a pessoa que eu saio da minha casa para tirar minhas dúvidas. Com todo o jeitinho dela, mas ela sempre criou a gente assim, dentro da religião ela deixou bem claro: sou sua irmã, sou sua mãe velha.*

Erivaldo recebeu o Deká com 21 anos, em 1998, no dia 24 de julho, no mesmo ano em que Seu Manuel faleceu. O Deká aconteceu já no barracão que seria o seu



terreiro, já que o Onyndancor estava cumprindo o luto de sete anos. A partir dali, ele seguiu um caminho independente para ter a sua própria casa, o que foi um desafio e que ainda hoje lhe causa emoção.

Eu tive que aprender e ver que, daquele momento em diante, eu teria que trilhar só. Porque eu não tinha mais o meu pai e a minha fortaleza, o homem que assume as minhas obrigações, o homem que mete a mão no bolso, homem que fazia barreira na frente, o homem que fazia aquela imagem de que antes de qualquer coisa chegasse a acontecer com o filho dele, ele já estava ali na frente. “Peraí, eu estou aqui!”. Então é uma mudança de vida totalmente diferente. É uma coisa forte, é uma coisa que tem momentos que eu demoro até a falar sobre a minha história porque isso bole comigo. Isso mexe. Se tornou difícil porque eu não fiquei no vínculo com os outros, o meu destino foi diferente, o meu destino foi trilhar e criar família.

De aconselhado, Erivaldo passou a conselheiro e com grandes responsabilidades. Eu já não tinha mais o meu pai. *Mas eu tive Oxum na minha vida. Eu tive Oxum na minha vida, Oxum e meu pai Logun Edé estrelaram minha vida bonita. E, logo, a atividade do terreiro cresceu, era recolhendo Yaô e tirando Yaô*, relata. Assim foi até seus 25 anos, com muito trabalho no Axé. Eu tenho filhos de 17 anos que me dão trabalho que eu nunca dei a minha mãe de santo.

Um ano antes de receber o Deká, com apenas 20 anos, Erivaldo foi morar sozinho, na mesma casa que hoje abriga o seu terreiro, Omin Kayodé. A área era uma invasão cercada por uma lagoa. Foi um ano difícil, relata o Babalorixá Erivaldo, que justifica sua saída de casa em decorrência da resistência que enfrentou em relação à sua sexualidade. Essa foi uma decisão dele, para ter mais liberdade e sem violar as regras de sua família e do terreiro, e não uma expulsão de casa. [...] *por mais que o meu pai fosse um homem severo, mas filho dele era filho*. E a mãe ainda tentava dissuadi-lo para que voltasse para casa.

Foi um ano de assumir a sexualidade, foi um ano de enfrentar a homofobia que existe. Por mais que a família seja a melhor família do mundo. Mas existe o lado negativo também. Não vem ao caso e a gente não relata. Passado é passado. Eu já enfrentei. Eu já estou aqui, hoje eu estou bem, hoje eu acolho, hoje eu abro os braços, mas eu sempre falo para meus filhos que eu não gosto de tocar nesse assunto. Foi bom porque me ensinou a viver. Se eu sou o que eu sou, eu passei por

isso. Tudo, então, não faz parte da vida. Faz parte do Orixá a gente ter que passar altos e baixos.

Assim ele ergue o Omin Kayodé, como um herdeiro de Mãe Filhinha, sua mãe de santo. No altar de Oxum, foi colocado um retrato da grande Yalorixá de Juazeiro, a quem ele sempre rende homenagens e lembra da sua herança e filiação. Ele recorda de uma recomendação de Mãe Filhinha quando ele ainda era Yaô e tinha cinco anos de feito.

Eu tinha terminado de tomar a obrigação lá no Onyndancor, tinha dado comida a meu santo e aí eu estava sentado aqui no cantinho e ela chegou. Ela disse: “Vem cá, Yaô”. Aí eu fui. Sentei – a gente não olhava para os olhos dela, se você me perguntar qual a cor dos olhos de minha mãe eu não sei, não tinha essa ousadia – e aí ela virou para mim e disse: “Olha, você é a minha continuidade! Então, eu costumo falar que essa casa não é minha, essa casa é de Oxum, de Logun Edé, mas antes de ser de Logun é de Oxum. Então, sempre quem chegar aqui, sempre vai sentir, sempre vai ver, sempre vai observar essa presença. As pessoas que tiveram a oportunidade de conhecê-la como Yalorixá sempre vai colocar o pezinho aqui dentro, vai dizer “eu estou na segunda casa”. É tanto que dentro de todos os filhos de santo eu tenho alguns irmãos de santo que tomaram obrigação nessa casa e eu costumo dizer aos meus irmãos: “Vocês não são meus filhos, vocês são os meus irmãos”. Eu cumpro o segmento de minha mãe. São poucas, mas ainda tenho as duas, ou três coisas dos Orixás dela aqui.

Toda a iniciação de Erivaldo aconteceu no Onyndancor. Mãe Filhinha ia ao terreiro realizar todos os rituais. Assim, também aconteceu com Edson Rosa. *Mas a gente foi iniciado porque nosso pai tinha aquele cuidado todo com a gente. Veto era Ogã e nós éramos rodantes e a história do rodante é diferente. A gente vivia mais lá na casa de Mãe Filhinha do que cá, porque a mãe de santo era ela, e ela não abria mão porque quem pariu foi ela. Mas eles tinham a combinação deles.*

Erivaldo lembra que não havia disputa e, sim, um acordo à moda antiga. Assim, se havia uma festa na casa dela, todos os filhos que estavam no Onyndancor, ou em outros terreiros, iam ajudar. O Babalorixá faz questão de lembrar que ela era sua segunda mãe: *Minha mãe sabia educar os filhos dela. Minha mãe sentava, minha mãe transmitia amor! Por ser filha de Oxum.*



Racismo religioso

Com relação ao racismo, a fala de Erivaldo é muito enfática. Para ele o racismo religioso está mais forte, mais presente. Desde a sua infância ele não deixa de usar as indumentárias do Candomblé para circular pela cidade.

Há muitos anos atrás a gente não tinha toda a consciência que a gente tem hoje, mas também não era problema, no nosso meio, para falar que a gente sofreu racismo que a gente falava... Só vinha morar no Quidé na língua do povo, quem era macumbeiro. Quando eu fiz santo, quando os antigos fizeram santo, você via uma Yaô passar de branco, você via o Yaô passar com o seu pano da costa, você via uma Yaô mulher toda arrumada no mercado, numa fila do banco, resolvendo alguma coisa, uma fila que ia para votar! Eu acho que o racismo está tendo hoje! O preconceito está tendo hoje! Porque as pessoas antes se respeitavam melhor. Eu fui estudante e eu não deixei de colocar o meu branco, eu não deixei de colocar o meu fio de conta porque eu ia para o Rui Barbosa! Eu não deixei de cumprir minha obrigação e, muitas vezes, até de perder aula que, para mim, não foi perder, porque eu estava na minha primeira escola que era o Candomblé.

Ao lembrar de sua iniciação e de como as relações eram diferentes dentro do Axé, Erivaldo Rosa faz uma reflexão sobre racismo religioso. Na sua avaliação, no passado era mais fácil andar pelas ruas com suas contas, torços e roupas brancas. Hoje, os iniciados têm receio, sentem medo. Essa análise dele tem muita relação com o ódio que ressurgiu forte, direcionado às religiões de matriz africana, por parte de segmentos do neopentecostalismo. O racismo religioso se acentuou nos últimos anos, vitimando lideranças e se tornou presente nas escolas. Ele lamenta a falta de organização dos Candomblés de Juazeiro e afirma que em Pernambuco eles estão mais estruturados na busca pelos direitos e pela memória.

Eu costumo falar para meus filhos de santo, como hoje eu até comentei sobre isso, a questão religiosa sobre a gente do axé que às vezes a gente sofre um bocado com os nossos próprios adeptos. Porque é fácil para um evangélico seguir e respeitar a sua religião, e ser respeitado. É fácil para o católico, mas para gente do axé é difícil e já se começa da gente mesmo.

Ainda tem muita gente que se esconde, tem vergonha de colocar uma conta, de colocar um torço, de usar o branco. Nós temos obrigação de usar esse branco


na segunda, nós temos obrigação de usar esse branco na sexta-feira. No meio da nossa comunidade, no meio do nosso pessoal, ainda existem pessoas que não têm aquela coragem de assumir. Talvez por trabalho. Se usa muita desculpa. Ah! No meu trabalho não aceita, mas aceita eu entrar com meu terço, aceita entrar com a bibliazinha e orar. Vou trabalhar em uma repartição pública, no caso, um exemplo, se eu trabalhar na secretaria no colégio eu vou ser obrigado a rezar Pai Nosso, eu vou ser obrigado a participar da corrente de oração de orar. Mas aí, a minha religião não vai ter o direito de chegar lá e cantar: Onisaoré Baba!!! Não tem o mesmo direito, sabe? Por que eu falo isso para vocês? As casas de Candomblé de Juazeiro, quando são visitadas? Quando seu cliente não para o carro aqui: “Abre o portão do fundo, pai, eu estou chegando!”. Aí, a desculpa é porque eu tenho que colocar o carro na sombra, faz seu ebó e vai embora. Ou, em quatro em quatro anos, quando chega uma consequência política: “Há! Estamos junto, né?” E aí passa. Como é que o Candomblé vai se sentir?

O Onyndancor

O Babalorixá Erivaldo guarda uma relação familiar, amorosa e de origem da sua religiosidade com o terreiro Onyndancor. É uma relação ancestral. Assim, a abertura da sua própria casa representou um novo começo. Enquanto o Onyndancor representa um segmento que se origina no seu pai Manuel, o Omi Kayodé tem nele a primeira semente. É com muita força e, ao mesmo tempo, o peso da responsabilidade que ele nos conta essa parte da história, com veemência e muita confiança no seu destino.

Onyndancor é o meu nascimento, o Onyndancor é o início da minha história. É como eu costumo falar aos meus filhos. Eu sou Onyndancor, meus filhos são Omin Kayodé, mas respeita com todo amor, com todo carinho o Onyndancor, porque o Onyndancor é minha história. O Onyndancor não é só Candomblé, religião. O Onyndancor é a casa, não do Babalorixá, mas sim de Erivaldo Rosa. É o meu leito, onde eu nasci, onde eu me criei, onde está a minha base familiar. Xangô é o meu rei, a minha vida é o princípio dos meus caminhos, eu respeito a minha história.

O seguimento religioso de meu irmão, ele é o herdeiro do trono. Hoje em vida quem zela pelo trono de Xangô é ele. Não existe indiferença e sim, como você mesmo



falou, uma força junta quando nós estamos juntos, lógico que a força é maior. Ali não se trata de Erivaldo e Edson, se trata dos dois Babalorixás. E, devido ao conhecimento e a criação e por sermos irmãos duas vezes, a confiança se torna maior naquele momento de Orixás, no momento de cultuar, no momento de agir. Às vezes as pessoas acham que existe uma diferença por Omin Kayodé ser uma casa e o Onyndancor ser outra. Não existe diferença nenhuma. Se existe o segmento, eu tive um destino, o destino dele foi se escravizar para Xangô! Foi se determinar a honrar, a tomar de conta do trono de Xangô, zelar pelo trono de Xangô, da coroa de Xangô, a viver aquilo dali até aonde nosso pai Xangô escolher o seu próximo. Porque é uma casa de segmento. O meu destino foi outro, meu destino foi fundar o meu próprio Axé. Foi ser o primeiro a sentar nesse trono e até preparar o reinado de Logun Edé, o reinado de Oxum para passar para outra geração. Porque lá nós somos continuidade, aqui eu sou a raiz, eu sou a semente. Lá no Onyndancor o fundador é o meu pai, deixou um segmento lá. Porque uma coisa é você encontrar um reinado pronto organizado. A outra coisa é você deixar um legado, arrumar para outro dar continuidade.

O Omin Kayodé já tem mais de mil filhos. Assim, a casa erguida por Erivaldo inaugura um segmento, e, na sua avaliação, uma das principais diferenças entre ele e seu irmão também Babalorixá, Ezinho, é que ele não constituiu família ou laços de trabalho fora do terreiro.

Eu tenho uma casa, eu tenho uma família imensa. Eu sou tataravô no Candomblé. Eu vivi Candomblé! Eu tive dedicação! Meu irmão tem a vida dele, toma de conta do Onyndancor, mas tem uma vida familiar, ele constituiu família, ele tem mulher, ele tem filho, ele tem o segmento dele e a minha vida não! A minha vida foi fazer santo, foi se iniciar o que a gente fala fazer santo, na expressão popular, porque é iniciar para o Orixá, foi nascer para Orixá, viver para o Orixá, e quando a gente chega até aqui é morrer para Orixá! Então é uma história diferente!

A iniciação de Erivaldo também passou pela casa de Angola de Dona Marina de Jaquatiara, no bairro da Ribeira, em Salvador. A ida para Salvador foi uma demanda de Orixá: *Um caboclo que me pega, a história de Logun Edé que precisava se encontrar, precisava colocar ele para a terra dele, para o caminho dele, para o segmento dele.* Em Salvador, no terreiro dirigido pela Yalorixá Marina Jaquatiara, ele fez as suas obrigações de 9 e de 14 anos. Os 21 anos foi uma escolha de Oxum, que é o Orixá de Juntó de Erivaldo. Ou seja, o Orixá que acompanha o Orixá da cabeça, uma espécie

de segundo Orixá. A solenidade aconteceu no próprio Omin Kayodé, depois que ele tomou o Deká, no Onyndancor.

Depois que eu tomei Deká (entregue por Mãe Filhinha), Logun falou e Oxum falou, me deu casa para que eu ocupasse, porque eu tinha que servir a ela. Então, eu vou servir a ela até o último dia de vida. É o que meu irmão faz. Serve a Xangô, e eu sirvo a Oxum e sirvo a Xangô na minha cumeeira, porque a minha raiz não é apagada. O meu sangue do Onyndancor não é apagado. Se você olhar para cima você vai ver as machadinhas Xangô, quem manda na minha cumeeira. Eu posso mudar tudo, mas eu não posso mudar o amarelo e branco da minha casa porque eu nasci das mãos de Oxum.

Elson Rosa, “Nêgo”

Elson da Silva Rosa tem 54 anos, é pai de seis filhos. Nasceu no bairro de Santo Antônio, em um parto realizado em sua própria casa. É o quarto filho do casal Rosa. *“Eu sou da rua Prof. Olavo Balbino, conhecida pela rua 18B. Baixo Santo Antônio. De lá, a gente moramos na Piranga”.* Motorista, percorre as estradas do país dirigindo uma carreta que carrega as grandes torres, os moinhos, instalados pelas empresas de energia eólica. Mas sempre está presente nas grandes festas, um irmão que se soma à força dos demais, responsável pelo toque vibrante do atabaque: *“ouro maior, que a gente chama o rum. Do meu pai Xangô”*, afirma.

Para Elson, o candomblé é algo orgânico, porque nasceu e foi criado dentro do terreiro: Eu sou de dentro da religião. Porque quando eu nasci, isso já vem da minha avó, dos meus bisavós, entendeu? Então, é hereditário.

Ao falar da origem do terreiro, Elson faz questão de enfatizar o vínculo com os Tuxá: *Que tem a parte indígena dos Tuxás e tem a parte do Candomblé. Certo? Qual a diferença de um ao outro? Não há muita diferença entre aspas. Porque a gente vem do sangue indígena, entendeu? Eu sou da tribo Tuxá. Digo assim que eu sou da tribo Tuxá por causa de um índio, que é uma entidade que nos ajudou muito, foi quem nos trouxe para aqui.*

E aqui era só mato. Nós saímos do bairro porque a família é grande, foi crescendo, foi crescendo, a casa ficou pequena, a gente vivia mais preso dentro de casa e meu pai ficou preocupado. Então essa entidade, que é um índio, quem trouxe a gente para aqui, fez o marco.

Ao lembrar de seu Manoel, seu pai, Elson se emociona. Lembra que era o filho que mais tinha liberdade de fazer brincadeiras. Apesar da rigidez, ele conseguia atingir o lado lúdico e brincalhão do pai.

Aprendi muita coisa com ele, porque eu aprendi a dirigir com 10 anos. Malinando os carros dele. Ensinou não! Fui eu malinando. Eu vi ele fazendo e eu malinava. Por isso que eu digo assim, que eu era terrível.

Meu pai cobrava muito. Mas meu pai sabia cobrar. Não era aquele pai que saía gritando e que ia espancar. Não. Só em ele olhar, a gente já sabia. Até aqui, a gente conversa com os olhos. A gente aprendeu com pai e mãe. Se o meu pai estivesse conversando aqui, a gente ficava de longe olhando. A gente não entrava no meio. Então, assim, a educação dele é exemplar. Meu pai era muito cuidadoso. Preocupado de sempre estar ajudando as pessoas. Ele se preocupava muito de dar o melhor às pessoas que chegavam, que precisavam.

Ao lembrar de Dona Flora, ele a chama de Rainha. Lembra o quanto era rígida, mas ao mesmo tempo carinhosa e que ele a ouvia, sempre calado, em qualquer situação. O respeito era o respeito. *Agora é o momento da gente devolver o carinho que ela nos deu. A gente está ali junto com ela. Porque eu chego do trabalho, eu tenho que sentar, eu tenho que ouvir ela.*

Para Elson significa uma grande honra estar no Onyndancor.

José e Florisvaldo Rosa: dois irmãos constroem a ponte com a cultura.

Era uma noite de quinta-feira. O calor típico de Juazeiro, que começa às 8h da manhã e vai até às 17h, nesse dia não se fez presente. Lá já estavam Donária, Dona Flora Rosa e os demais membros do terreiro. Às 19h, os nossos entrevistados chegaram: Florisvaldo, vestido com camisa gola polo e calça jeans, e José Rosa, que veio com sua indumentária representando as cores do bloco filhos de Zaze: *O Afoxé “Filhos de Zaze” é um bloco que desfila há sete anos pelas ruas de Juazeiro, na Bahia, numa espécie de Carnaval antecipado. É assim que o grupo tenta conscientizar os foliões sobre o respeito à diversidade religiosa*, afirma José Rosa.

Eles definem o Onyndancor como um terreiro ativo na comunidade, que participa da vida social e cultural de Juazeiro. Essa participação extrapolou o campo

da religiosidade quando, de forma pioneira, criou a Quadrilha Junina Buscapé, em 2006, a qual já foi premiada em várias cidades nordestinas. A quadrilha leva para os palcos temas e histórias que associam elementos da cultura afro-brasileira. Já em 2009, inaugurou o primeiro bloco de afoxé de Juazeiro – Candomblé de rua, que toca ritmos de origem negra, como o ijexá –, o Afoxé Filhos de Zaze, inovando o Carnaval da cidade.

Começamos a conversa com os dois irmãos sobre a memória do pai, e logo eles deixaram muito marcado que Seu Manuel Rosa foi muito presente na educação dos filhos. Quando aconteciam conflitos, ele reunia todos para conversar, geralmente em uma mesa redonda, arguindo os filhos e resolvendo as questões. Segundo Florisvaldo, o Babalorixá educava seus filhos com rigor, impondo tarefas para cada um realizar. Era a forma de manter os filhos disciplinados.

Aqui, cada um de nós puxou um pouquinho de Manuel Rosa: é sim ou não, horário marcado tem que ser cumprido. E meu pai ele tinha o emprego dele, mas ele deixava cada um com seus afazeres. Somos uma família grande: 10, oito homens e duas mulheres, relembra Florisvaldo.

Nas recordações dos irmãos José Rosa e Florisvaldo, estão presentes as mudanças realizadas pela família, quase sempre em função do trabalho de seu pai ou, mesmo, em consequência das mudanças de casa na própria cidade de Juazeiro. Entre fragmentos das recordações da infância, eles lembram da ida de seu pai e de parte da família para a cidade vizinha de Curaçá, localizada a 90 km de Juazeiro. Seu Manuel recebeu uma proposta de seu chefe, Theodomiro Mendes, que tinha acabado de ser eleito prefeito, para auxiliá-lo naquela cidade.

Para Curaçá, foram com Seu Manuel e Dona Flora os filhos mais novos: Mazinho, Erivaldo, Gil e Meire. Os mais velhos, Edson, Edna e Elson (Negô) ficaram no terreiro, com mais responsabilidades, ao lado da avó. Mas não estavam sozinhos, porque na vizinhança moravam as tias Eugênia e Petronilha, que se revezavam no cuidado das crianças e da avó. Foi um momento de liberdade e amadurecimento para os filhos mais velhos.

Nessas idas e vindas, uma história marcou a vida de José Rosa, que ao lembrar esboça um misto de saudade e melancolia, sentimentos que se confundem na certeza de ter o aconchego de uma família muito unida. A história começa quando sua avó materna foi visitar sua neta, filha de uma das tias de José Rosa, Maísa, que estava muito doente.



Minha tia tinha uma filha por nome Maísa que, inclusive, mora hoje na região do Distrito Federal. Essa menina estava doente na época e minha tia já tinha se desenganado dela. Minha avó veio aqui na cidade e viu que a menina estava ruim, estava bastante doente. Então ela pediu para levá-la e disse que deixasse que morresse (Maísa) em seus braços. Minha tia, muito sentida, deixou ela ir. Minha avó cuidou dela com muito carinho. Maísa se recuperou e se tornou uma moça saudável e muito bonita. Uma certa vez minha avó veio na cidade e trouxe Maísa, quando chegou, minha tia e seu marido a viram, não deixou minha avó levá-la de volta. Então, para minha avó, foi bastante doloroso, para meu avó também, porque eles já tinham se apegado bastante à menina, destaca José Rosa.

A dor da separação da jovem menina foi grande, o que sensibilizou Dona Flora e Seu Manuel. Assim, para consolar a mãe e aplacar a dor do afastamento, Dona Flora, que estava grávida, fez uma promessa para ela. *E nessa época mãe estava grávida de mim. Então eles fizeram um acordo que se eu nascesse um menino, a minha avó levaria para criar; se fosse uma menina, não iria criar, porque minha mãe só tinha duas filhas, que eram a Meire e Edna. Aí com pouco tempo eu nasci e minha avó me levou com ela,* conta José Rosa.

Eu sei assim: meus irmãos mais velhos contam que ficaram um pouco tristes, mas tinha que ser, tinha que levar e nesse acordo deles, eles também fecharam um acordo de me batizar na Igreja Santo Antônio e me batizaram. Fui registrado com o nome do meu pai, da minha mãe. Então meus avós disseram que enquanto vida eles tivessem, eu moraria com eles. Na falta deles, eu voltaria para casa. Esse foi o acordo. Então, eu saí com seis meses de nascido.

Lembrança da nossa fé na infância

Para Florisvaldo, o Candomblé era festa, momento de comer e se divertir. Ele conta que comia tanto que a Mãe Flora Rosa dizia que o filho ficaria doente. Para mim era só festa. *Para mim aquilo ali era só festa. Quando criança era só festa e comida... inclusive, eu até comi comida de caruru de um dia para o outro. Minha mãe disse: “Esse menino vai acabar ficando doente, esse menino comeu uma comida de um dia para outro”. Mas não aconteceu graças a Deus, não teve nada. Graças a Deus só fiz engordar,* conta sorrindo.

Os filhos do Babalorixá Manuel Rosa não participavam das cerimônias no terreiro durante a infância, porque existiam proibições, regras no Candomblé.

Certas ocasiões a gente não poderia participar (das cerimônias) por nós sermos menores de idade, porque na época a fiscalização não permitia. A fiscalização era feita pelos zeladores mais antigos de Juazeiro. Também não permitia que menores de 18 anos participassem da religião (cerimônias), quando estivesse tudo pronto é que a gente poderia entrar e ficar assistindo. A gente não assistia saída de santo. Quando estava tudo pronto colocava nós, os de menores, para tirar foto. Nós ficávamos curiosos querendo entrar, mas mãe não deixava. Ficávamos brechando nas portas. Mas sempre vinha uma pessoa aqui para ver como é que estão as crianças”, relata José.

Florisvaldo e José Rosa trazem lembranças de suas infâncias, compondo a história da família e do terreiro. Esses irmãos vão construir juntos uma proposta cultural que projeta a religiosidade de matriz africana para além dos muros do terreiro, que é o Afoxé Filhos de Zaze, o único do gênero na cidade. Um afoxé é um tipo de manifestação popular baseada em elementos culturais e religiosos de origem africana. Também é denominado de Candomblé de rua. O mais conhecido é o Afoxé Filhos de Gandhi, de Salvador, fundado em 1949. E ijexá é o ritmo tocado em um afoxé. Atualmente, Filhos de Zaze, além de ocupar as ruas do Carnaval de Juazeiro há 14 anos, também se apresenta em festas e eventos diversos no território, tornando-se uma grande referência da cultura negra local.

Além do afoxé, os irmãos Rosa criaram a Quadrilha Buscapé, dirigida por Zenaide Diogo, que, desde 2006, tem levado para os palcos juninos uma proposta diferenciada da cultura afro, exibindo a condensação de culturas que marcam o território do Semiárido. Nessa proposta, questões nevrálgicas, como o racismo, o preconceito às religiões de matriz africana são levadas para o cenário junino.

Gilvan e a memória da avó, Patrocina

Gilvan Rosa, 43 anos, microempreendedor, é casado, e não tem filhas e filhos. É o mais novo dos 10 filhos de Manuel e Flora Rosa, nascido em Juazeiro/Ba. Ele conta que sua casa sempre foi cercada por familiares, algo recorrente nas famílias vindas do interior. *Meu pai e minha mãe vieram do interior. Aí geralmente quando você*



vem de lá, você também agrega os familiares, é a questão de tia, de uma sobrinha, né? Que às vezes quer desenvolver a escolaridade na cidade. E, aí, minha família é tudo isso aí, são os irmãos e mais primo, mais tia, e o principal: pai e mãe.

Uma lembrança que Gilvan tem marcada na memória é a da sua avó paterna, Dona Patrocina, sua única referência de carinho. É que quando ele nasceu seus outros avós já haviam falecido. Sua avó se tornou um tipo de símbolo de afeto da sua infância e, também é, uma referência religiosa para Gilvan.

Essa nossa avó foi a que a gente mais conviveu. Das pessoas hoje, a gente tá no período de Quaresma, Semana Santa, e esse era um período que, geralmente, a gente ia se juntar todos nós com a minha avó, para poder passar esses feriados com ela. Patrocina era católica no terreiro. Mas, porém, também tinha a espiritualidade dela. Ela era completa. Dona Patrocina, era como eu chamava ela. A gente lembra da criação, né? Da parte religiosa, do Candomblé. Ela tinha a parte religiosa dela, católica, mas ela recebia os Encantados dela. Tinha manifestação, e eu presenciei quando ainda era menino. Ela tinha um Caboclo chamado Mata Virgem, aí foi um dos que eu mais presenciei nas manifestação dela.

Gilvan acredita que toda essa religiosidade é uma herança de sua família através de várias gerações. Por isso, o assunto nunca lhe causou assombro, pelo contrário: *Para mim, eu como criança ainda me sentia muito gratificado. Eu me sentia bem, a gente acreditava muito. Tinha muita fé, tinha aquela coisa que era fantasia. Mas a fantasia, aquele negócio de você acreditar tanto, de você se dedicar tanto, de você ter tanta fé, de ter aquele mundo diferente do mundo de hoje. Eu acho que hoje ela não existe mais, é a minha opinião, né? Em minha opinião, não existe mais nas pessoas, nem nas crianças. Não para mim. Para mim a gente ainda tem, porque a gente foi criado assim, a gente tem essa fé. E que isso me fez bem quando criança, fez bem na adolescência e tá fazendo bem agora.*

Sua criação foi forjada no princípio de sempre, dividir tudo com seus irmãos, compartilhando o alimento, roupas e, obviamente, o carinho. *Existia a questão do pai e da mãe educar seus filhos na questão de dizer bem assim, “o que é de um é de todos”. Não existe esse negócio de dizer bem assim: “Ah! esse sapato é só meu, meu irmão não pode calçar, ou essa camisa é minha. Essa camisa aqui é minha”. É uma camisa mais bonita, que dá até para ir para uma festa, se meu irmão tá precisando de ir para um lugar e vestir uma camisa mais arrumada, o outro irmão pode pegar e vestir. Existia muito prazer de você tá servindo o outro.*

E isso eu digo porque eu vivi isso muitas vezes. Se alguém estudava de manhã e o outro estudava à tarde, o que estudava de manhã tinha que dar o sapato. Quem foi de manhã tirava o sapato e passava para o irmão e a camisa, que muitas vezes não dava nem tempo de passar. A questão do alimento era a mesma situação, tudo compartilhado, tudo dividido. O que um come, todos comiam, se a merenda fosse para um, era para todos. Essa divisão, compartilhamento, acontecia também com os quartos:

As mulheres se acomodavam no quarto, exclusivamente para elas, e os homens dividiam dois quartos, para praticamente oito homens. Aí os mais velhos ficavam em um quarto mais separado e os mais novos em outro quarto. Muitas vezes acontecia de um dos mais novos ter que dormir na mesma cama. Então, isso eu acho que era o essencial na minha questão familiar. Essas dificuldades se tornam uma coisa boa, porque você conseguia unir as pessoas.

De qualquer forma, era uma coisa educacional, fora as muitas brincadeiras, os joguinhos de bola no campinho, na frente da casa. Era a questão de pai e mãe pedir “meu filho, faça isso! Limpe a casa!”. E dividíamos as tarefas de casa. Tudo isso aí marca na infância da gente. Então, hoje, quando a gente entra dentro da casa da mãe da gente, que a gente aqui tem aquele velho ditado de dizer “vou lá em casa”, aí muitas vezes as pessoas que não sabem se você tá na sua própria casa ou na casa da sua mãe, porque a casa da mãe da gente nunca deixa de ser a nossa.

Gilvan sempre fez questão de morar próximo da sua mãe. Nunca quis se afastar muito. O único período que passou longe foi quando passou uns tempos em Curaçá com seu pai, Seu Manuel Rosa. Sempre morei aqui por perto mesmo, no Quidé mesmo. No passado a gente passou só uma temporada morando fora. Mas foi por pouco período de tempo, que a gente ficou na cidade de Curaçá. Passamos quatro anos morando longe da família, só uma parte, quer dizer, porque quando meu pai foi para lá os primeiros filhos já eram adulto, já estavam empregados por aqui em Juazeiro. Aí ficou os mais velhos, três ou quatro mais velhos aqui, e os quatros mais novos e os que não quiseram ficar, que, no caso, foram Mazinho e José Rosa, que passaram um tempo lá com a gente também, mas moravam com minha avó Patrocina.

Manuel Rosa, seu pai, é uma das suas maiores referências de vida. O amor que ele carrega pelo pai é refletido em cada palavra proferida na entrevista. Com a voz embargada, ele conta sobre a criação que seu pai deu a ele e a seus irmãos. Meu pai, Manuel Rosa, eu lembro dele, de antes, de hoje e de sempre. Porque a

educação que meus pais nos deram deu para nós todos, todos os filhos. Eu acredito e sei disso, que hoje só somos o que somos através de tudo que ele passou para a gente. Pai nos criou, tudo que ele pôde fazer pra gente ele fez. Ele perguntava, “o meu filho precisa de quê? É de um carrinho de brinquedo? Um passeio? Uma lição de moral?”. Que ele dizia que não trouxe filho ao mundo para sofrer, nem para dar trabalho aos outros.

Então a regra é essa, eu tinha conversa, ele dizia: “Meu filho, é assim, é procurar meios, é procurar estudar, é procurar correr atrás de um objetivo que vai fazer bem para você, para amanhã ou mais tarde você ser um pai de família, de responsabilidade, você pegar seu filho e ter moral para dizer alguma coisa”. Isso aí não era só quando a gente era criança não, podia ser em qualquer momento da vida, com ele não tinha idade não, se ele achasse que o filho estava errado, não tem esse negócio de dizer bem assim, ele já é dono da cabeça dele, ou ele já tem a vida dele. Então era assim, o filho podia estar com 30, 40 anos, que ele chamava da mesma forma.

Um dos muitos ensinamentos do seu pai foi lhe mostrar a importância dos estudos. Gilvan conta que seu pai era um leitor voraz, que sempre lia para ele e seus irmãos. Era um leitor de mão cheia, de diversos livros. Era de Jorge Amado à história do Brasil. Essa questão política, romance, a questão religiosa também. Ele pegava muitos livros de fundamentos religiosos para poder ler, enfim, ele tinha um apanhado de tudo um pouco. Eram livros que interessavam muito a gente, ele também gostava muito daquele José de Alencar, Allan Kardec, livros de espiritismo. Para a gente que não tinha tanta evolução, o mundo era contado através de história, não tinha internet, nem TV, ainda eram poucas casas que tinham, então, tudo era contado pela história. O pai, ele tinha por obrigação fazer isso.

Meu pai tinha realmente interesse de criar seus filhos com esse tipo de educação. Então acontecia assim, meu pai tinha que ter conhecimento do jornal que era aquele impresso, era o jornal A Tarde, que é daqui da região. Ele tinha que trabalhar muito para gastar um valor em revista, que vinha com muitas informações. Ele deixou um legado muito bonito. Eu queria ser ao menos a metade do que ele era. Ele era meu escudo. Era um homem de responsabilidade, de respeito, de moral. E que sabia entrar e sair sem deixar rastro. Ele era esse tipo de homem. Então, como diz o outro ditado popular, ele é o espelho da vida, é o fator principal da minha vida, meu pai e minha mãe, não posso tirar ela dessas palavras.

Sua mãe, a matriarca Dona Flora, é outra fonte de suas paixões. Era quem dava as broncas e, ao mesmo tempo, era quem aconselhava e acalentava os filhos. *Minha mãe era a companheira ativa do meu pai, a companheira ativa dele e a mãe que no momento que, quando o pai estava trabalhando, era ela a mãe e o pai ao mesmo tempo. A mulher, ela tem a função de fazer as duas coisas. E o meu pai que viajava e andou muito pelo Brasil, aí era ela que sempre ficava cuidando dos filhos. Ele cuidava também, dava banho, ajudava na hora da escovação de dente, na hora de dormir. Tinha a hora de dormir, não tinha negócio de dormir tarde não. Quando era hora de dormir, tinha que ir dormir, quando era a hora de levantar, tinha que levantar.*

Assim como Seu Manuel, Dona Flora também incentivava seus filhos através de leituras, era também aquela que fazia os remédios caseiros para os curar de qualquer doença que pudessem contrair. Ela era a professora, a médica e a psicóloga dos seus filhos. Era a mãe. *Ela era a incentivadora de tudo, porque quem ensinou meu pai foi ela, e ele se tornou um bom leitor, e eu acho que ele até leu mais livros do que ela. Era do tipo de mãe que realmente gosta e quer ver seu filho bem. Aconselhava através de conversas, incentivos com estudos. Porque antigamente, aí eu falo de minha mãe, mas eu vi muitas famílias com esse mesmo padrão, que quando a gente andava quando criança, a gente via quase as mesmas coisas em outras famílias. Antigamente não se via tanta coisa, não se via tanta tragédia, com tantas pessoas destruindo suas próprias vidas. Então, como não tinha acompanhamento, porque não tinha psicólogo, até poderia ter, mas era para quem tinha recurso.*

E era o meu pai e a mãe da gente que era tudo isso aí, era um conjunto de tudo isso. Sem a nossa mãe a gente não comia, a gente não existia, quando a gente adoecia quem acompanhava era ela. Mas, você tinha que tentar se tratar primeiro com remédio caseiro, que a própria mãe da gente já fazia em casa para poder você tentar se curar. Então, a mãe era companheira, a mãe é o amor, é o amor da gente, que a gente nunca deve esquecer, é o amor mesmo, é paixão, ela é tudo. Eu mesmo sou muito grato por tudo que ela tem feito por mim, pelos meus irmãos, por minha família, e ainda teve a condição de criar mais pessoas aqui dentro, e ainda mais ser mãe duas vezes, ver filiação de santo, tudo isso tá aí hoje. Hoje a gente tá aí todo mundo criado através dela e dele também.



Gilvan fala com amor e respeito da fundação do terreiro Onyndancor e da iniciação dos seus pais no Candomblé. Lembra de muitos momentos marcantes, alguns fatos que presenciou ou histórias que lhes foram contadas. *A fundação do terreiro aqui foi em 64, vai bastante gente pra lá ainda, é o mais antigo. Quando eu nasci minha mãe já era do axé. Aí desde pequeno eu nasci praticamente no axé. Quando ela se batizou no Candomblé, que fez o santo dela, foi entre depois do nascimento de meu irmão Zé Rosa e antes de eu nascer. Ele é mais velho do que eu. Aí ela já frequentava outras casas, mas não tinha feito obrigação, no caso não tinha firmado obrigação em casa. Frequentava, às vezes buscava alguma coisa que no momento tava precisando, alguma coisa para se tratar.*

Quando ele se tornou o Babalorixá eu já era nascido, eu tinha na faixa de dois ou três anos, por aí. Quem foi a mãe dele mesmo foi a Mãe Filhinha também. Só que ele já tinha as manifestações dele. Ele já tinha o giro de Caboclo dele e tudo, mas quando ele foi resolvido aí ele entrou no Candomblé para o batismo mesmo, que é a feitura de santo. Ele ficou uma temporada boa no terreiro de Mãe Filhinha, ele já conhecia ela antes do Candomblé. Acho que a questão de uns 15 a 20 anos atrás, antes do barracão, acho que ele já andava por lá.

Seu pai já recebia manifestações desde muito jovem, e Gilvan conta como um desses Caboclos que se manifestavam em Seu Manuel curou o seu irmão mais velho. Todos esses fatores fizeram com que Gilvan acreditasse que a sua família é predestinada ao Candomblé. Ele reafirma, a todo instante, como a religião está no sangue da sua família.

Quando eu nasci a gente ainda morava no bairro Santo Antônio, na rua Professor Olavo Balbino, 18B. Então, morava lá, só que já tinha aqui a questão do terreiro, ainda não tinha o barracão, mas ele tava construindo a casa. E já vinha aqui fazer roda de giro, tipo sessão. Ele já tinha uma passagem de caboclo índio nele. Ele vinha aqui em virtude de uma promessa que foi feita para meu irmão na época, que o irmão mais velho teve uma fratura na perna, aí ele ficou enfermo um tempo.

É uma religião que a gente nasceu e viveu o dia a dia, e que a gente mais se apegou. Nosso pai foi bem aberto na vida. Ele disse que a salvação é individual, sempre dizia. Então, assim, cada um que se apegasse com que achasse bom para si próprio, e que tivesse sentindo bem feliz na sua vida. Na minha vida se desenvolveu, foi realmente apego que eu tive, me identifiquei, como os meus pais tinham o terreiro aqui dentro, não tinha como eu não acompanhar.

As festas de santo e as comidas encantam Gil, desde a infância. Foi a partir daí que ele começou a identificar a alegria em participar dos festejos do terreiro. *Envolvia muita questão de criança, tinha a festa de Cosme e Damião, aí aquilo ali foi me envolvendo, fui buscando aquele encanto, buscando naquela coisa que era um espaço também mais voltado para criança. Através dos carurus, a festinha de Cosme Damião. Quando tinha feitura de santo e tudo mais, aí tinha parte de santo que era no sábado e no domingo. Faziam umas feirinhas chamadas Quitandas, que vinha o herói que é o Cosme Damião, é uma criança, é uma criança que manifesta. Aí nesse dia, voltado para essas festas de Cosme Damião, era o momento que a gente vai se envolver como criança. Agora, quando era na festa mais de santo, as crianças já ficavam mais afastadas, que era uma coisa mais para adulto.*

Para justamente você não se envolver, porque muita coisa tem seu tempo, mas você já vai aí fazendo um caminho, vai entendendo aos poucos. Todo dia é um aprendizado. Ninguém tá pronto. Aí na questão religiosa, eu vejo assim que cada dia você aprende uma coisa, cada dia aparece uma coisa. E aí, com o tempo, é que você vai cada vez mais se aperfeiçoando.

Gilvan ressalta, ainda, a diferença que existe entre o Candomblé praticado hoje em dia e o Candomblé da época do seu pai. Para ele, as diferenças começaram com a globalização, com a era da internet. Ele acredita que isso acabou dando abertura para discussões públicas de questões do Candomblé que deveriam ser internas.

Hoje as pessoas conduz de outro jeito, mas na época de meu pai se conduzia de outra forma. A diferença é o seguinte: a diferença que eu vejo é a abertura. O Candomblé hoje é mais aberto. Assim, as pessoas têm mais conhecimento sobre a religião. Até as pessoas que não são da religião entende muita coisa. Da mesma forma de quem é do axé. Antes as pessoas só entendiam de fundamento de religião. Para você entender das coisas você tinha que estar lá dentro. Ou você tava lá dentro para entender e aprender, né, ou então tava lá fora para ficar de fora e só assistia e acabou.

Antes o axé era reservado para quem era dele, você ver uma coisa até numa questão mídia, fazer gravação, fazer entrevista, fazer muita coisa. Não era todas as pessoas, não era todo mundo e nem toda hora que se fazia, e nem todas as casas permitiam, não filmagem. O Candomblé possui as mesmas regras que qualquer religião. Ali é um templo religioso. Ali você tem que ser, tem que ver a questão de bebida, questão de se vestir.

Quando uma pessoa fala do Candomblé procura uma pessoa que é afiliada ao Candomblé, veja se está mais bem vestida, de qualquer forma até pano de cabeça, várias roupas em cima da outra, mas você vê as pernas da pessoa. Então, assim, isso é uma questão de tradição, de regra mesmo, que a religião já tenha na sua visão essa abertura. Isso se deu depois que inventaram a internet, que se criou esse tipo de abertura, as pessoas começaram a usar muito a internet, aí terminou abusando um pouco também.

Quando Seu Manuel Rosa, fundador do terreiro, faleceu, o irmão de Gilvan, Edson Rosa, assumiu o terreiro, e se tornou o novo Babalorixá do Onyndacor. Essa mudança é bem vista por Gil, que se diz contente com os rumos que o terreiro tem tomado. Segundo ele, a transmissão da direção do terreiro para seu irmão Edson já havia sido preparada por Seu Manuel. O barracão foi (re)batizado com o nome Onyndacor, mas a casa continua sendo de Xangô. O que, segundo Gilvan, representou o início de um novo capítulo da história do Onyndancor.

... É como se fosse o segundo capítulo deste livro. É uma nova história, numa mesma história, não é a mesma história, uma nova história, um novo regimento. Foi uma inovação também. Na realidade, a gente abriu mais um pouco, mas já estava precisando disso. Na questão do acompanhar até as coisas do dia a dia, eu poderia ficar muito fechado e muito restrito como era. A questão do meu pai era fechado assim, quem dizia fechado na questão de não abrir muita coisa. Mas na questão de público e as pessoas procurar ele, ele tinha muita gente procurando, assim como amigo, como também gente que não era nem de terreiro de Candomblé, que vinha para ir bater papo com ele, até pessoas evangélicas mesmo. A vizinha aqui da gente sentava aí na porta pra tomar cafezinho, ler livros que falava sobre a história, já tinha tudo isso aí sim.

Sua função na casa é a de alabê, ogã, que toca os atabaques sagrados, nos festejos do terreiro. Gil toca nos xirês, toca de vez em quando, mas acha importante os netos de Manuel Rosa fazerem parte, para manter a tradição do terreiro. Ele conta como se deu essa tradição do terreiro, de manter os irmãos unidos para garantir sua continuidade, e também sobre a criação do bloco de afoxé, os Filhos de Zaze.

Ele veio como uma questão de inovação, uma pessoa mais nova se aprofundou na questão de buscar muita coisa fora, tudo. Ele inovou e tá aí o número do terreiro, e junto a isso aí a gente veio e nos juntamos, eu, Flor e Zé Rosa sentamos ali numa

mesa ali, numa festa que teve aqui mesmo, já na reabertura do barracão, no caso da festa do Axexê² de pai. Foi um pessoal que vieram de fora para poder fazer, que a gente não poderia fazer essa parte, aí vieram para fazer.

E aí nesse período a gente conversando com esse pessoal e tudo mais, e aí surgiu a ideia de se criar também um bloco de afoxé, que é o Filhos de Zaze, no caso, eu sou o diretor, Zé Rosa o presidente. E aí a gente criou o Afoxé Filhos de Zazé, e meu irmão continuou com barracão, com o Onyndancor. Aí, ficou uma coisa unida onde ficou o terreiro Onyndancor aqui, e também o Afoxé Filhos de Zaze, que a gente colocou esse nome pra, justamente, homenagear o nosso pai, que era o santo dele, o nome de santo dele era Zaze Xangô, e aí a gente foi, criou essa homenagem para ele.

Em quase todas as entrevistas realizadas com os filhos do terreiro Onyndancor, foi dito que nunca sofreram nenhuma forma de preconceito, provocado pela religião. Gilvan foi um dos poucos que relatou já ter sofrido intolerância religiosa e racismo, quando dizia ser pertencente ao Candomblé, ou pela sua cor de pele. Esse foi um dos momentos mais fortes da conversa, mas Gil falou com veemência sobre esses episódios:

Quando você assume esse lado do Candomblé, dificilmente você não tem essa questão do preconceito. Sempre tem. É só você dizer que é de Candomblé, que é de terreiro, que as pessoas já começam a te olhar diferente. Ou, então, você vê o buxixo lá de lado, sempre dessa forma, a cor da sua pele, a sua religião. É muito aquela velha piada de dizer, de negro só se veste branco, tudo isso tem, e são várias, várias e várias. A gente sofre direto, mas a gente continua com a cabeça erguida. Acredito que a questão do preconceito só pode te atingir se carregar pra si, eu não ligo. Quando tem gente dizendo um monte de coisa, vai ter várias aplaudindo.

²Um tipo de cerimônia fúnebre realizada após a morte de algum ou alguma integrante do Candomblé. Seu ritual é singular, com atos privados e públicos. Esses, marcados por cânticos e danças que celebram a partida de um iniciado ou de uma iniciada para o outro mundo, o Olorum, por, no mínimo, três dias.

Capítulo 07

AS FILHAS E OS FILHOS DA CASA E SUAS VISÕES





Yalorixá Maria de Tempo. Foto: Márcia Guena

Fotos da página anterio - Fotos Vilma Neres



Luiz Mendes Silva:
Babajalemim de Oxalá.
Foto Márcia Guena



Luiz Mendes Silva: Babajalemim de Oxalá. Foto Márcia Guena



Ana Cláudia, Silobeji,
filha de Ossain: Ewê, ô!
Foto Márcia Guena



Ana Cláudia, Silobeji, filha de Ossain: Ewê, ô! - Foto Márcia Guena



Maria Bethania Silva. Foto Márcia Guena



Orlando José dos Santos.
Foto: Marcus Gomes



Murilo Rosa, filho biológico do Babalorixá Edson Rosa, Ogã, com a djina “Oba Solo Bojo Demi”, filho de Xangô, Airá Dilé.
Fotos: Márcia guena

Maria de Tempo: uma Yalorixá e várias paixões

O destino de Maria de Tempo e o Onyndancor se cruzaram em um cemitério, em um encontro de vida e de morte. Sua mãe, já nos últimos dias da gravidez, foi acompanhar os penitentes, uma tradição antiga de Juazeiro. No cemitério central da cidade, ela ia de cruzeiro em cruzeiro, rezando pelos que já se foram e por sua filha que estava chegando ao mundo. E foi nesse contexto que ela, Maria de Tempo, chegou:

No meio da cerimônia dos penitentes, no cemitério, minha mãe começou a sentir as dores e, ali, uma participante, que também faz parte da família dos Rosas, foi quem ajudou minha mãe e fez o parto. Teve que levar para casa [no bairro do Santo Antônio], porque era pertinho, para fazer o parto. Começou ali dentro a minha história [...], já há muito tempo que eu conheço essa família. Pode dizer assim, desde que eu nasci porque... quem me pegou, a parteira que me pegou, foi justamente a mãe biológica de Ezinho, minha madrinha Flora. Ela foi quem me pegou, foi quem fez o parto da minha mãe. Meus pais eram compadres dela e do esposo dela.

Ligadas pelo nascimento, Flora Rosa e Maria de Tempo mantiveram a ternura ao longo dos anos. Assim começa a história de Maria da Paixão Martins dos Santos, mais conhecida como Mãe Maria de Tempo. Ela nos recebeu à noite, no barracão do seu terreiro, o Bandaleongo. Vestida de branco, com suas contas e torço, um pouco menos formal que o normal, Mãe Maria queria falar de sua história, de suas relações, sem muitas barreiras e reticências. Casada, mãe de quatro filhos, deu-nos uma entrevista franca, com muitos sorrisos e começou com uma identificação contundente:

Meu nome é Maria da Paixão Martins dos Santos, eu cheguei aqui no Quidé com sete anos de idade. Hoje eu sou uma yalorixá mais conhecida como Mãe Maria

de Tempo. Todo mundo me conhece por esse nome. Seus pais – seu Florêncio Martins dos Santos e Leonor Martins dos Santos nasceram em Juazeiro e já são falecidos – tinham uma forte relação com o Axé: *Tinham um pezinho dentro da religião*, minimiza Maria de Tempo. A mãe era filha de santo do Abassá de Xangô, hoje Onyndancor, onde fez a sua primeira obrigação. Dona Leonor não seguiu a religião. Mas o pai, apesar de não ter feito a iniciação, não saía do terreiro.

Para ele a religião era tudo. Ele estava dentro de tudo que o chamasse. A grande herança que eles me deixaram foi o respeito acima de tudo, saber respeitar as pessoas, porque a gente sabendo respeitar vai querer o respeito do outro, né? Então a gente tem que respeitar primeiro.

O pai participava da sessão, uma outra expressão local do Candomblé, na qual as cantigas eram acompanhadas por palmas e não por atabaques. O casal teve 21 filhos! Dona Leonor teve a primeira filha aos 15 anos. Mas 11 deles morreram, de causas diferentes: Era um filho todo ano, contou a Yalorixá. Assim, Maria se tornou a mais velha de 10 irmãos, o que lhe rendeu muitas obrigações. Agora ela está com 63 anos.

Essas crianças tinham, na verdade, duas mães: minha mãe e tinha eu, né? Porque me pariu, aí eu fiquei cuidando dos outros. Todos me respeitam. Não tenho mais a minha mãe, mas meus irmãos, tudo que fazem hoje, qualquer coisa que eles vão fazer, eles têm que vir aqui me perguntar se podem fazer: “Eu quero comprar isso, será que vai dar certo? Eu compro?”. Mas se eu disser sim, vão comprar, se eu disser que não, ali não vai adiante.

Assim, os irmãos se aninharam ao lado da mãe e da Yalorixá. Dos 10, quatro seguem o Candomblé, e todos ajudam Maria de Tempo, de alguma maneira: Se tiver que pegar alguma coisa, que fazer alguma coisa que for pesada, os homens *estão aqui, tudo aqui, para ajudar, entendeu? Qualquer coisa que eu faça eles estão todos juntos.*

Os laços dos antepassados indígenas marcam a pele, os traços, a história da família e o Caboclo que a Yalorixá carrega: *Meu pai já contava que o avô dele foi pego no mato, nas matas, entendeu? Então, já tem uma história que ele adivinhava muitas coisas que aconteciam com ele, já sabia que ia acontecer com alguém da família, entendeu? Não foi escravo. Eu acho que índio. Mais ou menos assim tem essa identificação pelas histórias que ele conta. Eu tenho um caboclo que é Sultão das Matas. Aí hoje, quando eu faço a festa dele, que as pessoas vêm para festa aqui me veem vestida com ele, aí dizem assim: “Ela é todo ele! Todo índio! Eu não vi Maria!”.*

Maria chegou ao Quidé com sete anos de idade, ao lado de seis irmãs e quatro irmãos. A sua casa ficava ao lado do Onyndancor. *Aqui não tinha energia. Água a gente tinha que pegar ou no rio ou no chafariz. A luz da gente era a luz de candeeiro. A professora da gente foi Aurita, que ensinava em uma casa normal, uma casa comum em que ela dava aula a gente.* Dona Aurita, já falecida, foi a professora de uma boa parte dos filhos e das filhas de Seu Manuel Rosa também. Do Quidé, Maria de Tempo e Ezinho (Edson Rosa) foram estudar no bairro Piranga, no Colégio Rui Barbosa, um trajeto que faziam a pé: *A gente tinha que ir almoçar cedo, tomar seu banho cedo, para poder chegar na hora certa na escola porque a gente caminhava bastante.*

Outras casas no bairro

No bairro, a tradição do Candomblé já estava presente, com os terreiros de Pai Henrique, o pai de santo de Mãe Filhinha: *Mãe Filhinha, que era mãe de santo de Seu Manuel Rosa, que tinha como digina Zazelegi; e Seu Manuel, que era meu pai de santo.* Mãe Filhinha já tinha a sua casa estabelecida, uma Yalorixá responsável pela introdução de toda uma linhagem religiosa na cidade. Manuel Rosa é filho de santo de Mãe Filhinha, que também introduziu Edson e Erivaldo Rosa, filhos biológicos de Seu Manuel e, hoje, babalorixás que conduzem suas próprias casas. Ainda havia o terreiro de Dona Maria, conhecida como Maria de Liluto e seu Orlando. Maria de Tempo considera que essas casas acabaram em função do rigor da religião naqueles anos:

Eu acho que o Candomblé ele tá mais aberto a explicar e as pessoas a entender. Porque o antigo é assim, no bruto. Você tem que fazer! Aí as pessoas se achavam muito cativas, se achavam muito presas, não tinha liberdade. E aí alguns saíam, não queriam mais voltar. Aí a filiação não ia aumentar. Diminuiu e as pessoas não queriam. As pessoas mais velhas, como Pai Henrique, faleceram e nenhuma filha biológica quis seguir, não teve continuação. Aqui na minha casa tudo é conversado, tudo é feito uma reunião e todo mundo tem seu posto.

Maria, na juventude, tinha o espírito livre, gostava de festas e de namorar. O que era demais para seu pai biológico. A liberdade da menina o incomodava. Assim, acabou casando-se cedo e relata sua peraltice com muitos risos: *Com 19 anos meu pai achava que eu já era... Essa menina é muito danada (risos), essa menina vai me dar filho é cedo! Mas nada! Casei com 19 anos e tô com essa pessoa, graças a Deus,*

até hoje. Mas fui muito danada! Namorei bastante, namorei muito! Seu marido não é do Candomblé, mas foi responsável pela construção da casa da família e do terreiro, sempre contíguos. Ele era hippie e fazia bijuterias muito bem, relata Maria e deve a ele a construção da sua primeira casa, feita de taipa no bairro do Quidé.

Maria de Tempo tem acompanhado a vida dos filhos através dos búzios e das forças do Axé. Hoje, os quatro filhos biológicos, Jessiane, 27 anos; Niele, 24 anos; Geisa, 22 e Nayan de 12 anos são vinculados à religião. *O que eu fiz: eu fui jogar para meus filhos e fui vendo, porque não tem nada melhor do que a própria mãe ver o caminho dos filhos. Não tem esse negócio.... porque meu filho, quando crescer, vai escolher, ele tem direito de escolher o que ele vai ser. Mas se eu sei, se eu tenho uma ferramenta na minha mão que tem como eu chegar até ali, olhar e ver, eu vou jogar meu jogo de búzios. Se serve para uma pessoa que vem procurar como tá sua vida, vai servir para mim olhar meu filho.*

Envolvida em lembranças e com entusiasmo, Maria de Tempo relata como iniciou seu terreiro e como se deu a mudança de lugar dos fundamentos de seus Orixás. *Quando meu pai de santo faleceu, Seu Manuel, eu não quis ir para casa de ninguém. Eu queria trazer o Iba' de meu santo para o lugar dele. A gente tinha uma casa de taipa, uma geladeira vermelha e um sofá! Aí a gente fez o quê? A gente vendeu a casa, porque eu achei esse terreno aqui, pegou a geladeira e o sofá trocou em bloco.*

Maria de Tempo e o marido ergueram a nova casa com recursos da venda de cosméticos da Avon e semi-joias Micheline. Entre risos, ela fala desses primeiros anos. O tio do marido ergueu os cantos da casa e o marido levantou as paredes, com sua ajuda. *Um dia veio um vento, uma chuva: a casa vai cair, vai cair, vai cair e nada! Ela conta entre muitos risos. A casa segura, minha filha! Dizia meu marido e tá aí a casa até hoje!* Foi aí que Maria de Tempo, antes da reabertura do Abassá de Xangô, que permaneceu fechado por sete anos após a morte de Seu Manuel, resolveu construir um lugar para abrigar o seu “santo”.

A iniciação

Estes foram anos tranquilos espiritualmente para Maria de Tempo. Mas nem sempre foi assim. A sua iniciação no Candomblé foi conflituosa e ela se debatia entre a liberdade da juventude e as obrigações de uma filha de santo.

¹Falta a nota

Na verdade, eu não queria nada disso para mim. Meu pai contava as histórias do avô dele, que sempre dizia: “Essa menina vai ser de Candomblé ou de sessão de Umbanda, de alguma coisa, ela é médium”. Mas eu dizia: “Que nada! Eu não gosto dessas coisas! Não gosto de ouvir falar dessas coisas!”.

Na infância, os desmaios eram constantes, o que preocupava seu pai. Mas na avaliação de seu Ivo, farmacêutico, espírita, proprietário da Farmácia Oriente, localizada na rua do Polo, esses já eram sinais da mediunidade de Maria de Tempo, como lembra a Yalorixá: *Uma vez que eu desmaiei, demorei muito a voltar. Meu pai me levou, aí seu Ivo rezou! Seu Ivo disse: “Não tem que passar remédio nenhum. O remédio dela é isso aqui!”. Aí passava o remédio, que era esse bendito óleo! Ele dizia: “Vai, leva ela para casa porque sua filha ela tem uma entidade de luz que a acompanha! Sua filha é médium. Quando chegar o tempo dela, esse espírito de luz vai procurar o lugar dele, ela vai ser muito feliz!”.*

O pai de Maria sempre insistia para que ela o acompanhasse ao terreiro de Seu Manuel, o Abassá de Xangô, mas as recusas eram constantes, relata ela simulando um diálogo com seu pai: *“– Maria, vamos para casa do compadre Manuel, que vai ter um caruru hoje. O caruru é tão bonito, vamos lá para você assistir! – Eu vou nada! Quero ir nada! Pode ir pai, que eu não vou não! Vá comer sua comida de macumba, porque você vai comer e eu não lhe digo é nada, se você comer essa comida!!! – Mas minha filha, não faz mal! Vai ser tão bonito! Tem uns Cosmes! Não tem isso! – Eu não vou não! Eu prefiro sair, o senhor vai para lá, que eu vou lavar a louça. Quando eu terminar de lavar a louça eu vou tomar meu banho e vou para casa da minha amiga!”. Pronto. Era isso.*

Apesar das negativas, um dia Maria resolveu ir ao Abassá de Xangô sem qualquer insistência do pai: como dizem os mais velhos, “a fruta só dá no tempo”, não adianta insistir. Tinha 14 anos, estava indo para a casa de uma amiga, com revista da Avon debaixo do braço, mas resolveu voltar ao ouvir o som dos atabaques. *“– Benção, tio Manuel? – Deus te abençoe! Eu sabia que você vinha! Tá vendo como você veio? Entre, se sente”. E aí me botou para sentar e aquela alegria toda, e aí minha filha, eu sei que eu sentei ali e a finada Filhinha, com o esposo dela, Zé Luiz, junto com Seu Manuel de Flora, começaram a cantar para Tempo [o Orixá]. Eu sei que nesse negócio que cantou para Tempo, eu saí limpando o chão do homem lá, embolando no chão. Também quando me levantaram e me levaram para um quarto, que eu não*

sabia que quarto era esse, e quando eu levantei, eu disse: “Eu tô aqui? O que é isso, pelo amor de Deus?”. Saí catando minha sandália, sai na carreira! “O que é isso? Eu não quero saber disso!”

E meu pai saiu atrás de mim. “Minha filha, volta aqui! Não é assim não! Volta aqui! Volta aqui!”. Eu saí na carreira, não quis nada! Mas aí, a partir desse dia, como seu Ivo disse, com 14 anos, espírito de luz ele vai procurar o lugar dele certo, entendeu? E foi aí que começou a minha história com a religião. Começou nesse dia em que eu rolei na casa desse homem chamado Manuel de Flora (risos). Até hoje tô aqui, e aí corri muito, corri muito dessa vocação, entendeu?

Maria de Tempo continuou resistindo a assumir algum vínculo com o terreiro de Seu Manuel. Mas quando escutava as rezas ou os ingorossis, no Abassá de Xangô, vizinho à sua casa, não resistia e corria para o terreiro. O Caboclo Sultão das Matas a pegava em qualquer lugar e a arrastava pelas matas e a levava para o terreiro. Foi ele quem a levou para compartilhar o roncó² com Pai Ezinho: *Já me pegava e aí ele ía, em cima de espinho de favela, de tudo. Ele abria aquela mata e vinha chegando e chegava aí na casa deles. Quem me botou no roncó foi Sultão das Matas. Ele que me pegou e me trouxe. Minha mãe não queria. Não tinha dado certo para ela, não queria mais. Meu pai, que dava apoio, meu pai que gostava muito, mas ela não queria mais. Mas aí, quando aconteceu isso, o Caboclo não me deixava mais. Podia tá tocando, podia dar uma festa que tivesse tendo lá, ele me pegava e me levava para lá! E nesse dia ele me levou e me botou lá no roncó e ficou para o meu pai e minha mãe me tirar de lá dentro.*

Eu era muito nova, eu achava que para mim era uma escravidão, a maneira que a gente ficava na roça, aí depois tinha que ficar três meses de Quelê no pescoço, e não podia usar uma blusinha, tinha que usar blusa com manga, entendeu? Não podia usar calça comprida. Eu deixei de usar muita coisa, de viver a minha vida, a adolescência porque com 15 anos que eu fiz meu santo!

Maria de Tempo travava uma luta interna. *O que me fez ir à frente era esse Orixá mesmo, porque ele não me deixava. Outros fazem o que querem, e ele não deixava eu fazer o que eu queria. Se eu vinha para um lugar que não era certo, ele me pegava e me trazia. Foi por isso que eu fiz minha obrigação.* O pai biológico de Maria de Tempo foi um grande incentivador. Também teve o apoio de sua madrinha, Dona Flora, e de Pai Ezinho, que foi o Dofono do seu barco.

² Sabagi – ou roncó, ou quarto de santo. Espaço só acessado após a feitura do santo.

O Barco

O barco de Maria de Tempo foi muito emblemático. Junto com ela, que ainda não havia completado 15 anos, estava Pai Ezinho, com 17 anos, e uma senhora mais velha que eles, de 40 anos, Dona Raimunda, já falecida. No seu relato, não foi uma relação fácil de iniciação, em meio à negação que já vivia.

Mas foi muito boa a camarinha³, a nossa vivência dentro do Candomblé foi muito bom! Dentro do terreiro foi muito bom! Muitas brincadeiras, muitas coisas. A gente trabalhava, a gente carregava água do chafariz satisfeito. A gente pegava água do rio para trazer para cá satisfeito. A gente passava as roupas satisfeito, porque ali era um brincando com outro, dizendo uma piada e Ezinho brincava muito com a gente. Ele era muito, muito danado! Já deixou a danação dele, mas era muito danado! E ali é unha e carne, Edna e Ezinho. Eles aprontaram muito, esses meninos! Eu sou testemunha de muita coisa. Mas foi uma infância maravilhosa que hoje não existe mais. Não tem mais, não tem mais! A gente tinha no clarão da lua ali, para a gente sentar no terreiro, e deitar, botar esteira e ficar contando histórias, revivendo coisas que a gente fazia escondido, entendeu? Eu é que não queria saber de nada (risos) de cuidar de meu santo! Mas dentro da casa do meu pai de santo foi muito bom.

Maria relata que Seu Manuel já dizia que o herdeiro da roça era Edson Rosa, Ezinho: *Ele gostava muito desse filho. Foi o primeiro filho que fez a obrigação como rodante, ou seja, que incorpora um Orixá.*

Ele tinha muita confiança nele e tudo dentro do axé ele resolvia. Ele tem muita coisa que ele herdou dele. Eu acho que é a mesma coisa que eu herdei. Eu herdei a moral que ele tinha, o respeito. O Onyndancor hoje, antes era o Abassá de Xângo, é regido por Ezinho, eu acho que tem a pujança, tem a firmeza do pai, entendeu? Ele usa o que ele herdou, bastante do pai. Foi isso. Em outros Candomblés a gente vê, escuta falar outras coisas, falam certas coisas E eu aqui, quietinha no meu canto, ouço falar de A, B e C, mas eu nunca vi falar do meu irmão! Por mais que eu tenha feito uma obrigação para receber um Deká com outra pessoa, que não foi na casa dele. Eu nunca deixei se quebrar essa aliança. Para mim, meu irmão é meu irmão. A gente vem do axé do Abassá de Xangô e a gente vai continuar assim. A irmandade sempre. Sempre unido. Eu continuo assim com essa firmeza com ele porque... eu gosto muito dele. Ave Maria! Se alguém falar mal dele perto de mim, não vai ouvir muita coisa boa, entendeu!?

³Camarinha – Sinônimo de roncô, sabagi.

O Afastamento

Maria de Tempo se dedicou, nos três primeiros meses após sua obrigação, com mais afinco, prolongando-se até um ano, quando decidiu fugir. *Não quis mais saber de negócio de religião, de Candomblé. Não queria saber mais de nada. Mas sempre tinha uma entidade, um Orixá que me pegava. Para mim estar hoje vivendo a minha religião, foram meus filhos porque eu não queria ligar. Veja só. não é que Orixá seja perverso com um filho de santo. Não. Ele não é perverso. Hoje eu entendo. Antes eu não entendia, não. Então, eu hoje sei o que ele queria comigo, o que realmente o meu Orixá queria comigo.*

Como eu disse no começo, namorei bastante e andei muito. Mas hoje eu sei que se eu tivesse ido por aquele caminho, que achava que era o certo, hoje eu poderia não existir. Porque eu era muito danada, então aí hoje eu entendo isso, mas o que me fez estar na religião e hoje ser uma Yalorixá foram meus filhos biológicos, porque a coisa que eu mais queria na minha vida era ter um filho e eu perdi quatro filhos. Foram cinco porque tem que contar com aborto, né? Era filho com um ano e três meses... Teve situação em que, por exemplo, hoje foi a visita de um filho [no cemitério] que já havia morrido e de noite o outro falecia. Isso tudo porque eu não queria cuidar do meu Orixá, eu não queria zelar, não queria. A gente tem que ter um amor, tem que ter um cuidado. A gente só vai entrar no quarto e fazer e sair? Não. A gente tem que ter um zelo. A gente tem que ter um cuidado com o Orixá e era esse zelo, esse cuidado que eu não tinha.

A promessa e a devoção ao Orixá Tempo

Esse foi um relato muito doído para Maria de Tempo. A lembrança da morte dos filhos ainda dói no seu peito, nas suas lembranças. Assim, diante dessas perdas sucessivas, a volta ao terreiro e ao cuidado com seu Orixá foram importantes passos tomados em sua vida. Incentivada pelo marido, voltou ao Abassá de Xangô, em um dia de cerimônia. O Babalorixá, Seu Manuel, tocou para o Orixá Tempo e ele veio. Foi então que o sacerdote fez uma promessa, em nome de Maria:

Então, com todo mundo que estava ali assistindo, ele fez um pedido a Tempo: que se ele deixasse, a partir daquele dia, eu criar meus filhos, que era tudo que eu

queria, ia fazer uma promessa por mim, que daquele dia em diante eu ia cuidar dele. Aí pronto! Quando eu acordei [do transe], ele me disse: “Minha filha, eu fiz uma promessa para seu Orixá. Então a partir de hoje, minha filha, tem que cuidar do seu santo. Tem que cuidar do seu Orixá, porque aí que ele vai ajudar você a parir seu filho, sua filha”. Aí eu fiquei com aquele medo, sabe? Se eu não cuidar dele, eu não vou mais ter um filho e se eu tiver vai morrer. Então eu vou cuidar dele. E ali mudou tudo, mudou tudo.

Assim, o Babalorixá, mais uma vez, aproximou Maria de Tempo do Candomblé e a relação entre os dois se estreitou ainda mais. Com a voz embargada, ela relembra o papel que Seu Manuel exerceu em sua vida. O choro não demorou a chegar. *Manuel de Flora era uma figura muito importante na minha vida. Ele era bravo, assim, sabe, ele tem um gênio forte, mas comigo não, eu não posso dizer que ele tinha isso... Chegou até o ponto de algumas pessoas, dentro da roça, acharem que ele tivesse até tendo alguma coisa comigo. Mas não! Ele foi um grande amigo, meu pai de santo. Ele era um amigo que eu contava tudo que eu passava. E mesmo que os filhos dele hoje não saibam, mas tudo que se passava na vida dele, na vida pessoal dele, eu sabia de tudo.*

Eu sabia o filho que estava certinho. Eu sabia do filho que estava meio tortinho, do filho que estava seguindo outros caminhos, entendeu? Então, tudo ele me levava para aquele pé de Jurema, que hoje é o assentamento do caboclo de Ezinho, de lá do Onyndancor, aquela juremeira. Então, naquela juremeira ele levava um banquinho: vem Ilêburassingué, umbora conversar! E aí ele me chamava, a gente sentava e conversava, me aconselhou muito. Ele era muito honesto, meu pai de santo, muito honesto com as pessoas. Ele tinha um gênio forte, mas ele era uma pessoa muito honesta.

Eu costumo dizer que hoje o terreiro Bandalecongo... Eu não herdei bens materiais de meu pai de santo, não! Eu herdei o respeito e a moral de meu pai de santo. Se ele dissesse: “Eu quero isso! É para fazer isso!”. Então ia fazer aquilo o que ele queria. Mas tudo dentro do respeito, tudo dentro do caminho certo, que ele achava que era certo. Era uma pessoa amiga, não era pessoa de maltratar ninguém. Se maltratasse com palavras, mas era o jeito dele. Mas o jeito dele hoje me guia bastante. Esse era o Babalorixá Manuel. Segundo Maria de Tempo, a esposa Flora o acompanhava em tudo, “era pau pra toda obra”: Ele dava a ordem, ela acatava sempre!, relata Maria, sem prolongar-se muito sobre o papel da matriarca da casa.

O surgimento do Bandalecongo

Antes de assentar o santo e erguer sua casa, a juventude de Maria foi marcada por muita diversão: *Eu saía, fugia de casa para ir para festa! Eu saía da festa daqui do Quidé e ia para o Lomanto Júnior! Meu pai sempre fica preocupado comigo! Eu dei muito trabalho a meu pai!* Mas depois da promessa feita, a relação com o Orixá mudou. Com a morte do Babalorixá, quando o Abassá de Xangô completou um ano de luto, fechado, Maria iniciou a construção da casa que abrigaria o Bandalecongo e trouxe o assentamento do Orixá (o Ibá). Assim, a autorização para Maria de Tempo abrir sua própria casa, numa cerimônia que se chama entrega de Deká, não foi dada por Manuel e, sim, pelo terreiro Ajunssum, de Salvador. O Bandalecongo tem 64 filhos e Maria já tem neto de santo.

Mas eu trabalhei em cima de procurar uma pessoa honesta, que fizesse as coisas direito que eu precisava. Mas não peguei meu santo e fui para casa de ninguém. Eu tive que abrir o terreiro e alguém veio de lá de Salvador e veio dar minha obrigação. Dois anos depois do falecimento dele eu abri aqui. Aí eu conheci essa pessoa de Salvador. E eu também sou muito danada! Eu não quis ficar parada aqui, esperando que me dessem aquilo que eu já conhecia, daqui mesmo da região. Eu queria alguma coisa mais, lá fora, entendeu? Então, eu fui procurar uma pessoa que fosse mais entendida para poder me dar meu Deká. Uma coisa é certa: a cabeça das pessoas não é lixo! A gente tem que ir com cuidado! Então, não ia pegar, fazer qualquer coisa com as pessoas. Eu tinha que tomar meu Deká com uma pessoa bem inteligente, que pudesse me dar pano pra manga! E foi isso que eu fui atrás, graças a Deus, até hoje estou me dando bem.

Luiz Mendes Silva: Babajalemim de Oxalá

O ano era 2004. Luiz morava e trabalhava em uma instituição bancária, em Belo Horizonte (MG). Depois de um dia cheio e atribulado, descendo uma escada do banco, uma entidade espiritual viu-o e não mais o esqueceu! E nem ele: *O Caboclo ficou cogitando me trazer pra cá.* Ainda nada sabia, nada conhecia sobre o Candomblé e seu universo. Mas as pontas da história iriam se ligar e mudariam a sua vida, a partir da visita à casa de uma irmã que morava em Teresina, no Piauí. Ali conheceu uma baiana, amiga de sua irmã, que abriu seus caminhos para o Axé:

E eu soube que ela era da espiritualidade. Eu perguntei quem era a entidade que o irmão dela manifestava. Aí ela disse: “Caboclo Boiadeiro”. Tudo isso teve um porquê depois. Mas antes ela não disse quem era Orixá, nem disse nem nada, falou logo no Caboclo Boiadeiro. Eu vi uma vez um negócio na televisão, Pedro Bial apresentando as religiões, quando chegou no Candomblé, ele foi quem foi apresentado, o Caboclo Boiadeiro. Eu tive vontade de conversar com ele. Aí ela disse assim: “Você pode ir através da gente, assim você consegue conversar com ele”. Me deu o endereço, o telefone e um dia eu liguei. Achavam que eu morava aqui. Na hora que tava chegando aqui, coincidiu que eu falei com ele.

E foi assim que, no dia 03 de outubro de 2019, uma quinta-feira, Luiz, vestindo roupa na cor branca, chegou no barracão do terreiro Onyndancor, uma ampla sala com cerca de 100 metros quadrados, na cor branca. O local tem uma energia de tranquilidade. No altar, o machado vermelho de Xangô dá segurança. Fitas brancas estavam dispostas no teto, de telha marrom, que, para Luiz, são como um bálsamo, *que nos conduz ao que há de melhor em cada um*. Luiz tirou os chinelos na porta, pediu a benção a Xangô e aos Orixás. Ao relatar sua vivência, Luiz estava sentado, ao lado dos entrevistadores e das entrevistadoras e, ao se emocionar, chorou, lembrando da sua primeira conversa que teve com o Caboclo Boiadeiro.

Edna Rosa acompanhava com atenção as lembranças do primeiro filho da casa. *Falou dos problemas que eu estava vivendo, das coisas que atrapalhavam minha vida. Que eu não deixava isso acontecer, porque eu era muito inteligente e tinha muita força de vontade. Eu tava conseguindo sobreviver a tudo aquilo. Aí eu falei, desde então, que eu queria vir pra cá. Aí me mudei e desde 2005 que eu frequento. Meus pais se foram. Meu irmão se foi. Eu agora só tenho três irmãos: um irmão vivo, duas irmãs mulheres e essa família do axé que não deixou nada a desejar comparando com a minha família de sangue.*

E um dia eu pedi para o Caboclo Boiadeiro para ele me orientar, já que eu estava sem pai, sem mãe, sem ninguém aqui. Sob um choro sem trégua, muito emocionado, ele lembra que ficou sob a guarda do Caboclo Boiadeiro, após a autorização de Pai Ezinho. Um momento de acolhida e adesão ao Axé!

Esse é o começo da história no axé de Luiz Mendes Silva, que tem como digina (nome de batismo no Candomblé) Babajalemim de Oxalá, o primeiro filho de Pai Ezinho e, hoje, o seu braço direito. Circunspecto, homem de uma fé profunda, ele

está sempre em silêncio, em uma relação, extremamente respeitosa com todas as entidades do terreiro Onyndancor.

Com 74 anos, seu Luiz, como todos o chamam, nasceu em Teresina, no Piauí, em uma família de quatro filhos. Um deles faleceu, ficando o caçula dos homens e a mais velha das mulheres. A questão racial nunca foi tema familiar. *Ninguém pensa, nem fala sobre isso não*, afirma Luiz, lembrando de seus sobrinhos italianos, filhos de uma irmã que foi para Itália e lá se casou com um homem branco, nunca questionando a questão racial ou colocando qualquer questão sobre racismo no debate familiar.

A família toda vem daquela região. Seus avós maternos vieram do interior e eram chamados, carinhosamente, de Mãe Velha e de Pai Velho. Os pais, Manuel Mendes da Silva e Luzia Mendes da Silva, já falecidos, são de Teresina. A gente estudava muito... *Vivíamos correndo atrás de melhora da vida com incentivo da minha mãe. Todos nós viemos do interior para entrar na universidade. Eu acho que foi um legado muito bom que minha mãe deixou. Papai vivia trabalhando fora de Teresina. Ele trabalhava no DENOX, ele trabalhava em estradas. Quando ele se aposentou já estava muito velho.*

Meu avô era moreno, tinha um cabelo liso. Mas a minha mãe teve uns traços mais negros. Eu acredito que era do lado da minha vó, que eu não conheci. Naquele tempo, no interior, não tinha TV, rádio. Não tinha máquina fotográfica, não tinha nada. Luz de vela. A porta feita de palha, de coco babaçu, feito essas que a gente coloca aqui no terreiro para dormir. Umas esteiras para fechar a porta. Era assim e não acontecia nada. Era uma segurança. Papai fazia muita roça e a gente trabalhava com ele. Por conta disso, a gente sabe o que é comer milho colhido na roça, assado na hora, o sabor era tão bom... Traz muito isso de lá e, por isso, quando eu cheguei em Belo Horizonte, que eu conheci Juazeiro, fiquei com vontade de vir pra cá, de viver coisas que eu estava acostumado há muito tempo: carne, peixe pescado no mesmo dia, carne batida no mesmo dia, fruta amadurecida no pé. Eu tô tendo isso.

Foi no terreiro que Luiz encontrou forças para enfrentar um câncer. *Um dia eu tive um câncer [no apêndice], só três pessoas ficaram sabendo: o irmão mais velho do meu pai de santo, o irmão de santo, que é primo dele, e a família do pai de santo. Só. Eu fiquei muito sentido quando eu recebi essa notícia, que eu via todo mundo [...] se desmanchar em lágrimas aí o Caboclo Boiadeiro falou no dia que eu fosse fazer a cirurgia ia lá estar comigo. E ele foi com certeza. A cirurgia que eu fiz não caiu uma*

gota de sangue. Aí depois ele veio aqui para dar notícia, disse o que aconteceu lá, que viu, que ficou segurando a minha mão o tempo todo, que não ia acontecer nada. Apesar de eu estar com muito medo. Meu irmão mais novo foi assistir para acompanhar...

Mas nada me aconteceu. Apesar da pressão alta, foi muito tranquilo. Até hoje o médico não sabe por que tudo aquilo aconteceu. Mas a fé é minha, não é dele. Depois dessa cirurgia que eu fiz, que foi a décima segunda na minha vida, ainda teve mais duas, uma de hérnia inguinal, uma do lado direito e outra do lado esquerdo... Aí são 14 cirurgias. Quem me vê não diz que eu passei por isso, mas eu já passei. Antes disso, já tinha me livrado de uma infecção hospitalar, por conta da ajuda do axé! Aconteceu de maneira sobrenatural. A infecção foi embora. Têm meus amigos que tiveram problemas sérios e o Ilê ajudou.

Um novo mundo em Belo Horizonte

O apoio da família foi fundamental para que Luiz ingressasse no curso de Matemática na Universidade Federal do Piauí. Quando concluiu o curso, tornou-se professor de Matemática e Física, até passar no curso público para o Banco do Estado do Piauí, o que lhe abriu portas para um novo trabalho, em 1985, em Belo Horizonte, onde desejava morar. Lá, fez fortes amizades, desde 1979. Fez um novo concurso para o Banco do Brasil, que lhe possibilitou pedir transferência para a capital mineira, onde começou o seu enfrentamento ao preconceito:

Nordestino... Tanto no Sudeste como no Sul qualquer lugar... A dificuldade é tão grande que vai ter que matar um leão por dia. Em vez de eu chegar lá para eu procurar emprego já fui com emprego. Aí, pedi transferência, consegui e fui. Aí começou a minha história.

Luiz é o primeiro filho feito no Onyndancor, após os nove anos de luto religioso pela morte do fundador, Seu Manuel, o Zaze. A pessoa que levou Luiz ao terreiro já era auxiliar do Babalorixá. Assim, depois que ele fez a sua obrigação, começaram a chegar outras pessoas, representando o recomeço do Onyndancor. Oriundo de uma família católica, ele nunca enfrentou resistências na família em função da sua religiosidade.

Somos todos de formação católica. E até onde eu saiba o único médium sou eu. Eu vim para cá porque eu sou médium e quem é médium só faz sentido entrar no axé

quem é médium, quem não é, não faz sentido. Ou que manifesta, ou que não manifesta tem que ser médium. Tem que ter mediunidade. O kardecismo aceita qualquer pessoa que queira viver em sintonia com a espiritualidade, mas aqui só faz sentido quem tiver mediunidade. E eu vim para cá muito por isso aí, também. Em primeiro lugar, faço isso porque sou médium, mas a minha família aceita, não fala nada contra.

Se foi fácil a relação familiar, o racismo religioso se manifestou em várias outras ocasiões da vida de Luiz: *Já xinguei muita gente, conta ele, entre risos nervosos. Quando sabe que a gente é simpatizante do axé, vem com a discriminação. Eu nunca falei a respeito, nunca tinha falado com ninguém. Quando eu falei, eles disseram assim: “Eu sabia que tinha alguma coisa diferente em você. Agora a gente já sabe”. O que eu vejo no axé é que ele ensina a gente a respeitar. Ele não ensina nada sobre santidade, perfeição, isso não existe. Isso foi só pra Jesus Cristo.*

Oxalá é o meu Orixá de cabeça!

Oxalá foi o primeiro Orixá, Iemanjá o segundo e, depois, como a gente precisa de um terceiro, que fica em um dos lados, foi escolhido Ogum. Ainda tem mais dois que foram incluídos: Obaluaiê e Xangô, o patrono da casa. Luiz é muito emotivo e a emoção toma conta dele quando fala de seus Orixás e de sua iniciação no Onyndancor. O homem sério, sisudo, à primeira vista, é pura emoção diante de seus Orixás e de sua casa de fé! A vivência se fez intensa desde quando entrou pela primeira vez no terreiro, em 2004. Lembra que o Onyndancor também ajudou muitas pessoas em Belo Horizonte e o que o trouxeram até aqui. Luiz afirma, com muita fé, que todas as pessoas têm problemas no campo espiritual e necessitam de ajuda e que a mediunidade precisa ser trabalhada, pois, para ele, todas as pessoas têm mediunidade.

A mediunidade é um canal que você absorve coisas do sobrenatural, a mediunidade é isso aí. E como tem muita coisa solta por aí, morre num desastre, em uma troca de tiro, aquelas pessoas não querem se considerar que estejam mortas, não. Andam por aí se sentindo vivo, e quando se aproximam de alguém que é médium, que ele conhece, quem é médium tem uma luz em torno de si. Só quem conhece, quem é vidente e quem já não está mais aqui.

Então, os eguns, como a gente chama quem já morreu, se aproximam e ficam sugando as coisas dele. E aquilo vai atraindo consequências. Não é para aquele ser estar

aqui, não é mais daqui, mas ele está. E, por isso, que as pessoas, muitas vezes, precisam do terreiro para fazer um trabalho de limpeza, para afastar essas pessoas, conduzir a algum lugar confortável para conscientizar que ele está naquele lugar e não mais aqui. É isso que o Onyndancor faz e faz muito bem. Quem vem pra cá se sente aliviado.

Há 19 anos no terreiro, Luiz já viu muita coisa, principalmente a forma como o terreiro se relaciona com o mundo exterior. Ele acredita que o Onyndancor é um dos espaços religiosos mais conhecidos da cidade e foi impulsionado pela abertura cultural criada pelo Afoxé Filhos de Zaze, que deu visibilidade e trouxe muita gente. Para ele, muitos acham que o Axé é uma forma de se ganhar dinheiro fácil, enganando as pessoas. *Mas aqui não: a primeira coisa que se fala aqui é que não se pede dinheiro. Pede os encargos daquilo que é preciso, o que se vai usar: vela, banho, essas coisas todas. Aí não é justo o pai de santo tirar do seu bolso para um trabalho. Às vezes, ele tira, mas não está certo. É só isso que ele pede. Às vezes, quando a pessoa não tem.*

[...] Mas teve uma menina que foi fazer uma obrigação, fazer o santo dela em uma casa, ele era charlatão. Cobrou o dinheiro, estava botando ela para trabalhar, e ainda por cima ela tinha um filho, ela era mãe solteira e tinha um filho, até batia na criança. A denúncia chegou no Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar foi lá, viu, interveio. A Justiça determinou que procurasse um terreiro onde ela pudesse completar aquele trabalho, que ela queria fazer aquele santo. Aí fizeram um trabalho, uma pesquisa e descobriram um terreiro digno e verdadeiro, e eles indicaram o Onyndancor. Aí ela veio pra cá. E vieram os oficiais de Justiça com ela assistir a palestra dela com o pai de santo daqui. Ela veio, contou tudo, foi feita a outra ligação dela aqui, já fez, ficou boa, depois seguiu o caminho dela.

Com a vizinhança, o Onyndancor não tem tido problema, na opinião de Luiz. Apesar disso, e com muita ironia, ele faz questão de frisar a perseguição de alguns segmentos neopentecostais às religiões de matriz africana: *Onde tem evangélico, tem gente ruim, entendeu?! Esses evangélicos sempre aparecem e citam os nomes das entidades que eles ouvem falar: Caboclo não sei o quê, Caboclo não sei o quê, eles ficam xingando. Eles não sabem, não têm nem noção que ao falar isso estão chamando o nome do demônio. Se chamar o nome do demônio ele vai. Então, eu espero que isso aí, que o povo guarde na memória, como sinal que eles têm que respeitar a fé do outro que é um ato legal, que está na Constituição do Brasil. A manifestação é livre, a manifestação religiosa é livre.*

Mas fora esse povo, aí eu vejo que a vizinhança, olha o Onyndancor como local de paz. Tem gente que, às vezes, passa o dia sem comer, aqui tem muita pobreza, aí ficam torcendo para que haja uma obrigação. A festa aqui ele vem para cá porque sabe que depois tem comida para eles. É essa relação que o Onyndancor tem com a comunidade.

Luiz se agita, fica tenso, sua fala muda, seus gestos mudam quando ele recorda das agressões cometidas por esses segmentos religiosos. Ele reconhece que há alguns avanços na relação com outras religiões e cita como exemplo a Igreja do Cosminho, no Alto da Maravilha, que antes abrigava um Candomblé e a mãe de santo deixou a casa como herança para a Igreja Católica, desde que seus santos, Cosme e Damião, fossem reverenciados. *Aí o copista⁴ assinou, respondeu e a igreja está lá diferente das outras igrejas, porque é uma casa normal, não é aquele espaço com uma praça, igreja sempre é assim, isolada. Ali, era um terreiro de Candomblé. É um passo para acabar com a grande barreira que pode existir entre a Igreja Católica e o terreiro de Axé. Reconhecido pelo próprio Bispo como um lugar santo e foi aceito pela própria igreja,* relembra Luiz.

O antigo terreiro do Cosminho, hoje uma simpática igreja no coração de Juazeiro, também possui ligações com o Onyndancor, o que nos faz pensar como a família do Axé se entrelaça em Juazeiro. Segundo Mãe Edna, o terreno que abrigava o terreiro foi doado pela avó de uma das filhas de santo de Mãe Filhinha, que por sua vez é irmã de Zinguemim. Essa senhora, que mora no Jorrinho, frequenta com regularidade o Onyndancor.

A trajetória de Cláudia, a dor que doía dentro e fora do seu corpo

Soberana, Silobeji pisa firme no terreiro Onyndancor! Ewê Ô! Salve as folhas. É Ossain que hoje a toma e a faz rodopiar. Tudo ele sabe sobre as folhas e, assim, passou a tomar conta do Ori de Ana Cláudia! Com amor e firmeza, ela abraçou o Ilê e seus Orixás. Com essa potência nos olhos, um torço branco bem amarrado, à altura de uma das principais Ekedes da casa, e uma saia que se abre em um grande círculo branco bordado sobre a cadeira, Cláudia nos recebe para contar sobre a transformação que o Ilê Asé Onyndancor fez em sua vida.

⁴Aquele que copia, que transcreve manualmente os textos”. Dicionário Oxford languages. Disponível em: https://www.google.com/search?q=copista&oq=copista&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyCQgAEEUYORiABDIMCAEQABgKGLEdGIAEMg-clAhAAGIAEMgcIAxAGIAEMgwIBBAAGAoYsQMYYgAQyCQgFEAAAYChiABDIHCAYQABiABDIJCAcQABgKGIAEMgcICBAAGIAEMgkICRAAGAoYgASoAgIwAgE&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 09 jun. 2022.

A história de Cláudia, 50 anos, até pode ter semelhanças com a de outras pessoas que todos os dias passam anônimas ao nosso lado, pelas ruas da cidade. É uma história invisível para os olhos da sociedade, marcada pela dor que ecoava por dentro e por fora de seu corpo. Há algum tempo, Cláudia trabalha como gerente administrativa de lojas em Juazeiro e, ao vê-la trabalhando, ninguém imagina o que essa mulher já viveu.

A vida de Cláudia foi marcada pela perda abrupta e violenta de um irmão. Uma dor sem fim passou a lhe acompanhar e esse foi o motivo de sua aproximação ao Candomblé. Porém, quando revive a sua história, Cláudia percebe que, já com 12 anos, dava sinais de uma mediunidade avançada. Ela tinha sonhos que se tornavam fatos reais. Uma dessas visões foi da imagem de Iemanjá. Quando criança, absorvia com facilidade as emoções alheias, era como um para-raios emocional.

Filha de Dona Raimunda e Seu Esmeraldo, ela tinha três irmãos: um homem e duas mulheres. Ela era a segunda filha do casal. Em um dia de 1994, seu irmão mais velho, então com 17 anos, foi a uma festa no bairro Alto da Maravilha, em Juazeiro. No meio da festa, ocorreu uma briga e ele foi atingido por uma facada. Cláudia conta que um dia antes do crime ela estava em casa, dormindo, e recebeu uma mensagem mediúnica de toda a cena da agressão. Quando um funcionário do hospital foi avisar à família, ela já sabia do caso.

A família correu para o hospital. O pai chegou a doar sangue, mas não teve jeito. Seu irmão morreu em seus braços. Essa passagem marcou muito sua vida e é um passado que ainda dói e que a emociona sempre que fala no assunto. O relato foi muito intenso e impactou o grupo de jornalistas. O criminoso, um jovem com menos de 18 anos, foi preso em flagrante, e cumpriu pena em casas de atendimento socioeducativo para jovens em conflito com a lei.

Dona Raimunda, a mãe de Cláudia, é uma mulher religiosa que segue o Catolicismo. Ela faz questão de pontuar que, nesse quesito, é como a mãe, pois era a única filha que acompanhava a mãe nas missas, tendo cumprido todos os rituais católicos: foi batizada; fez a primeira comunhão e crisma; e seu casamento aconteceu na Igreja. Ela foi a única das filhas a seguir esses protocolos religiosos.

Minha mãe diz sempre que fui a provação de Deus, eu sei o que ela quis dizer, eu fui a única que casou no padre e no civil, que fez crisma e comunhão. Eu a acompanhei muito na Igreja. Eu tinha e, tenho uma fé muito grande em Deus. Eu ia para a

Igreja e não conseguia me controlar. Eu chorava o tempo todo. Eu não conseguia me concentrar na Igreja e encontrava um vazio, como se eu não me encontrasse e, no final, eu me sentia bem. Parecia que faltava alguma coisa. Mas eu criança não entendi. Aí já comecei a amadurecer. E eu ia para Igreja e, assim, eu tinha a fé em Deus, mas ainda era algo vazio, faltava alguma coisa e eu não entendia o que era. Mas minha família é toda católica. Eu sou católica, mas eu tenho uma descendência afro.

Mesmo Cláudia seguindo a mãe na Igreja, ela ainda sentia que havia algo errado com ela que carregava um misto de vazio interior e angústia. Ela não entendia como poderia sentir aquilo a ponto de chorar, constantemente e compulsivamente. Carregar traduz esse sentimento, como sendo uma depressão profunda.

Era assim, chegava ao ponto de sentir uma tristeza enorme, tipo aquela coisa profunda parecendo uma depressão, aquela coisa momentânea de que uma hora eu estava bem e outra hora estava ruim e daqui a pouco eu estava com medo e dava vontade de beber. Eu bebia e me transformava. Chegava em casa e não sabia o que eu estava fazendo e tudo isso me dava tipo uma depressão muito profunda e eu começava a chorar e pedia pelo amor de Deus e me ajoelhava. Eu chegava nos pés da minha mãe e pedia pelo amor de Deus pra minha mãe me ajudar, sem saber, e eu sentia que tinha uma coisa errada comigo naquele momento ali, nos meus 37 e 38 anos.

Até que um dia, quando Cláudia estava gerenciando uma loja, uma moça chamada Katiuscia, filha de santo do Onyndancor, foi até ela e perguntou se ela estava bem, já que estava nítido o seu sofrimento, nítida uma dor não só no espírito, mas já estava visível no seu semblante, no seu físico. E foi aí que começou sua história de acolhimento e superação no terreiro Onyndancor.

Acolhimento e superação

Katiuscia propôs a ela de ir conhecer um lugar que, talvez, ela pudesse se identificar e ser ajudada nesse processo de superação da dor e da tristeza, sentimentos que a acompanhavam por um longo tempo. Logo, Cláudia topou e, junto com seu esposo, foi conhecer o Onyndancor.

Chegando lá, ela deu de cara com um Ilê. Um terreiro de Candomblé. Para ela, o fato novo lhe gerou uma certa insegurança, um incômodo, já que sua família era toda católica e não aceitava nem ouvir falar de religiões como Umbanda e Candomblé.



Essas expressões, para a família, tinham sentido de algo referente ao demônio. *Meu pai e minha mãe nunca aceitaram isso. E eu fui na raça, eu fui na dor, cheguei na dor, na misericórdia de Deus. Eu cheguei, quem me abraçou foi Yá, ela quem me abriu as portas. Cheguei no desespero chorando. A minha manifestação aflorada e o que tinha de negativo estava em cima das minhas costas, entendeu? E eu cheguei recebendo, no meio do terreiro, e eles viram, né?! Eu cheguei pra Yá e ela me pediu calma e eu só chorava, nesse momento.*

Assim, dois anos depois, com 38 anos, Ana Cláudia Fernanda foi acolhida pelo Onyndancor e por Pai Ezinho. Entrou para o axé, recebeu a dijina de Sinobeji. Hoje, aos 44 anos, se diz mudada, realizada e feliz com o axé. *Muito feliz! Falar do axé pra mim é emocionante, foi a minha segunda vida, foi a coisa mais maravilhosa que aconteceu na minha vida. Foi onde eu me encontrei, foi a minha segunda vida e a segunda oportunidade que Deus me deu.*

O início dessa nova vida religiosa foi meio confuso para ela, que passou dois anos frequentando o Ilê, fazendo trabalhos até que, realmente, reconheceu qual era a sua missão no Candomblé. Mas, até chegar a essa definição espiritual, houve uma disputa de Orixás por sua cabeça. *É, eu sou filha de cabeça de Ossain. Porém, eu tenho Iemanjá também comigo, que ela foi e é uma mãe muito presente na minha vida e, assim, no primeiro momento de camarinha. Foi 21 dias decorridos no Ilê, tive ela presente nos 21 dias e tudo estava pra ser, assim, minha mãe de frente ser Iemanjá, mas quando foi no último dia, meu pai veio de novo e disse que não, que ele que vai, entendeu? Teve essa briga de Orixás pela minha cabeça. Meu pai sempre conta essa história para meus irmãos de axé e minhas tias. Eu só tenho a agradecer, por tudo. Porque deu tudo bem, sou filha de Ossain. Eu sou do Ketu, sou raspada, sou tatuada no Ilê Axé Onyndancor, com muito orgulho de um pai de santo que é uma benção, um presente de Deus que Olorum me deu, que ele não é só um pai, é meu amigo, meu confidente, é a terceira pessoa da minha vida: primeiramente Deus, abaixo de Deus a santíssima trindade e meus guias, Orixá de cabeça, meu pai Xangô, que me levou e me deu força.*

Hoje, Ana Cláudia se considera uma mulher realizada com a sua religiosidade. Ela conta, sem dar detalhes, que já passou por questões de intolerância por causa da sua religião, mas, principalmente, dentro de sua família. Com 13 anos de filha do Ilê, ela diz que viu muitas mudanças. Fala que o número de integrantes do Ilê aumentou e a estrutura também e que, assim como a vida, o Ilê tem aqueles que ficam e aqueles

que seguem outros caminhos. E que ela tem uma grande expectativa em relação ao futuro do Ilê e espera que os novos filhos, que estão entrando no axé, valorizem a religião e realizem as ações que a casa precisa.

União dos terreiros

Cláudia acredita que se todos os terreiros da região de Juazeiro e Petrolina se unissem para valorizar o Axé, ao invés de deixar de pensar unicamente em problemas internos, seria um importante caminho para o combate ao preconceito. Ela tem uma profunda gratidão por Pai Ezinho. Sua admiração não se limita apenas ao fato de ele ser um líder espiritual, mas se estende ao ser humano, que ela considera “incrível e maravilhoso”, que atende e acolhe:

Olha, o que eu acho nele incrível é que tudo pra ele está bom, os momentos mais difíceis ele faz: “Que minha filha, nós somos mais nós”. É o mundo está se acabando e ele sentado naquela cadeira e fala: “Isso não é nada”. É isso que eu acho bonito nele como pessoa, ele traz uma segurança tão grande, nem estou falando da questão espiritual, é como pessoa. Eu acho que é a paz e ele traz a paz.

Mãe dobrada

Cláudia é mãe de uma jovem de 29 anos que faz curso superior em uma universidade federal. A filha é só orgulho. Mas ela também é Mãe Pequena de Murilo Rosa, filho biológico de Pai Ezinho e que tem despontado como uma importante liderança religiosa dentro do Onyndancor. Para Cláudia, é uma grande dádiva vivenciar a filha construindo um caminho de realizações profissionais e ter seu primeiro filho de santo se firmando com tanta segurança no Axé! *Sou “uma mãe dobrada”, pronta pra acolher e aconselhar os dois.*

Histórias e memórias de Orlando José, filho de Ogum

Dono de uma voz calma e de emoções peculiares, Orlando José dos Santos, 76 anos, não se deixa intimidar por um gravador ou pela presença de jornalistas. Traz



no seu depoimento suas melhores lembranças de uma união de mais de 49 anos com Raimunda de Alakao Beci, sua eterna companheira que partiu há quatro, mas que ainda o acompanha, seja através de sua memória, ou visitando os seus sonhos.

Orlando guarda também memórias de seu padrinho Manuel Rosa, que muitos anos antes, quando era o Babalorixá do terreiro Abassá de Xangô, o curou de uma enfermidade no pé. Natural de Santana do Sobrado, município de Casa Nova/BA, Seu Orlando veio para Juazeiro/BA ainda menino. Tinha cerca de 11 anos quando aqui chegou. Teve, ao todo, três irmãos, mas apenas um ainda está vivo. Carrega no sangue a descendência de duas figuras fortes, seus pais, que o criaram, e seus irmãos, com o fruto do seu trabalho nas navegações no Vale do São Francisco.

Meu pai trabalhava na Navegação Pirapora, em Santana/BA. Já minha mãe trabalhava na navegação, aqui de Juazeiro/BA. A minha mãe era cozinheira na companhia de navegação, trabalhava viajando. Já meu pai trabalhava viajando pelo Sertão afora. Ia e voltava nas navegações, de Pirapora a Juazeiro/BA. A sua função nas embarcações era de marinheiro.

Em meados de 1969, quando já morava no bairro Santo Antônio, Orlando José foi acometido por uma doença no pé, que o deixou quase sem conseguir se locomover. *Foi uma água que saiu no pé, saiu aquele aguaceiro no pé e aparecia a carne do pé. Eu dizia, meu Deus do céu, será que eu vou ficar sem meu pé?* Como não curava, Orlando procurava outros meios para tentar reverter sua situação. O seu problema era de conhecimento de alguns amigos e moradores do bairro. E nessa busca, uma amiga lhe apresentou Seu Manuel Rosa:

Rapaz, quando eu morava lá no bairro Santo Antônio, onde eu morava lá, aí tinha uma mulher que sabia como eu era, que eu estava doente desse pé, então ela foi e disse: “- Seu Orlando, vamos fazer o seguinte”. Eu digo: “- Bom o que é?”. “- Eu vou levar o senhor à casa de Seu Manuel”. “- Na casa de Seu Manuel?”, eu perguntei. E ela disse: “- Sim”. “- Quem é o senhor Manuel?”. Aí ela disse que é Manuel de Flora, o marido de Dona Flora. Eu digo: “Onde é?”. Ela disse: “É lá no Piranga”. E eu me perguntei: “Será que eu vou aguentar ir desse jeito?”. Isso tem é anos, era meados de 1968 ou 1969.

Seu Orlando, como a maioria dos afrodescendentes no Brasil, tinha pouco conhecimento acerca das religiões de matriz africana. Por isso, não acreditava que pudesse vir a se curar em uma sessão no terreiro de Candomblé: *Eu não acreditava*

porque eu não sabia. Depois de um tempo para cá que eu fui lá para casa dele, que o Caboclo dele olhou assim para o meu pé e tudo fez. E fez uns remédios e eu sei que com esses remédios que eu fui, fui indo, fui indo e fiquei bom.

Após um mês do início do seu tratamento no terreiro, Orlando foi acometido por uma forte emoção ao se ver andando: *Eu fiquei tomando esse remédio mais ou menos um mês, foi um mês depois daí que fiquei bom, que eu fiquei andando, andando, eu andava tudo. Eu sei que eu chorei, quando eu fiquei bom do meu pé, e eu sei que o Caboclo dele me tratou bem, tratou bem mesmo meu pé. Aí que eu fiquei bom, aí eu chorei e até hoje ainda considero ele como padrinho, meu padrinho seu Zé de Alencar. Ter hoje meu padrinho José de Alencar, e foi ele que me tratou, então eu não posso desconsiderar nenhum Orixá e nenhum Caboclo porque quando ele tratou do meu pé foi aí que eu vim acreditar. De lá para cá que eu vim acreditar.*

A partir disso, uma forte relação se criou entre o terreiro Onyndancor e Orlando. Enlace esse que se deve a todo o seu respeito, admiração e fé ao Caboclo Boiadeiro Zeca da Varginha. Seu Orlando e sua esposa passaram, assim, a frequentar com frequência a casa, onde praticavam suas rezas e agradeciam ao Caboclo e aos Orixás através dos festejos.

Depois que eu fiquei bom do meu pé, quando ele mudou pra cá, aí as rezas aquelas de quarta-feira, ele ia buscar a gente, aí a gente vinha com ele. A gente vinha rezar e tudo. E aqui mesmo a gente dormia, eu ficava. Era tarde pra gente ir para casa, aí a gente dormia lá no barracão. E quando era tempo das festa deles a gente vinha para a festa e eu sei que daí depois, depois que nós viemos para a festa dele, aí eu fiquei completamente agradecido, aí fiquei começando a andar aqui diretamente”.

O sentimento que adveio dessa ligação e o acolhimento dos integrantes da família Rosa são algo que Orlando guarda ainda hoje. Ele sempre se emociona ao contar a história de como os conheceu: *Chegou ao meu conhecimento, principalmente, e não é que eu esteja na presença dela (diz ele se referindo à Mãe Edna), o povo daqui está dentro do meu coração, todo meu coração. Então, por isso eu não desprezo esse povo. É um povo que eu gosto muito, esse povo daqui. Considero-me como parente também. Considero todos eles como parentes de tanto tempo que eu tinha frequentando aqui. Ando aqui pela casa deles, nunca abandonei eles. Eles também nunca me abandonaram e sempre vou na casa dele no tempo de festa, dentro da festa.*

Sua conexão com Seu Manuel se fortaleceu ainda mais quando Raimunda, sua

esposa, fez santo no terreiro Onyndancor. *Ele falava muitas coisas boas para mim, me dava conselho e que não deixasse de vim na casa dele. Depois daí a minha esposa passou a andar aqui também, passou a ser filha de santo dele, como ela tinha antes de morrer 37 anos de yá, e daí nós ficamos frequentando e tudo.*

Sempre acatando as orientações de seu padrinho Manuel, Orlando foi se confirmar em outro terreiro, dado que, de acordo com Seu Manuel Rosa, marido e esposa não podiam se confirmar no mesmo local. Sua confirmação demorou um pouco para acontecer. Só em 2004 Seu Orlando se sentiu preparado para dar a sua obrigação, aceitando, assim, o legado de seu pai Ogum.

Eu não me confirmei lá, eu me confirmei em outro canto, porque ele disse que o casal não se pode confirmar num canto só. Um se confirma no lugar e o outro se confirma no outro, para não dar certo, como é que diz? Para não dar briga em casa. Então, isso eu fiz e, graças a Deus, durante os tempos que nós vivemos, graças a Deus nós não tivemos um pequenininho de discussão. Eu me confirmei em 2004, no terreiro de Dorinha, que ficava no bairro Jardim Flórida.

Seu Orlando sempre apoiou a esposa nas suas obrigações dentro do terreiro. Ele a acompanhava quando podia e a auxiliava nos trabalhos de casa.

Eu a acompanhava quando ela era iaô, aí tudo bem aí ela ficava lá. Eu ficava em casa cuidando das coisas, ia trabalhar quando chegava, cuidava da casa às vezes, quando chegava o tempo dela sair. Ela vinha para casa para dormir, quando dava seis horas tinha que estar lá para dormir. Nunca reclamei porque é uma coisa que eu tenho tanta fé. E, também, assim, eu não sabia, eu não sabia direito depois foi indo foi quando eu comecei frequentar foi que chegando aquela animação, chegando aquela coisa assim na minha cabeça e no meu coração eu, “meu Deus, graças a Deus que agora estou sabendo, estou entendendo algumas coisa, não sei todas, mas algumas coisa estou entendendo graças a Deus”. E quando ela saiu daí que lá foi para casa dela foi que eu fiquei mais satisfeito.

Rindo, Orlando conta que seu único desconforto era em não querer ficar sozinho em casa. Ele valorizava a presença da sua mulher ao seu lado. O relacionamento de mais de 46 anos de convivência foi sempre marcado por um grande companheirismo, uma admiração e um amor que sentiam um pelo outro. *Era ruim ficar em casa só. Mas eu não podia fazer nada, ela estava de obrigação. Eu também não podia, eu tinha que me conformar, eu tinha que me conformar com aquilo que Deus faz.*

Fazer o santo de Raimunda foi uma grande experiência na vida do casal,

melhorou não só a relação com sua fé, mas também seu casamento com Orlando.

Quando ela chegou em casa, ela chegou boa graças a Deus, chegou boa, chegou bem. Não tinha negócio de discussão comigo, não tinha problema nenhum com a gente. Ela não tinha problema nenhum comigo, se ela quisesse sair, dizia: “– Orlando, eu vou lá para casa do meu pai”. “– Pode ir, eu dizia”. “– Não se preocupe com a casa, pode deixar que a casa eu tomo conta”. Ela chegava e conversava com eles. Quando dava a hora, ela dizia: “Meu pai, eu vou em casa jantar, depois eu venho”. E ele liberava ela. “– Vá, minha filha, vá jantar e volte, minha filha, que já está quase passando da hora”. E ela vinha, chegava aí tomava um café ligeiro, nem comia direito, tomava café ligeiro e voltava, mas ela foi uma das filhas, foi um barco de três que não deu trabalho a meu Pai Manuel.

Esse foi um dos barcos mais fortes do Onyndancor. Orlando se emociona bastante ao falar. Esse barco foi formado por Maria de Tempo, Pai Ezinho e Raimunda.

Não é querendo desfazer, mas ainda não vi um barco de três igual a esse, ainda não vi. Porque o barco foi um barco bem tirado, um barco bem respeitado, um barco que a gente ficava assim, eu ficava assim olhando, “meu Deus, que barco”. Às vezes eu ficava em casa conversando sozinho, eu digo: “Meu Deus, que barco, que barco bonito, que barco lindo”.

Foi com a voz embargada, palavras engasgadas pela emoção, com lágrimas nos olhos e tendo que fazer algumas pausas para controlar a emoção – só assim conseguindo falar –, que Seu Orlando contou, com todo o seu sentimento e respeito, a história do barco do qual sua mulher fez parte. Nesse momento, foi impossível não se deixar viajar pelas emoções da voz embargada e da face transbordando de emoção de Seu Orlando.

Eu vejo nos outros Candomblés e ainda não vi um barco igual ao do meu padrinho Manuel, ainda não vi. O primeiro eu sei que existiu, mas eu acho que esse é o segundo. Eu ia nos outros Candomblés, olhava os barcos, mas não era assim, igual o daqui não. Não é porque eu queria colocar em todas as alturas não. É porque o daqui, o barco foi bem feito, bem feito, bem feito, bem feito. Coisa foi quando o barco saiu, aí eu não aguentei não, tive que chorar, chorar de emoção.

Depois de mais uma pausa para controlar a emoção, Orlando conta, ainda com os olhos cheios de lágrimas, dos sonhos que teve com sua mulher e com seu padrinho

Manuel. *Sonho com ela. Eu sonhei que meu padrinho Manuel, sonhei com eles dois, a primeira vez. A segunda vez sonhei com meu padrinho Manuel e Maria. A terceira vez sonhei com meu Pai Manuel e Ezinho. Mas tudo aqui, esses sonhos foram tudo aqui, tudo aqui, esses sonhos. Depois sonhei com o barco também, aquele barco, assim no barracão. De frente olhava assim para o barco, é verdade, aí começava a chorar, aí no sonho eu me acordei.*

Abertura da casa de Xangô

Alguns anos depois de receber santo, Raimunda de Alakao Beci decide abrir seu próprio terreiro, seguindo a vontade de seu pai Xangô. Mesmo com todas as dificuldades, sua casa foi aberta. Seu Orlando já não recorda mais a data, mas ainda permanece em sua memória muitas lembranças dos momentos vivenciados ali, desde os cuidados da sua esposa e dele com o terreiro até os preparativos para as rezas e os festejos etc.

Ela abriu pelo Orixá. Ela ficava pensando: “Meu Deus, como é que eu vou abrir esse barracão, meu pai quer um barracão, e como é que eu vou abrir esse barracão?”. Aí nessa época eu estava trabalhando, teve uma época que nós tocamos no Candomblé simples, Xangô veio aí eu falei para ele, digo: “Xangô de vós, que a paciência de vós, que é de vós, seu barraco. Que o ilê de vós no Candomblé se trata como ilê, ilê de vós eu vou dar a chave”. Como está aí hoje, está na chave, o quanto me ajudou eu dei o que ele precisou, é tanto que ele ainda está aí.

Hoje o terreiro já não está em funcionamento. Há cerca de dois anos, Dona Raimunda faleceu e Seu Orlando já não consegue tocar a casa sozinho. Em parte pela idade avançada, que não lhe permite dar conta de tudo e, também, pelos custos financeiros necessários para manter o terreiro aberto.

Quando era eu e ela aí era nós dois, mas como ela faleceu. Então, eu sozinho para tomar conta de um terreiro é muito puxado. Uma pessoa sozinho não dá conta daquilo que precisa. Vamos dizer assim, se tem uma festa nesse terreiro então ali a pessoa tem que precisar correr atrás daquilo que é preciso na festa do terreiro. Então, para mim fazer isso tudo não tem como não, ganha muito pouco, é muito pouco, não dava para mim fazer isso, essas coisas mais não.

Dava quando era eu e ela, quando era os dois dava se ela dissesse: “Orlando,

eu vou querer assim”, assim eu fazia. E se eu dissesse: “Raimunda, eu vou querer assim”, assim ela aceitava, eu também aceitava, nosso negócio era tudo combinado, lá não tinha esse negócio de eu chegar e dizer, dela chegar e dizer para mim não vou fazer, não é para fazer, não é para fazer isso aí. Graças a Deus nunca aconteceu, 46 anos de convivência tudo foi assim. Quarenta e seis anos de convivência.

Por outro lado, para dificultar, Seu Orlando também tem problemas de saúde que chegaram com o passar dos anos. Ele já se submeteu a duas cirurgias: uma no olho direito e a outra no esquerdo. Esse conjunto de problemas justificam o fechamento do terreiro, associado, é claro, à falta da sua esposa. *Só não estou fazendo agora por causa das minhas vistas, eu fiz uma cirurgia no olho esquerdo, e desse aqui agora vou fazer no dia 16, que é o do lado direito. Vou fazer no dia 16.*

Sua filha, que não é do Candomblé, mas que participava das programações do terreiro quando a mãe era viva, se revoltou depois da sua morte e não aceita que o terreiro seja aberto outra vez. *Ela agora não aceita. Ela gostava um pouco quando estava lá em casa. Mas depois que minha esposa faleceu ela se revoltou. Não quero mais Candomblé aqui de jeito nenhum, não quero não. Queria quando minha mãe era viva, mas ela faleceu, quero mais Candomblé aqui não. “Pai, pelo amor de Deus, não faça mais Candomblé aqui não, pelo amor de Deus”. Eu disse: “Minha filha, então não vou fazer porque eu não estou tendo condições, não dá para eu fazer, porque eu quero, se desse eu fazia.*

Orlando acredita que assim como o terreiro Onyndancor, a casa que Raimunda abriu para Xangô também nunca sofreu com o racismo religioso, por parte dos moradores do bairro do Quidé.

Aqui, por enquanto, até o momento pelo menos, aqui na nossa área nunca ocorreu. Até o momento estou muito bem, muito bem. Respeito, apesar que tem umas aí que são religiosos, respeito também, até o momento não vi falar mal. Quando eles veem que não dá para ficar aí também, eles têm para onde ir, e sai tudo, vão por aí. É o som que eles não gostam, aí eles se afastam.

Do mesmo jeito, relata não ter sofrido intolerância religiosa, mas a fala contida e as palavras que se destacam na sua fala dão a entender o contrário. *Por enquanto, não, mesmo que a pessoa chegue e fale não estou nem aí se quiser falar. Pode falar não estou nem aí, estou vivo, estou na minha, sentado, caladão, baixo a cabeça, suspenso, uso as pernas, quem quiser falar que fale.*





Um bom filho à casa retorna

A sua relação com Pai Ezinho é carinhosa e recíproca. Isso porque, além de Edson Rosa ser filho de seu padrinho, Seu Manuel – e só por isso lhe tem forte consideração –, também o ajudou no barco ao lado de sua esposa, barco esse que desperta o melhor de suas lembranças.

Quase sempre que ele precisa de ajuda, o Babalorixá do Onyndancor está sempre disposto a lhe auxiliar. Quando se pega olhando para o terreiro, Seu Orlando fica admirado ao ver o seu progresso. É possível, nesses momentos, ver a felicidade refletida no seu olhar. *O convívio com ele aqui é muito bom. Ele tem aquela bondade comigo e eu tenho aquela bondade com ele e, assim, sucessivamente. Em algumas partes e em algum momento de doença já recorri a ele e nessas partes ele me ajudou. Eu observo como o terreiro andou mais, andou mais devido ao conhecimento que o terreiro está tendo e está chegando mais conhecimento para o terreiro. O terreiro está subindo cada vez mais.*

Seu amor pelo Onyndancor é explícito. Está em cada fala, olhar, gesto do corpo, até o leve balançar das mãos. Seu Orlando é puro amor ao falar do significado do terreiro Onyndancor na sua vida. *Significa para mim todas as coisas que eu vejo, coisas que vejo sempre. Vejo coisas boas, vejo muitas coisas boas aí, esse movimento do Candomblé, quando tem o festejo aqui eu sempre venho. Eu gosto de todas as festas, porque é coisa do meu coração dos Orixás. Eu gosto muito dos Orixás, tenho fé, pode ser quem for, pode ser o Caboclo, pode ser Orixá, pode ser Erê e outros mais.*

Maria Bethânia e o amor revolucionário

Maria Bethânia Silva tem 53, destes, 33 anos foram morando no bairro do Quidé. Natural de Carnaíba-PE, Maria é doméstica e casada há 32 anos com Jair Gomes dos Santos, com quem teve cinco filhos. Negra, ela relatou nunca ter sofrido nenhum tipo de preconceito por causa da sua cor, nem sua família. Se, caso já tenha ocorrido, nunca presenciou, ou o seu lado empático não lhe deixou enxergar. Evangélica há 18 anos, prega no seu entorno o maior dos ensinamentos escrito no seu livro sagrado: o amor.

Ela nos conta que nunca teve muito contato com os seus pais e que saiu muito cedo de casa em busca de uma melhor condição de vida. *Saí de casa com 19 anos. Fui pra São Paulo e passei três anos lá. Quando saí de São Paulo vim direto pra Bahia. Chegando aqui conheci o meu esposo, nos casamos e estamos juntos há 31 anos. Minha família é essa.*

Maria tem um laço muito forte com o bairro do Quidé e seus moradores. Ali ela criou uma nova definição de família. Chegou por lá ainda no início da construção do bairro, em meados de 1991. Na época, a família Rosa já morava no local e acolheu Maria na sua chegada. Foi, assim, que nasceu a sua amizade com os membros do terreiro.

Ela já conhecia o bairro por intermédio da sua irmã. *Sempre morei aqui no Quidé, nunca saí. Conhecia o bairro por meio da minha irmã, que morava já há muitos anos. Aí decidi vir ficar com ela. Meu esposo também nunca saiu daqui. Então, ele deve saber bem mais do que eu, da história.*

Por mais que Maria Bethânia não tenha muito contato com seus familiares, guarda muitas lembranças deles em sua memória: *Conheço meu avô da parte de pai, o senhor Cassimiro, me lembro de chamarem ele assim, e a minha avó materna, que se chamava Luzia. Minha avó era negra, já meu avô era mais claro. Eles também eram de lá da Carnaíba de Flores, perto de Afogados do Ingazeiro, daquelas redondezas.*

Seu pai, Emídio Carneiro, morreu de derrame há 21 anos, tendo passado cinco anos de cama. Sua Mãe Terezinha Barbosa está com 85 anos e mora com a irmã de Maria, no bairro Argemiro. Tem oito irmãos, três deles moram em Juazeiro/BA. Maria Bethânia diz ter uma boa relação com eles.

Depois que me mudei para cá, eles decidiram vir logo depois. Por volta dos anos de 2000 e 2001. Meu pai tinha vontade de morar em Juazeiro/BA, só que ele adoeceu. Ele falava muito de vim morar aqui, que lá é tempo de chuva, todo mundo sabe que Pernambuco é chuva, a gente vivia de roça e ele tinha muita vontade de morar aqui.

Outra família da qual Bethânia fala com bastante carinho é a família Rosa. Um laço de carinho que ultrapassa qualquer estereótipo imposto pela sociedade, sobretudo em momentos como esses, em que pessoas de religiões afros sofrem violência motivada pela intolerância religiosa, de uma sociedade que, por mais que se diga laica, é construída e formada pelas bases do Cristianismo. Porém, por mais que existam todas essas questões, ainda têm pessoas como Maria Bethânia que sabem



respeitar a história e vida de cada pessoa, não pela religião, raça ou crença, mas pelo amor. Que deveria ser o símbolo de qualquer religião, e não a intolerância.

Essas pessoas são meus amigos. Eu cheguei aqui e fui apoiada nessa rua por eles, era tanto que a gente brincava dizendo que nessa rua não morava traíra, porque nós nunca fomos traíra. Eu não tenho do que falar, minha velhinha é uma mãe pra mim, então eu considero, igual sei que eles me consideram, que eu creio que eles me consideram. Vou tomar café, participo das festas, vou em aniversários, vou no São Pedro, no que tiver. Eu sou evangélica, mas eu não ligo pra isso não, nós grita e brinca.

Maria não prega religião, seus carinhos e afetos são construídos com base no respeito. Ela não aceita que a intolerância seja pregada nas suas relações, mesmo que sejam os fieis da igreja que frequenta, ela enfrenta quem for para defender as pessoas que admira. *Na minha igreja a gente não prega esse negócio de religião. A igreja funciona aqui no bairro mesmo, somos todos amigos. Se alguém fala, eu não vejo e se falar na minha frente eu quebro o pau. Não aceito.*

A família Rosa ajudou Maria Bethânia quando ela chegou no bairro, assim como faz com os moradores do Quidé ou qualquer pessoa que precise de ajuda. O terreiro Onyndancor é agregador, sua relação com a comunidade é de respeito e admiração. Talvez seja, por isso, que tenha despertado em Maria um sentimento tão forte. Aliás, ela agradece, a todo instante, a oportunidade que o terreiro deu a ela assim que chegou no bairro, independentemente de sua crença.

O terreiro me ajudou muito, eu cheguei aqui evangélica, lavei roupas deles, dependia muito deles. Passei a lavar as roupas de Mazinho, depois de ganho, de Flor, Edinha, de Dona Flora, de todos. Eu nunca tive nada com isso. Os crentes vinham aqui e viam as roupas no meu varal. O varal cheio de roupas deles, e ninguém nunca me disse nada, e se falasse eu diria que é meu trabalho.

Maria não chegou a conhecer Seu Manuel Rosa, mas fala com admiração dele, queria tê-lo conhecido. No entanto, conhece os outros membros da família. E, desses, têm memórias bonitas de acolhimento: *Uma lembrança boa que eu tenho é de quando Mazinho chegava das roças e fazia uma mesa de café da manhã, com melancia e vinha aqui em casa me chamar pra tomar café com eles. As minhas lembranças deles é essa, eles lembrando de mim nas comemorações, toda vez que tem uma festa eles nunca esquecem de mim e eu participo.*

Ela acha lindo os festejos do terreiro e quando dá sempre vai assistir. *Toda vida achei bonito, eu venho olhar os festejos, eles fazem no meio da rua, chego da igreja e sento aqui pra olhar. Maria é um significativo exemplo de como a religião não deveria definir as relações, e que é possível, sim, uma convivência respeitosa. Eles são muito importantes. Eu creio que vem muita gente pra cá, eles adotam. Eu vejo as pessoas que chegam, gente que vem fazer faculdade e não tem onde morar e eles apoiam. Eles ajudam todo mundo.*

Foi com todo esse respeito que a amizade de Maria Bethânia e o terreiro Onyndancor se fortaleceram e permanecem ainda hoje. O terreiro não possui apenas uma amiga, mas uma aliada também: *Graças a Deus a vizinhança tem uma boa relação com eles, e sempre vão ter. Aqui ninguém nunca mexeu com eles. Com fé em Deus nunca vão mexer e, se mexer, a gente pega.*

O Oba solo demi do terreiro Onyndancor

Murilo Santos Rosa, 29 anos, nasceu no dia 8 de abril de 1995. Graduado em Engenharia de Petróleo e Tecnologia de Petróleo e Gás, é pai de XX de 3 anos, xodó de seus pais, Dona Celena e Pai Ezinho. Murilo morou por 16 anos em Pernambuco. Nasceu em Petrolina-PE e passou os primeiros anos de formação por lá. Chegou a estudar em algumas escolas de referência da região. Seus pais sempre o estimularam nos estudos. Foi assim que ele conseguiu uma bolsa para o Colégio Maria Auxiliadora, uma importante instituição de ensino da região.

Meu pai teve uma ideia, de eu tentar uma bolsa na Maria Auxiliadora. Minha mãe sempre pegava no meu pé, dizia que eu só ia pro meio da rua brincar de bola se estudasse, aí eu fazia por onde conseguir esse passe, estudava. Aí meu pai teve o foco de me colocar pra fazer a prova da Auxiliadora, tem uma prova lá que faz pra ver se ganha bolsa, aí eu ganhei 30% dessa bolsa, aí ele me ajudou pagando as mensalidades. Passei pelo Auxiliadora, consegui entrar na 5ª série, fiquei lá até a 8ª série, depois fui pro Ana Nery, onde eu finalizei os meus estudos.

Com menos de 16 anos, eu me mudei para Juazeiro por motivos de trabalho do meu pai, pra poder ficar mais fácil, porque ele tinha arrumado um trabalho aqui em

Juazeiro. Mas até aí eu só ficava, caminhava, vinha para os cultos, mas com 18 pra 19 anos eu já me peguei cantando Candomblé.

Murilo Viveu a maior parte de sua vida em Petrolina, passou toda a sua infância na cidade, suas maiores referências de amizade foram construídas lá: *Como eu cresci lá, e como as amizades são construídas de um ano até essa faixa etária de 15, 16 anos, foi uma infância bacana.* A relação com os pais é algo muito marcante na vida de Murilo. Seu pai sempre trabalhou bastante. Por isso, às vezes não tinha muito tempo para ficar com o filho, mas nos momentos que tinha disponível seu tempo era gasto com brincadeiras e passeios com Murilo:

Meu pai sempre foi um cara que sempre gostou de trabalhar, saiu cedo de casa, aos 16 anos já saía pra ajudar os pais, cuidava dos irmãos, ele não queria ser mais um, assim, ele queria ajudar. Então minha convivência com meu pai foi bacana, foi leve, mas muito tempo mesmo ele vivia mais trabalhando, tinha vez que ele saía de casa e me deixava dormindo de manhã cedo e quando chegava eu já estava dormindo, umas 11 horas, meia-noite. Mas, ele sempre, nas folgas, passeava comigo. Sempre foi um cara que me educou, que me mostrou o que é certo, e o que é errado, o caminho do bem, sempre conversou comigo em relação às drogas. Bom, ele sempre foi um cara aberto, um cara tranquilo.

O relacionamento com sua mãe, Dona Celina, é caracterizado por lembranças de momentos marcantes, de abdicação e doação total para a criação e bem-estar de Murilo. *Eu agradeço a ela tudo o que eu tenho hoje, tudo, tudo, tudo, tudo eu agradeço a ela. Porque ela abdicou da sua vida, abdicou de uma carreira. Ela é muito boa em matemática, boa em cálculos, boa em administração, mas abdicou de sua vida para cuidar de seu filho.*

E ele reconhece todo esse amor e cuidado de Dona Celina. Murilo conta que a mãe muitas vezes lhe auxiliou nos estudos. Principalmente, na sua mudança para um colégio maior, que lhe exigia uma carga maior de conhecimento. *No Colégio Auxiliadora era pesado pra mim, quando a gente sai de um colégio pequeno e vai para um grande a gente sente aquele tombo, minha mãe ficou preocupada se eu ia me dar bem, e eu dizia pra mim ter calma, que ela ia me ajudar, como sempre ajudou.*

Dona Celina o acompanha nas aulas de reforço, para que, caso ele não conseguisse absorver o conteúdo, ela pudesse aprender para lhe ensinar depois. Sua dedicação para com o seu filho é algo que marcou muito a infância de Murilo.

Olha o que ela fazia: ela me deixava na escola, eu ia pra lá uma hora e quando era cinco horas ela estava na porta com o meu lanche, de lá ela pegava minha bolsa, colocava nas costas dela e sete horas tinha aula de banca, de sete às nove, e ela me acompanhava, que era pro caso de eu não consegui pegar aquele assunto, como ela ficava observado, quando chegava em casa ou no outro dia de manhã, ela pegava aquele assunto todo que a professora passava e repassava pra mim todinho, mastigadinho para poder entrar na minha cabeça, pra eu poder fazer minhas provas e dar tudo certo, minha mãe sempre fez assim, minha mãe sempre cuidou de mim.

Celina não trabalhava fora. Sua rotina era cuidar da casa e do filho, enquanto o pai, Seu Ezinho, ia buscar o sustento da família fora de casa. O casal está junto há 30 anos e a relação dos dois, de acordo com Murilo, sempre foi de companheirismo. E foi por causa dessa rotina de trabalhar fora que Edson Rosa conseguiu uma oportunidade de emprego em Angola (África). Mas esse período foi um pouco complicado para Murilo, que teve que ficar separado do pai. Por mais que já estivesse habituado com o pouco tempo que tinha para ficarem juntos, por causa da carga horária de trabalho do pai, mesmo assim foi um momento marcante na vida dele.

Meu pai viajou pra Angola, pra África, pra poder trabalhar, pra nos dar o sustento. Assim teve uma época que a gente passou dois anos longe um do outro, só eu e minha mãe. Esse tempo foi complicado, mas também não vou dizer que foi aquela dificuldade toda, porque com o decorrer do trabalho dele aqui em Petrolina e Juazeiro já era uma carga horária pesada de tempo. Quando ele viajou, fazia muita falta sim, mas eu já entendia que ele estava trabalhando, eu já tinha aquele negócio de pensar que ele não estava ali porque estava trabalhando. Mas quando ele chegava o tempo dele era pra mim, e ainda dividia pra mim, minha mãe e o Candomblé, que era o sacerdote dele.

Murilo tinha por volta de nove anos quando seu pai foi para Angola. Ele conta que esse foi o período em que começou a fazer traquinagens e sua mãe o educou na base da chinelada. Ele conta sorrindo essa experiência da vida.

Quando ele viajou eu tinha na base de oito, nove anos, por aí. Essa fase é onde dizem que as crianças querem crescer e criar asas. Aí a mãe, claro que hoje o mundo tá assim, que se a mãe bater em uma criança diz que é agressão, mas não é. Pra mim isso é educação, isso serviu pra mim, e até hoje quando eu falo não sei o quê, ela já vem com um chinelo na mão. Mas quando ela falava vou ligar pro seu pai, e ligava pra ele dar o conselho e ele dava com a voz dele, é pior do que essa educação de sandália.



Quando ele falava as lágrimas escorriam. Minha mãe me dava umas chineladas e meu pai umas bradadas de voz. Hoje eu sou grato pela colher de pau de mainha.

O respeito por seu pai o impediu de se tornar uma criança muito levada. Aprendeu desde cedo a respeitar os seus pais, principalmente o seu pai, por quem demonstrou, em toda a entrevista, um imenso orgulho e respeito. Murilo também tinha a questão de seu pai sempre saber quando ele ia aprontar.

Eu nunca fui tão assim de dar trabalho aos meus pais. Antes de fazer a traquinagem, eu já pensava e lembrava do rosto do pai, como era que fazia traquinagem assim? E outra, é diferente você ser filho de uma pessoa “normal” e ser filho de um zelador. É um pouco diferente. Quem já foi sabe do que eu estou falando. Se você vai lá se consultar com um zelador, ele vai lá no oráculo, para saber um pouco sobre a trajetória da sua vida, tanto pra seu caminho como para sua mente, ele ali, às vezes, joga o oráculo e ele fala coisas que você nunca nem contou a ninguém, você nunca nem imagina que alguém poderia saber disso. Aí imagine: o filho de um zelador, eu vou fazer isso, e de repente ele fica sabendo, sem eu saber como, só pelo oráculo dele. Aí eu ficava pensando: é melhor não fazer não.

Edson Rosa sempre foi para seu filho um homem forte, muito forte, o alicerce da sua vida. *Eu sempre via, de antes até hoje, meu pai abaixo de Deus, o general. Meu pai é meu general, ele é que dita, ele que é a mulher e o homem da minha casa, que não deixa vazar coisas erradas, não deixa que eu vá para um outro crime, o mundo das drogas. E ele também é o telhado onde não deixa que nada de fora nos atinja, ele é meu grande escudo, meu grande general.*

Sua infância ficou marcada por momentos bons com sua família. Os primos, os tios, a convivência com sua avó Flora são boas memórias de quando era criança.

As lembranças são maravilhosas. Quando eu estudava lá em Petrolina, quando chegava no primeiro dia das férias, eu queria passar as férias na casa de vó, e eu ficava junto dos meus primos e era aquela alegria e até aí não era Candomblé, era só diversão, é um grande afeto pela Yá da casa, que é minha tia Dinha, o marido dela Manuel, que é meu tio, que foi o cara que me ensinou a dirigir, a andar de bicicleta, a andar de moto, o cara que me ensinou tudo, quando eu falo a ele: “Cael, você me ensinou até beber”, e ele diz que não. “Isso aí não foi eu que ensinei não”.

São lembranças que trazem risos à conversa. Sua admiração pela matriarca da casa é notável em suas falas. *Minha vó, minha vó é maravilhosa, é uma pessoa*

que é severa nas horas certas, mas que tem um coração de pudim. É uma pessoa tranquila pra dar conselhos, mas na hora que tem que dar um puxão de orelha não media distância.

As diversões com os primos ocorriam ali, no quintal da avó. Eles cresceram todos juntos, Murilo, como era filho único, supria nos primos o desejo de ter um irmão. Cresci ali com o Gabriel, o Everton, o Matheus, o Damião, a Osana. A gente cresceu junto. A brincadeira preferida do grupo era brincar de Candomblé, onde um era o pai de santo, tinha os ogãs que tocava, tinha Osana que foi a mulher que cresceu ali no meio dos homens, mas ela batia na gente, viu? A gente se divertia, se cortava em arames dos terrenos baldios e quando ia mostrar a avó o machucado, ela dizia peraí que nós vamos tratar agora, e pegava o Merthiolate⁵. Ave Maria quero nem lembrar! Brincávamos na frente do Ilê, tinha um terreno que ainda faz parte do Ilê e jogávamos bola lá com os vizinhos, com as crianças. E assim fomos vivendo, e até hoje mesmo a gente morando longe, a gente sente falta daqui.

O Quidé da infância de Murilo era um bairro periférico. Atualmente, ele não considera mais o bairro assim. O Quidé, já foi dito que era um bairro periférico. Hoje eu não vejo isso. Ele já foi, mas hoje eu não vejo assim. O Quidé tá evoluindo em cultura e diversidade. Mas só que na minha época tinha um certo horário que podia ficar na porta, que podia ir na casa de um tio ou uma tia, porque era um bairro um pouco perigoso. Mas hoje ficou tranquilo, graças a Deus.

A convivência no terreiro

Murilo é da terceira geração de uma família construída através da fé. A família Rosa tem no seu legado respeitar o caminho de cada descendente familiar e, como ressaltam sempre, cada um tem seu caminho. Por isso ele só foi ter uma ligação maior com o terreiro Onyndancor aos 14 anos, quando já podia avaliar e fazer suas escolhas.

Eu não fui criado diretamente dentro do Ilê, eu vim respirar o Candomblé quando tinha uns 14 anos de idade. Sempre foi deixado claro por meu Pai Edson, que é o meu pai consanguíneo, não foi ele que chegou e disse: “Meu filho, você tem que seguir esse meu caminho, tem que seguir o caminho do axé”. Não, o axé é que tem que

⁵Merthiolate – medicamento líquido que age contra as bactérias.

ser escolhido. Quando tinha alguma atividade no Onyndancor, como uma iniciação, Murilo vinha de Petrolina com o pai.

Então, como meu pai tinha que cuidar dessas pessoas, que eu vejo isso como cuidar, filhos de santo, entendeu? O pai cuida dos filhos, né verdade? E ele me levava mais no final de semana, porque ele associava o Candomblé com o trabalho dele. Aí como era nos finais de semana, eu vinha. Ele fazia os atos dele aqui e eu ficava brincando com os meus primos, mas que quando é a noite nos Candomblés a gente, tudo pequenininho querendo participar, de tudo criança quer participar, aí tinha meus tios tocando nos Candomblés, a gente ficava ali tocando nas paredes, e dali a gente foi aprendendo, eu acho que tá no sangue, Candomblé tá no sangue, ainda mais quando você nasce na família que é do axé, somos o futuro do Candomblé.

Essa admiração dos primos com os toques, os ritmos de matriz africana, as brincadeiras musicais, no quintal do Onyndancor, contribuíram para o surgimento do bloco Filhos de Zaze.

Íamos pro fundo do quintal, pegávamos os baldes de vó, que ela se irritava quando furava, e a gente metia o cacete pra cima tocando os baldes, e ali aquele pequena coisa a gente ia aprendendo o que era o Candomblé. Aí com 9 pra 10 anos eu não era tão vinculado ao Candomblé, mas já tocava Candomblé assim que surgiu o bloco Os filhos de Zaze, onde a gente já completou 10 anos, e nesses 10 anos eu que toco o Rum de Zaze, conhecido como charanga, charanga não é coisa velha não, viu?

Conforme relata Murilo, a brincadeira do grupo de primos era imitar os mais velhos e aprender com eles. Então, achavam aquilo tudo muito divertido, As danças, aquelas cantigas. Queriam aprender entre eles, a fazer o batuque. Foi através dessa leitura que Murilo Rosa se encantou, ainda mais, pelo Candomblé.

Eu sou um cara de leituras, que gosta de ler mas, também, não vou dizer que sou aquele literário, que leio tudo. Eu ainda tenho aquele erro do ser humano que só lê o que lhe interessa. E eu sempre tive a curiosidade de aprender sobre o Candomblé. Aí, eu comecei a ler uns livrinhos de Candomblé, e fui me aprofundando. Aí, eu via meu pai cuidando daquela filiação toda, aí eu pensava em ajudar meu pai nisso. Eu comecei a ter amor, ter amor ao Orixá, ter amor com o prazer do Candomblé, ter amor a casa, aos irmãos. Aí, de repente, apareci aqui.

Com seu interesse em saber o que diziam os cânticos entoados no terreiro – a maioria em Iorubá, Murilo foi atrás de obter o máximo de conhecimento acerca do Candomblé e dessa língua.

Sempre tive o prazer de cantar, mas não canto outra coisa não. Só canto Candomblé. Aí tive o prazer de aprender a língua Iorubá. Queria saber o que eles estavam cantando e, aí lendo e traduzindo tudo aquilo, aquilo ali foi me cativando. E eu via que meu pai precisava de um apoio na questão musical, na questão dos Ogãs, que é a percussão do Candomblé, da dança. Aí eu queria fazer algo em que eu pudesse ajudar ele, dali quando ele começava a cantar Candomblé eu pedia: “Pai, deixa eu cantar duas”, aí ele dizia pra mim ir cantar. Assim, eu comecei a pegar gosto, fui perdendo a timidez. No salão, o axé fica cheio de gente, e é diferente daquela brincadeira que os primos faziam. A voz saía fraca. Aí foi assim que eu fui ganhando a confiança dele e, antes de me iniciar no Candomblé, eu já ajudava ele nessa função de cantar o axé, o que fazia a sala do Candomblé.

Murilo aprendeu o Iorubá sem fazer um curso de idiomas. Aprendeu através das leituras e dos ensinamentos dos mais velhos. Aliás, no Candomblé, reconhecer a importância dos idosos é algo muito valioso.

Aprendi eu mesmo, na curiosidade, às vezes perguntava a um mais velho o que significava aquela palavra. Porque o Candomblé é falado, você vai aprender do mais velho para o mais novo, hoje tá mais fácil. Hoje a gente tem a internet, tem os livros, que eles não tinham antigamente. Mas eu ainda prefiro, a fonte melhor do que um livro ou a internet é um mais velho, que senta assim, com você, e começa a conversar e explicar aquela cantiga.

Murilo conta que quando se cresce dentro do Candomblé, se vê muitas situações onde existem pessoas que chegam no Ilê pelo amor, pela curiosidade de saber como é a vivência, o dia a dia na casa de Axé. Ou chega já debilitado, com dores físicas ou emocionais, procurando, no terreiro, uma forma de cura. Ele relatou que seu pai veio pro Axé pela dor:

Quando ele tinha, não sei a idade, minha avó mesma que contou essa história. Dona Flora contou que Ezinho, meu pai, ele teve um problema onde ele teve uma desnutrição, ficou enfermo numa cama, onde os irmãos colocavam ele na cadeira pra tomar sol, tudo isso aí. Já a minha avó é a matriarca de tudo isso aí, foi a primeira a se iniciar no Candomblé, na nossa família. Com isso, ela tendo a mãe de santo dela, pediu para que olhasse para o filho dela, que era meu pai, aí foi que Oxóssi levou ele para casa da mãe Filhinha de Oxum, foi quando Oxóssi levou meu pai com 16 anos de idade. Com isso, fizeram toda a iniciação dele e ele veio a



melhorar. Essas pessoas eu considero pessoas vitoriosas, essas pessoas tem muito amor pela religião.

Já com Murilo, seu pai disse para ele escolher seus caminhos, que cada um tem seu caminho no mundo. Murilo Rosa poderia ter escolhido um destino diferente do dos seus pais. Mas quis seguir os passos do homem que admira e é um espelho na sua vida. Está no seu sangue, no seu DNA o amor pelo Candomblé.

E com isso eu vi que já que eu gosto do Candomblé, eu sou do Candomblé. Antes disso, uma pessoa que não é iniciada no Candomblé é chamada de Abiã. E ali eu vivia como Abiã, ajudando o meu pai, com minha roupinha de Oxalá branca, é Oxalá, não tem santo ainda formado. Aí eu passei no vestibular para Tecnologia de Petróleo e Gás para Aracaju, acho que foi no ano de 2014.2. Fui conversar com meu pai e ele perguntou se eu queria ir, e eu disse que queria, que ia fazer que nem ele, ir pra longe fazer minha vida. Como um bom filho único passei ali três meses chorando, distante de pai e mãe, mas eu sabia que aquilo ali ia me trazer uma boa qualidade de vida. Aí eu peguei e fiquei por lá, gostei do curso, teve algumas barreiras, da saudade da família, de se sentir só. Fui enfrentando essas barreiras, mas eu sempre fui um cara de fazer amizade.

A partir disso, Murilo Rosa foi morar em Aracaju/SE para trilhar seu caminho e construir uma carreira sólida, como seu pai. A saudade da família era um pouco suportada pela presença das primas, que passaram no vestibular e foram morar na mesma cidade. *O tempo todo da faculdade a gente nunca brigou, era uma república. Era na Faculdade de Tiradentes, é uma rede privada. Aí meu pai que me ajudou com tudo, e ainda tinha que manter a casa onde minha mãe estava. Por isso que eu agradeço demais aquele velho, que me sustentava lá em Aracaju e nunca me deixou faltar nada. Então essa pessoa é o meu espelho, meu pai, ele pode não ter o diploma, mas aquele cara é um espelho pra mim. Se tem uma pessoa que é capaz de cuidar do seu filho, da sua mulher e de outras pessoas, que é na questão do Candomblé, essa é uma pessoa muito forte, uma pessoa enviada por Deus.*

Depois que enfrentou essa primeira fase de saudade, ficou mais fácil para Murilo permanecer na cidade. *Depois daí eu terminei o curso de Tecnologia de Petróleo e Gás, emendei, diretamente na Engenharia, onde eu estou finalizando. Terminou em dezembro. Durante esse tempo na faculdade, Murilo só vinha para Juazeiro nos períodos de férias e feriados prolongados. Aí se recarregava. Matava um pouco da*

saudade dos pais. Foi na volta de uma dessas visitas que Murilo passou por outro obstáculo na sua vida, um acidente de carro. *Tive um acidente, um livramento. De onde eu estava indo para o meu apartamento lá em Aracaju, onde eu morava, pra poder voltar para faculdade e cursar o ano letivo. Eu estava com minha mãe, um primo e, de repente, passou um animal, um jegue, na frente do carro. Aí não deu tempo de frear. Aí o carro capotou cinco vezes! Mas Deus e os Orixás e Xangô, acima de tudo, deu o livramento pra gente.*

A sua iniciação

Foi por volta de 18, 19 anos que aconteceu uma aproximação mais forte de Murilo com os Orixás. Ele foi surpreendido quando viu o Orixá do seu pai, fora de uma atividade festiva, pública. O Orixá apenas se manifestou.

Simplesmente, a gente tava aqui no Ilê, todo mundo que convive, que fez santo e fica por aqui, e eu tive uma surpresa. Meu pai tava tomando um café com Yá, minha tia Edinha e, de repente, o Orixá o manifestou, o Orixá dele, Oxóssi, Odé. Se manifestou no muro ali, e veio devagar até o barracão e me chamou, eu era Abiã, ainda. Aí ele me colocou no trono, na cadeira de Xangô e pediu que me erguessem, ali. Pra quem é do Candomblé, a gente foi suspenso para o Orixá. Como foi suspenso, sabia que ali eu ia ser algo com um braço a mais na casa de Xangô. Ali eu tava sendo escolhido por Oxóssi, em nome de Xangô, que Oxóssi é o herdeiro da casa de Xangô.

No terreiro Onyndancor, Oxóssi, que é o Orixá do Pai Ezinho, é o herdeiro da casa de Xangô. Foi ele quem suspendeu Murilo para ser Ogã da casa. De acordo com Murilo, a partir disso, *só veio, ainda, mais amor: Porque eu sabia que eu ia me confirmar Ogã dessa casa. Nesse ano (2021?), foi minha confirmação, que foi quando eu nasci para o Orixá. Foi maravilhoso, encantador todo aquele ritual. Toda a filiação envolvida, coisas que caem lágrimas dos olhos no momento, de toda emoção, de coisa bonita que a gente passa, da folha que a gente vai catar no mato, do material que a gente vai comprar na feira, pra poder oferecer ao Orixá, até o dia do paletó e gravata. Foi dia 30 de janeiro de 2021, foi eu e meu irmão de barco, o Guilbert Ferdsson.*

Na confirmação de Ogã, Murilo Rosa recebeu o nome religioso de Oba Solo Bojo Demi. *Sou filho de Xangô, Airá Dilé. Sou filho de Airá. Na legião de Xangô, não vamos*

dizer que Xangô é apenas um. Ele teve reinos. Então, tem o Xangô Agojo, que é o reinado de Xangô Afoxá. Tem o reinado de Xangô Baru, que é outro Xangô, e teve o reinado de Xangô de Airá, é um Orixá que veste branco e carrega o Oxalá nas costas, que é o seu pai. Então, como ele, nem todos os Xangôs vestem branco. Já o Xangô de Airá veste branco, faz parte daquelas famílias dos Obas. Fui iniciado para esse Orixá com todo prazer, com todo carinho do mundo.

Isso ocorreu quando Murilo ainda tinha 18 anos de idade. A partir daí ele passou a ser o Ogã do terreiro Onyndancor.

Inclusive, eu conheci minha mulher, como eu já falei, onde ela foi a ponte para chegar ao meu Babalorixá, que é Pai Robson, ele era o pai de santo dela, ela é Abiã da casa dele e, com isso, eu fui tendo um amor, um carinho por esse cara, entendeu? Por que eu via ele e eu vejo o meu pai, o mesmo cuidado com as pessoas, o prazer de trabalhar, o prazer de cuidar do Orixá, eu me identifiquei com ele, e foi com isso onde veio na minha cabeça que chegou a hora de eu ser iniciado. Chegou meu Babalorixá.

Cerca de seis anos depois de ser erguido para o Orixá, Murilo, finalmente, foi iniciado por Pai Robson. *Foi um prazer, o carinho do Pai Robson, que hoje ele também é filho do meu pai. Aí fica assim. É tanto família de sangue, como família de axé. Ele se cuida com o meu pai. Ele é filho de santo do meu pai, e é meu pai de santo.*

Pai Robson tem a sua raiz na Boula, de Babá Egum. Murilo conta que *“A mãe de Pai Robson, fez santo quando já estava um pouco debilitada pela idade. A mãe dele deu as coisas dele, os búzios e o oráculo, e disse: “Meu filho, você já tem a capacidade de seguir adiante”, e disse que ele ia encontrar alguém para que lhe ajude nesse sentimento. Aí ele veio de Salvador, que ele morava lá, ali da família Afonjá, do terreiro Axé Opô Afonjá. O tio dele é Obaraim, que é o sacerdote lá. Aí ele veio pra Petrolina. Quando ele chegou aqui, a quatro anos atrás, eu estava em Aracaju. Não tinha nenhum tipo de contato. Não conhecia ainda, até eu conhecer a minha mulher que, nessa época, já frequentava a casa dele. E foi assim que eu o conheci, e tomei esse amor.*

Como a família de Murilo tem uma terreiro de Candomblé, a sua iniciação ocorreu no terreiro da família, pois existe um juramento a Xangô, que deve ser seguido, o qual diz: *Independente de o pai de santo ser de outra casa, porque tem que ser, porque consanguíneos não se iniciam, você tem direito de pegar o seu Babalorixá*

e trazer ele pra se iniciar dentro da nossa casa. Deitei aqui, na caminha daqui e passei 21 dias, tudo aqui dentro do Onyndancor. Foi tudo aqui, os procedimentos rituais internos, a saída, tudo.

Sua iniciação ocorreu junto com seu irmão de barco, o Guilbert Ferdsson, no qual se criou um forte laço de amizade entre os dois, pelos momentos vivenciados juntos durante os 21 dias vividos dentro do terreiro, no período da iniciação.

“Como já falei, um irmão, que é de Xangô também, só que foi um irmão da repartição, porque o Gongo é o ventre, é o que a gente considera como o ventre da mulher, são pessoas que estão amaciando ali, são Orixás que estão assim. Por isso que a gente fica 21 dias guardadinhos na nossa mente, ganhando tudo o que o Orixá quer nos dar e quer nos proporcionar. Ali é onde a gente esquece do mundo, esquece dos problemas. Ali a gente fica recolhido ao Orixá. Então, como eu tenho um meio irmão, fomos nós dois no mesmo barco. Só que Pai Robson é meu pai de santo, já o meu irmão é filho do meu pai de sangue, meu pai é pai de santo dele. Irmão de axé, aí com esses dias que a gente passou lá dentro, a gente pega um amor, e um escuta o outro, um escuta o conselho do outro, e senta para apreciar a vitória do outro, e assim nasceu Oba Solo Bojo Demi e Oba de Ajoli.

Murilo agora passa a dividir suas obrigações entre os dois terreiros, a casa Onyndancor, da sua família, e a casa de seu pai de santo, Robson. *Eu tenho que dar o braço à minha mãe Oxum, e entre o Oxóssi de meu pai e entre Xangô, e faço isso com todo amor. Com todo carinho. Sem medir esforços.*

Antes de conhecer Giuliane, a sua esposa, Murilo tinha uma namorada que também era do terreiro Onyndancor. O caso não chegou a causar nenhum conflito interno, pois, para Murilo, o respeito à religiosidade, aos Orixás e ao terreiro são maiores do que alguma desavença que possa ocorrer. Ela não era iniciada, ela era Abiã. Ela seguia os cultos, ela queria se iniciar, ela ficava aqui esperando o momento que o Orixá chamasse ela, assim como eu esperei o meu momento. Eu nasci aqui dentro e vim fazer o santo com 25 anos de idade. Então, esperei o meu momento, o tempo de Abiã. E, quanto ao relacionamento, sim, foi tudo tranquilo. Não existe aquele casal que não brigue, que não tenha diversidades, e eu acredito também que tinha um pouco da distância, a distância para Aracaju. Ela estudava aqui em Petrolina, na Univasf, e eu lá, aí com o tempo aconteceu de o ser humano, somos feitos do barro, da terra nós viemos, e para a terra vamos voltar.



Ele fala que não se arrepende do envolvimento, mas diz que não é aconselhável irmão de axé se relacionar amorosamente com outro irmão, no Candomblé.

“Aí acontece isso, aí magoa a gente, vai magoa o Babalorixá. Eu ia respeitar a parte do Orixá se ela aparecesse aqui, igual eu acho que já apareceu pra falar com o meu pai, ela era nora, mas tinha a parte de filha. Então, com isso, eu não tenho como direito se ela chegar aqui e eu ficar de mal. Porque ela estaria em um território onde eu cresci, não. O terreiro não é meu. O terreiro não é do meu pai. O terreiro é de Xangô e as portas da religião, do axé, tão abertas para todos, do pobre ao rico, então a gente não pode misturar questão do relacionamento, com questões do Orixá. É isso que cada um agora tomou o seu destino. Eu acredito que ela esteja bem, porque ela teve a filhinha dela. Eu soube, tá vendo? Soube por irmãos que ela teve a filhinha dela, tá tranquila. Eu também toquei a minha vida e é isso.

Murilo faz questão de falar sobre orientação sexual dentro do terreiro. *Porque assim falando na linguagem de Axé, aí as pessoas perguntam do porquê que é no terreiro de Candomblé que se encontram mais homossexuais. Eu acredito na questão do homossexualismo, a pessoa não vira aquilo, a pessoa já nasce com o seu coração, com o seu gostar, com o seu amor ao próximo. Então, porque aqui nas casas de Axé, não só aqui, eu acho que em todas, vai aceitar, como eu te falei, do pobre ao rico. Então a gente não vê cor. A gente não vê se é poliglota, se é homossexual. Estamos aqui para tratar de Orixá, cada um tem sua livre escolha para viver, e ser tranquilo, ser feliz.*

A construção do convívio do terreiro com a comunidade do Quidé, para Murilo, é uma relação baseada em respeito. Para ele, os moradores não recriminam, nem se incomodam com a existência do terreiro no bairro. *A gente aqui do terreiro Onyndancor, eu acredito que nenhum de nós tenha sofrido esse tipo de intolerância, porque o axé da nossa casa sempre propõe uma moral, que é o respeito, dar respeito quem quer respeito. Então, a gente sempre procurou ter uma boa comunicação com a nossa vizinhança, na forma onde nossos Candomblés fosse até tarde tínhamos o prazer e a intuição de comunicá-los, por causa da questão do respeito por quem acorda cedo. As pessoas sempre aceitaram, porque quando eles chegaram aqui o axé já existia, o ilê já existia. Então, com isso, temos uma boa relação com a vizinhança, e nós temos o prazer de chegar e dizer quando vai ter função, e perguntamos se tem algum problema, e nunca teve.*

Na avaliação de Murilo, sua religião nunca foi motivo de discriminação, nem quando estava na escola.

Quando eu falava, sempre tinha alguém que perguntava qual era a minha religião. Quando eu era pequeno, eu tinha aquela coisa, porque eu fui batizado na Igreja Católica. Então, eu respondia que era católico. Aí, depois eu vi por mim mesmo, nas leituras, porque ali foi uma benção de Deus, quando eu me entendi no Candomblé, que eu frequentava o Candomblé mesmo, às vezes os amigos perguntavam qual é a minha religião e, aí, já adulto, eu respondia que sou do Candomblé. Pelo que, infelizmente é comum acontecer, a gente pensava que ia ter aquela intolerância, mas não. Só tinha curioso, pra saber como é. Então, foi tudo tranquilo graças a Deus.

Para Murilo, o futuro do terreiro está nas mãos dos filhos e das filhas da casa, que podem levar adiante. *De antemão, eu sou o primeiro neto do meu avô a ser iniciado no Candomblé. Então, eu estou me incluindo nesse futuro, e se depender de mim, o futuro do Onyndancor e dos Filhos de Zaze, que é o bloco de Afoxé, onde eu tenho muito amor em participar, muita dedicação, noites para compor músicas entre nós. Eu acho que se depender da gente, que faz parte desse grupo, o Ilê só tem a ganhar. Ele só tem a progredir, e a nossa função, a nossa maior meta, é cuidar das pessoas, cuidar das pessoas e cuidar dos Orixás, e manter a originalidade, toda a conscientização, de aprendizado dos mais velhos aos mais novos, e manter isso para que nunca se acabe.*

O Pai Ezinho, além de zelador, é muito dedicado, organizado e tem uma visão de futuro. Murilo vê essa capacidade: *Não é porque é meu pai não, mas eu dou nota 10 a ele. Eu sempre digo assim: que o talento dele tá na mão e no Ori, na cabeça, nas mãos. Ele é uma pessoa maravilhosa, em tudo que pega, ele é uma pessoa que não desiste. É um cara que não vai desistir, se você tá ali, mesmo fora do Ilê, o Edson, falando do Edson, se você tiver ali fora e você é amigo de Edson, ele vai pegar na sua mão vai lhe abraçar e vai tomar café na sua casa, ele é uma pessoa que não desiste”.*

Murilo está no futuro do Onyndancor como braço direito do zelador, que é o Babalorixá do terreiro, assim como da sua tia Edna, a Yakekerê da casa. Ele não pode ser o sucessor do seu pai por ter a função de Ogã.

Eu fui suspenso e declarado como Ojuobá Odu. O que é Ojuobá? É os olhos do rei, e Odu é direita de Ojuobá, então eu sou o braço direito de Xangô, o braço direito do meu pai aqui junto com a Yá. Eu sou o braço direito dele para o dia a dia. Os olhos do

rei, para o que houver, eu tô ali para poder ajudá-lo, porque conviver com pessoas é um pouco difícil, é muito delicado. Então é o seguinte: na parte de ser um Babalorixá no Candomblé, um Ogã, ele não pode ser o Babalorixá da casa. Então, para ser o próximo Babalorixá da casa, quem vai escolher é o oráculo. É o Melin de Ogum, que é uma reunião que é feita quando o sacerdote vem a óbito. Aí vem um pai de santo de fora e faz aquele Melin Ogum, para escolher o próximo sacerdote. Pode ser qualquer um que venha a se manifestar o Orixá, porque a gente precisa desse ligamento, o Orixá precisa falar com a gente, e Ogã ele não manifesta. Então Ogã uma vez, pra sempre Ogã.

Quando o sacerdote com outro sacerdote escolhe uma mesa, o barracão todo fechado, é como se fosse a escolha do Papa. O Papa não sai da fumacinha branca na hora de escolher? Aqui dentro é a mesma coisa. É feito todo o ritual aqui dentro, consultando o oráculo com os búzios, sai uma pessoa mais velha e abre a porta do barracão para indicar o próximo sacerdote, vai tá os filhos, vai estar todo mundo, para indicar o próximo sacerdote do Ilê. Vai ser um filho do Ilê, que se iniciou no Ilê, ali daquele grupo de pessoas, daquelas ovelhinhas. As pessoas têm o direito de querer ser ou não, ela decide procurar outros caminhos. Mas, no final de tudo, sempre dá certo, irmão com irmão, um compreende o outro.



Capítulo 08

A FESTA DO CABOCLO BOIADEIRO





Indígenas Tuxás se reúnem no Terreiro Onyndancor, ao lado dos vaqueiros, para a festa mais plural do território. 2017. Foto: Márcia Guena

Foto da página anterior - Caboclo Zeca da Varginha, em 2017. Foto Márcia Guena



Cacique Adenilton Santos da nação Tuxá participa da Festa do Caboclo Boiadeiro, Zeca da Varginha, em 2017.



Indígenas Tuxá durante os festejos da festa do Boiadeiro



Indígenas Tuxá durante os festejos da festa do Boiadeiro



Indígenas Tuxá durante os festejos da festa do Boiadeiro



Vaqueiros cavalgam pelas ruas do Quidé até o terriro Onyndancor, em 2017. Fotos: Márcia Guena



Vaqueiros cavalgam pelas ruas do Quidé até o terriro Onyndancor, em 2017. Fotos: Márcia Guena



Vaqueiros cavalgam pelas ruas do Quidé até o terriro Onyndancor, em 2017. Fotos: Márcia Guena



Zeca da Vagina é recebido com rezas e muitos pedidos. 2017. Fotos: Márcia Guena



Zeca da Vagina é recebido com rezas e muitos pedidos. 2017. Fotos: Márcia Guena




Zeca da Vagina é recebido com rezas e muitos pedidos. Na foto Donária do Carmo e o Cacique Adenilton, 2017. Fotos: Márcia Guena



Zeca da Vagina é recebido com rezas e muitos pedidos. 2017. Fotos: Márcia Guena



Amor, fé e saudades na despedida de seu Zeca. 2017. Fotos; Márcia Guena



Com certeza, esta é a maior festa intercultural da cidade de Juazeiro, remetendo a relações ancestrais, vinculadas à ocupação e solidariedade estabelecidas entre os povos negros e indígenas, no terreiro do Onyndancor. Ela ocorre sempre no segundo domingo de novembro e reúne o povo do Candomblé, o povo Tuxá e os vaqueiros, em dois dias de festa, rodeada de Encantados, Orixás e ancestrais. Atabaques, maracás e aboios emitem sons que nos remetem do presente ao passado em minutos, unificando o tempo naquele espaço de culto à ancestralidade. Tudo ali é vida. Tudo ali é magia. Tudo ali é amor. Tudo é feito para homenagear o Caboclo Zeca da Varginha.

Muito antes do primeiro dia da festa, o terreiro é um alvoroço. Cerca de 200 pessoas são esperadas, o que representa muito trabalho. Vem gente de todo lado. Toda vizinhança do Quidé aparece. As filhas e os filhos do terreiro que moram em outros estados não perdem essa festa. Políticos e representantes do poder público não deixam de aparecer, assim como intelectuais e ativistas, principalmente, do movimento negro. Chegam lá pessoas de, praticamente, todos os terreiros da região. Então, tudo precisa estar impecável.

Quem rege essa movimentação é Zinguemim, Pai Ezinho, o escolhido pelo Caboclo Zeca da Varginha. Ele é exigente e se preocupa com detalhes da festa. Desde muito cedo, a festa é pensada, programada. A cada ano o terreiro passa por reformas: é uma cobertura nova de telhas; uma pilastra que sustenta um novo teto; uma nova churrasqueira, a pintura do barracão nem se fala, essa tem que estar impecável para esperar a entidade. Pai Ezinho comanda cada adorno da festa. As pilastras são forradas com papel adesivo de inspiração africana. As mesas, onde almoçarão os boiadeiros, recebem toalhas coloridas. As malhas brancas cobrem lá do alto as peças inox que receberão a refeição gratuita e abençoada, servida para centenas de pessoas. E os filhos da casa se movimentam pra lá e pra cá em uma correria imensa, sob os olhos atentos e calmos de Pai Ezinho. Equilibrado, concentrado, ele não deixa

escapar nada. Assim, o terreiro vai se transformando para esperar o herdeiro do primeiro Caboclo que fundou a casa.

Eu vejo a realidade, hoje quando paramos para raciocinar, nós estamos contando, fortalecendo e não deixando morrer as nossas origens. Nós somos índios, negros e os vaqueiros que possuem uma história linda dentro dessa cidade. O Brasil tá lá o índio, quer dizer, nós somos um povo forte, e temos que alimentar nossas origens. O que nossos ancestrais passaram lá atrás, nós estamos com esse legado em mão, continuando com fé, com garra, com muita resistência, principalmente resistência. Hoje o nome é resistência e vamos ser sempre resistência, por amor e fé, declara Edna Rosa, a YaKekerê do Onyndancor.

O primeiro Tuxá

A celebração marca o elo dos povos negros, representados pelos membros do terreiro, os indígenas da nação Tuxá: o primeiro Caboclo recebido pelo fundador do terreiro, Manuel Rosa, tinha essa origem. Como conta Herivelton Rosa, o filho mais velho da família, primeiro Axogum do terreiro, tudo teve início quando seus pais fizeram uma promessa a um Caboclo índio para que ele se curasse de uma enfermidade, em 1964.

Seu Manuel e Dona Flora foram atendidos e, então, entraram na mata do Quidé para pagar a promessa, no mesmo local que, mais tarde, passou a abrigar o terreiro Onyndancor. Foi ali que o Caboclo Tuxá José de Alencar Frei Maracá de Arco e Flecha Proká Progrará, do Belém do São Francisco, do município de Banzaê, arrebatou Seu Manuel e permaneceu ao seu lado por toda a vida. *Ele disse que a partir daquele dia teriam muito progresso e, quando completasse 15 dias, que ele reunisse o povo e realizasse uma gira de Caboclo no local. Isso foi o início de tudo, sendo perpetuado até hoje, conta Herivelton.*

Esse Caboclo já era conhecido da família, já vinha se manifestando em seu pai desde os anos 1950, e outras promessas já tinham sido cumpridas na vida da sua mãe e de outras pessoas que o procuravam na época. Por isso, ela lhe confiou a saúde de seu filho. Ele já tinha dito que o terreiro um dia receberia sua família indígena. Em 2015, sua palavra se cumpriu e os índios da tribo Tuxá iniciaram a sua participação na festa, quando Pai Ezinho lhes fez o convite.



O que o público vai assistir no segundo domingo de novembro se inicia um dias antes. Muito antes dos enfeites, das comidas e de todos os preparativos chegam os Encantados, redobrando as forças dos Orixás. Eles estão ali, pois todo o ar do terreiro se modifica, a atmosfera é outra, o tempo passa distinto e as energias se tocam de outra maneira. Começa então a preparação da festa.

Dias antes, os indígenas Tuxá ocupam o terreiro, acompanhados do Cacique. Crianças, jovens guerreiros, casais, mulheres... É o povo Tuxá, bonito por natureza, com seus cabelos pretos, lisos e longos. Também há pessoas com cabelos pretos e loiros, ou “galega” que carregam a identidade Tuxá, fruto dos nossos encontros no passado e no presente. Eles chegam na semana da festa e iniciam seus rituais, a começar pela indumentária, com pinturas no corpo, muitas penas coloridas e cada uma, cada um com seu cocar e seus colares.

No sábado à noite, os Encantados iniciam os rituais, durante um ritual chamado Toré. Os Tuxá fazem ressoar por todo o terreiro os maracás e um arrepio percorre a espinha de quem está por ali, invadido pelo canto: *Mestre bonito, de onde você vem? Mestre bonito, de onde você vem? Eu venho é da mata virgem, que abre portas e janelas, avarandado como mestre ajucá, ae ao, ae ao.*

É o início do Toré, uma cerimônia mais reservada, da qual os membros do terreiro só participam como plateia, que é composta também por frequentadores mais próximos do terreiro e alguns convidados. Trajando suas roupas típicas, os indígenas Tuxá abrem a roda embalados pelos sons dos maracás, entoados por seus cânticos. Depois de uns 40 minutos de roda, o festejo fica ainda mais particular. É quando as indígenas e os indígenas recebem os Encantados. Nesse momento, não é permitido gravação ou filmagem. Nenhuma pessoa presente na cerimônia recebe as entidades. Somente os indígenas de etnia Tuxá. Ali é a energia do encontro que circula, a ancestralidade que para o tempo.

Na manhã do dia seguinte, a festa adquire outra feição. São outros antepassados que chegam para somar. Às oito horas, começam os preparativos para a cavalcada que percorre várias ruas do bairro do Quidé. Os vaqueiros vêm de longe, já paramentados com o jibão de couro e todas as outras peças da indumentária tradicional do vaqueiro. Chegam de todos os lados e se dirigem a um ponto específico: na parte Norte do bairro. São majoritariamente homens, que trazem seus filhos e namoradas na garupa. São recebidos na entrada do bairro do Quidé pelos organizadores do evento, os irmãos José Rosa e Florisvaldo Rosa.

São muitos cumprimentos, muita queima de fogos, muitas fotos e a felicidade estampada no rosto de todos. Naquele encontro de homens, encontro que encarna o mito da masculinidade e da valentia, está explícito no rosto daqueles homens simples, que se transformam ali em grandes heróis da Odisseia do Sertão. Eles são recebidos na casa de um dos moradores do bairro para um café da manhã tradicional: um caldo forte de carne, cuscuz e, já logo cedo, a cachaça da terra.

Começam então os primeiros aboios. O berrante avisa a todo bairro que os vaqueiros, herdeiros dos primeiros povos negros que chegaram nos sertões, herdeiros do trabalho duro que os donos das terras e das gentes não queriam fazer, chegaram. O berrante soa fundo e triste, contrastando com a alegria que esboçam os vaqueiros no encontro.

Chegam então os indígenas, só os homens, e novamente a alegria do encontro masculino se esboça. Os encourados e os homens do povo Tuxá com seus cocares tomam as ruas do Quidé. Os vaqueiros em seus cavalos e o restante no chão. Ali estão também os homens filhos do terreiro, os amantes de cavalgadas do bairro, muitas crianças que seguem o cortejo e algumas famílias. É uma procissão bonita de se ver. Os moradores, quando não acompanham, abrem suas portas para ver aquele encontro passar e escutar os aboios que, de tristes, tornam-se engraçados e, muitas vezes, machistas, pois a maioria fala de um homem viril e de uma mulher submissa e pronta para servi-lo. A velha tradição patriarcal também está ali presente.

Durante o caminho, os organizadores do evento os guiam por sete paradas, que na verdade são sete bares, de comerciantes que apoiam o evento, onde bebem muita cerveja. A animação vai num crescendo, com uma disputa de aboios entre os vaqueiros, que não se cansam da velha troça machista. Nos três anos em que acompanhei essa caminhada, vi apenas duas mulheres cavalgando sozinhas. No decorrer do caminho, o povo Tuxá também entra na brincadeira, ri e confraterniza.

Enquanto isso, no terreiro, a atmosfera é outra. O trabalho na noite anterior consumiu muitas horas e muita gente no preparo da comida. Sacos e sacos de verduras, cuscuz e muita carne. No meio do terreiro, um boi inteiro deu trabalho para ser dividido, presente de um dos filhos da casa. As mulheres, em roda, descascam mandioca, batata para uma multidão. Novamente, brincadeiras e risos. Se do lado de fora o ambiente na manhã seguinte é predominantemente masculino, ali, na véspera, as mulheres tomavam conta, sob o comando atento de Mãe Edna e Pai Ezinho, que



com zelo e autoridade ia degustando a comida do dia seguinte. Uma certa reprodução de um passado que se repete.

Que gostosa é a noite anterior à festa! Há muito trabalho. Mas há muita alegria, solidariedade, emoção, concentração. Ninguém do terreiro pode beber. Ali é o lugar da devoção, da preparação da comida, da doação. Ao mesmo tempo, o riso está presente e a mão forte do Babalorixá que tudo vigia, que tudo cuida.

Pois bem, voltemos à cavalcada. Depois das sete paradas, os vaqueiros chegam esfuziantes na porta do terreiro. Isso por volta das 12 horas, com um sol forte, escaudante. Mas ali os espera o sagrado, a fé e a lembrança dos seus antepassados que os levaram até ali. Todos param em frente ao portão lateral do terreiro e descem de seus cavalos. Tuxá, vaqueiros e o povo do terreiro de mãos dadas cantam e pedem licença para entrar: *Serrote do pedregulho onde a garça faz verão. Se falando, eu erreí, de joelho peço perdão.*

São, então, abençoados pela matriarca da casa, Flora Rosa, com muita água de lavanda. Em seguida, a cena é marcada por uma ruidosa e longa queima de fogos. Esse é um momento alto da festa e de muita emoção para a família Rosa. A cavalcada é recebida por toda a família. As filhas com seus torços com amarrações, saias com anágua, em tecidos impecáveis e vestidos com estampas afro ou floridas. Os homens com igual elegância, traje calças longas e batas, algumas em tecidos de brocado africanos, sandálias claras de bico fino, típicas do Candomblé. Ali recebem, com muita emoção, o cortejo. É um momento de agradecimentos e de lembranças do fundador da casa, Seu Manuel Rosa.

Herivelton Rosa, o filho mais velho é quem faz agradecimentos, fala de seu pai, enaltece Dona Flora e todos os seus cuidados com a família. Todos os filhos falam e agradecem a Deus, aos Orixás, aos Encantados e todos os presentes. Logo após uma roda de agradecimento, a festa é aberta pelo filho mais velho da casa. Assim, o primeiro momento religioso da festa do Caboclo Boiadeiro é católico, mostrando o grande sincretismo dessa festa. Uma das filhas do terreiro, junto com a família Rosa, entoam a reza do “Credo” e “Santa Maria” (preces católicas) na porta da tenda do Caboclo Zeca da Varginha. Assim, todo o terço é rezado com muita devoção, quando então são feitos pedidos para todos os que necessitam e lembrados os que já se foram.

À volta da tenda nem todos participam das orações, mas estão circulando, imersos naquela atmosfera de muitas crenças e de muitos encontros. Assim, ao

lado das rezas há muito riso e muita alegria. Os vaqueiros, ainda atiçados com a caminhada, brincam e circulam entre a multidão. Os cavalos também enfeitam o quintal, lá no fundo e na porta, descansando e servindo de modelo para as fotos dos convidados. Enquanto isso, os filhos e as filhas da casa caminham apressados e apressadas organizando o almoço para a multidão.

Mas antes do almoço os vaqueiros se reúnem em frente à tenda de Zeca da Varginha e fazem, então, suas orações, lembrando da dura lida e daqueles que os trouxeram até ali.

Uma mesa farta, com cerca de 20 lugares, é posta em frente à tenda de Seu Zeca: vatapá, frango, bode, arroz, feijão de corda, farofa amarela, tem de tudo ali. Tem que ser uma mesa assim para saciar o apetite dos vaqueiros que chegam do trabalho com o gado. Eles são os primeiros a serem servidos em toda a festa. Nessa mesa, a tradição fala mais alto: apenas os vaqueiros com o traje completo podem ocupar um lugar. Só quando terminam de almoçar é que os demais participantes são servidos, com igual fartura. Ali estão as filhas da casa, vestidas a rigor, com suas saias longas e turbantes servem à multidão, sob o olhar atento da Yakekerê Edna Rosa.

Logo depois do almoço, começa o Xirê. O barracão está pronto. É o momento sagrado do Candomblé, quando todos os Orixás são saudados. São 15 horas. Os Ogãs já estão preparados em seus lugares, à frente dos atabaques Rum, Pi e Lé, que, afinados, ecoam por todo o espaço. Os vaqueiros e os Tuxá assistem à roda cantando e aplaudindo, junto aos filhos do terreiro e aos visitantes que lá estão à espera, para assistir à chegada do Caboclo.

O barracão foi detalhadamente decorado. O teto foi recoberto com malhas brancas e um babado de cetim, com detalhes em palha. O cetim também faz um acabamento da cobra de Oxumaré enrolada no teto. A porta principal está enfeitada com palhas de coqueiro, dando ao ambiente um ar de festividade, leveza e vínculo com a natureza. Começa o batuque para abrir o Ilê (casa), saudando os Orixás que farão reverências ao Caboclo. A roda se abre com todos saudando Exu, aquele que não se deve deixar de saudar na abertura de qualquer trabalho. Logo, Mãe Flora, a matriarca, inicia a roda com toda a sua autoridade revelada. Ali no Xirê, o irmão Erivaldo conduzia conjuntamente a cerimônia.

A comunidade do terreiro saúda os Orixás Ogum, o senhor dos metais, Oxóssi, o caçador, aquele que busca coisas boas para o Ilê, boas influências e energias positivas;



Ossain, o Orixá das folhas sagradas e ervas medicinais; Oxumaré, o Orixá que liga o céu e a terra, símbolo da continuidade e da permanência; Iansã, a deusa dos raios e trovões; Nanã, responsável pela criação do homem na terra; Oxum, dona do ouro e das pedras preciosas, deusa das águas doces; Iemanjá, a mãe dos Orixás etc.

É chegado o momento mais esperado. Enquanto cânticos são entoados em uma comoção de sensações, os atabaques aceleram a batida, o volume, enquanto todos dançam, chamando pelo Caboclo. Zeca da Varginha está prestes a chegar. Até que o Babalorixá Edson Rosa gira no centro do barracão, amparado pela Yakekerê Edna Rosa, e recebe o Caboclo Boiadeiro. Ele dança vigorosamente, como um verdadeiro boiadeiro. No interior do salão, sua bata é trocada por amarrações brancas. E dança outra vez. Até que sai, para que use as roupas de gala branca que já o esperam. Com um chapéu de couro de vaqueiro, trajando roupas brancas representativas do Candomblé, o Caboclo dança e gira feliz na roda do terreiro. Na sequência, ele sai do barracão acompanhado pelos membros do terreiro, para um altar que lhe espera com oferendas e frutas, na parte externa do terreiro.

Cultuando os Orixás e as forças da natureza, ofertando e agradecendo pela vida, é lá que Zeca da Varginha continua recebendo as honras, com orações e cantos do Candomblé. No altar se encontram frutas frescas nem verdes, nem maduras demais. Não muito doces, nem muito amargas. São sabores equilibrados, que buscam a vontade de possuir um equilíbrio emocional e espiritual, para agradecer ou dar equilíbrio à vida. O azedo simboliza o limite da vida, o certo e errado. Na oferenda, pode-se ver bastante abacaxis e laranjas, um culto a Oxóssi, para ele permitir transformar situações negativas em positivas.

Nesse momento, também é servida a Jurema, uma bebida da tradição de origem indígena e nordestina. Bebida sagrada, servida aos índios em reuniões especiais. Feita por eles para reverenciar uma força espiritual única. Como já visto anteriormente, o terreiro Onyndancor se conecta com o povo Tuxá e seus Encantados, fazendo similarmente o uso da bebida em seus rituais, buscando força, conhecimento e ligação com seres do outro plano.

Após a primeira homenagem, o Caboclo é retirado do local para uma nova troca de roupa. Agora ele volta trajado a caráter, o Boiadeiro Zeca da Varginha, com seu gibão de couro e adereços vermelhos. Ele abraça, conversa e dança ao som do batuque dos tambores, com todas as pessoas presentes que desejam falar com ele e receber

suas bênçãos. É um momento único da festa, em que o público se mistura, chega perto e abraça o boiadeiro. Ele abraça, abençoa e, também, coloca as pessoas para rodar. Elas rodam, rodam, rodam até a chegada de suas entidades, de seus ancestrais. Muitas são tocadas pela emoção e choram! Fazem pedidos e agradecimentos. Outras recebem seus Caboclos. Todas estão juntas, vibrando em uma só energia, enquanto Zeca da Varinha fala, aconselha, dança.

Na roda, outros Caboclos chegam! Ali está o Caboclo de Mãe Maria, de Pai Erivaldo e tantos outros. A festa ganha ritmo, alegria e euforia. Os Caboclos dançam, recordando-se de suas matas ancestrais! Estão ali ao lado de Zeca da Varginha, saudando a vida, a memória e a ancestralidade. Todos se manifestam para agradecer a festa.

Zeca da Varginha chama seus irmãos e os aconselha. A emoção chega ao ápice e eles choram. Dança mais uma vez, lindamente, saltando no ar, leve com suas roupas em couro adornadas por tecidos vermelhos. Ninguém quer a sua partida, mas ele canta: *Eu já vou, eu já vou, eu já vou para o lado de lá, se precisar de mim pode mandar me chamar, se precisar de mim pode mandar me chamar.* Abraça Mãe Flora e parte.

Mas a festa não se encerra. Para os que ficaram, ainda tem uma janta farta e a resenha final de toda festa, talvez um dos melhores momentos. E para todos que pensavam que seria o momento de descanso do Babalorixá, depois de horas dançando com seu Caboclo, ele recebe seu Erê e brinca com as pessoas, ri e come doces! A necessária alegria de criança encerra a festa.



Capítulo 09

OCUPAÇÃO NEGRA NO VALE DO SÃO FRANCISCO





Indígenas Tuxá, durante Festa do Boiadeiro, no Terreiro Onyndancor, em 2017. Foto: Márcia Guena

Foto da página anterior - Mãe Edna (à direita), Mãe Adeleide, à esquerda e Mãe Gleide, ao fundo, em 2015, durante protesto contra intolerância religiosa. Foto: Márcia guena



Comunidade Quilombola Sítio Lagoinha, em Casa Nova.
Fotos Márcia Guena



Comunidade Quilombola Sítio Lagoinha, em Casa Nova.
Fotos Márcia Guena



Águas que vão, águas que vem no São Francisco. Fotos: Márcia Guena



Águas que vão, águas que vem no São Francisco. Fotos: Márcia Guena

Vale do São Francisco, 1500. O rio caudaloso vem do Sul, cortando as matas verdes do que seria em breve chamado de Brasil pelos salteadores portugueses. Pankararu, Chocó, Cariri e muitos outros povos indígenas estabeleciam relações simbióticas com essas naturezas. Conversavam com as águas, com o sol e com a lua.

Quando a população africana chegou nessas terras, na condição de escrava, a maioria dos indígenas ainda se constituía como povos autônomos, donos de seus territórios e de suas vidas. O processo de ocupação colonial do território os aproximou, em relações não muito elucidadas, mas, na condição de povos violados, eles “misturaram-se”, reelaborando novas identidades. Um processo de “mistura” que não acontece casualmente, como veremos. Mas, aparentemente, é fruto de uma estratégia de rompimento das identidades particulares das diversas nações indígenas, a fim de usurpar suas terras e quebrar suas resistências. Teorias difundidas no século XIX, com base nas ideias de raças e miscigenação, foram usadas pelos “posseiros/fazendeiros” como negação das identidades indígenas. Falaremos desses processos com a finalidade de levantar dados históricos e memorialísticos, que nos permitam falar como se deu a chegada dos diversos povos africanos escravizados na região.

Porém, não tem sido fácil refazer os passos dos grupos negros até o Sertão. Além da dificuldade documental, a criação de um discurso unificador da identidade dos homens e das mulheres dessas terras enquanto sertanejas e sertanejos, catingueiras e catingueiros, sujeitas e sujeitos fortes, DESTEMIDAS e DESTEMIDOS, capazes de enfrentar tudo, vem apagando suas origens indígenas e africanas. Um discurso que se aproxima da política de miscigenação, da implantação da palavra “pardo”, produzindo mulheres e homens sem ancestralidade, sem vinculação com suas tradições, nações e famílias. Com relação à predominância do discurso sertanejo, Arruti (2006, p. 162) afirma que “o discurso antropológico não era capaz de satisfazer as dúvidas e desconfianças com relação ao surgimento de grupos étnicos que, até recentemente, não se distinguiam da população sertaneja em geral”.

A falta de documentação sobre a chegada de negras e negros no Sertão é identificada também por Arruti:

Finalmente, uma outra diferença importante está na disponibilidade de documentos sobre a terra: a presença de um direito indígena à terra, por mais formal que tenha sido, permitiu a produção de documentação histórica, que mais tarde seria convertida em uma “história indígena” de longo termo, como vimos acontecendo com os Xocó, mas no caso das populações originárias do estrato de escravos, isso não existia, sendo necessário trabalhar a partir de outros recursos, que foram encontrados justamente em um texto de Marc Bloch, autor referencial para toda a chamada Nova História (Arruti, 2006, p. 164).

No entanto, é fundamental lembrar que o tráfico negreiro desembarcou, aproximadamente 12 milhões de africanas e africanos nas Américas, na condição de escravos, sendo que 41% deles no Brasil, segundo dados de David Eltis (2019). A partir da metade do século XVI, chegam à Colônia, na América portuguesa, os primeiros africanos e as primeiras africanas escravizados e escravizadas para atuação em atividades especializadas na Empresa Açucareira, com custo bastante elevado. O valor de um escravo africano equivalia a três vezes o valor de um escravo indígena.

Mas, em fins do século XVI e início do século XVII, os africanos e as africanas escravizados e escravizadas passaram a predominar como mão de obra nos Engenhos de Açúcar. Consequentemente, ocorreu diminuição no valor de um escravo africano. Houve ocorrência de mortes de indígenas por doenças adquiridas pelo contato com os europeus e com as europeias, impactando na escassez de mão de obra. Do mesmo modo, a promulgação de leis proibindo a escravidão de indígenas devido às pressões dos missionários, especialmente os jesuítas e, também, as diversas estratégias de resistências, como as fugas dos indígenas.

Além disso, os portugueses conquistaram a região de Angola, implantando uma base comercial na África. Nas primeiras décadas do século XVII, chegaram “cerca



de 150 mil africanos aportados como escravos na América portuguesa, a maior parte deles destinada a trabalhos em canaviais e engenhos de açúcar” (Marquese, 2006, p. 111). Portanto, a vinda de africanos e africanas para o Brasil inaugurou um novo modelo, a economia engendrada no regime escravista, formando uma sociedade escravista na colônia brasileira.

Assim, este capítulo faz uma revisão bibliográfica de alguns trabalhos, na tentativa de localizar como a população negra escravizada chegou ao Sertão. Essa história passa e se entrecruza com a luta das populações indígenas por sobrevivência e manutenção do território. Na verdade, pretendemos levantar pistas e, de forma alguma, esgotar a questão, que requer uma pesquisa histórica muito mais rigorosa. Como o tema do nosso livro é a história do terreiro Onyndancor, vamos deixar aqui algumas referências dessa nossa angustiante busca, na expectativa de continuá-la e encontrar os laços ancestrais que originou não só a casa Ilê Asé Ayrá Onyndancor, mas uma das cidades mais negras do semiárido baiano: Juazeiro.

Os Garcia D'Ávila e a chegada dos bois

Revisando as referências entre os anos 1950 a 1980, do século passado, no Arquivo Dom José Rodrigues, localizado no Campus de Juazeiro, da UNEB, identificamos várias obras relatando a ocupação dessa cidade e da região. Porém, poucas aludiam à chegada dos negros e das negras. Muitas têm um caráter memorialístico, com poucas fontes históricas primárias, o que nos fez ler com cuidado. Porém, o traço unificador desses textos é seu caráter conservador e a aliança com o discurso das elites da época. Desse modo, chegamos a três obras que nos pareceu interessante para tratar das ocupações negra e indígena do Vale do São Francisco entre os séculos XVI e XVIII. A primeira obra é do autor Walter de Castro Dourado, pesquisador, historiador, intitulada *Juazeiro da Bahia à Luz da História*. A tradição oral predomina na sua narrativa, publicada no ano de 1983. Dourado fala a partir da perspectiva da Coroa Portuguesa e seu projeto de colonização do Brasil, em particular do Sertão. Portanto, ele traz a perspectiva hegemônica de dominação do território.

Outro autor consultado foi Jorge de Souza Duarte (1986), político, advogado criminalista, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro e editor do jornal “Gazeta do Vale”. A sua obra, *Juazeiro nos Caminhos da História*, também

tem caráter memorialístico, utilizando livros sobre a região, a memória oral e as suas memórias.

Por último, consultamos os três volumes da obra do sociólogo e pesquisador estadunidense Donald Pierson (1900-1995), *O Homem do Vale. Em 1952*, Pierson começou seu ambicioso projeto, que pretendia pesquisar a vida do sertanejo. O “Projeto do São Francisco” é fruto de convênio assinado entre a Escola Livre de Sociologia e Política, a Comissão do Vale do São Francisco e a Fundação Rockfeller. Donald Pierson juntamente com seus dois assistentes, Octavio da Costa Eduardo e Levy Cruz, percorreu toda a extensão do Rio São Francisco (aproximadamente três mil quilômetros ao longo dos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe). Essa jornada durou dois meses e a pesquisa de campo visava fazer um mapeamento sociológico, antropológico e etnográfico da população do Vale do São Francisco (Bomfim, 2006, p. 01).

O estudo de Pierson resultou em um livro dividido em três volumes, totalizando 1.500 páginas, contendo expressivos comentários e sugestões específicas para ações do poder público, condensados em 12 tópicos¹.

Para entender a ocupação negra no município de Juazeiro da Bahia, é necessário destacar uma figura que dominou o poder local, o primeiro Garcia D’Ávila. Garcia de Sousa D’Ávila (São Pedro de Rates, 1528 – Salvador, 20 de maio de 1609) foi um administrador colonial português, fundador do que se tornaria o maior latifúndio do mundo, sediado na Casa da Torre, Praia do Forte, município de Mata de São João, na Bahia, que atingiu um total de 800 mil km² de área, em sua maior parte não cultivados, como afirma Pessoa (2003). As gerações da Casa da Torre participaram do processo de povoamento do Semiárido brasileiro (Pessoa, 2003 p. 21).

A imensidão dos domínios da Casa da Torre é destacada como uma propriedade maior que muitos reinos, que se expande por vários dos atuais Estados da região nordestina e as ruínas

¹Pierson foi formado a partir da Escola de Chicago, que surgiu nos Estados Unidos nos anos 1920 e durante algumas décadas do início do século XX, trazendo uma série de contribuições à sociologia, psicologia social e ciências da comunicação. Destaca-se, nessa escola, o funcionalismo em psicologia, a sociologia urbana; a ecologia humana, as formas sociológicas da psicologia social que receberam o nome de behaviorismo social e interacionismo simbólico, produzindo contribuições relevantes até os nossos dias, analisando a relação indivíduo – comunidade e a interpretação explicação como método e o estudo da linguagem fatores que intervêm na comunicação (Guimarães, 2011, p. 19).



da antiga Casa da Torre, na Praia do Forte (antiga Tatuapara, no município de Açu da Torre, ao norte de Salvador), são apontadas como um Castelo ou Solar Feudal, sede de um imenso latifúndio. O recente estudo de Moniz Bandeira indica uma área de mais de 300.000 km². Já as placas indicativas que existem nas ruínas da Casa da Torre, assim como Guias Turísticos locais, elevam essa cifra para 800.000 km² (Pessoa, 2016, p. 61).

Os registros das primeiras negras e dos primeiros negros escravizados e escravizadas na região do Médio São Francisco datam do século XVII. As terras dessa região pertenciam à família Garcia D'Ávila, que aqui chegou no século XVI. Dourados (1983) afirma que a segunda leva de escravizadas e escravizados indígenas, vindas e vindos do litoral, e as negras e negros vieram para a região com o intuito de expulsar os invasores espanhóis:

Índios e negros haviam sido recrutados para expulsar os invasores, alojados nos estabelecimentos coloniais. Somente após o término da guerra pôde o governo de Portugal ativar o movimento povoador, mediante doação de terras a súditos de seu país. Com a restauração portuguesa, livrando-se a região sanfranciscana e todo o Brasil, do domínio espanhol, surgiu uma situação favorável ao progresso sócio-econômico (Dourado, 1983, p. 20).

Além das nações indígenas habitantes do Vale do São Francisco e da chegada dos portugueses com a população negra escravizada para a montagem de fazendas para criação de gado, o território também foi cobiçado por homens à procura de ouro e outros metais preciosos, resultando em mais expulsões e violências contra a população indígena. Dourado (1983) relata que muitos vieram do Rio de Janeiro para a região do São Francisco, onde encontraram as primeiras pepitas de ouro:

Diversos melhoramentos foram empreendidos neste governo, inclusive a construção de estradas de penetração entre as aldeias circunvizinhas e os povoados. Procedeu-

se à exploração das minas de salitre existentes na serra da Borracha [antes era Serra do Ouricuri, hoje é conhecida como Serra da Borracha. Fica no município de Curaçá BA] e em outros pontos; realizaram-se as pesquisas mineralógicas; depois de subjugadas, houve a pacificação da tribo dos índios “acoroáces” ou “Coroados”. Coincidindo tais melhoramentos com a “Idade de Ouro”, pode-se dizer que se operou verdadeira transformação na região. Possuidor de grande entusiasmo, alguns homens montados em cavalos e burros se dirigiam para as colinas entre as quais o rio das Velhas [O rio das Velhas é um curso de água do estado de Minas Gerais. Suas nascentes estão localizadas na cachoeira das Andorinhas, município de Ouro Preto, sendo o maior afluente em extensão do rio São Francisco] corre, descrevendo muitas curvas. Como milhares de outros paulistas, esses homens partem para um lugar qualquer, sem conhecerem um caminho e verdadeiramente sem um objetivo certo. Querem apenas achar e levar para casa alguma coisa, talvez, escravos, talvez gado, talvez um metal precioso. Dá-se então a descoberta inesperada: um deles, não se sabe se baseado em uma informação secreta, ou se por mera casualidade, descobre na areia as primeiras pepitas de ouro e as traz n’uma garrafa para o Rio de Janeiro. E como sempre, basta o primeiro olhar lançado sobre o metal, que, misteriosamente tem a cor da inveja, para se iniciar uma migração frenética.

Da Bahia, do Rio de Janeiro, de São Paulo, grande número de pessoas seguem para lá às pressas, montados em cavalos e burros, e a pé; e sobem o rio São Francisco. Quantidades cada vez maiores de víveres e de outros artigos, como sejam enxadas, pás e peneiras, são enviadas por via fluvial e por terra, para o ermo. Abrem-se estradas, e o rio São Francisco, que, com suas águas barrentas, até então vivia tranquilo cismador, e que, de longe em longe, com intervalos de meses, era navegado, torna-se uma via movimentada. Barcos impelidos por escravos sobem e



descem o rio; em seguida bois puxam carros, e o ouro, com que se sonhara, viaja em pequenos sacos de couro. Uma atividade febril invadiu subitamente esse país calmo e que trabalhava sonolento (Dourado, 1983, p. 21).

Segundo Alveal (2012), a chegada das primeiras negras e dos primeiros negros em Juazeiro se deu por dois sesmeiros. Além de Garcia D'Ávila, outro grande latifundiário considerado o segundo maior dono de terra da época, que, aqui no Sertão baiano, expandiu suas possessões e seus gados, contribuindo, assim, para a presença de europeus e africanos: foi Antônio Guedes de Brito, natural de Salvador/BA. Guedes de Brito nasceu no século XVII, no ano de 1627, no município de Morro do Chapéu, e morreu aos 67 anos, em 1692 ou 1694. "Dona Joana da Silva Guedes de Brito era herdeira-neta de Antônio Guedes de Brito (c. 1627-1694)" (Alveal, 2012, p. 1).

Guedes de Brito, proprietário do Morgado de Brito, também denominado como Casa da Ponte, referente ao conjunto de terras (fazendas) que ele possuía. Esse império era o segundo maior do Brasil, ao ponto de que a família D'Ávila não ousava entrar em conflito, preferindo manter as boas relações com esse tão forte senhor de terras.

No século XVII, essas terras já integravam a Sesmaria do Itapicurú e Rio São Francisco, doadas em conjunto ao Mestre de Campos, Antônio Guedes de Brito e Bernardo Vieira Ravasco, por volta do mês de agosto de 1693. A Guedes de Brito foi dada a patente de Mestre de Campos, e ele foi um dos responsáveis pela tomada e ocupação do Vale do São Francisco. Seus descendentes, acentua Dourado (1983, p. 23), serão grandes latifundiários, donos de escravos, e vão dominar a economia sertaneja, com a criação de gado, engenhos de açúcar e casas de farinha.

As sesmarias no sertão nordestino no decorrer do século XVIII, permaneceram com as seguintes famílias: os Guedes de Brito (descendentes de Antônio Guedes de Brito também chamada família da Casa da Ponte) com território sertão baiano do São Francisco, no Morro dos Chapéus na Chapada Diamantina e partes de Minas Gerais na nascente do Rio das Velhas (NEVES, 2003; PUNTONI, 2002); Os d'Ávila com sesmarias na margem direita do São Francisco (BA), com 280 léguas nas costas da Chapada Diamantina e 80 léguas no lado do Raso da Catarina,

e na margem esquerda do mesmo rio (em Pernambuco), pelo vale do Rio Pajeú e Riacho da Brígida, subindo em direção ao Piauí, onde os descendentes de Domingos Afonso sertão (sócio de Garcia Pereira d'Ávila) possuíam propriedades (PUNTONI, 2002; BARBOSA, 2007; GALINDO, 2011). [...] Essas sesmarias eram expandidas sem o controle da corôa, com a ampliação dos grandes latifúndios e invadindo territórios indígenas. Os conflitos eram constantes, inclusive pelo controle da água, para uso das pessoas e animais. O sertão ia se tornando zona pecuarista e “as terras não cultivadas por colonos e habitadas por indígenas não aldeados que desconheciam a noção de propriedade (SILVA, 1996)”. Os colonos viam as terras devolutas como lugares de esconderijo de indígenas, mas que eram na verdade, territórios indígenas usurpados que a colonização renomeava (Santos Jr., 2015, p. 48).

Assim, essas duas famílias vão entrando nos sertões e estabelecendo suas fazendas. Donald Pierson (1972) afirma que os primeiros povoadores do Vale vieram de Salvador, trazendo escravizadas e escravizados africanas e africanos, construindo casas e se estabelecendo em fazendas:

1. [...] aumentou o povoamento fora das circunvizinhanças de Salvador. “Desvanecidos os terrores da viagem ao sertão”, escreve Capistrano, “alguns homens mais resolutos levaram as famílias para as fazendas, temporária ou definitivamente, e as condições de vida melhoraram. Casas sólidas e espaçosas, de alpendre, hospitaleiro, currais de mourões por cima dos quais se podiam passear, bolandeiras para o preparo de farinha, teares modestos para o fabrico de redes ou pano grosseiro, açudes, engenhocas para preparar rapadura, capelas e até capelões, cavalos de estimação, africanos (não como fator econômico, mas como elemento de magnificência e fausto), apresentaram-se gradualmente como sinais de abundância” (Pierson, 1972, p. 275-276).



Outros vieram para o Médio São Francisco, fugindo para não sofrer punição por crimes cometidos contra autoridades da colônia, como Fernão Pais, Matis de Almeida e Manoel Toledo, todos trazendo africanos e africanas escravizados e escravizadas. Na visão de Pierson, autor bastante questionado que carrega uma visão superficial e preconceituosa sobre a região, o Sertão será um lugar de fuga, sem lei e inóspito:

Em certo ano entre 1698 e 1707, o famoso desbravador paulista e lugar-tenente Fernão Dias Pais, Matias Cardoso de Almeida, e seu primo Manoel Francisco de Toledo, ao que se diz, após terem morto um Juiz-Ouvidor, fugiram de São Paulo para a área do Médio São Francisco juntamente com suas famílias e escravos (Pierson, 1972, p. 278).

Pierson (1972) sustenta a tese de que poucos africanos e africanas escravizados e escravizadas foram trazidos e trazidas para a região em função da predominância da criação de gado que não necessitava de tanta mão de obra, como nas plantações de cana de açúcar e no trabalho nos engenhos, onde o açúcar era processado. Ele avalia que a mão de obra indígena também fazia o trabalho nas fazendas. Segundo Pierson, a maior parte dos africanos que chegaram à região decorreram de fugas das lavouras de cana de açúcar no Recôncavo, em torno de Salvador e de Olinda e Recife, em Pernambuco (Pierson, 1972, p. 280). Essa ideia do pesquisador, sobre as fazendas de gado não necessitarem de mão de obra escrava, atualmente é questionada, pois, diversos estudos, usando fontes documentais de inventários, afirmam a intensa participação, A PRESENÇA de escravos e escravas africanos e africanas ou afro-brasileiros e afro-brasileiras nas fazendas dos sertões do São Francisco, de acordo com informações, a exemplo da historiadora Edvania Granja (2021).

Os homens livres, pretos ou pardos, que Pierson (1972, p. 283) chama de “matutos”, trabalhavam nas fazendas, durante o Brasil Colônia, tinham pequenas plantações e, às vezes, recebiam autorização para viverem dentro das fazendas. Os africanos escravizados e as africanas escravizadas também trabalhavam na região com atividades agrícolas e não apenas nas fazendas de gado:

e na parte Média, nas proximidades do mar, especialmente nos locais onde se costumava plantar cana-de-açúcar bem como em certas comunidades situadas em partes do resto do Vale, como, por exemplo, São Romão, de açúcar, Januária e Juazeiro onde o cultivo da cana ou a facilidade de acesso a partir de centros de dispersão como Salvador contribuíram para a presença de africanos e seus descendentes durante um período relativamente grande de tempo (Pierson, 1972, p. 26).

Os Sertões da Bahia e de Pernambuco

Entre os séculos XVII e XIX, Bahia e Pernambuco eram os maiores centros de produção e distribuição de gado. Mas também havia outros centros de produção no Ceará e no Piauí, segundo Santos Jr. (2015). “Para Caio Prado Júnior, a pecuária nordestina apresentava baixa produtividade por razão da falta d’água, a subalimentação, as poucas terras úteis para o pasto, os ataques de índios, moscas e onças, e a facilidade de fuga do gado dos currais” (Santos Jr., 2015, p. 32).

Os sertões do São Francisco, área de abrangência deste estudo, atualmente a região que envolve o Submédio e Baixo São Francisco, foi categorizado no início do período colonial como “sertão”, no sentido de interior, longe do litoral, inóspito e considerado lugar “vazio”. Com a colonização, o Sertão, enquanto espaço físico, foi incorporado ao mundo colonial, deixando de ser um espaço “vazio”. No entanto, uma leitura sobre os documentos dos séculos XVIII e XIX sugerem que o termo “sertão” (ou os “Sertões”) significava a fronteira entre o mundo criado pela colonização e os espaços ainda não “civilizados” e povoados por grupos indígenas “hostis”. E, à medida que a colonização avançava, essa fronteira era deslocada para áreas não exploradas” (Santos Jr., 2015, p. 34). Mas, com o decorrer do tempo, o termo Sertão vai adquirindo outros sentidos, passa a ser usado no plural para indicar heterogeneidade, até os dias de hoje, que, no senso comum, é sinônimo de Nordeste.

Foram esses homens que ocuparam as terras, criaram gado e organizaram a agricultura. Assim, surgiram as vilas e povoados. Os indígenas aliados ensinam o caminho para a ocupação dos sertões. E, a partir do século XVIII, os chamados sertões, atual região Nordeste, sofreram um declínio como potência enquanto polo econômico. É salutar destacar que, nessa região, o processo de ocupação das terras



indígenas foi marcado pela submissão das populações nativas através do “trabalho, catequese e escravidão” (Santos Jr., 2015, p. 37). Porém, houve grandes e variadas reações por parte da população negra e indígena.

A partir da reforma do Estado português, iniciada no Reinado de D. José (1750-1777), foi implantada uma gestão burocrática-administrativa e financeira, executada por um 1º Ministro – Marquês de Pombal (Sebastião de Carvalho e Melo) –, predominando a racionalidade, maior controle administrativo e financeiro. No caso da colônia na América portuguesa, a reforma pombalina alterou a política dos aldeamentos, sendo criado Diretórios. Em 1757, foi criado o Diretório do Maranhão e Grão-Pará e, em 1759, foi implantada, em Pernambuco, outra Direção, com o objetivo transformar os indígenas em súditos do Rei, isto é, integrá-los à “civilização”. Esse contexto também foi marcado pela expulsão dos Jesuítas, sendo estabelecido alteração na gestão dos aldeamentos de religiosos para civis. Os aldeamentos foram transformados em vilas, sendo criadas comarcas com Câmara de Vereadores. A proibição de escravização de indígenas – proibição não efetivada, estímulos a casamentos interétnicos, não indígena (português ou descendente) ganhava uma porção de terras na área do aldeamento ao estabelecer matrimônio com indígena. Esse período foi marcado pelo acentuado esbulho² de terras indígenas.

As grandes extensões de terra eram de poucos donos, o que vai se perpetuar, historicamente, através da formação dos latifúndios, grande parte deles improdutivo, mas que foram determinantes na expulsão das populações originárias.

Os indígenas

Os povos indígenas eram habitantes nativos de toda a imensidão das terras que passaram a ser nomeadas de Brasil, após a invasão portuguesa. E, para entender a nossa herança afro-indígena e reconhecer nossos ancestrais que ocupam os largos espaços dos terreiros de Candomblé, casas de Umbanda, os encantados que só chegam onde querem, é importante retomar, ainda que brevemente, esse capítulo doloroso que marcou o extermínio de grande parte dos povos indígenas e a penosa viagem da população africana até os sertões.

A partir do final do século XVII, ocorreram conflitos entre missionários e criadores de gados, nas áreas em torno dos aldeamentos, localizados às margens e

²Apropriação ilegal de terras.

nas ilhas do Rio São Francisco. As disputas por terras e por indígenas empreendidas pelos criadores de gado foram motivadas pelo interesse nas áreas de aldeamentos, desocupadas, para criação do gado e, nos indígenas, para uso como mão de obra. Também havia ações para captura de mais indígenas para o trabalho como escravo e incorporação de novas terras no empreendimento do gado. Enquanto o interesse dos missionários pelas terras “[...] na qual possam fixar os índios que são catequizados e se tornam membros da igreja, além de serem produtivos para o projeto como um todo” (Batista, 2005, p. 44).

O Rio São Francisco foi o “caminho” e também o local escolhido para a penetração pelos sertões são-franciscanos para implantação de fazendas de gado, sendo necessário o amansamento dos indígenas “hostis” (Arruti, 1995; Silva, 2012). Demonstramos, no mapa abaixo, vários aldeamentos no Submédio do São Francisco, reunindo etnias diversas.

Aldeamentos indígenas no Submédio do São Francisco (Século XVIII)

Portanto, a ocupação dos sertões nordestinos por colonos para criação de gado teve início no século XVII e proliferação de fazendas de gado nos séculos XVIII e XIX.

No início do século XIX, segundo Santos Jr. (2015, p. 20), viviam no Sertão de Pernambuco as seguintes nações indígenas, em conflito com os proprietários de gado: “Pancararu, Tuxá, Rodela e Tamaqueu nas margens do Rio São Francisco – nas proximidades dos atuais municípios de Cabrobó e Tacaratu – e os Oê, Chocó, Pipipã e Umã no vale do Rio Pajeú, na divisa com o Ceará e a Paraíba”. Essa identificação é, particularmente importante para entendermos como se deu o processo de miscigenação e aculturamento desses povos, uma política implementada e incentivada pelo Estado com a finalidade de destruir identidades, principalmente identidades territoriais, pois esses processos impediam a entrada mais profunda no interior dos sertões.

No período Imperial, também o Estado foi responsável pela centralização, controle e vigilância dos indígenas, bem como pela demarcação dos territórios indígenas a partir da nova regulamentação em 1845, estabelecida através do “Decreto n.º 426 de 24 de julho de 1845, que criou o Regulamento acerca das Missões de catechese, e civilização dos Índios [...]” (Santos Jr., 2015, p. 18).



Na metade do século XIX, a promulgação da Lei de Terras foi uma grande forma de expulsão dos povos afro-indígenas de seus territórios, pois exigia a demarcação e registro das terras, resultando em acentuado esbulho das terras indígenas. Pois, os fazendeiros em busca de garantia das propriedades rurais, ao efetuar registro em Cartório, ampliavam as áreas territoriais, avançando em áreas de aldeamentos e em terras indígenas.

Os bois vão acompanhar, no século XVIII, a chegada ao Sertão dos brancos portugueses, quando acontecem os grandes conflitos com as populações indígenas locais. Ou seja, a expansão da pecuária será responsável pela mudança das paisagens, ocupação de territórios indígenas, fundação de vilas e cidades durante esse século. Porém, essa ocupação conduziu a uma forte reação. Os grupos indígenas locais reagiram no que passou a ser chamado de a “Guerra dos Bárbaros”, “Conflito iniciado na segunda metade do século XVII, marcada pela resistência armada dos grupos nativos da região contra os criadores de gado, que teve desfecho na década de 1720” (Puntoni, 2002; Pires, 2004; Medeiros, 2000 apud Santos Jr., 2015, p. 16). Os conflitos se estenderam ao longo de todo o século XIX:

Com o desfecho do conflito, os grupos indígenas que haviam se rebelado foram escravizados. As demais populações não rebeladas foram concentradas nos aldeamentos missionários instalados nas ilhas do Rio São Francisco, nas quais os indígenas receberam o ensino religioso e de ofícios, para transformá-los em mão de obra qualificada. O ensino nessas missões era supervisionado pelos padres de diferentes ordens religiosas (Jesuítas, Franciscanos, Carmelitas, Beneditinos e Oratorianos) que se alternavam na gestão das missões, caracterizando a região por ter possuído a mais duradoura e diversificada experiência missionária no Brasil entre os séculos XVII e XVIII (Pompa, 2003) (Santos Jr., 2015, p. 17).

Guerra dos Bárbaros, na verdade, luta contra-colonial dos povos indígenas

Desde a invasão das tropas portuguesas no Brasil, os povos indígenas que habitavam o território logo foram denominados de bárbaros pelos portugueses, que, para isso, justificavam os seus costumes e hábitos “numa classificação claramente

etnocêntrica, que levava em conta sua aparente falta de organização social, religiosa e política, e principalmente seus hábitos antropofágicos” (Dias, 2002, p. 6). Isso serviu de pretexto para que fossem feitas expedições missionárias a fim de tornar os índios em seres civilizados. O título de bárbaro foi mais tarde ainda utilizado para realizar o extermínio e a escravidão dos indígenas que não aceitaram a catequização.

Com o nome de Guerra dos Bárbaros, dada pelos colonizadores, a reação indígena ocorreu no final do século XVII e começo do século XVIII, envolvendo toda a região dos sertões, e permitiu observar a relação do sistema colonial com os povos indígenas da região, negros e famílias tradicionais. A guerra aconteceu no Nordeste e foi marcada pela resistência indígena contra as forças portuguesas que visavam às suas terras para o desenvolvimento da pecuária, em terras até então esquecidas para os portugueses. No entanto, depois desse avanço, ela se tornou bem vista para a criação de gado.

Na visão dos colonizadores, enfatizada por Dourado (1983), os indígenas da região, em particular, os da nação Cariri, invadiam as fazendas que pertenciam à Casa da Torre para matar a criação de gado e os negros escravizados:

No ano 1685, segundo um relato de Frei Martin de Nantes, houve sangrentos combates envolvendo índios e brancos, na região do Salitre, porque os nativos estavam devastando as propriedades pertencentes à Casa da Torre, invadindo currais, matando gado e massacrando vaqueiros e escravos. Esta luta foi nas proximidades de Juazeiro, nesta época simples aldeia (Dourado, 1983, p. 21).

Seguindo a mesma corrente ideológica de defesa dos colonos, Nantes (1979), que viveu como missionário na região entre 1670 e 1700, relata a resistência indígena à violência desmedida dos colonizadores, porém, do ponto de vista dos portugueses, chamando os donos da terra de selvagens:

Relação de uma guerra em que tive que ir, por ordem do governador da Bahia, com os índios de nossas aldeias, para reprimir o furor dos selvagens que, numa noite, mataram, no



rio de S. Francisco, oitenta e cinco pessoas, tanto portugueses como negros, nas suas próprias casas.

Marchamos ao encontro do inimigo, que estava a quarenta léguas rio acima. Haviam senhoriado todas as fazendas, que chamavam curralo, dos dois lados do rio, numa extensão de cerca de trinta léguas, depois de haver matado os donos e seus negros, como já informei, em número de oitenta e cinco, fazendo todos os dias uma grande matança de gado (Nantes, 1979, p. 52).

Segundo Santos Jr. (2015), na região do Médio São Francisco, os interesses dos colonos eram por terras para criação de gados e extração de minérios, principalmente nos chamados “sertões de Jacobina”, na região do Salitre – área de abrangência do atual Município de Juazeiro/BA, com exploração de salitre, nitrato de prata, usado na fabricação de pólvora (Puntoni, 2000 apud Santos Jr., 2015, p. 35). A Coroa portuguesa interveio com o apoio de sesmeiros e bandeirantes, os quais agiram de forma violenta, provocando a morte de grupos indígenas e a escravização dos indígenas chamados Tapuia, pois:

“Os recursos humanos arregimentados foram soldados, homens livres pobres, criadores dos sertão, sesmeiros (como Pereira Garcia D’Ávila), Paulistas, “Índios Tapuias” aliados dos portugueses e os índios “Caboclos da Língua Geral” (Santos Jr., 2015, p. 35).

Os confrontos podem ser divididos em duas partes: as guerras no recôncavo baiano e a Guerra do Açu, essa, ocorrida nos sertões das capitanias do Rio Grande, Paraíba e Ceará, entre 1687 e 1720. Juntos, duraram 70 anos, em que foi marcada também pela união de diversas nações indígenas Tapuia, no que ficou conhecido como “Confederação dos Cariri”.

A guerra durou mais de meio século e ocasionou um genocídio do povo indígena, acarretando no domínio português na região do Nordeste, para o uso da criação de gado e a produção de açúcar. De acordo com Vaz Dias (2002), os militares adiaram a repressão ao Quilombo dos Palmares – localizado na então Capitania de Pernambuco, hoje município Serra da Barriga, no Estado da Alagoas, e que durou de 1597 a 1694 –

para obter o maior número de reforços no combate aos povos indígenas, intitulados de “bárbaros”, que ameaçavam atacar a capitania do Rio Grande.

Já em 1687, os indígenas reagiram à expansão dos portugueses quando mataram colonos e centenas de cabeças de gado. O momento foi marcado pela forte ameaça à capitania portuguesa no Rio Grande, cuja administração pediu reforços de outras capitanias. Daí, percebe-se a força do movimento indígena, que reagiu matando colonos e destruindo as fazendas de gado.

“O sertanejo é, antes de tudo, afro-indígena”

A política de homogeneização, a qual o branco foi estabelecido como parâmetro, foi uma estratégia do Estado brasileiro de exterminar as identidades culturais e territoriais dos povos indígenas e africanos no Brasil. Em diferentes momentos da história, os distintos regimes, seja no período colonial, imperial ou republicano, lançaram mão dessa estratégia. A tentativa de aniquilação dessa memória e da relação ancestral desses povos, em parte, deu certo.

O chamado “mestiço” vingou na atual conformação do sujeito “pardo”, presente nas nossas estatísticas, que, muitas vezes, se vê apartado dessa ancestralidade, identificando-se, aculturando-se com a cultura branca, que o nega, confirmando o racismo secular que acompanha a formação do Brasil. Assim, a política de branqueamento tensionou a construção de novos sujeitos, que reagiram a ela e inauguraram e ainda inauguram novas identidades. O negro brasileiro é uma delas.

Parafraseando Euclides da Cunha, para nós, o sertanejo é, antes de tudo, afroindígena. Não concordamos com a máxima do autor de que “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”. Primeiro, questionamos a existência desse sertanejo, apartado de sua existência, de sua ancestralidade. Na verdade, tratam-se de povos de origens indígena e africana que foram usurpados e submetidos a formas violentas e autoritárias de trabalho, principalmente na lida com o gado. Foram obrigados a submeterem-se à cultura branca cristã e negar suas origens, culturas e territórios. Esse é o processo brutal de miscigenação. Em segundo lugar, negamos a construção da representação de que esse sujeito é forte! Na verdade, ele é sobrevivente, que, diante da perda de quase tudo, luta pela sua vida e dos seus, negociando brechas com os poderosos. É assim que se forja o sertanejo, o catingueiro: um sujeito submetido



ao poder inicialmente colonial, imperial, coronelístico e, agora, do agronegócio, desenhando importantes focos de resistência.

Pierson, em seus estudos sobre a população do Médio São Francisco, relata que a miscigenação é fruto da relação entre pessoas de pele negra: “Sampaio já verificava que a população de Urubu era composta quase inteiramente de mestiços” (Pierson, 1972, p. 26). O autor identifica a população do Vale como mestiça e defende a tese de que houve miscigenação na região, sem a predominância de nenhuma das origens, um debate bastante complexo e, de certa forma, ultrapassado. “Embora sejam ainda encontradas no Vale, algumas famílias de ascendência europeia, ameríndia ou africana relativamente pura, a atual população é predominantemente de origem racial mista, em cuja composição entram as três raças básicas da humanidade” (Pierson, 1972, p. 452). Ultrapassado, porque o conceito de raça biológica, com o qual ele trabalha – pois fala em raça pura –, já caiu por terra. Raça é entendida, hoje, como um conceito político e social, definido historicamente, e ressalta o caráter hierárquico, subalternizado e violento trazido às Américas pelos colonizadores europeus e usado contra todos os povos não brancos, que guardam relações com suas tradições africanas e indígenas.

E, como se deram esses processos nos sertões, na relação entre indígenas, negros e brancos? Segundo João Pacheco de Oliveira, os indígenas no Nordeste, área de antiga colonização, participaram de um intenso processo de “misturas”. A primeira mistura iniciou no século XVII, com as missões religiosas reunindo diferentes etnias em um mesmo aldeamento, tratadas de forma homogeneizante, culturalmente, e sujeitas à catequização. Somado a isso, a imposição de uma disciplina para o trabalho, nos moldes europeus. A segunda mistura ocorreu na metade do século XVIII, com a instituição do Diretório dos Índios, quando foi estimulado o casamento entre brancos e indígenas para ocupação dos antigos aldeamentos (Oliveira, 2004).

A área deste estudo foi palco de intensa atuação de missionários. Consta em um estudo, que missionários da ordem franciscana administraram por mais de um século o Aldeamento de Nossa Senhora das Grotas, fundado em 1706 e extinto em 1840, com a criação da Paróquia (Röwer, 1942 apud Lopes, 2016). E entre o século XVIII e a metade do século XIX, são citadas várias missões no lado direito do Rio São Francisco, atual região norte da Bahia, conforme mapa abaixo:

Aldeamentos no Rio São Francisco, entre Bom Jesus da Lapa e Juazeiro



Lopes (2016, p. 272 e 273) evidenciou as missões correspondentes aos atuais municípios, destacadas abaixo:



MISSÃO	ATUAL MUNICÍPIO
Nossa Senhora da Conceição de Aricobé	Angical
Bom Jesus da Glória de Jacobina	Jacobina
Nossa Senhora das Neves do Saí	Senhor do Bonfim
São Gonçalo do Salitre	Campo Formoso
Nossa Senhora das Grotas do Joazeiro	Juazeiro
Nossa Senhora da Conceição de Pambu	Abaré
Santo Antônio de Itapicuru de Cima e a Missão de Nossa Senhora da Saúde de Itapicuru de Cima	Possivelmente, entre os atuais Municípios de Itapicuru, Monte Santo ou Cipó.
São Francisco do Curral dos Bois e a Missão de Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois	Glória
Santíssima Trindade de Massacará	Cícero Dantas
Nossa Senhora das Brotas de Jeremoabo	Jeremoabo
São João Batista de Rodelas	Rodelas
Santo Antônio de Arguim do Massarandupió e a Missão de São Francisco de Aracapá	Sem identificação precisa

Outras missões e aldeamentos também foram localizados na região estudada, conforme o Mapa dos aldeamentos no século XVIII. Em outro estudo, foram destacadas outras missões, sem correspondência de ordens religiosas fundantes, mas administradas pelos franciscanos, como a Aldeia dos Coripós, localizada em uma ilha entre Petrolina e Juazeiro. Na atual Ilha do Pontal, em Lagoa Grande (PE), foram aldeados os índios Tamaquim e fundada uma Aldeia na Ilha de “Zorobabé”, área atual alagada pela Barragem Luiz Gonzaga, pertencente ao antigo Município de Itacuruba. A Ilha de “Zorobabé” faz parte da história dos atuais indígenas Tuxá.

A esse respeito, foi localizada, também, na região de Rodelas, em ilhas entre os atuais municípios de Belém do São Francisco (PE) e Rodelas (BA), a fundação de uma aldeia, denominada São João Batista, por capuchinhos franceses, como também outros aldeamentos fundados ou re-fundados por missões capuchinhas em ilhas do Submédio São Francisco (Rego, 2016): Pambu, atual Ilha de Assunção, território dos indígenas Truká. Pambu faz parte também das memórias dos atuais indígenas Tumbalalá, habitantes nos atuais municípios de Abaré e Curaçá (BA).

A região em destaque foi área intensa de atuação de ordens religiosas para conversão dos indígenas em cristãos. Nesse sentido, as diversas etnias habitantes no Submédio do São Francisco elaboraram diferentes estratégias para sobreviver ao mundo colonial. Conforme evidenciou Oliveira (2014), a relação com os colonizadores, principalmente no processo de aldeamento e catequese promovido na primeira territorialização pelos missionários, os indígenas vão construindo estratégias de sobrevivência, quando perdem muito, mas também muito se preserva, sendo classificados como “índios aldeados”.

E, a partir do século XIX, com a independência do Brasil, categorizado como um Estado-Nação, em relação aos indígenas, novas contradições foram criadas, a exemplo do conceito de “índios”, elaborado de forma homogeneizante, sem considerar as especificidades étnicas. E, a partir da Lei de Terras (1850), com os esbulhos de terras, instaura-se o processo marcante para os indígenas, categorizados como “caboclos”, negação das identidades e das áreas antigas de aldeamentos habitadas por indígenas (Oliveira, 2004). Por essas razões, a partir do século XIX, com a extinção dos aldeamentos e a instituição da Lei de Terras, muitos índios procuraram “áreas de refúgios”, como os brejos e os altos de serras (Colaço, 2006 apud Oliveira, 2014, p.



58). Esse processo resultou, no final do século XIX, no suposto desaparecimento dos povos indígenas. No entanto, mais tarde, eles reivindicaram suas identidades.

A região em estudo foi área de habitação indígena e também de relações interétnicas com negros e negras, como demonstrado em um estudo. Maria Crioula, nascida em 1801, escrava de Luisa Maria Cardoso, fugida da Fazenda Massaganinho na povoação de Petrolina, para a região de Xique-Xique,

batizada na Capela de Nossa Senhora dos Remédios, nas Minas do Pontal, filial da matriz de Santo Antônio da Real Vila de Santa Maria da Boa Vista, Bispado de Pernambuco, tendo como padrinhos Alexandre de Havis e Feliciano Maria, índios da nação Cariri, moradores na mesma freguesia (Ferreira, 2005, p. 186).

Essa é uma demonstração de fluidez entre grupos étnicos e representantes da sociedade escravista no Sertão do São Francisco, chamando atenção da dona da escrava, Luiza Maria Cardoso, solteira e que administrava a fazenda com o filho, viúvo e os netos. Talvez, pela condição da senhora escravocrata, possibilitava maior amplitude nas relações de compadrio, entre escravos e indígenas, afirmando a existência de relações interétnicas na região objeto deste estudo.

Todavia, tanto índios como negros foram excluídos da categoria de cidadãos, entendida como indivíduos com direitos cívicos e políticos. A Constituição de 1824 não os incluía como cidadãos brasileiros, indivíduos acondicionados a “certos Direitos Políticos” (Slemian, 2005, p. 841). No Império, os indígenas estavam na condição jurídica de órfãos sob a tutela do próprio Estado (Cunha, 1992a, p. 148). Diante dessa condição, se defrontam diante da mudança do direito à terra, como acentua Oliveira (2014, p. 57).

Ao estudar os povos Pankararu e Xokó em Sergipe, em ilhas do Rio São Francisco, José Maurício Arruti (2001) também constatou os processos violentos de “misturas” no século XVIII na destruição de territórios e identidades. O autor inicia o artigo “Agenciamento Político da ‘Mistura’: Identificação Étnica e Segmentação Negro-Indígena entre os Pankararú e os Xocó” relatando estratégias de catequização, dos povos indígenas. No caso dos Pankararu, os missionários consideraram que os índios

estavam mais ou menos civilizados, justificando a extinção do aldeamento. Quanto às suas terras, elas foram distribuídas entre escravos e jagunços dos proprietários locais. Alguns deles mantiveram morada fixa no Brejo dos Padres, local do antigo aldeamento indígena Pankararu, que continuava sob o controle dos proprietários. Arruti (2001) relata a mistura dos povos negros com os indígenas, sendo traçada uma intervenção dos proprietários para obter a mão de obra dessa população que continuava escravizada. Os aldeamentos tomaram a forma de vilas e os antigos bens foram disputados, como já apontamos acima. Assim também ocorreu em Sergipe.

Apontando detalhes da formação da população dessas vilas, Arruti (2001) enfatiza o processo “mistura”. O autor explora como as relações com os brancos e negros provocaram mudanças na vida e na cultura dos Pankararu, mas não constituíram a eliminação completa de sua identidade. Os povos indígenas Pankararu conseguiram afirmar a identidade indígena e preservá-la apesar da “mistura” imposta e da dispersão do seu lugar de origem, o Brejo dos padres. Segundo Arruti (2001), ao contrário dos índios, os negros não conseguiram organizar um arquivo memorial de suas histórias e lutas nesse período, como deixa claro neste fragmento:

O que desejo chamar a atenção nesse quadro é primeiro, para a tendência à realização de sínteses socioculturais a partir de fragmentos de populações dispersas e profundamente fraturadas; em segundo, para a ausência de um lugar nessa nomeação memorial para os escravos recém-libertos que, no entanto, igualmente foram absorvidos na síntese do Brejo dos Padres (Arruti, 2001, p. 16).

Por falta dessa memória da descendência dos povos negros, José Maurício Arruti afirma que é difícil montar uma genealogia desse grupo com precisão. Mas é possível ver seus traços em regiões de áreas indígenas. O processo de “mistura” entre indígenas e negros(as) foi uma das estratégias realizadas pelo Estado, pois muitos dos escravos foram levados para aldeamentos.

É possível identificar sua presença no local através dos rituais realizados na aldeia, como nas “ruas dos pretos”, onde eram realizadas rezas, apontadas por



alguns como feitiçarias. Essas práticas foram consideradas pelo povo Pankararu como práticas religiosas de origem negra.

Na serra, por outro lado, há um terreiro que concentra grande número de referências religiosas de diferentes origens, ganhando com esta capacidade de compatibilização, grande notoriedade. Na sala da casa do dono desse terreiro existe um grande altar de cimento, com um nicho para a imagem de Santo Antônio, padroeiro da aldeia, cercado de imagens associadas ao culto da jurema e ao panteão umbandista, assim como fotos de familiares mortos e referências aos Encantados, como o maracá e o círculo de penas usado na máscara dos Praiá. Ao lado da casa, na capela construída em devoção a São José, guarda-se a Cruz dos Penitentes, usada nas noites de vigília da “tropa de penitentes” local. O Toré apresentado nesse terreiro apresenta ainda outras particularidades, como a regularidade do Toré que, realizado aos sábados, surge associado à reza do “terço” e à presença de Praiás infantis, coisa inconcebível segundo a “tradição”, já que o trato com os Encantados é “fino” e implica prescrições e envolve “segredos” que devem estar fora do alcance de uma criança. Toda essa mescla religiosa e sua aproximação do campo de elementos considerados de origem negra não impede que esse terreiro seja muito frequentado, concentrando todos os sábados, junto aos seus ofícios, a presença de um pequeno comércio local de comestíveis (Arruti, 2001, p. 19).

Esse relato de Arruti nos remete ao Terreiro Ilê Asé Ayrá Onyndancor e, mais particularmente, à festa do Caboclo Boiadeiro, na qual estão presentes a tradição católica, a tradição indígena e a tradição negra, em momentos bem distintos das cerimônias, como veremos no capítulo dedicado a esse evento.

Em 1850, as terras das margens do São Francisco pertencentes ao povo Xocó foram divididas entre membros da elite estadual para instalarem fazendas de gado. Nesse contexto, os negros também são desapropriados de seus lares para se reunirem

com os indígenas e serem subordinados aos fazendeiros, perdendo a liberdade do trato com a terra e com seus trabalhos. Ao relatar essa história, o autor expõe, novamente, como se deu a relação entre negros e indígenas nos sertões do Sergipe.

Não queremos aqui generalizar e tentar aplicar de forma automática essa história dos territórios do Médio São Francisco, mas os contextos de expansão pelos sertões são os mesmos e os processos de dominação também. Por isso, acreditamos que muito do que ali ocorreu deve ter sido reproduzido no território de Juazeiro, na Bahia, com outras nações indígenas e outros agrupamentos de negras e negros escravizadas e escravizados. Com essa especulação, resta uma revisão histórica mais detalhada da região.

Tempos mais tarde, com o desenvolvimento do Nordeste atraindo camponeses para o São Francisco, os fazendeiros expulsam as famílias dessas terras. Com isso, essas pessoas acabaram se instalando na fazenda São Francisco, como conta o autor, “formada por uma primeira partilha da antiga Fazenda Mocambo, situada em uma estreita faixa de beira rio que se alonga por quase uma légua terra adentro, justamente no limite entre o povoado do Mocambo e o território indígena”. O proprietário não era considerado negro, mas era um antigo morador da comunidade. Assim, ele consegue manter antigas relações de trabalho, relata Arruti (2001, p. 25). Mas em 1986 o proprietário morreu e as terras foram divididas.

A época da partilha da fazenda ocorre no período de maior atividade do povo Xocó, fazendo com que os novos proprietários se sintam ameaçados com o avanço dessa população, principalmente pela relação de parentesco do povo Xocó e de seus vizinhos, com os quais mantinham uma forte aliança, em função de vários casamentos mitos.

No livro *Sertões contemporâneos: rupturas e continuidades do Semiárido*, Gislene Moreira (2018) também vai lembrar que a “miscigenação opressiva dos indígenas e negros livres” (Moreira, 2018, p. 54) gerou a busca por um espaço de sobrevivência. Segundo a autora, esse espaço foi a roça, o pequeno rancho. Ali, segundo ela, as mulheres negras e indígenas tiveram papel de destaque na manutenção de tradições, mas sempre ameaçadas pelos conflitos pela posse da terra.

O Médio São Francisco no final do século XIX

O Sertão do Médio São Francisco, em 1872, apresentava uma forte presença negra, como aponta a historiadora Emanuele Maupeou. Esse foi o ano da Lei do Ventre



Livre, em que as categorias classificatórias da população foram alteradas. Com uma baixa presença de estrangeiros, ela considera que a população vinha se reproduzindo localmente há várias gerações. “Tanto é que das 20.643 pessoas identificadas no censo de 1872, apenas 57 são estrangeiras, entre as quais quarenta e um (41) são africanas (livres e escravas) e dezesseis (16) europeias” (Maupeou, 2008, p. 50). Em função da inexistência de uma população branca, aparece nos livros de batismo a classificação de semibrancos para indivíduos livres. Os dados dos livros de batismo não batem com o Censo desse ano, que indica apenas 5,12% de indígenas. Ou seja, eles não foram contabilizados, ou entraram na triste categoria de pardos. A mestiçagem os ocultou.

As categorias que surgem no Censo de 1872 são: branco, preto, pardo e caboclo. Há, assim, o ocultamento da origem da população afrodescendente, sendo que nos antigos registros isso estava explícito.

De qualquer maneira, independentemente dos termos utilizados, o índice de mais de 70% da população classificada como não branca no recenseamento de 1872 chama a atenção. Inclusive, numa região do interior do país, onde persistiu, durante muito tempo, a idéia de um brasileiro típico, caboclo e “livre” de qualquer influência africana. De fato, verifica-se no sertão que a presença negra é constatada tanto entre livres quanto entre escravos (Maupeau, 2008, p. 51-52).

Emanuele Maupeou vai analisar que “no sertão do médio São Francisco, os senhores reagiam ao afunilamento da oferta de mão-de-obra servil, ao aumento do preço de escravos e às vantagens que proporcionavam a transferência de cativos para outras áreas do país” (p. 57).

A autora pesquisou 151 inventários de bens de proprietários do Sertão e percebeu que os escravos representavam os maiores valores em relação à terra e bois. Discutindo o valor dos cativos, a autora afirma que os preços permaneceram altos entre 1850 e 1870 e só começaram a cair em 1880, próximo ao fim da escravidão. A quantidade de escravos variava de acordo com as posses dos proprietários. Mas a maioria possuía dois ou três escravos. Poucos tinham mais de 15 escravos, muitos dedicados ao serviço doméstico (Maupeou, 2008, p. 60).

Com a redução dos preços e a iminência da abolição, muitos proprietários venderam seus escravizados para outras regiões do país, uma circulação que foi abolida em 1880. A autora, porém, enfatiza que o escravo possuía outros valores para seus proprietários.

Em primeiro lugar, há o valor social, mas também o valor proporcionado pelo trabalho do escravo, em oposição à tentação de comercializá-lo para outras regiões. E, finalmente, o valor decorrente dos laços afetivos e de solidariedade construídos entre senhores e escravos. Todas estas questões devem ser consideradas para entender a adoção de estratégias que permitiram a manutenção da escravidão no sertão, em um contexto desfavorável como foi a segunda metade do século XIX (Maupeou, 2008, p. 63).

Com o fim próximo da escravidão e a crise econômica, muitas famílias empobrecidas, para não perder bens ou prestígio social, recorreram à propriedade compartilhada da terra e ao co-senhorio de seus escravos, que consistia tanto na partilha do valor equivalente do escravo entre os herdeiros quanto na divisão do uso de sua força de trabalho. “Deste modo, era possível para o indivíduo, escravo de vários senhores, circular por entre a propriedade e servir a todos” (Maupeou, 2008, p. 65). Para a autora, essa foi uma estratégia de manutenção da escravidão no Sertão de Pernambuco, ocasionando uma situação muito estranha e ilegal, quando uma parte dos proprietários de escravizados concediam alforria e outros não, gerando uma situação de semiliberdade.

Além disso, há evidência da importância da reprodução local dos escravos, o que ela chama de reprodução endógena. Desse modo, a região não foi uma grande compradora de escravizados e escravizadas, mas alimentou a escravidão com o nascimento de descendentes de africanos e africanas e a sua permanência no território.

Algo, contudo, chama a atenção nesta pesquisa, pois a autora afirma que em 1850 havia poucos africanos e poucas africanas na região, o que confirmaria a tese de que a população negra estava nascendo aqui e não comprada nos portos do litoral.



Em toda a documentação consultada, a autora só encontra 10 africanos “de Angola”. Nota-se que a tendência maior era de venda do que de compra.

De fato, em toda a documentação consultada, raras são as referências à africanos mesmo antes de 1850. Além do que, quando aparecem, os africanos são, na grande maioria das vezes, cativos de idade avançada. Ou seja, mesmo antes da lei Eusébio de Queiroz, no sertão, a escravidão parecia já ter adotado outras formas de abastecimento de cativos (Maupeou, 2008, p. 68).

Maupeou (2008, p. 70) também chama a atenção para a predominância da compra de mulheres, mesmo depois da Lei do Ventre Livre, pois elas vinham com filhos e filhas que acabavam fazendo tarefas nas propriedades. As crianças tinham uma participação significativa no total de cativos (25%), em um universo de 605 pessoas. Outro aspecto importante é que a população escrava era misturada e confundida com a população indígena.

Alguns aspectos da composição populacional são muito curiosos para pensarmos como a população negra nos sertões adentra o século XX. Antes da abolição, por volta dos anos 1870. Maupeou (2008, p. 77-78) afirma que a população do Médio São Francisco era majoritariamente composta por idosos, crianças e inválidos, certamente como consequência da venda dos escravizados e das escravizadas. Nas profissões identificadas aparecem, principalmente, agricultores e domésticas, mas também vai surgir curtidor de couro, profissão exercida por Seu Manuel, fundador do terreiro Onyndancor, fiadeira e vaqueiro. Os homens escravizados respondem pela criação de animais e pelo cuidado com a propriedade. Desse jeito era Seu Manuel: vaqueiro, curtidor de couro e o braço direito de seus chefes, no cuidado com suas propriedades. Já as mulheres não participavam apenas dos serviços domésticos, mas da agricultura e da fiação do algodão, misturando-se com os trabalhadores livres.

A partir de meados do século XIX, os cativos da região estudada são quase todos nascidos no Brasil, inclusive são sertanejos. Eles são oriundos da sociedade em que vivem e, por

isto, constroem laços com as pessoas livres desde o nascimento. Tais laços são permeados de poder, mas também de afeto e de solidariedade entre os indivíduos de diferentes condições jurídicas. Inclusive, as relações afetivas aparecem muitas vezes como a única explicação plausível para a manutenção ou até mesmo a alforria de escravos que poderiam ser facilmente transferidos para outras províncias (Maupeou, 2008, p. 68).

A autora chama a atenção para um dos aspectos relevantes da presença de pessoas escravizadas no Sertão. Como a população é muito miscigenada, ter escravizados e escravizadas funciona como uma espécie de diferenciação, tornando o proprietário mais próximo do branco.

A quantidade de cativos nas fazendas dos sertões foi inferior às da Zona da Mata e, na segunda metade do século XIX, caiu consideravelmente. Na área estudada, fica em torno de 5%. Nos poucos registros sobre origem da população escravizada, as referências que aparecem nesse período, aponta Maupeou, indicam que vieram de Angola, uma classificação que não abrange apenas a atual Angola, mas se refere a uma denominação genérica que abarca uma região maior (ver Maupeou, p. 86) e alguns fula. O Censo de 1872 classificará os cativos nascidos no Brasil como pretos (60,23%) e pardos (39,76%), 5,12% da população cabocla, que deve ser indígena com uma forte subnotificação (Maupeou, 2008, p.88-90).

Nos inventários, os escravos nascidos no Brasil são identificados enquanto crioulo, cabra, mulato, preto, pardo e caboclo. Entretanto, algumas destas denominações aparecem raramente, enquanto que outras são bastante recorrentes. Assim, os termos utilizados para mais de 90% dos escravos identificados nos inventários se resumem a quatro, cabra, crioulo, preto e pardo [...] (Maupeou, 2008, p. 88).

As denominações crioulo e cabra são mais recorrentes, pretos e pardos aparecerão depois do Censo de 1872. Os crioulos e angolas passam a ser chamados de pretos e os cabras de pardo, estabelecendo relações com o tipo de mestiçagem. E cabra permaneceu como um termo que indica uma pessoa pobre, excluída. A autora



aponta para o desaparecimento da referência à cor a partir de 1850, o que ela atribui como um processo de branqueamento da sociedade.

Tal ausência de cor é associada a um processo cultural de branqueamento, visto que a noção de “cor”, herdada do período colonial, não designava preferencialmente, matizes de pigmentação ou níveis diferentes de “mestiçagem”, mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição estavam indissociavelmente ligadas (Maupeou, 2008, p. 91).

No Médio São Francisco, segundo Maupeou (2008, p. 93), o escravizado negro ou a escravizada negra era chamado e chamada de crioulo ou crioula, e nos livros de batismo aparecerão muitas crianças assim identificadas, bem como nos inventários. Já o cabra era a designação para um homem mestiço. Assim, se estabelecia essa diferenciação. Hoje, o termo cabra se refere a homens pobres, “na maioria dos casos, tal designação decorre de uma conotação pejorativa, que remete a um indivíduo forte, valente, petulante e brigão” (Maupeou, 2008, p. 94). Nessa mestiçagem presente na palavra cabra, parece estar presente a ascendência indígena.

Maupeou avalia que indígenas, negros e negras, bem como mestiços e mestiças eram escravizados e escravizadas no Médio São Francisco e classificados e classificadas como raça degenerada, seguindo a mentalidade racializada importada da Europa. E ainda destaca que os papéis exercidos por homens e mulheres eram extremamente demarcados, seguindo os ritos de uma sociedade patriarcal.

Na documentação posterior a 1870, Maupeou aponta como funções para os homens a agricultura e os serviços domésticos, o que mantinha os escravizados e as escravizadas sob as ordens diárias dos seus patrões. No entanto, os escravos também exerciam a função de vaqueiros, os primeiros a ocuparem o ofício que se tornou predominante entre os homens livres. Mas, para as pessoas escravizadas, representava a oportunidade de caminhar livre pelos sertões, e ainda tinham o direito à parte da criação, o que proporcionou a compra da alforria para muitos. Eram homens que adquiriram a confiança dos proprietários. Como podemos ver na Festa do Caboclo Boiadeiro, o vaqueiro ganhou notoriedade, sendo um elemento central da cultura do Sertão. Seu Manuel foi vaqueiro e toda a representação está presente no terreiro Onyndancor.

As mulheres cativas tinham como principal função a reprodução. Ao lado disso, eram responsáveis pelo trabalho na lavoura, assim como os homens, e eram elas que respondiam por todo o processo alimentar de uma propriedade rural, da plantação à comida pronta na mesa. Ainda cuidavam das crianças, dos doentes e das doentes, das parturientes e de todos os demais afazeres da casa. Na produção de algodão, eram as responsáveis pela plantação e pela fiação dos tecidos. As crianças, desde muito cedo, acompanhavam os pais e aprendiam todos os trabalhos. Aos seis anos, já eram classificadas como adultas para o trabalho e, aos 11, já valiam muito e eram vendidas.

Um aspecto curioso levantado pela autora é que, no Sertão, não há quase registros de senzalas. Ela avalia que isso decorre do baixo número de escravizados e escravizadas e da ausência de madeira para essas construções. Assim, muitos escravizados e muitas escravizadas moravam nas casas, na maioria, de taipa de seus proprietários, ou mesmo em casas de taipa separadas. Isso facilitava a constituição de famílias entre os escravizados e as escravizadas, com muitos casamentos realizados pela Igreja Católica, o que justifica, em parte, a forte religiosidade católica presente em muitas comunidades quilombolas. Havia também alguns casamentos nos cartórios. Desse modo, muitas crianças nasciam dessas uniões ou, mesmo, de mães solteiras que moravam na casa de seus proprietários.

Além dos inventários, os registros de batismo de crianças cativas funcionam como mais uma prova de como era recorrente a constituição de família por escravos no sertão. As crianças batizadas poderiam ser classificadas como legítimas quando seus pais eram casados na igreja. Todavia, a grande maioria das crianças escravas é batizada como filho natural, expressão usada para identificar as mães solteiras. A predominância de filhos naturais demonstra que no sertão, assim como em outras regiões do Brasil, é a família matrifocal que predomina entre os escravos (Maupeou, 2008, p. 107).

Tanto homens livres quanto escravos viviam sob a tutela de um proprietário de terra. Morar sozinho e andar pelo Sertão era um perigo, pois muitos podiam ser considerados quilombolas, sendo caçados e tornados, outra vez, escravos e



escravas, salienta Maupeou. Homens e mulheres livres e escravizados e escravizadas estabelecem laços de solidariedade e parentesco na vida dependente que levavam nos sertões. E a maioria não conhecia seus direitos, fato que se repete, em parte, até os dias de hoje entre as comunidades negras rurais.

Assim, no Médio São Francisco, afrodescendentes escravizados e escravizadas passarão por um processo contínuo de miscigenação, em particular, com a população indígena, que a partir desse processo também é escravizada, e os colonos pobres livres. Construirão uma população pobre e dependente, cujas identidades e ancestralidades são desprezadas em processos contínuos de apagamento. No entanto, a presença da herança negra nessa região se preserva de várias formas, a exemplo das religiões de matriz africana, que se mesclam com a tradição indígena e mostram sua força ao longo do tempo.

Os Tuxá

Os indígenas Tuxá são um grupo étnico que habita a região Nordeste do Brasil. Historicamente, os Tuxá tiveram contato com outros grupos indígenas da região, bem como com colonizadores europeus. Ao longo do tempo, sofreram com a colonização e a ocupação de suas terras. No entanto, os Tuxá têm lutado para preservar e revitalizar sua identidade cultural³.

No fim da década de 1980, a comunidade Tuxá teve suas terras submersas pela construção da hidrelétrica de Itaparica, hoje chamada de Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga, em homenagem ao cantor nordestino, e fica localizada na cidade de Petrolândia, no Estado de Pernambuco, com divisa com o Estado da Bahia.

Os indígenas Tuxá tiveram que deixar toda sua história ancestral para trás. Com isso, seu povo foi dividido, provocando uma desterritorialização dessa nação e a ocupação de outros territórios. Os indígenas Tuxá viviam, principalmente, na região de Rodelas, município do norte da Bahia, às margens do Rio São Francisco. Algumas famílias habitavam ilhas ao redor do rio, em especial, a Ilha da Viúva, onde realizavam suas atividades agrícolas. Hoje, dividem-se entre os territórios da nova cidade de Rodelas, Benzaê, e Ibotirama, na Bahia, além da área situada no município de Inajá (PE).

³SOTTO, Felipe. Entre índios e sertanejos: O povo indígena Tuxá e a retórica desenvolvimentista chesfiana em Itaparica. Revista Wamon, v. 3, n. 1, 2018.

Parte do território Tuxá foi submerso pela invasão das águas da represa, memória presente na narrativa desse povo indígena. Ana Beatriz, jornalista e indígena Tuxá, da região de Ibotirama (BA), transforma em poesia a história do seu povo. Ela trouxe isso nos versos de uma de suas canções, “Nação Tuxá Canção”: “Nas profundezas das águas, mora um mundo adormecido. Um território de mãos velha aldeia, um jazigo, uma história a se contar”. É através da voz desse povo que podemos contar a história que tantas vezes tentaram silenciar, e foi isso que Ana Beatriz fez, colocando a memória do seu povo no seu documentário “Ñañike (Saudades)”, o qual narra, a partir de depoimentos, a desterritorialização dos Tuxá. Além disso, traz essa vivência por meio dos versos de seus poemas e das suas canções.

Os Tuxá se autodenominam “Índio Tuxá, nação Proká, caboclos de arco e flecha e maracá”, na língua Dzubukuá, que pertence à família linguística Karirí, pertencente ao tronco linguístico macro-jê, e que foi perdida no processo de colonização.

Beatriz Tuxá traz, em suas obras, muitos resquícios da história do seu povo, passando desde a construção da barragem de Itaparica até o que ocorreu com a sua comunidade depois do desmanche de suas terras. O povo Tuxá tinha terras em abundância, onde cultivava suas plantações e criava seus animais. Além disso, era um espaço sagrado, onde realizava o Toré, para os encantados, e tinha seu centro espiritual⁴.

Ana Beatriz Tuxá fala ainda como os territórios são uma condição de vida para seu povo, não apenas na questão material, mas, sim, em um ambiente que dá desenvolvimento para várias questões. Para Beatriz, o território é o que ela chama de conjunto de vidas, é onde fazem seus encantos, um lugar sagrado de valores, saberes e tradições.

Quase 30 anos se passaram e esse grupo indígena continua à espera da “devolução” de suas terras pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), que apenas o realocou em outros locais, com delimitação de espaços. Além de serem retirados de seus territórios sagrados, suas terras foram reduzidas.

A luta pela demarcação e proteção de suas terras é uma questão crucial, assim como para todos os povos indígenas no Brasil. A busca pelo reconhecimento de seus direitos territoriais e pela preservação de seu modo de vida é uma batalha constante. Organizações indígenas, apoiadores e instituições governamentais trabalham juntos para garantir a proteção e o respeito aos direitos dos Tuxá e de outros povos indígenas.

⁴ADILHA, Ana. Ñañike, documentário como resistência do povo Tuxá Kiniopará. Salvador, 2022.



A comunidade Tuxá de Banzaê, hoje, é composta por cerca de quarenta famílias, com aproximadamente duzentas pessoas. Conversando com o Cacique Adenilton Santos⁵, debaixo de um pé de jurema, nas imediações do terreiro, ele falou com revolta sobre esse descaso, não só com a comunidade indígena, mas com os povos tradicionais:

Não entendo como se fosse só retirada de direitos, entendo como um desastre total, a desmontagem de tudo que foi feito para nós enquanto indígenas, quilombolas, povos de terreiros, todos esses povos, ou seja, toda a população pobre. A nossa cultura, estão tentando destruir, estão tentando, mas não conseguirão. Na questão da nossa cultura, ela é inabalável, não tem política, não tem ninguém, só Jesus Cristo para abalar nossa cultura. Somente. Mais ninguém.

Tentamos, neste capítulo, apontar pistas sobre a história da ocupação negra, tão pouco documentada, mas extremamente imbricada à história indígena, principalmente nas lutas de ocupação do território. Contudo, é preciso destacar que a escravidão negra teve uma lógica não vivida pelos povos indígenas, que foi o comércio de homens, mulheres e crianças e sua total desumanização e desterritorialização brutal. As populações indígenas eram as ocupantes dessas terras, conheciam-nas e faziam bom uso delas. Porém, o encontro em situação de extrema violência e subalternidade as unirá em várias lutas e na construção de novas identidades.

⁵Entrevista realizada nas imediações do terreiro Onyndancor, no dia 11 de novembro de 2017

REFERÊNCIAS

ADALBERTO. S. O Mito dos Coroados. Disponível em: <http://www.ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/sa20020405.htm>. Acesso em: 28 fev. 2020.

ALVEAL. C. M. O. Senhores de pequenos mundos: disputas por terras e os limites do poder local na América portuguesa. Revista de história. João Pessoa, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.lehs.ufrn.br/pequenos.pdf>>. Acesso em: 28 fev 2020.

ANDRADE. A. Donald Pierson. Pioneirismo na pesquisa empírica. Disponível em: <<http://portal.metodista.br/mutirao-do-brasileirismo/cartografia/verbetes/america-do-norte/donald-pierson>>. Acesso em: 21 fev. 2020.

ARRUTI, José Maurício. Mocambo. Antropologia e História do processo de formação quilombola. Bauru: Sp, Edusc, 2006.

ARRUTI, José M. A. Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 57-97. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1995>. Acesso em: 30 set. 2024.

BATISTA, Mércia Rejane Rangel. Construindo e recebendo heranças: as lideranças Truká. Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, 2005 (Tese Doutorado Antropologia Social).

BOMFIM, E. M. de. O homem no Vale do São Francisco: um legado de Donald Pierson às ciências humanas e sociais no Brasil. Universidade Federal de São João Del-Re. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100011>. Acesso em: 21 fev. 2020.

DIAS, Leonardo Guimarães Vaz. A Guerra dos Bárbaros: manifestações das forças colonizadoras e da resistência nativa na América Portuguesa. Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora: UFJF, v. 5, n. 1, set. 2002. p. 05-15.

DOURADO, Walter de Castro. Juazeiro da Bahia à luz da História. Vol I. Imprensa Rocha. Studio Domingues, Juazeiro – Bahia, 1985.

DUARTE, Jorge de Souza. Juazeiro: nos caminhos da história. Juazeiro-Ba. Edição do autor. 1985. (biografia; cultura; arte; história)

ELTIS, D. Brief. Overview of the Trans-Atlantic Slave Trade. Disponível em: <<https://bit.ly/2D2CNua>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

FERREIRA, Elisângela Oliveira. Os laços de uma família: da escravidão à liberdade nos sertões do São Francisco. *Afro-Ásia*, 2005, 185-218. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=escravos+M%C3%89DIO+S%C3%83O+FRANCISCO&oq=. Acesso em: 13 mar. 2021.

GUIMARÃES, R. E. M. A Escola de Chicago e a Sociologia no Brasil: a passagem de Donald Pierson pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. *Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”* – UNESP. 2011. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias_sociais/2325.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2020.

História pregressa de Carinhonha – BA (antes de 1709). Disponível em: <<http://carinhanhahoje.blogspot.com/2015/11/historia-pregressa-de-carinhonha-ba.html>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

LIMA, Tatiana Silva de. Escravidão e liberdade em Juazeiro – Bahia, 1835 – 1888: potencialidades de pesquisa. *Anais do X Encontro Estadual da Associação Nacional de pesquisadores em História – ANPUH – PE*. Disponível em: http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/35/1400102351_ARQUIVO_TEXTO.pdf.

LOPES, S.M.M. Da glória de Jacobina às dores de Aricobé: indicações sobre o patrimônio artístico das missões franciscanas no sertão da Bahia. In: HERNÁNDEZ, M.H.O., and LINS, E.Á., eds. *Iconografia: pesquisa e aplicação em estudos de Artes Visuais, Arquitetura e Design* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 268-281. ISBN: 9.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos* n. 74, março de 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29642.pdf>. Acesso em: 10 abri. 2021.

MAUPEOU, Emanuele Carvalheira de. *Cativeiro e cotidiano num ambiente rural. O sertão do Médio São Francisco – Pernambuco (1840-1888)*. Dissertação de mestrado apresentada em cumprimento às exigências do Programa de Pós-Graduação em História Social do Norte e Nordeste do Brasil, da Universidade Federal de Pernambuco, 2008. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7290>. Acesso em: 11 nov. 2020.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de.; MUTZENBERG, Demétrio. *Cartografia histórica dos povos indígenas em Pernambuco no século XVIII*. *Crio Arqueológica*, v. 28, n. 2,

2013, p. 01-19. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/clioarqueologica/article/view/246624/35618>. Acesso em: 12 abri. 2021.

MOREIRA, Gislene. Sertões contemporâneos. Rupturas e continuidades no Semiárido. Salvador, Eduneb/Edufba, 2018.

NANTES, M.O.F.M. Relação de uma missão no rio São Francisco: relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

OLIVEIRA, Edivania Granja Silva. Os índios Pankará na Serra do Arapuã: relações socioambientais no sertão pernambucano. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História/UFCG. Campina Grande, 2014.

PIERSON, Donald. O Homem no Vale do São Francisco – TOMO I. Rio de Janeiro: Ministério do Interior, SUVALE, 1972.

_____. O Homem no Vale do São Francisco – TOMO II. Rio de Janeiro: Ministério do Interior, SUVALE, 1972.

_____. O Homem no Vale do São Francisco – TOMO III. Rio de Janeiro: Ministério do Interior, SUVALE, 1972.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. As ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia D'Ávila Família e propriedade no Nordeste colonial. Ed. UFPB, ano 2016, João Pessoa PB.

PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros. São Paulo, Fapesp/Hucitec/Edusp, 2002.

REGO, André de Almeida. Os aldeamentos indígenas fundados na Bahia e Capitâneas vizinhas durante o período colonial. Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação, Paulo Afonso, v. 4, n. 5, p. 81-108 (com apêndice), jan./jun. 2016. Disponível em: www.uneb.br/opará. Acesso em: 12 abri. 2021.

SANTOS JÚNIOR, Carlos Fernando. Os índios nos vales do Pajeú e São Francisco: historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no sertão de Pernambuco (1801-1845). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito à obtenção do título de Mestre em História. Linha de Pesquisa: Relações de Poder, Sociedade e Meio Ambiente. Recife: UFPE, 2015. Disponível em: https://indiosnonordeste.com.br/wp-content/uploads/2012/08/Carlos-Fernando_Disserta%C3%A7%C3%A3o_indiosNE.pdf. Acesso em: 07 nov. 2019.



SILVA, Edson H. História, reelaboração cultural e resistência indígena no Nordeste. Revista NetHistória. Disponível em: <http://www.nethistoria.com.br/index.php?secao=conteudo.php&sc=3&id=454&cp=102>

1. Acesso em: 28 set. 2012.





Capítulo 10

OS CAMINHOS DO ONYNDANCOR





Foto Márcia Guena

Foto da página anterior - Família Onyndancor durante Feijoada de Ogum, em julho de 2024. Foto: Vilma Neres



Em 2024 o Onyndancor segue firme, forte e crescendo, com a força do Axé! Fotos Vilma Neres



Em 2024 o Onyndancor segue firme, forte e crescendo, com a força do Axé! Fotos Vilma Neres



Em 2024 o Onyndancor segue firme, forte e crescendo, com a força do Axé! Fotos Vilma Neres




Fotos Vilma Neres



Fotos Vilma Neres



Fotos Vilma Neres



A produção desta pesquisa e livro permitiu à equipe não só o acesso e produção de novos conhecimentos, mas de ter a real dimensão da diversidade e do quanto a concepção de mundo de culturas africanas são distintas das europeias, por exemplo. Sem dúvida, o espaço de um terreiro é muito mais do que um espaço religioso. É, sim, um espaço de preservação cultural, onde a tradição é realimentada, cotidianamente. É no espaço da “porteira pra dentro” que o relógio do tempo bate em uma outra marcação. É no espaço da “porteira pra dentro” que pessoas que estão na base da pirâmide social e econômica do país, pessoas que não passaram pelos bancos da escola formal, são autoridades religiosas. São verdadeiras bibliotecas vivas, são griots que sabem e preservam os limites do que pode ou não ser dito.

Este trabalho só foi desenvolvido após o Orixá Xangô dar o ok, por meio de um jogo de búzios, permitindo à equipe um trânsito maior no terreiro, mas limitado ao que, como pessoas externas, tínhamos acesso.

Por conta das entrevistas e das memórias orais, pudemos recuperar, reconstruir parte da história do terreiro Onyndancor, trazendo para o papel momentos escondidos nas memórias e outros, mais vivos. Percebemos que essa recuperação histórica sofre, sim, as interferências subjetivas de cada pessoa entrevistada. E são essas subjetividades que hierarquizam a importância dessas ocorrências, cabendo a nós, pesquisadoras e pesquisadores, estarmos atentas e atentos, o suficiente para identificar quando o desejo do entrevistado ou da entrevistada é falar ou não sobre determinado tema.

Nesse jogo, conseguimos escrever uma parte da história do Onyndancor e perceber o quanto ele transita pelo tradicional e pela modernidade. Tradicional, em relação à continuidade dos valores religiosos, da manutenção daquilo que é mágico e que aproxima os humanos do campo da espiritualidade. Moderno, em aproximar os portais “pra fora da porteira” e o “pra dentro da porteira”, quando cria o Afoxé Filhos

de Zaze, quando cria um atelier de confecção de estampas para roupas, quando busca suas raízes e reúne, em uma festa, as culturas africanas, indígenas e a dos vaqueiros. Aliás, o Afoxé Filhos de Zaze, que já no nome faz uma homenagem ao patriarca do terreiro, é a senha para a ligação do sagrado e do profano, em uma harmonia singular.

Nota-se que a relação do Onyndancor com o da porteira pra fora não se limita ao campo religioso. Há um intercâmbio intenso por conta da cultura. E essa ligação extrapola a ancestralidade, o tradicional. Ou melhor, por conta dessas categorias, o terreiro se atualiza e oferece, por exemplo, um produto típico do Nordeste: uma quadrilha, a Quadrilha Buscapé que, em seus enredos juninos, traz para o centro da brincadeira lendas e tradições de culturas afro-brasileiras.

É nesse movimento que o terreiro se atualiza sem deixar de ser tradicional. Criada em 2006 e dirigida por Zenaida Diogo, a Quadrilha Buscapé conta com a colaboração incondicional de Mãe Edinha. A Quadrilha Buscapé consegue fazer um mix que reúne elementos do Candomblé, da cultura afro-brasileira, do cotidiano dos moradores e das moradoras do bairro – alguns apontando para o preconceito e racismo – e levar para os palcos um espetáculo diferenciado em uma festa cujas origens remetem ao processo de colonização português. Na verdade, penso que podemos afirmar que a Quadrilha Buscapé institui um processo de desculturalização de uma forma muito singular, na “pegada” do Onyndancor.

Concluimos esta etapa da pesquisa cientes de que conseguimos recuperar e escrever uma parte da história do Onyndancor. Uma outra está em curso, sendo escrita por Pai Ezinho, com o apoio de Mãe Edna e toda a família Rosa. Ancestralidade, tradicional. Moderno, profano e sagrado. É, na verdade, a máxima do símbolo Adinkra, Sankofa, um ideograma africano de um pássaro que olha para o passado para enxergar o futuro.





GLOSSÁRIO



1. **Abiã:** São as pessoas que frequentam algum terreiro, participam das cerimônias públicas mas que ainda não foram iniciadas nos ritos.

2. **Amalá:** Prato com quiabo, oferecido a Xangô.

3. **Axexé:** Ritual de passagem de uma pessoa do aiê para o Orum de um recém falecido iniciado no Candomblé.

4. **Axogum:** A palavra iorubá que se refere ao “guerreiro do orixá”, uma pessoa que tem a função sagrada de abater os animais que serão oferecidos aos orixás.

5. **Bori:** significa “dar comida e bebida à cabeça”, ritual do Candomblé destinado a fortalecer e equilibrar a cabeça (Ori) de uma pessoa.

6. **Brajá:** colar de contas usada pelas pessoas adeptas do Candomblé.

7. **Camarinha:** sinônimo de ronco, sabagi. Quarto sagrado, onde só entram as pessoas iniciadas ou em processo de iniciação.

8. **Chagrin:** um chinelo de couro branco com solado de pneu.

9. **Deká** – “tomar Deká” é quando, na obrigação de sete anos, o/a yaô recebe um conjunto de apetrechos e autorização para abrir seu próprio terreiro, tornando-se, assim um babalorixá ou ialorixá.

10. **Digina:** nome dado a cada iniciada/a no Candomblé.

11. **Dofono:** É a primeira pessoa de um barco de iaô, pessoas é um título que se refere à pessoa responsável pela ligação com o orixá Ossain, o senhor das folhas e das ervas sagradas. No terreiro, o dofono desempenha um papel importante no manejo das ervas

12. **Ekedes:** são autoridades femininas, que desempenham funções de apoio e cuidado durante os rituais e na vida cotidiana do terreiro. Recebem tratamento diferenciado por conta da importância do cargo.

13. **Fazer o santo:** processo de iniciação de uma pessoa no Candomblé. Tornar-se um/a “iaô” (filho/a de santo) que recebe e cultua um orixá.

14. **Iaô:** Filho de santo recém iniciado.

15. Ibá: assentamento dedicado a um orixá.
16. Ilêburassinguê: Espaço sagrado ou à casa do orixá.
17. Ingorossi: Reza, na linha de Candomblé de Angola.
18. Melin de Ogum: Mel de Ogum
19. Ogã: São Assim como as ekedes, são as autoridades masculinas, de posto hierárquico abaixo do babalorixá ou yalorixá.
20. Orocó: festa pública da saída de yao. É quando é conhecida a dijina (o nome religioso) da nova/o recém iniciada/o no Candomblé.
21. Quelê: é uma conta (colar) usado no/a recém iniciado/a.
22. Rodante: a pessoa que incorpora Orixá.
23. Roncó: sinônimo de camarinha ou sabagi. Quarto sagrado, onde só entram as pessoas iniciadas ou em processo de iniciação.
24. Sabagi – camarinha ou roncó, ou quarto de santo. Espaço só acessado por pessoas já iniciadas.
25. Xirê: nome dado a toda cerimônia, pública ou privada, que é dançado em roda, no sentido anti-horário e que segue uma ordem de toques, cânticos e danças a cada um/a dos orixás. O Xirê segue uma sequência, começando com Exu e encerrando com Oxalá.
26. Yakekerê: Também conhecida como mãe-pequena, é, segundo a hierarquia do Candomblé, a segunda pessoa mais importante de um terreiro.
27. Yaô: ou yawo, na língua Iorubá, se refere as pessoas que ainda não completaram o período de sete anos de iniciadas no Candomblé. Quando concluem o ciclo, passam a ser chamadas de ebomis.



